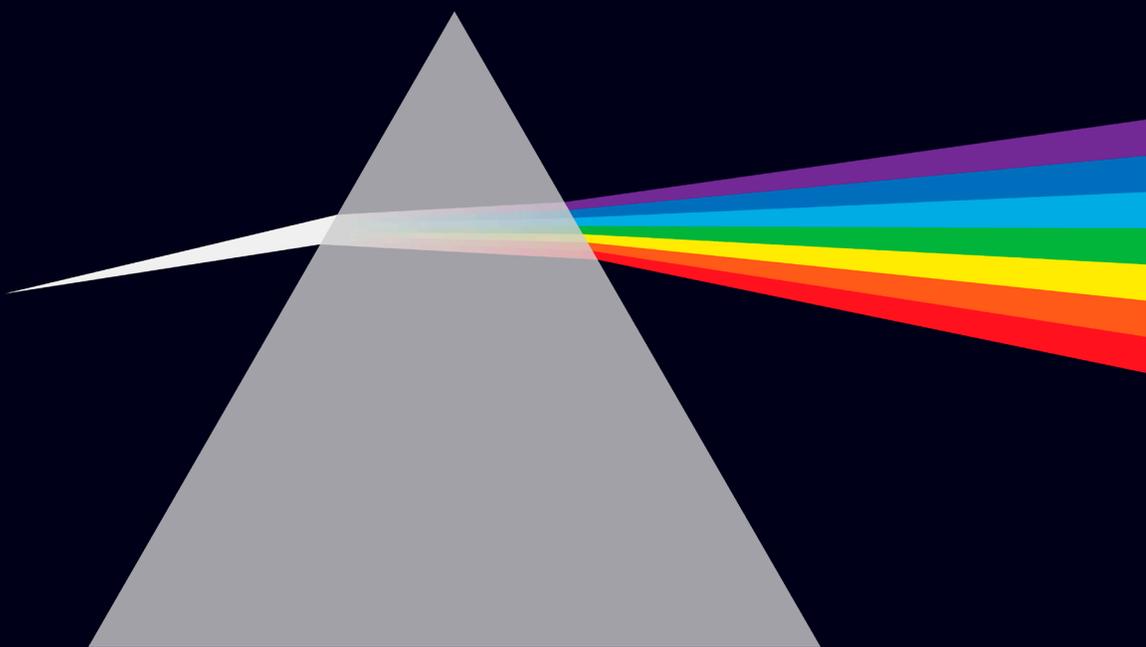


# Letras em Prisma:

**A Variação como Fio  
Condutor de uma Viagem de  
Linguística à Literatura**



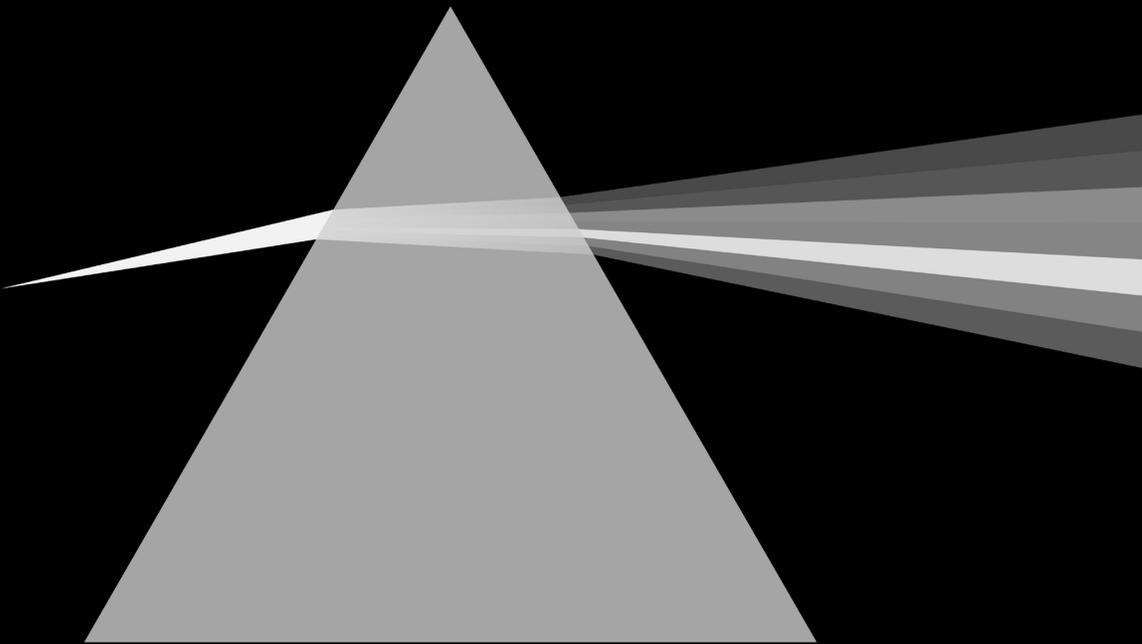
**Iago David Mateus**

**Atena**  
Editora

Ano 2021

# *Letras em Prisma:*

## **A Variação como Fio Condutor de uma Viagem de Linguística à Literatura**



**Iago David Mateus**

**Atena**  
Editora

**Ano 2021**

### **Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

### **Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

### **Bibliotecária**

Janaina Ramos

### **Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

### **Imagens da Capa**

Shutterstock

### **Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

### **Revisão**

O autor

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Elói Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

## **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

## **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

#### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miraniide Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

#### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andrezza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenología & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvío Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

# Letras em prisma: a variação como fio condutor de uma viagem de linguística à literatura

**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Mariane Aparecida Freitas  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** O autor  
**Autor:** Iago David Mateus

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M425 Mateus, Iago David  
Letras em prisma: a variação como fio condutor de uma viagem de linguística à literatura / Iago David Mateus.  
- Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-5983-147-0  
DOI 10.22533/at.ed.470211206

1. Linguística. 2. Variação. 3. Literatura. 4. Funcionalismo. I. Mateus, Iago David. II. Título.

CDD 410

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

## PREFÁCIO

Com grande alegria e entusiasmo, apresentamos este livro, resultado dos estudos obtidos pelo autor, no Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa realizado na UNESP, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, no período de 2018 e 2019. Esta seleção divulga, deste modo, trabalhos com uma variedade de temas relacionados à Linguística, aos Estudos do Léxico e Literatura, composto por 4 capítulos.

Abrindo a compilação, o autor reflete em seu texto, sobre a complexidade do status categorial das palavras, e apresenta uma proposta de análise do uso do particípio passado, presente em uma página na internet sobre blog de animes. Primeiramente, comenta sobre características do processo de categorização, e após, discute com base nas declarações de pensadores modernos, métodos de classificação e classes de palavras do português. Este estudo está fundamentado na Teoria dos Protótipos.

No capítulo seguinte, o autor traz uma discussão sobre o ensino tradicional de português como primeira língua, na disciplina de Gramática, e apresenta questões relacionadas aos aspectos linguísticos presentes nos textos produzidos em situações de uso/interação desprezados quando limitados apenas à gramática tradicional de língua portuguesa. São abordados noções linguísticas para elucidar o preconceito linguístico presente quando relacionado às aulas tradicionais de português, com apresentação de opinião de alguns autores no que diz respeito aos aspectos que poderiam ser transformados, para que assim, possa vir a ser desenvolvido um ensino-aprendizagem de forma concreta, em um cenário atual o qual todos fazemos parte.

Em seguida, é feita uma análise na macro e microestrutura do Dicionário de animais do Brasil de Ilhering (2002) para constatar como se apresenta o campo lexical dos insetos, com vistas a uma abordagem das Ciências do Léxico, em especial da Metalexigrafia e da Terminologia, com foco na proposta da Terminologia Etnográfica por Fargetti (2018). Este capítulo visa fortalecer e valorizar a importância de estudos sobre insetos e o léxico dos idiomas humanos naturais.

Finalmente, o autor apresenta a importância sincrônica e diacrônica de estudos da obra clássica *Antigone* do escritor francês Anouilh, e aborda o preconceito relacionado a classificação de obras e autores. Em seguida, por meio de uma postura crítica “variacionista” discute essas questões utilizando-se do referencial teórico da Sociolinguística, de teorias literárias e também das considerações de Hall & Harrop (2010) acerca da “Recepção da Performance”.

Finalizamos esta apresentação destacando o trabalho multidisciplinar dos estudos aqui apresentados, atributos que colocam em destaque a relevância da Linguística, dos Estudos do Léxico e da Literatura.

Danielle Urt Mansur Bumlai

Maio, 2021

## SUMÁRIO

RESUMO .....	1
--------------	---

RESUMÉE .....	2
---------------	---

<b>REFLEXÕES ACERCA DA COMPLEXIDADE DO (S) STATUS CATEGORIAL (IS) DAS PALAVRAS: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DOS PARTICÍPIOS PASSADOS PORTUGUESES MANIFESTADOS NA SUPERFÍCIE LINGUÍSTICA ESCRITA DE UMA PÁGINA SOBRE BLOGS DE ANIMES.....</b>	<b>3</b>
--	----------

INTRODUÇÃO .....	3
------------------	---

O ESTABELECIMENTO DE CLASSES DE PALAVRAS: HAVERIA “RECEITAS”? .....	8
---	---

AS CLASSES NAS QUAIS OS PARTICÍPIOS FORAM INSERIDOS PELA TRADIÇÃO LINGUÍSTICA.....	21
--	----

OS PARTICÍPIOS ENCONTRADOS NA PÁGINA CRUNCHYROLL.....	25
---	----

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
---------------------------	----

REFERÊNCIAS.....	30
------------------	----

APÊNDICES.....	32
----------------	----

APÊNDICE B – TABELAS COM OS RESULTADOS DAS MARCAÇÕES DE TRAÇOS.....	34
---	----

<b>DA MERA ETIQUETAGEM À EXPLICITAÇÃO DE QUESTÕES DISCURSIVO-INTERACIONAIS DOS E NOS TEXTOS: POR AULAS DE GRAMÁTICA SOBRE O USO LINGUÍSTICO.....</b>	<b>35</b>
--	-----------

INTRODUÇÃO .....	35
------------------	----

O QUE O ENSINO TRADICIONAL DE GRAMÁTICA PERDE DE VISTA.....	40
---	----

SUBSÍDIOS PARA MUDAR O QUADRO PRESCRITIVO EXPOSTO .....	48
---	----

CONCLUSÃO.....	63
----------------	----

REFERÊNCIAS.....	64
------------------	----

<b>DITOS E NÃO-DITOS NOS TERMOS SOBRE INSETOS: O RETRATO TERMINOGRÁFICO SOBRE ESPÉCIMES ENTOMOLÓGICOS FEITO PELO DICCIONARIO DOS ANIMAIS DO BRASIL.....</b>	<b>67</b>
---	-----------

INTRODUÇÃO .....	67
------------------	----

APORTE TEÓRICO .....	72
----------------------	----

METODOLOGIA DE TRABALHO.....	93
------------------------------	----

OS INSETOS NO DICIONÁRIO DE ANIMAIS DO BRASIL.....	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS.....	110
<b>EM DEFESA DE ANOUILH: POR UMA ABORDAGEM “VARIACIONISTA” DA LITERATURA .....</b>	<b>114</b>
INTRODUÇÃO .....	114
AS FACES DO DADO ANOUILHANO QUE KURY (1970) OCULTOU .....	122
CONCLUSÃO.....	133
REFERÊNCIAS.....	134
<b>SOBRE O AUTOR.....</b>	<b>137</b>

## RESUMO

Este livro tenta demonstrar a importância de os estudos na área da linguagem terem não só o respaldo em questões funcionais, como também não perder de vista o fato de que a complexidade humana não pode ser reduzida a binarismos como “certo” e “errado” que nada mais seriam que ecos a preconceitos socio-historico-ideologicamente estabelecidos. Para tanto, num primeiro momento, pensamos sobre como os itens lexicais estariam categorizados para um falante nativo de português e se as padronizações oficiais de classes-gaveta variáveis e invariáveis têm respaldo na realidade empírica da língua, por meio da análise de um corpus constituído pela análise dos status morfológicos de participios passados encontrados em um blog de animes. Em seguida, discorreremos – numa segunda seção- sobre a importância de levar textos reais para a sala de aula, bem como produções que tenham relação histórica e social com a realidade dos estudantes (sobretudo do ensino fundamental) com exemplos práticos de como seria possível abordar os níveis de análise linguísticos em aulas de português como língua materna. Num terceiro momento, analisamos terminograficamente a seção sobre *Insetos* de um dicionário, verificando seus pontos positivos e negativos, tanto macro quanto microestruturalmente. Nossas discussões se encerram por uma análise crítica da obra *Antígone* de Anouilh, em comparação com uma resenha anterior negativa – a nosso ver elitista e preconceituosa. Nosso intuito, com esse fechamento, é dar valor a produções estigmatizadas e salientar a importância de se pensar Literatura fora de um cânone que se baseia numa dicotomia limitante “literário” X “não-literário”, mas – em vez disso- em constelações que dialogam com produções atuais num passado-presente sempre em diálogo, na esteira dos postulados do New Criticism e de Campos (2011).

**PALAVRAS-CHAVE:** *Variação; Linguística; Literatura; Funcionalismo.*

## RESUMÉE

Ce livre tente de démontrer l'importance des études de langues non seulement soutenues par des problèmes fonctionnels, mais aussi de ne pas perdre de vue le fait que la complexité humaine ne peut être réduite à des binarismes tels que «bien» et «faux» qu'ils ne seraient rien de plus que échos de préjugés socio-historiquement-idéologiquement établis. Par conséquent, dans un premier temps, nous avons réfléchi à la manière dont les items lexicaux seraient catégorisés pour un locuteur natif portugais et si les standardisations officielles des classes de tiroirs variables et invariables sont soutenues par la réalité empirique de la langue, à travers l'analyse d'un corpus constitué par le analyse du statut morphologique des participes passés trouvé dans un blog d'anime. Ensuite, nous discutons - dans une deuxième section - de l'importance d'apporter de vrais textes en classe, ainsi que des productions qui ont un rapport historique et social avec la réalité des élèves (en particulier à l'école primaire) avec des exemples pratiques de être possible d'approcher les niveaux d'analyse linguistique dans les classes de portugais comme langue maternelle. Dans un troisième temps, nous analysons terminographiquement la section sur les insectes dans un dictionnaire, en vérifiant ses points positifs et négatifs, à la fois macro et microstructuraux. Nos discussions se terminent par une analyse critique du travail d'Antígone de Anouilh, en comparaison avec une précédente critique négative - à notre avis élitiste et partiale. Notre objectif, avec cette clôture, est de valoriser les productions stigmatisées et de souligner l'importance de penser la Littérature hors d'un canon qui repose sur une dichotomie limitative «littéraire» X «non littéraire», mais - au contraire - dans des constellations qui dialoguent avec des productions actuelles dans un passé-présent toujours en dialogue, dans le sillage des postulats de New Criticism et Campos (2011).

**MOTS-CLÉS:** *Variation; Linguistique; Littérature; Fonctionnalisme.*

# REFLEXÕES ACERCA DA COMPLEXIDADE DO (S) STATUS CATEGORIAL (IS) DAS PALAVRAS: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DOS PARTICÍPIOS PASSADOS PORTUGUESES MANIFESTADOS NA SUPERFÍCIE LINGUÍSTICA ESCRITA DE UMA PÁGINA SOBRE BLOGS DE ANIMES

**RESUMO:** O presente texto tenciona estabelecer meios que possibilitem categorizar sincrónica e satisfatoriamente os participios passados encontrados numa página de divulgação digital sobre blogs de animes – sobretudo por um viés qualitativo. Para tanto, inicialmente discorreremos sobre a natureza do processo de categorização para, em seguida, apresentar, de maneira crítica, as declarações de pensadores modernos no que se refere aos métodos de classificação e aos comportamentos dos membros das classes de palavras do português. Num momento posterior, baseando-nos sobretudo na Teoria dos Protótipos, buscamos encontrar o status categorial dos referidos participios dispondo-os não em gavetas completamente não-relacionadas, mas sim em conjuntos dinâmicos de elementos providos de áreas de intersecção e de gradiência, na medida em que haveria membros integrantes mais e menos prototípicos, sendo que estes não ficariam estáticos, mas, ao se realizarem em sintagmas, frases e orações, se moveriam de áreas centrais para mais periféricas (ou vice-versa) dos conjuntos em que estão inseridos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Participios, conjuntos de palavras, protótipos.

**RESUMÉ:** Cet article-là veut établir des moyens pour catégoriser synchronique et satisfaisamment les participes passés trouvés sur un site de propagation électronique sur des blogs de bandes dessinées et de mangás – surtout par un biais qualitatif. Pour faire cela, d'abord nous parlerons de la nature du processus de la catégorisation pour présenter après, de manière critique, les déclarations des penseurs actuels sur les méthodes de classification et sur les comportements des intégrants des classes de mots du portugais. Ensuite, nous nous utilisons de la Théorie des Prototypes, pour trouver le status catégoriel des participes analysés, en les disposant pas parmi des tiroirs complètement sans rapports, mais si parmi des ensembles dynamiques d'éléments doués des zones d'intersection et de gradualité, au fur et à mesure que il y aurait des intégrants plus et les moins prototypes qui ne restent pas statiques, mais, qui, quand se concrétisent, se bougeraient des zones centrales aux périphériques (ou vice versa) des ensembles où ils se trouvent.

**MOTS-CLÉS:** Participes, ensembles de mots, prototype.

## INTRODUÇÃO

Debruçar-se criticamente sobre os estudos que intentaram categorizar as palavras de nossa língua e tecer reflexões sobre tal área não é tarefa das mais fáceis, haja vista a própria natureza complexa do processo denominado por Abreu (2010) de *categorização*, por meio do qual o homem – a partir de sua visão ideológico-cultural- aproxima, entre si, alguns elementos do mundo que o cerca, encontrando, entre eles, relacionamentos de similaridade e, conseqüentemente, categorias.

No decorrer dos tempos fomos, por exemplo, percebendo semelhanças entre as várias espécies de plantas, de cães, de insetos e nomeando categorias, classes e sub-

classes para agrupá-los, formando os conceitos de PLANTA, CÃO, INSETO. Essas classes foram, em seguida, armazenadas em nossa memória de longo prazo e são acessadas assim que nos deparamos com algum de seus elementos para que possamos atribuir sentido a ele. (ABREU, 2010; MATEUS, 2017).

Referindo-se a este complexo processo, aliás, é preciso, de saída, fazer eco às considerações de Soares (2017), para quem, com relação à língua, as classes de palavras não são criadas pelos linguistas e nem pelos gramáticos. Ora, as palavras não estão num “caos total” no léxico. Prova disso é que nenhum falante nativo colocaria uma conjunção no lugar em que se espera um adjetivo ou vice-versa, mesmo que não conheça os nomes dessas classes em decorrência de não ter passado por um processo de alfabetização e/ou escolarização. Ou seja, o que os analistas fazem é encontrar semelhanças entre os comportamentos dos itens lexicais e nomear essas categorias de elementos próximos, que são pré-existentes à análise.

Portanto, as classes de palavras são anteriores aos nomes que elas recebem por quem estuda a língua da mesma forma que os animais são anteriores às classificações que se fazem deles. Afinal, como dissemos anteriormente, esta análise não se realiza somente na área linguística, haja vista que o ser humano parece apresentar certa aversão ao que não consegue controlar e, por isso, tende a “reduzir” a maior quantidade possível de elementos em tipos, grupos mais controláveis, chegando, muitas vezes, ao estabelecimento de caixinhas, moldes que nem sempre dão conta da realidade na qual estão dispostos os seres do mundo sensível.

Sobre tais incorreções de classificação, Sandmann (1993, p. 31) diz que “[...] levadas por fatores superficiais, as pessoas tinham a baleia em conta de peixe. A análise de técnicos mudou esta concepção e a baleia foi classificada como mamífero”. Analogamente a isso, muitas pessoas classificam aranhas como “insetos” porque há características compartilhadas entre ambos, como o fato de terem patas articuladas (o que, aliás, os aloca dentro do filo dos artrópodes). Contudo, aranhas são mais próximas de carrapatos e escorpiões quanto a questões morfológico-anatômicas como a quantidade de pares de patas, por exemplo. Enquanto elas são octópodes (tal qual os escorpiões e carrapatos) dotadas de 4 pares de patas, sem antenas; os insetos têm 3 pares de patas (hexápodes) e muitos são providos de antenas. Fatores como estes fazem com que as aranhas sejam classificadas pela nossa ciência biológica atual não como insetos, mas sim como aracnídeos.

Por falar nisso, é essa mesma Biologia que tradicionalmente dividia os animais em “[...] categorias completamente distintas e separadas, sem inter-relações entre seus integrantes. Ou seja, se um animal faz parte de uma categoria não pode também pertencer à outra.” (MATEUS, 2017, p. 12)<sup>1</sup>. Desta perspectiva, os animais providos de pelos e que têm o hábito de mamar ao menos quando filhotes jamais poderiam ser denominados como “aves”, pois não seriam, como as aves, ovíparos e nem providos de penas ou bico. Em outras palavras, nesta visão tradicional, AVES e MAMÍFEROS seriam duas classes cujos

---

1 A transposição deste trecho de nossa monografia talvez leve o leitor a pensar que apoiávamos a classificação exposta na figura 1. Na verdade, nunca tivemos esta opinião e na própria monografia apenas trazíamos a visão biológica tradicional (como a qual – que fique claro – já não concordávamos) para, em seguida, a criticarmos, apresentando seus equívocos, tal qual fazemos neste texto.

limites e separações seriam muitos bem definidos, como esquematizado abaixo:

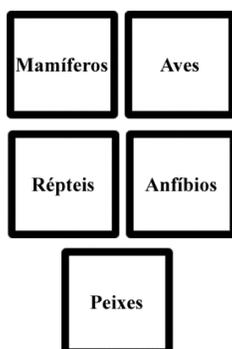


Figura 1: Categorização biológica tradicional

Fonte: Mateus (2017, p. 13)

Um ponto de vista análogo a este – e tão problemático quanto, como exporemos a seguir – é o da tradição gramatical que dividiu as palavras portuguesas em dez classes-gaveta completamente independentes entre si, sendo que elas se dispõem entre dois grupos maiores: entre as flexionalmente variáveis e as invariáveis:

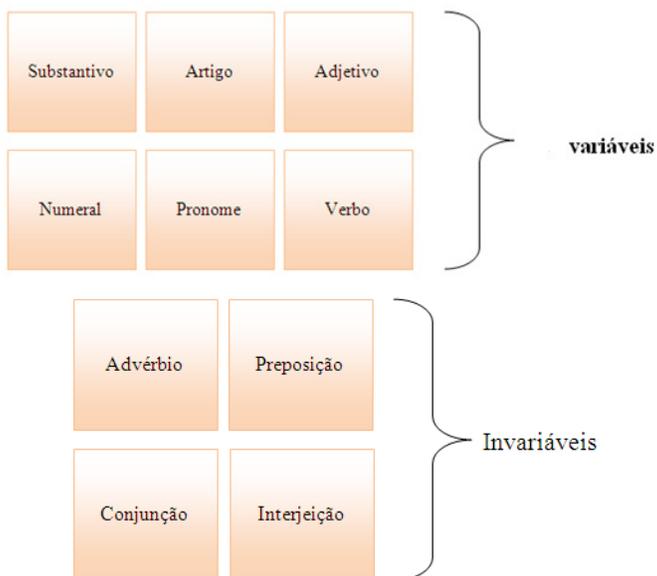


Figura 2: Categorização gramatical tradicional

Fonte: Elaboração própria

Ambas as classificações mostram-se equivocadas na medida em que não conseguem abarcar certos elementos que se mostram híbridos. Tais elementos, em vez de contribuir para se repensar a categorização estabelecida, muitas vezes, são infelizmente deixados de lado, esquecidos ou, no máximo, julgados como “incorretos”, “errôneos”, “esquisitos” por não se encaixarem em categorias que, na verdade, não dão conta da realidade. A classificação exposta na figura 1, por exemplo, não conseguiria alocar animais como os ornitorrincos - que mamam quando pequenos, mas vivem na água e são ovíparos e providos de bicos; assim como o que se expõe na Figura 2 não se mostra muito útil quando nos deparamos com itens lexicais como *alto*:

- 1-) Ela é uma garota *alta*.
- 2-) Ela costuma falar muito *alto*.

A ineficácia das categorizações tradicionais expostas deve-se justamente ao fato de que nos dois casos se parte de uma disjunção exclusiva. Em outras palavras, para este viés, o ornitorrinco só poderia ser *ou* uma ave *ou* um mamífero e *alto* seria *ou* um adjetivo *ou* um advérbio.

Contudo, como se vê, as características de ambos os exemplos apontam para uma região intermediária entre mamíferos e aves, no primeiro caso e entre adjetivos e advérbios, no segundo (haja vista que em 1, *alto* é um elemento não-nuclear do sintagma [uma garota alta] que modifica atributivamente o substantivo *garota* e, por ser-lhe um satélite, assume o mesmo gênero (feminino, materializado na desinência -a) que o substantivo por ele modificado; já em 2, *alto* não se apresenta flexionado, até porque não é requerido pela estrutura argumental de nenhum dos elementos e seu escopo incide sobre o verbo falar, configurando-se, pois, como uma “predicação de uma predicação” (CASTILHO ET ALS., 2008), aproximando-se mais do comportamento de advérbios); algo mais próximo do que está representado abaixo:

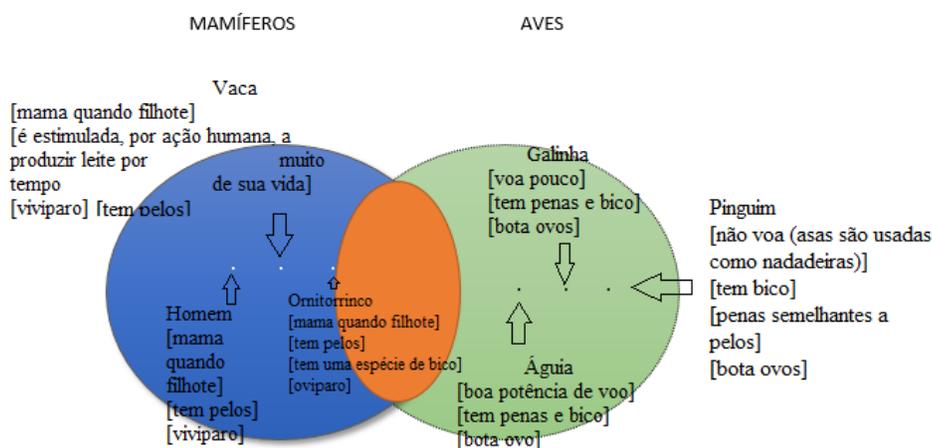


Figura 3: Classes MAMÍFEROS e AVES de um ponto de vista cognitivo-funcional

Fonte: Elaboração própria

Como se vê, é notório o caráter de gradiência da figura anterior. Nela, também se mostram conjuntos que, em vez de compartimentos estanquamente delimitados, têm elementos dispostos no centro e outros mais à periferia de um desses conjuntos (próximos à intersecção com o outro). Desta perspectiva, haveria elementos com mais traços comuns à categoria e outros com menos e, por isso mesmo, os primeiros seriam exemplares de tal categoria ou, para sermos mais específicos e utilizarmos uma terminologia trabalhada por autores como Abreu (2010) e Ferrari (2011), seriam mais prototípicos.

Nesta mesma esteira, o item *alto*, pelo que foi exposto no parágrafo anterior, ocuparia posições distintas em cada um dos dois casos apresentados. Mais próximo dos adjetivos prototípicos em 1 e mais próximo dos advérbios mais prototípicos em 2.

Pelo que se vem explicitando até momento, espera-se que o leitor coadune com a opinião de que algumas classificações precisam ser revisadas, principalmente a de gramáticos que não se preocupam em justificar suas proposições – como afirma Perini (2001).

Aliás, o referido autor chama a atenção para o fato de que qualquer classificação deve seguir um objetivo claro e determinado. A fim de cumprir tal determinação, é mister afirmar que a proposta de classificação por nós apresentada neste texto tem o objetivo de revisar criticamente algumas classes estabelecidas por alguns linguistas, apontando questões problemáticas e propondo as modificações necessárias para a descrição de nosso idioma. Na verdade, de forma mais específica, pretende-se estabelecer uma “classificação” que dê conta de explicar, em primeiro lugar, a natureza morfológica (e sintático-semântica) do que se denomina particípio passado em frases reais de uso.

A escolha do objeto de estudo deveu-se sobretudo à constatação de que ele seria um dos elementos híbridos para os quais nem sempre se apresentam descrições adequadas, os ornitorrincos linguísticos por excelência, ou, retomando a etimologia da própria palavra (oriunda da adjunção do substantivo latino *partis* ao verbo *capio*), os itens que podem tomar parte de mais de uma classe de palavras. Como expõe Castilho (2012):

Se imaginássemos um quadro em que se inscrevesse a classe dos verbos plenos numa extremidade e as classes de substantivos, adjetivo e advérbio, na outra, o infinitivo, o particípio e o gerúndio ocupariam a coluna do meio nesse quadro imaginário, em sua qualidade de formas quase verbais, ou seja, de formas verbais não prototípicas

Verbo pleno	Infinitivo Particípio Gerúndio	Substantivo Adjetivo Advérbio
/+Verbo/	/+Verbo/	/-Verbo/

(CASTILHO, 2012, p. 408).

Já o uso do blog se justifica na medida em que pretendíamos abarcar até mesmo construções inovadoras e, apesar de a escrita demandar um nível de formalidade maior

que uma interação oral, pelo menos a priori; o espaço digital em questão caracteriza-se por apresentar um considerável nível de informalidade (se comparado a postagens de uma revista especializada em questões linguísticas, por exemplo); de modo que se esperava que os comentaristas e os próprios redatores do post principal se preocupassem menos com a forma do dizer, do que com o conteúdo a ser dito – o que pressuporia uma monitoração linguística não tão elevada.

Mas, antes de apresentar efetivamente nossa proposta de análise (que faz eco à Figura 3 e ao que já se comentou sobre o estatuto categorial de *alto*), voltemos a falar um pouco mais sobre categorização.

## O ESTABELECIMENTO DE CLASSES DE PALAVRAS: HAVERIA “RECEITAS”?

Como expõe Abreu (2010), o processo de categorização não é universal, pois muda dependendo da cultura social e do momento histórico. Portanto, retomando uma dicotomia gerativa poderíamos dizer que todas as línguas formam categorias (um *princípio* universal), embora cada uma delas categorize o mundo à sua maneira (ou seja, os *parâmetros* para isso são diferentes), na medida em que a maneira pela qual recortamos o mundo ao nosso redor e o analisamos classificatoriamente depende e muito de nossos óculos ideológicos, históricos e culturais. A categoria ANIMAIS COMESTÍVEIS, por exemplo, não é a mesma em todos os países. Os franceses se alimentam de cavalos e rãs, os brasileiros não e os indianos, para os quais comer carne é uma abominação, muito menos. (ABREU, 2003).

Pode-se dizer, portanto, que:

A linguística descritiva e tipológica tem mostrado, no que diz respeito à questão das classes de palavras, a importância dos critérios internos que cada língua oferece para estabelecer uma categorização dos itens de seu léxico em partes do discurso e a dificuldade (para não dizer a impossibilidade) de se identificar critérios universais para definir certas categorias, como a do adjetivo. (Machado Estevam, 2015, p. 141).

Neste sentido, Bechara (2009) deixa claro que focaliza seus estudos no português, dividindo as palavras em lexemáticas (substantivos, adjetivos, verbos e advérbios), categoremáticas (pronomes e numerais) e morfemáticas (afixos, artigos, preposições e conjunções). As primeiras seriam, para ele, dotadas de significado lexical, correspondendo a algum elemento do mundo extralinguístico; as segundas seriam apenas formas gramaticais sem uma substância do mundo material, sem um significado lexical ou, no máximo, com um significado lexical não específico (genérico) referente a questões como “pessoa”, “tempo”, “coisa” e “lugar”. Já as últimas seriam “instrumentos” para atualizar, pluralizar as outras.

Além disso, ele postula que “as palavras lexemáticas e categoremáticas só estão categorialmente determinadas como substantivo, adjetivo, verbo e advérbio quando estão integradas na oração, atualizadas no discurso”<sup>2</sup>. (BECHARA, 2009, p. 110).

<sup>2</sup> Ou seja, as palavras se materializam, sobem à superfície linguística por meio de sintagmas. Mesmo a ocorrência isolada de “bonito”, por exemplo, forma um Sintagma nominal. Por concordarmos com tal asserção de Bechara (2009), não acreditamos que se deve analisar categorias “no nível de dicionário”, como propõe Perini (2001); porque se assim for feito, se o analista se preocupar apenas com “o que poderia ser”, pode não chegar ao que uma entrada lexical realmente é em seu contexto de ocorrência – e itens que têm funcionamento diferente (e esse funcionamento é um dos critérios

Aliás, o autor apresenta ainda quatro possibilidades de análise e constituição das palavras: a) como puras formas (neste sentido “amo” só poderia ser classificado como um dissílabo, paroxítono), b) como lexemas ou formas léxicas (*verde* lexicalmente tem relação semântica com a coloração resultante da mistura entre o azul e o amarelo, independente se tem significado categorial de substantivo ou adjetivo), c) formas categoriais ou categoremáticas (quadro seria um substantivo independentemente de qual fosse o significado lexical, de que quadro se estivesse falando, se o quadro de um pintor ou o um quadro de futebol), formas com significado léxico e categorial (a palavra portuguesa ‘amo’, por exemplo, quando apresenta significado lexical ‘senhor’, adquire significado categorial substantivo; já, quando equivale a ‘quero bem’, ‘estou sob a influência de sentimento amoroso por alguém’, passa a ter significado categorial de verbo).

É ainda de suma relevância a afirmação do autor de que:

[...] uma mesma palavra enquanto forma lexical poderá figurar em classes distintas se apresenta diferentes significados categoriais, como foi o caso de *verde* (adjetivo: “folha *verde*”, e substantivo: “o *verde* da folha”) e *amo* (substantivo e verbo) [...] Em suma, não podemos querer que a palavra *verde*, substantivo, pertença à classe da palavra *verde*, adjetivo, apenas porque tem o mesmo significado lexical. [...] Se tomarmos por critério a forma lexical, “verde será uma só e mesma palavra”, assim como “amo”, se estabelecermos como forma categorial e lexical, “verde”, adjetivo, e “verde”, substantivo serão duas palavras diferentes, assim como “amo” ‘senhor’ e “amo” ‘quero bem’<sup>3</sup>

para a classe, como ser [+ Mod]) podem receber a mesma marcação. Em ocorrências como “Ele era meu inimigo” e “Avistei um homem inimigo”, se seguíssemos as postulações do referido autor, marcaríamos *inimigo* como [+Mod] e [+NSN] nos dois casos porque ele pode se comportar como modificador e porque ele pode ser núcleo do sintagma nominal. Vê-se que essa postura ignora o que ocorre efetivamente, pois *inimigo* no primeiro caso está sendo modificado pelo pronome possessivo *meu*, configurando-se, portanto, neste caso, como [-Mod], mas [+NSN]; e, no segundo, modifica adjetivamente o núcleo (*homem*) do sintagma no qual está inserido, sendo, assim, [+Mod] e [-NSN].

Além disso, em vez de conversões, Perini (2001) diz que um item teria já uma potencialidade e aí parece ignorar que as línguas mudam porque essa potencialidade pode não ter sempre existido. Mesmo que seu propósito for servir a uma avaliação não diacrônica (sincrônica, portanto), não se pode negar que mesmo a sincronia traz mudanças em curso e esse modelo não dá conta de analisá-las.

Contudo, isso não significa que é tudo um caos e que todas as palavras vão variar ad infinitum a cada frase- o que impossibilitaria estabelecer quaisquer classes. As mudanças são lentas e graduais (e os usos – sejam eles inovadores ou conservadores -, como atestam Tarallo (2005) e WEINRICH; LABOV & HERZOG (2006), estão à mercê de fatores linguísticos e extralinguísticos). Nossa opinião é que as classes se definem sim pela presença/ ausência de traços, mas estes traços devem ser anotados em situações reais de uso. Acresce que embora nem todas as classes se relacionem, em nossa ótica, as categorias seriam não gavetas, mas conjuntos com fronteiras e limites penetráveis, já que alguns destes conjuntos se inter-relacionariam em áreas de interface, que demonstrassem o compartilhamento de certos traços e abarcasse elementos menos prototípicos.

Ou seja, traços potenciais até poderiam ser usados, mas mesclados com marcações das funções sintáticas, argumentais, semânticas e afixos efetivamente presentes na frase em estudo e também partindo desta frase de ocorrência (e não conjecturando hipóteses sobre outras posições que a mesma forma poderia ocupar em outras frases, como faz o referido autor). Em nossa análise, não partimos de abstrações, de possibilidades outras, mas dos dados como estão e só usamos traços potenciais que não afetam o papel de modificador ou modificado, de núcleo ou periferia de sintagma que o elemento está realizando na construção averiguada. Não usamos, por exemplo, como critério de marcação a possibilidade de ser núcleo do SN em uma construção X, mas não o ser em uma Y. Em vez disso, para confirmar o caráter adjetival de um elemento, por exemplo, averiguamos se no contexto em que ele ocorre pode ou não receber afixos e ser modificado por advérbios que habitualmente são ligados a adjetivos.

3 Discordamos dessa última afirmação, pois no caso de *amo* há sim duas entradas do léxico porque estamos diante de uma homonímia, já que os significados lexicais de ‘senhor’ e ‘querer bem’, ‘nutrir sentimento amoroso por’ não estão relacionados. Mas no caso das diferenças entre *verde* substantivo e adjetivo eles se diferenciam apenas quanto à função, o significado lexical é o mesmo. Portanto lexicalmente é a mesma palavra com uma polissemia (mesmo quando

Neste sentido, nos utilizaremos neste trabalho da noção de que as palavras de nosso corpus (os participios passados) são dotadas de significado léxico e gramatical e, mesmo sincronicamente, podem, inclusive por mecanismos de derivação (muitas vezes conversões), se mover no continuum de suas categorias, passando a ser mais ou menos marginais e até mesmo a ocupar regiões fronteiriças com outras categorias.

Mas continuando a discussão sobre o estabelecimento de categorias, pode-se afirmar que Monteiro (2002), embora considere aceitável uma interpretação conjunta, de cunho morfossintático, também argumenta que classe (para ele nomes, pronomes e verbos) é algo da alçada da morfologia e da semântica, enquanto função (substantivo, adjetivo, advérbio) seria mais para a sintaxe.

Essa distinção é próxima à de Perini (2001). De acordo com ele, deve entrar nos critérios de classificação as funções sintáticas que a palavra em destaque pode desempenhar, ou seja, o *potencial funcional*. Dizendo de outro modo, **pertenceriam a uma mesma classe palavras que têm potencial funcional idêntico**. (PERINI, 2001, p. 315).

Além disso, ele distingue classes de funções dizendo que as primeiras independem do contexto, enquanto as segundas têm estreita relação com o papel do item a ser classificado com as demais palavras da frase em que está inserido e exemplifica dizendo que “Pedro é substantivo porque pode ser sujeito ou objeto.” Para ele:

um elemento linguístico **está desempenhando** uma função quando ocorre em determinada oração; e **pertence** a uma classe independentemente da oração em que ocorrer. [...] As palavras, especificamente, são classificadas em seu “estado de dicionário”, mas só adquirem função a partir de sua inserção em uma estrutura bem formada. (PERINI, 2001, p. 316-3170).

O autor afirma ainda que se deve estabelecer duas classificações separadas: uma gramatical (que leve em conta aspectos morfo-sintáticos) e outra semântica. Por um lado, isso faz certo sentido, pois palavras como *sim* e *não*, por exemplo, podem, como indica o próprio autor, semanticamente ser respostas afirmativas ou negativas a uma questão, mas normalmente *sim* tem um comportamento sintático não semelhante a *não*, pois enquanto *sim* não modifica participios e nem verbos (como demonstram as construções agramaticais “\*Todos os sim-convocados devem comparecer às provas” e “\*Maria sim está doente”), *não* pode cumprir tais funções (“Todos os não-convocados num primeiro momento terão direito à revisão do indeferimento” e “Maria não está doente”).

Contudo, e por outro lado, não se pode negar que, muitas vezes, quando uma palavra passa a se comportar sintaticamente de maneira inovadora, isso tem implicações semânticas. Comparemos, por exemplo, as frases abaixo:

3-) Eu tinha *feito* um bolo.

4-) Comi bolo *feito* um louco.

Vemos que em 3-) o participio está inserido numa perífrase verbal indissociável, na qual nada pode ser adicionado (\*Eu tinha não feito um bolo), cujos integrantes não podem ser invertidos (\*Eu feito tinha um bolo) e que segue as prescrições semântico-argumentais

---

está em o *verde*, equivalendo à ‘mata’, há a relação semântica de que a mata é verde).

do verbo fazer (significando ‘preparar’, ‘originar, produzir com as mãos’, devendo ser complementado por um agente e um resultativo); tendo, portanto, uma natureza mais verbal. Já em 4-) há não apenas uma diferença sintática (em relação a 3), pois, nesta última construção, *feito* serve de intermediário comparativo entre “comi um bolo” e “um louco” (equivalendo a ‘Comi um bolo como um louco (comeria)’), não serve com predicador verbo-argumental (este papel é desempenhado por *comer* que se encontra materializado na sua flexão de 1ª pessoa do singular do indicativo presente, *comi*) e, até por isso, sua presença não indica que o ato de comer o bolo produziu um louco (essa interpretação foi, no caso, desabilitada). Ou seja, em 4, *feito* está muito próximo de uma conjunção comparativa.

Assim, para nosso objetivo (já explicitado anteriormente), esta distinção entre aspectos morfossintáticos, de um lado, e semânticos, de outro, parece não ser muito útil.

Além disso, são necessários outros destaques. O primeiro deles se refere ao fato de que a afirmação de que as palavras só adquiririam função nas frases pode levar à interpretação de que esse “estado de dicionário” já é pré-estabelecido de antemão a qualquer realização efetiva. A pergunta que fica é: como esse “estado de dicionário” dá conta das inovações linguísticas? Se a alocação de uma palavra a uma classe independe da sintaxe, como se explicam as construções sintáticas inovadoras (que levam a semânticas também inovadoras)?

Acresce que, de Perini et als. (1998) a Perini (2001) existe, no mínimo, uma mudança de opinião que beira a incoerência. No artigo de 1998, é dito que quando se realiza uma classificação de itens lexicais, deveriam ser classificados o que ele chama de *palavras* e não os *lexemas*. Estes últimos são por outros autores do léxico (como VILLALVA & SILVESTRE, 2014) denominados de *formas de citação* ou *lemas* e englobam as informações lexicais paradigmáticas (como a representação fonológica, as formas morfossintáticas variáveis e as possibilidades semânticas) de uma dada “*palavra*” ou *forma-ocorrência*. O lexema **bater**, por exemplo, corresponde a um conjunto de várias possibilidades de realização: *batendo, batia, batíamos, baterei, bato etc.* Neste mesmo artigo, alertava-se para a flexibilidade categorial dos itens lexicais, ou seja, sobre sua “capacidade de mudar de classe (semântica e/ou morfossintática) segundo as necessidades expressivas do falante” (PERINI ET ALS., 1998, p. 7). Ora, basear-se nas ocorrências e não nos lexemas (ou seja, nas realizações) é diametralmente oposto a classificar pelo **potencial funcional**. E esse último tipo de classificação não tem muito préstimo para o caso dos participípios. Em nossa opinião, é impossível dizer que, independente do contexto em que aparecem, a mesma forma participial pertence a uma mesma e única classe, haja vista as diferenças já mostradas entre exemplos como 3-) e 4-).

Uma afirmação como 3-) e 4-) pertencem a classes diferentes porque têm potenciais funcionais diferentes também não se sustenta porque não se percebe que essa única forma (*feito*) pode ter mais de um papel no “estado de dicionário”. Para chegar a esse estado de dicionário, há necessidade de primeiramente observar seu comportamento em várias frases para aí sim tentar elaborar generalidades, até porque, em qualquer nível de descrição, para chegar ao êmico (a abstrações no nível de sistema) é necessária uma averiguação anterior das realizações possíveis (do ético)<sup>4</sup>.

4 A distinção entre ético e êmico nada mais é que uma reinterpretção da dicotomia fonético X fonológico postulada na

Acresce que nos afastamos um pouco dos postulados de impossibilidade de se usar critérios semânticos para classificação de palavras. Embora a Semântica realmente não deva ser critério único, cremos que, associada a questões sintáticas e morfológicas, ela pode ser um ponto utilizado.

Assim, não acreditamos que *classes* sejam completamente distintas de *funções*, até porque exercer determinada função num contexto específico de uso é um traço potencial que pode distinguir uma classe, o que indicaria uma projeção do paradigma no sintagma. O próprio Monteiro (2002) fala que é possível falar em morfossintaxe. Mas é importante que fique claro que não estamos colocando a morfologia como “subordinada” e nem dependente da sintaxe ao dizer isso. Afirmamos apenas que, ao menos para o nosso objeto de análise, há uma inter-relação entre ambas – e entre a semântica também - num aspecto que demonstra certa indissociabilidade entre *forma* e *função* (RODRIGUES, 2013).

Pensar o contrário aproxima-se do estabelecimento das caixinhas que não se relacionam e que, justamente por isso, já foram criticadas na seção introdutória. Por isso, analogamente a Arruda (1978), postulamos que, a depender do contexto sintático e de como são interpretadas, as palavras podem se mover no contínuo dos conjuntos de palavras na qual estão alocadas. Muitas vezes, uma posição favorece uma leitura a outra e seria, portanto, mais interessante se falar em conjuntos de palavras, do que em classes como gavetas não relacionadas.

Nesta ótica, existiriam sim fronteiras, mas elas não seriam intransponíveis. Em vez de tal intransponibilidade, cremos que cada classe-conjunto apresenta um certo aglomerado de traços característicos (embora alguns traços existam em mais de um desses conjuntos), mas a depender de como o membro desse conjunto se comporta numa frase, acaba por se mover dentro de um continuum de prototipicidade.

Assim, não postularemos novas classes de palavras para o português, mas tentaremos mudar a forma pela qual as já postuladas pela tradição gramatical são concebidas. Em vez de distribuir os participios passados encontrados entre compartimentos estanques, buscamos uma aproximação com as declarações de Castilho (2012) de que os itens estão integrados em graus diferentes em sua categoria e podem, desta forma, estabelecer relações com outras classes. Tentaremos, desta sorte, explicitar seu status categorial dispondo-os entre séries de *continua* inseridos em conjuntos que se interseccionam, algo próximo ao que foi mostrado na Figura 3.

Mas isto é tema para as próximas seções. Por hora, voltemos à questão de categorização, por meio da afirmação de que, por um lado, há estudiosos que alocam substantivos e adjetivos como subtipos da mesma classe *NOMES*. Outros estudiosos – dos quais nos aproximamos mais- mantêm essa distinção (entre eles, CASTILHO, 2012), utilizando-se de critérios morfológicos e sintáticos como o fato de, no Português, por exemplo, os substantivos ao contrário dos adjetivos, normalmente repelirem os sufixos {-*vel*}, responsável, por uma derivação de modo, como em amável (“que pode ser amado”); {-*íssimo*}; {-*mente*} – que acarreta a formação de advérbios – e {-*oso*, -*al*}. O Prefixo in- por exemplo é repellido por substantivos (\**iprofessor*,\**inhomem*), mas facilmente adicionado a muitos adjetivos: *inimaginável*, *intragável*, *impensável*. Além disso, os adjetivos num sintagma nominal teriam geralmente uma função atributiva (um carro *caro*) e predicativa Linguística por Pike (1966; 1971).

num sintagma verbal (o carro é *caro*), podendo ser, inclusive, intensificados (carro muito caro) e, ainda, assumir formas comparativas e superlativas (“um carro mais caro que uma casa” e “um carro caríssimo”). Acresce que o substantivo normalmente não pode ser graduado (o que torna agramaticais frases como “\* Ele é muito amigo de longa data”) e, quando o é, acaba se aproximando de um elemento adjetival. Há ainda uma distinção mórfica que, inclusive, tem relação com a diferença dos papéis sintáticos. Como afirma Sandmann (1993), o gênero do substantivo é imanente à língua, já o do adjetivo depende do gênero do substantivo de que é expansão, satélite ou complementador não nuclear (na denominação de Castilho (2012)).

Aliás, exemplares desse segundo posicionamento são as considerações de Perini (2001), Acácio (2013), Rio-Torto (2006), Castilho (2012), Bechara (2009), Camacho; Dall’Aglio-Hattner, & Gonçalves (2008) – algumas delas centradas em apenas uma das duas referidas classes.

O primeiro destes autores, embora faça a ressalva de que os limites entre substantivos e adjetivos às vezes parecem tão pouco claros que é possível duvidar de que se trata de duas classes distintas, afirma que: “*inimigo* não é um substantivo que às vezes se transfere para adjetivo, nem o oposto. Trata-se, pura e simplesmente de uma palavra cujo potencial funcional inclui tanto a possibilidade de ser núcleo do SN quanto a de ser modificador” (PERINI, 2001, p.) e que os substantivos se distinguem de adjetivos quanto a três traços. Enquanto os primeiros podem, em sua ótica, ser complemento do predicado, não podem ser modificadores e nem predicativos (e por isso teriam os traços [+CP], [-Mod], [-Pv]), os segundos receberiam a marcação positiva para esses três traços ([+CP]), [+Mod] e [+Pv]. (PERINI, 2001, p. 323). De acordo com o mesmo autor, haveria dois subtipos de substantivos e dois de adjetivos, sendo que o primeiro sub-grupo de adjetivos poderia ainda ser subdividido em 4 grupos. Os substantivos tipo 1 (nos quais o autor aloca *ele*, *aquilo* e *tudo*) teriam como traços [-T,SN]; [+NSN]; [-Int-], [-PN], [-íssimo] porque, para ele, não poderiam ocorrer com outros elementos em um sintagma nominal, poderiam ser o núcleo do sintagma nominal, não são passíveis de intensificação, nem de serem pré-núcleos e muito menos de serem modificados pelo sufixo -íssimo. Já os substantivos tipos 2 (como o nome próprio *Patrícia*) se distinguiriam dos de tipo1 apenas por possuírem o traço [+T,SN]. Por sua vez, os adjetivos de tipos 1 seriam [+Int-], enquanto os de tipo 2 (como presidencial) seriam negativos para este traço ([-Int-]). Haveria ainda quatro subclasses para os adjetivos de tipo 1. A primeira delas englobaria elementos como *trabalhador* e se distinguiria pelos traços [+T,SN]; [+NSN], [-PN], [-íssimo]. A segunda (de *inimigo*) receberia as marcações [+T,SN]; [+NSN], [-PN], [+íssimo]. Já a terceira (de *verde*) seria [+T,SN]; [+NSN], [+PN], [+íssimo], e a última (de *exato*), [-T,SN]; [-NSN], [+PN], [+íssimo].

Duas ressalvas ao pensamento exposto são necessárias. A primeira delas refere-se ao fato de que este modo de pensar, a nosso ver, é anti-econômico. Castilho (2012), por exemplo, atesta que o particípio passado do verbo fazer está em vias de se transformar numa conjunção, em casos como “Ele vive a vida *feito* um louco”, tal qual já ocorreu com as formas irregulares dos verbos *salvar* e *excetuar* (que de construções mais verbais como “O menino foi salvo” passaram também a poder ser usadas em construções conectivas como “Todos estão convidados, exceto aqueles de quem não gosto” e “Salvo engano, você já havia escrito isso”). Assim, se seguissemos as proposições de Perini (2001), o que

afirmaríamos quanto ao elemento *feito*? Que ele simplesmente tem o potencial de ser núcleo do predicado e, ao mesmo tempo, de coordenar partes do discurso? Mas sempre teve? Desde quando passou a ter? Ora, neste caso especificamente, vemos que a possibilidade de coordenar ou subordinar termos é um traço potencial distintivo, mas será que há um número de palavras considerável com o mesmo comportamento para os quais valeria a pena criar uma nova classe [+coord, +NPred]? A questão é que esta é uma construção inovadora, nem sempre foi assim e talvez não haja muitas palavras que se comportam da mesma forma. Ou seja, é mais econômico pensar que ele está passando a uma conjunção.

A segunda ressalva diz respeito à divisão elaborada dos substantivos em duas subclasses que divergiriam apenas quanto a um traço: a possibilidade (ou impossibilidade) de formar um sintagma nominal com outros elementos (ser + ou – [T, SN]). Como o único traço distintivo entre esses dois “tipos de substantivo” é esse, levantamos o questionamento se realmente há esses dois sub-conjuntos, uma vez que palavras como *ele*, *aquilo* e *tudo* podem sim ocorrer com outros elementos em um sintagma nominal. É possível a frase “Meu namorado é meu tudo”, além do que seria possível construir uma frase como “O aquilo a que me referi anteriormente não equivale a este aquilo desta frase”. Numa aula de português, imaginando que um docente está tentando explicar o “ele” como uma terceira pessoa do discurso pode dizer algo como: Nós estamos falando de um assunto X e o grupo que está no fundo de outro assunto Y. Portanto, nosso *ele* é diferente do *ele* deles.

Ou seja, para nosso objetivo, a classificação proposta por Perini não demonstra muita utilidade. Lobato (1999) parece ter uma opinião próxima à nossa ao afirmar que os participios passados podem se comportar, entre outras coisas, como adjetivos (o que ela chama de [+A]) ligados a um substantivo (chamado por ela de “N”) ou como verbos ([+V]). Em sua perspectiva:

Quando se comportam como [+A], precisam de N para alcançar sua referência, sendo então necessário que cheguem ao nível sintático para atingi-la. Quando se comportam como +V, denotam situação e, igualmente, precisam de uma estrutura maior para alcançar sua referência, que então diz respeito a uma dada ‘cena’, sendo, pois, de novo, necessário que atuem no módulo Sintaxe para sua referência ser definida: no nível do Léxico, participios designam propriedades que têm um denotatum mas não um referente. [...] ***os participios são elementos de construção sintática*** (passiva ou tempo composto, por exemplo) e, por isso, ***só alcançam sua referência na Sintaxe***. Isso ocorre mesmo quando têm uso adjetival, dentro de um sintagma nominal (como em porta *aberta*) ou oração (uso como predicado verbo-nominal), pois também neste caso denotam propriedade predicada do referente definido por outra categoria. (LOBATO, 1999, p. 58, grifos nossos).

Voltando aos autores que concebem adjetivos como uma classe apartados dos substantivos, pode-se dizer que Acácio (2013) propõe uma categorização interessante quanto a substantivos, que mescla critérios de natureza semântica, sintática e morfológica.

Dentre as funções dos substantivos elencadas por Schachter (1985), Acácio (2013) cita a possibilidade de ser o núcleo do sujeito ou do objeto, poder funcionar como predicativo acompanhado ou não de cópula.

A autora discorre ainda sobre as categorias sintáticas e morfológicas que podem ser

aplicadas aos substantivos, como caso, número, classe ou gênero e definição.

Levando-se esse fato em consideração, propõe-se que a classificação deve se baseada também em oposições formais do “paradigma derivacional”, como a possibilidade dos substantivos (palavras variáveis) admitirem os sufixos correspondentes a pequeno (-inho ou -zinho), os sufixos correspondentes a grande (-ao ou -zão). Mas, como existem artigos, pronomes e advérbios que podem receber esses sufixos, são necessárias mais distinções. A rejeição da flexão gênero-numérica por pronomes e advérbios pode estar entre elas.

Além disso, também são listados os critérios sintáticos (“Macambira (1993 p. 34) anota que pertence à classe do substantivo toda palavra que se deixar preceder por artigo” (ACÁCIO, 2013, p. 14)) e semânticos (“[...] observa-se em Macambira (1993 p. 34-35), que o substantivo é a palavra que serve para designar os seres” (idem, ibidem)).

Por fim, Acácio (2013), cita as definições de Biderman (2001), autora que postula ser necessário dizer que, além de serem nomeadores por excelência da realidade e serem flexionáveis em gênero e número, em português, substantivos podem sofrer determinação dêitica (como “*Este menino é bom*”) e modificação (atributiva: “o bom menino é inteligente” e predicativa: “O menino é bom”) e servem “[...] privativamente, de núcleo do sujeito, do objeto direto, do objeto indireto e do agente da passiva. Toda palavra de outra classe que desempenhe uma dessas funções equivalerá forçosamente a um substantivo (pronomes substantivo, numeral ou outra classe substantivada).” (BIDERMAN, 2001 p. 259 apud ACÁCIO, 2013, p. 18).

Já Rio-Torto (2008) considera que os valores mais representativos dos adjetivos seriam o qualificativo, o classificatório, o argumental e o predicativo. Tal classe seria, para ela, não homogênea, com natureza gregária por sempre estar vinculado, seja a um nome, seja a um verbo e, diferentemente de um substantivo, não passível ser determinante ou especificador mas ocorrer como modificadores antepostos ou pospostos e como complementos (como *fácil de conseguir, ávido de poder, amigo dos outros, ansioso por partir*) prototipicamente pospostos.

Enquanto um substantivo teria prototipicamente uma função de denominação (como em *Mário é economista*), o adjetivo (como em *João é fascinante*) normalmente predica, ou seja, “normalmente atribui e/ou modifica determinada propriedade ao denotado pelo nome a que se encontra associado” (RIO-TORTO, 2006, p. 105).

Acresce que os adjetivos de nacionalidade e os de nomes próprios só seriam graduáveis quando adquirirem uma conotação estereotipada (como em “a. ela é tão nórdica!, b. ela é mais britânica do que os britânicos!, c. eles saíram mais americanos do que se pensava, d. o João é bem transmontano/nortenho!”), você é muito quixotesco, muito maquiavélico).

Passando agora a expor a ótica de Castilho (2012), pode-se dizer que, segundo ele, a propriedade básica de um substantivo é referenciar, designar, denominar seres e coisas. Ao lado do pronome, pode ser o núcleo de um sintagma nominal, sendo que este núcleo pode ter à sua esquerda especificadores (artigos, demonstrativos, possessivos, quantificadores e pronomes) e à sua direita sintagmas preposicionais ou adjetivais. Já os adjetivos num sintagma nominal teriam, para ele, geralmente uma função atributiva

(um carro *caro*) e predicativa num sintagma verbal (o carro é *caro*), além de poderem ser intensificados (carro muito caro) e assumir formas comparativas e superlativas (“um carro mais caro que uma casa” e “um carro caríssimo”).

Castilho (2012), ainda trata da adjetivação de outras classes: como a dos substantivos por intensificação (“ele é muito homem”).

O autor afirma que, em português, os adjetivos num sintagma nominal funcionam como um adjunto adnominal (“A situação *brasileira* é terrível”) que agrega propriedades semânticas ao núcleo ou são núcleo da minissentença (chamada também de predicativo do complemento pela tradição gramatical) em sintagmas verbais (“A sala estava *cheia* de convidados”), predicando os sintagmas nominal e verbal simultaneamente (sala *cheia* estava *cheia*). Fora da sentença são adjuntos hiperpredicadores adsentenciais, de certa forma semelhantes a advérbios (“*Invisível, macio, traiçoeiro*, o tempo passa”).

Ele fala de “transitividade” do adjetivo. Alguns elementos dessa classe podem selecionar argumentos, sendo, por isso, argumentais ou transitivos (contrário, diferente, demorado) e outros não (intransitivos como branco, rápido).

Tal classe concorda, a priori, em gênero e número com o substantivo a que se refere. Mas traços estilísticos (como a formalidade), semânticos e mórficos podem condicionar (ou desfavorecer) a marcação de pluralidade. Quando, por exemplo, um vocábulo tiver os traços [+informal], [+diminutivo] e [+humano], como em “aqueles cabelim branquim”, dificilmente será marcado em relação à pluralidade.

Versando sobre o mesmo assunto, Bechara (2009) argumenta que o inventário dos adjetivos seria aberto, podendo, desta forma, ser sempre aumentado. Tratar-se-ia, para ele, da classe constitutiva da delimitação do substantivo, que lhe denota uma parte ou um aspecto (“qualidade”).

Passamos, por fim, a expor as opiniões de Camacho; Dall’Aglio-Hattner, & Gonçalves (2008). Segundo tais autores, os substantivos seriam caracterizados frente a adjetivos por denominar e referenciar do ponto de vista semântico.

Uma das questões por eles levantadas é que, se por um lado, há itens lexicais como *mesa* e *lápiz* que quase inequivocamente são categorizados como substantivos; por outro, alguns podem ser enquadrados, a depender do caso, como substantivos ou como adjetivos e sua definição categorial seria possível, entre outras coisas, por meio da averiguação da relação sintagmática que o elemento em análise estabelece com o resto da frase /oração/ sintagma no (a) qual está inserido. Seguindo essa linha de raciocínio, que se distancia de Perini (2001) e com a qual temos certa afinidade, numa construção como “Contratou-se um operário americano”, o item *operário* é núcleo do sintagma nominal cujo sentido recebe restrição do adjetivo *americano* e a quantificação de *um* e, portanto, um substantivo; embora em frases como “O que está difícil de encontrar hoje em dia é um americano operário”, a forma *operário* esteja modificando adjetivamente o núcleo *americano*.

Além disso, eles atentam para o fato de que, às vezes, alguns substantivos são por contiguidade e economia reduzidos e omitidos e o elemento que antes o adjetivava<sup>5</sup> passa

5 Este é um ótimo exemplo do caráter mutável e dinâmico das línguas humanas naturais, que parece não ser considerado em classificações como as elaboradas por Perini (2001). Claro que as mudanças são lentas e graduais e dependem de estágios anteriores de concorrências entre as formas inovadora e a conservadora antes da consolidação, que, para se efetivar, não pode ser negativamente avaliada pelo grupo social. Apesar disso, vemos que os itens lexicais, tal qual a

a ser núcleo (e substantivo) do sintagma nominal. É esse o caso de construções como “Os japoneses lutaram na 2ª Guerra” (originária de Os *homens* japoneses, com resultante incorporação do traço [+humano a japoneses]), “Falamos do paleolítico superior” (advinda de “o período paleolítico superior” posteriormente à adjunção do traço [+periodização histórica]). Neste ínterim, também se comenta sobre a possibilidade de substantivação de outras classes como os infinitivos verbais (o passar dos anos), repetição de uma forma anteriormente verbal (o corre-corre), advérbios (o porquê da questão), numerais ordinais (os primeiros da sala) participios presentes (um concorrente) e passados (os concursados) e até mesmo de itens que originalmente eram conjunções, mas que, em contextos metalinguísticos passam a substantivos (este mas está mal empregado na sua redação).

Acresce que os substantivos são por estes autores classificados como itens referenciais (elementos de referência), denominadores de seres, entidades, ações, qualidades, ações ou estados de algum mundo (seja ele o por nós habitado, seja um mundo imaginado ou um recorte mental de nosso mundo) que auxiliam os interlocutores de quem os utiliza a identificar algum elemento, conjunto de elementos ou todos os membros do conjunto de uma espécie já disponível em seus modelos mentais ou a construir, introduzir uma nova entidade/espécie nesses modelos mentais e que podem ou não ter uma estrutura valencial que rege e seleciona argumentos.

Deve estar claro ao leitor que, até o momento, falamos mais pormenorizadamente de elementos não verbais. Como os participios também podem estar imbricados em relações com os verbos e também com elementos conectivos (haja vista a declaração de Castilho (2012) acerca do caráter conjuncional de elementos como *feito*), passamos a seguir a expor as declarações dos autores sobre as classes de verbos, advérbios e conjunções.

Quanto aos elementos que são tradicionalmente classificados como advérbios (e exprimem assunto, causa, compainha, tempo, condição, concessão, matéria, meio, modo, instrumento, intensidade, lugar onde, de onde (ideia proventiva) aonde ou por onde), Abreu (2003) afirma que sintaticamente eles podem ser adjuntos (não demandados pela estrutura argumental essencial do predicador seja ele um verbo, um substantivo ou um adjetivo) ou serem complementos essenciais para a gramaticalidade da oração, sobretudo quanto esta tem como centro algum dos seguintes verbos: *ir*, *colocar* e *caber*. Esta última afirmação – muito acertada, diga-se de passagem – se deve ao fato de que o verbo *ir* seleciona alguém que vai e um locativo indicador do destino (bi-argumental, valência 2), ao passo que *colocar* (cuja valência é 3, dada sua natureza tri-argumental) requer um agente (alguém que coloca), um paciente ou um objeto afetado (alguém ou algo que é colocado) e um locativo (onde esse paciente/ objeto afetado é colocado pelo agente), e *caber* (também de valência 3) precisa ser argumentalmente complementado por algo ou alguém que cabe em algum lugar; pois, ao menos que tais locativos estejam explicitados em algum ponto anterior ou posterior se pensarmos num texto, o interlocutor ao ouvir simplesmente algo como *\*Ele vai*, *\*Coloque o chave* e *\* A caneta não cabe* muito provavelmente perguntará para onde (ele vai), onde (se deve colocar a chave) e onde (a caneta não cabe).

---

própria língua, também são providos de dinamicidade e certa mobilidade no que concerne a seu status categorial. Não estamos afirmando que as palavras podem estar em qualquer classe a qualquer momento, mas que alguns dos conjuntos de palavras linguísticos imbricam-se em regiões de interface, possibilitando que seus integrantes desloquem-se para regiões centrais ou periféricas.

Castilho et als (2008), por sua vez, definem esses mesmos elementos como as palavras invariáveis, modificadores de constituintes (de um verbo, de um adjetivo, de outro advérbio) ou de toda a oração. Os autores afirmam que elas compõem uma classe de certo modo heterogênea<sup>6</sup> com membros mais prototípicos, e outros menos, como os adverbiais (sintagmas nominais ou preposicionais que funcionam, por vezes, como advérbios).

Apesar disso, elas teriam semelhanças em seu funcionamento e se distinguiriam dos adjetivos na medida em que só modificariam substantivos, segundo Castilho et als. (2008), em casos raros e muito específicos como *Ele é muito homem*.

Na verdade, um outro olhar que poderia ser lançado sobre esta última afirmação é que, embora *homem* seja original ou/e prototipicamente um substantivo em casos como *Aquele homem de ontem chegou* – nos quais funciona como núcleo do sintagma nominal e também elemento referencial denominador de algum ser, entidade, ação, qualidade ou estados de algum mundo (para retomar o que afirmam CAMACHO; DALL'AGLIO-HATTNER, & GONÇALVES, 2008); na frase pelos autores apresentada, *homem* já estaria, em nossa opinião, partindo para uma região intermediária com o adjetivo porque no caso não identifica, não nomeia um conjunto de seres biologicamente masculinos (como normalmente faria um substantivo), mas atribui adjetivamente características de virilidade a esse *ele*. Em orações como “Ele é professor”, professor já estaria em outro lugar desse mesmo continuum, dessa mesma região de interface entre substantivos e adjetivos (num ponto mais próximo dos substantivos prototípicos que o *homem* mencionado na oração imediatamente anterior) porque, embora predique qualitativamente “Ele” (traço comum aos adjetivos), essa predicação não é tão evidente como seria em *Ele é bondoso* e nem “tão forte” quanto a denominação do conjunto de pessoas que exercem a mesma profissão de docência - (e por essa questão de referenciação guarda traços de substantivo que são mais fortes que os de adjetivo). Aliás, é interessante notar que se nessa mesma frase adicionássemos um advérbio, isso faria com que o elemento *professor* se movimentasse no continuum, aproximando-se de uma região mais adjetival, por assim dizer, pois, muito analogamente a *Ele é muito homem, professor*, na construção hipotética *Ele é muito professor* (e numa leitura não-irônica), mais do que alocar o *ele* na classe de docentes, acaba por dotá-lo semanticamente de características que seriam próprias de bons professores, como ter boa didática, por exemplo. De qualquer modo, uma conclusão possível dessas análises é que advérbios só modificam substantivos menos prototípicos que estão em regiões fronteiriças com outras classes.

Mas voltando às exposições de Castilho et als. (2008, p. 408-409), pode-se dizer que os referidos linguistas postulam que os advérbios seriam operadores, predicados de predicados (predicados de segunda ordem, portanto) que sempre operariam sobre outras palavras, adicionando a elas propriedades semânticas das quais essas palavras isoladamente não dispõem, e / ou operando sobre o valor de verdade ou sobre a circunstância da sentença.

Já Perini (2001) postula que advérbios não aceitariam nem sufixos de diminutivos,

<sup>6</sup> Aqui é necessário expor nossa opinião divergente de que, no mínimo, pouquíssimas classes são real e totalmente “homogêneas”. Quase sempre há subclasses e, no limite, nenhuma delas o é. Há traços semelhantes entre os elementos de uma classe, mas eles sempre têm questões que os individualizam. Ora, uma baleia não é um golfinho, embora ambos sejam mamíferos. O homem também estaria nesse conjunto de animais porque mama quando pequeno e têm pelos pelo corpo, embora viva na terra e não na água, como os outros dois seres mencionados anteriormente.

aumentativo, e nem desinências de número e nem de gênero – o que, nas tradicionais gramaticais explicaria a sua alocação na super classe das palavras invariáveis. Ele também duvida da possibilidade de estabelecer uma única classe para os “advérbios” porque os comportamentos sintáticos seriam, em sua ótica, muito variados. De qualquer modo, ele esboça um começo de traços distintivos. Haveria os potencialmente negadores de verbos ([+NV] como *não*) os potencialmente atributos ([+Atr] como *rapidamente*), os passíveis de serem intensificadores e de serem adjuntos adverbiais ([+Int] e [+AA], como *completamente*), os potencialmente intensificadores e potencialmente adjuntos circunstanciais ([+Int] e [+AC], como *muito*) e os passíveis de serem intensificadores, adjuntos oracionais e atributos ([+Int], [+AO] e [+Atr], como *francamente*). Uma última questão que vale a pena mencionar é que o traço [+AC] também está presente na terceira subclasse de adjetivos (exposta anteriormente). A diferença entre os “advérbios” que servem de adjuntos circunstanciais (como ela mergulhou fundo e ele escreve rápido) dos adjetivos (como O rio é fundo e O trem é rápido) estaria no fato dos adjetivos não poderem ser intensificadores [-Int], mas poderem ser pré-núcleos e modificadores ([+PN] e [+Mod]).

Esse mesmo autor também fala – como Monteiro (2002) - dos elementos de conexão, dos “conectivos” que, no português, seriam subdivididos em subordinativos (responsáveis pela alteração da classe lexical de um sintagma ou de uma oração, como o *de* que, por exemplo, dá a possibilidade de um sintagma nominal [-Mod] como mãe – pela formação da locução adjetiva de mãe (materno)- funcionar como modificador) e coordenativos (como *e* e *ou* que conectam elementos de uma mesma classe num conjunto maior que pode ser alocado na mesma classe dos dois primeiros). Haveria três tipos de subordinativos: os relativos (já comentados anteriormente), preposições (antecessores de sintagmas nominais, com os quais formam um sintagma adjetival ou adverbial) e conjunções (antecessoras de orações, com as quais formam um sintagma nominal ou um sintagma adverbial).

Além disso, Perini (2001) fala da classe que nós denominamos como verbo. No português, seria “palavra que pertence a um lexema cujos membros se opõem quanto a número, pessoa, modo e tempo [...] e a única que pode exercer a função de núcleo do predicado”, sendo que lexema seria um “conjunto de palavra distintas entre si quanto à suas flexões (PERINI, 2001, p. 320).

Verbos, de acordo com ele, indicariam “ação, estado, fato ou fenômeno” e seriam constituídos internamente por um radical, uma vogal temática e pelas desinências número-pessoais e modo-temporais.

Para amparar o estatuto categorial do verbo, Castilho (2012) faz uso de propriedades gramaticais (morfossintáticas), semânticas e discursivas.

Ele afirma que, em sua constituição interna, um verbo - que pode ser pleno (núcleo da sentença que seleciona argumentos e a estes atribui papéis temáticos), funcional (transferem, em orações apresentacionais, atributivas e equativas, o papel de núcleo selecionador e organizador de argumentos a um elemento a sua direita, reduzindo-se, conseqüentemente, em meros portadores de marcas morfológicas) ou auxiliar (transferem o mesmo papel citado a verbos plenos em suas formas nominais) - é formado por morfemas vocábulo prefixais (*verbos* como *ser*, *ir*, *haver*, e *ter* que tradicionalmente são denominados de *auxiliares*) + um radical (adjunção da vogal temática à raiz) + morfemas flexionais

sufixais (sufixos modo-temporais inseridos no radical e seguidos dos número-pessoais).

Discursivamente, é o introdutor, apresentador de participantes no texto que os qualifica mediante predicação e alternância de tempos e modos.

Sintaticamente, de maneira geral é a parte central da sentença, parte transitiva que estrutura e seleciona os argumentos da sentença, já que os argumentos são requeridos pela rede argumental do verbo; o que está antes dele, normalmente é um sujeito e o que está depois, normalmente um complemento (objeto direto, indireto, predicativo do sujeito...). Juntos, o verbo e seus argumentos formam o predicado e entre os predicados possíveis estão os agentivos (como os com o verbo *fazer*), experienciais (denotadores de experiências, percepções, cognições ou estados afetivos pelos quais um sujeito passa como os de *saber, amar, pensar*), possessivos/ de transferência de posse (enviar, receber, ter, possuir), locativos;/ proventivos (estar em, ser de) causativos (abrir, destruir).

Já no que se refere à semântica, os verbos expressariam as ações, os estados e os eventos das coisas e exerceria função obrigatória de predicado.

Também estariam ligadas a verbos as questões de voz, aspecto e modo (indicativo c representaria o real, os conteúdos realizados no mundo; o subjuntivo: campos das suposições, situações irreais, imaginárias, mas possíveis e imperativo: ordem).

Uma última perspectiva que merece ser mencionada é a de Ilari & Basso (2008) que afirmam que o verbo (marcado por uma natureza imanentemente “incompleta”, haja vista que são exceções os verbos que – como os de fenômenos meteorológicos tal qual *chover, nevar*- não tomam argumentos, ou tomam “argumentos implícitos” como o lugar onde ocorre o ato de fala) cumpriria em português oito funções: 1-) servir de matriz ou molde sentencial (uma vez que deixa lacunas que podem ser previsivelmente preenchidas a partir da rede argumental do verbo em questão, o verbo *fazer*, por exemplo, seleciona um agente e um resultativo, algo que é produzido por esse agente), 2) colocar o estado de coisas descrito em perspectiva (se se disser X bateu em Y, em vez de Y apanhou de X, muda-se uma perspectiva), já que os sintagmas nominais que acompanham o verbo podem participar diferentemente desse estado de coisas (e isso teria relação com o que se chama tradicionalmente “voz”); 3-) obrigar o estudo de qual papel uma pessoa desempenha no discurso (se emissor/locutor, interlocutor/alocutário ou objeto tema de discussão), 4-) trazer, por suas flexões, informações temporais que localizam o estado de coisas descrito em relação ao momento de fala (numa relação de simultaneidade, ou não simultaneidade (anterioridade ou posterioridade)), 5-) definir modos de ação (se ela tem ou não uma conclusão previsível, se exprime algo duradouro ou pontual), 6-) veicular informações de aspecto (segundo uma perspectiva) que permitem dizer se o estado de coisas está sendo descrito em bloco ou divisivelmente, em uma de suas fases; 7-) possibilitar a apreensão de informações modais, ou seja, qual o compromisso assumido pelo falante quanto à veracidade do que é veiculado (se a ação se refere ao mundo real (caso do indicativo) ou a um mundo possível e/ou distinto do qual vivemos, no caso do subjuntivo, se ela é condicionada ou não- condicionada (e se for não-condicionada se é real ou irreal, sendo que neste último caso pode ser uma ordem ou uma não-ordem)), 8-) enfatizar, por meio da voz verbal, um determinado participante do evento em questão ou, nas palavras tradicionais, possibilitar que na posição de sujeito seja colocado quem pratica ou quem sofre a ação,

pois, para os autores, o elemento que está em posição final na sentença recebe acento e normalmente veicula uma informação nova.

Eles também listam sete critérios que, segundo a tradição linguística, devem ser satisfeitos para que um verbo seja auxiliar: i-) compartilhamento do mesmo sujeito entre esse “auxiliar” e o principal; ii-) ambos não podem ser afetados pela negação de maneira independente; iii-) com exceção de alguns adjuntos adverbiais e de certos pronomes átonos, é vedada a ocorrência de elementos entre os dois verbos, pois eles formariam um bloco indissolúvel; iv-) o conjunto dos dois verbos (principal e auxiliar) pode ser emparelhado a uma forma simples; v-) a matriz semântica da sentença fica por conta do verbo principal porque o auxiliar passou por um processo de esvaziamento de sentido; vi-) o verbo principal não pode se nominalizar de maneira independente; vii-) para realmente ser auxiliar, o verbo em análise deve estar na posição esperada para verbos auxiliares.

Uma outra questão digna de nota é que Ilari & Basso (2008) alocam construções com *ter+ particípio* nos chamados auxiliares de tempo, pois o uso de *ter criado filhos*, por exemplo, implica num recuo temporal (na medida em que o momento do evento descrito é sempre anterior ao momento de referência (que é o momento do evento associado ao tempo verbal do auxiliar)).

Vale dizer ainda que os autores alertam para casos que possibilitam duplas leituras. Em frases como i-) “Quais profissões são mais valorizadas atualmente?”, ii-) “Duas casas de Warchavchic que foram extremamente discutidas”, iii) “Elas são deturpadas” e iv-) “A atuação de professores franceses que não tinham ainda obra publicada era restrita e se exercia sobretudo através de cursos”.

Para começar, em iv haveria o que eles chamam de “falsa passiva” porque a ativa seria “Alguém restringe...” e a passiva, “Isso está sendo restringido”. Ou seja, *restrito* tem uso exclusivamente adjetival. Nas demais:

ao lado de uma análise “acional” (na qual conta a ação de valorizar as profissões/ ou a ação de discutir as casas de Warchavchic), é possível uma análise “qualificativa” (as profissões em questão têm a característica de ser prestigiosas) e as casas de Warchavchic a de ser bizarras e suscitar polêmica). A segunda análise ganha força com a presença de um advérbio de intensidade [...] (ILARI & BASSO, 2008, p. 353).

Expostas essas reflexões e observações, teceremos, na seção seguinte, comentários acerca das classificações que outros autores fizeram para os participios.

## AS CLASSES NAS QUAIS OS PARTICÍPIOS FORAM INSERIDOS PELA TRADIÇÃO LINGUÍSTICA

No que concerne a participios, Abreu (2003) comenta sobre o fato de muitos verbos terem duas formas para o participio passado (o que é conhecido como “abundância” ou “participios duplos”), sendo que para ele, essas duas formas apresentariam uma diferença quanto à presença ou ausência de dinamicidade. Falamos de casos como os de *benzer (bento/ benzido)*, *acender (acendido/aceso)*, *salvar (salvo/salvado)*, *aceitar (aceitado/ aceito)*, *eleger (elegido/ eleito)*, *enxugar (enxugado/enxuto)*, *expressar (expressado/*

*expresso*), exprimir (*exprimido/ expresso*) e ganhar (*ganhado/ ganho*). De acordo com o autor:

[...] quando os verbos têm participio duplo, geralmente a forma regular possui *aspecto dinâmico* e a irregular, *aspecto estático*. Dessa maneira, na voz ativa (quando o sujeito é agente), usa-se a forma regular, dinâmica. Na ausência de um sujeito agente, emprega-se a forma irregular, estática. (ABREU, 2003, p. 322).

É exatamente isso que explica as distinções entre as frases abaixo, pois se, por um lado, em 5 temos um sujeito agente, uma perífrase verbal (*tinha prendido*) que funciona como uma unidade e o verbo *ter* como auxiliar, âncora temporal que não tem estrutura argumental própria, mas que depende da rede argumental do verbo *prender* -que aparece em sua forma participial regular e dinâmica e requer um sujeito agente e um argumento objeto afetado ou paciente como objeto direto-; por outro, em 6, o sujeito agente entra em conflito com a forma verbal estática (participio irregular) – o que faz com que, neste caso, o verbo *ter* seja interpretado como verbo principal, provido de estrutura argumental própria (na qual Joana aparece como sujeito agente, [preso o cabelo], como objeto direto e o participio *preso* como um adjetivo modificador de *cabelo*), equivalendo semanticamente a construções como “Joana mantinha o cabelo preso”/ “Joana tinha o cabelo preso”:

5-) Joana tinha prendido o cabelo.

6-) Joana tinha preso o cabelo<sup>7</sup>.

Ainda sobre o mesmo assunto, muitos autores, como Mattos (2001) e Castilho (2012), falam de uma “instabilidade interpretativa”, pois, em alguns casos, tanto interpretações mais verbais quanto mais adjetivas são possíveis – embora na maioria das vezes, o contexto desfaça a ambiguidade. De qualquer forma, a priori, em casos como “Lolita é convencida de sua beleza” e “O presidente está sendo apressado na decisão do apagão” (MATTOS, 2001, p. 28) permaneceria a possibilidade de dupla interpretação: caso se entenda que ‘alguém está tentando convencer Lolita de que ela é uma moça bela’, no primeiro caso, e, no segundo, de que ‘algum agente está forçando o presidente a apressar-se em sua decisão’ será feita uma leitura passiva e *convencida* e *apressado* estariam mais próximos a componentes de uma forma verbal perifrástica (*ser* + participio) indicativa de voz passiva com sujeito paciente. Mas caso se interprete que ‘a referida garota pensa ser tão bonita a ponto de chegar a ser convencida’ e que ‘o presidente está tomando uma decisão de maneira apressada, sem reflexão prévia adequada’, estará sendo feita uma interpretação predicativa, pois *convencida* e *apressado* funcionariam como predicativos do sujeito e a voz verbal da oração passaria a ser ativa.

Por falar nisso, as considerações de Arruda (1978) e Pimenta-Bueno (1986) merecem ser mencionadas. A primeira das citações anteriores divide as construções participiais que seguem o verbo *estar* em três grupos: o primeiro deles engloba orações como “A carta estava *assinada* pela diretora” consideradas por ela como [+verbais] por serem próximas às passivas analíticas. Já no segundo estariam as orações como “Estou/ Fiquei *entristecido*” consideradas por Arruda (1978) como “não-passivas” e, por isso mesmo, adjetivas. O terceiro grupo, por fim, abarcaria o que estaria num meio termo entre ativa e passivas,

<sup>7</sup> Exemplos dados por Abreu (2003, p. 320-321)

como “O portão esteve meio aberto”.

Pimenta-Bueno, por sua vez, além de considerar a possibilidade de um status verbal (quando o elemento participial ocorre posposto aos auxiliares *ter* e *haver*) e não-verbal (adjetival, com verbos não-passíveis complementação por objeto direto), postula a existência de uma classe intermediária entre essas duas, a dos participios passivos presentes em construções com verbos transitivos diretos (em orações como “Maria foi escolhida como empregada do mês”).

Nesse mesmo sentido, Mattos (2001) declara que:

“há contextos em que os participios são formas com valor de adjetivos, isto é, apresentam uma leitura estativa e não estabelecem nenhuma relação temporal. Formas V-DO com comportamento morfossintático de adjetivos são os que podem ocorrer como adjuntos adnominais, como predicativo do sujeito e do objeto, os que podem receber o sufixo *-íssimo* e flexionar-se em gênero e número, ou ainda os que podem ocorrer em expressões comparativas e em expressões superlativas relativas. Manifestam o traço [+N], sem, porém, perder os traços próprios de verbo [+V]. [...] em tempos compostos com *ter* ou *haver* a forma V-DO manifesta um caráter eminentemente verbal. Como o manifesta também em algumas orações reduzidas, apesar da flexão de gênero e número que apresenta nesses contextos. [...] O caráter verbal também se dá nas construções passivo-eventivas com o verbo *ser*. O caráter adjetivo será encontrado em situação de adjunto adnominal, predicativo do sujeito ou do objeto, ou nas orações com verbos estativos como *estar*, *ficar*, *permanecer*. (MATTOS, 2001, p. 32-35).

Já Joaquim (2013) argumenta que construções passíveis de uma leitura estativa (como “Esta pulseira estava quebrada, mas não está mais”) corresponderiam a participios adjetivos, enquanto uma leitura acional já caracterizaria algo mais verbal (“Essa pulseira foi quebrada por Pedro”). Tal declaração lembra a de Schmitz (1989) e Perini (2010), para os quais se a construção em questão transmitir o resultado de ações executadas por alguma coisa (por um causativo) ou alguém (agente) ela estará mais para algo verbal. Além disso, indiretamente, eles afirmam que, no caso dos abundantes, as formas participiais irregulares normalmente estão mais para adjetivos e as regulares mais para verbos. O último desses autores, aliás, utiliza-se de três critérios para distinguir participios adjetivais dos verbais, a saber a valência do verbo, presença (ou ausência) de marcas flexionais e o que ele chama de “sistematicidade semântica”. Os mais verbais, para ele, seriam os compostos com o verbo auxiliar “*ter*”, como no exemplo “O Fabio tem batido no cachorro.” (PERINI, 2010, p. 173). Nesse caso, como se vê, *batido* tem a mesma valência que o verbo *bater* (bivalente, requerendo um agente ou causativo e um paciente ou objeto afetado), não tem marcas flexionais explícitas nem de gênero nem de número com o sintagma nominal (SN) sujeito e a construção *ter + participio* possui sempre uma relação semântica sistemática, ao ser mantida uma noção iterativa (de repetição), independente do verbo que ocupar a posição principal da perífrase verbal.

Diferente disso, os adjetivos deverbais participiais teriam uma valência diferente dos verbos com quais se relacionam (*batida* em frases como “A coalhada batido está boa”, por exemplo é intransitivo (e não requer argumentos), enquanto *bater* é bivalente), apresentariam marcas flexionais (diferindo-se de verbos que não têm marcação explícita

de gênero e só têm desinências de número diferentes de -s) e não teriam a mesma regularidade semântica dos anteriormente comentados.

Ainda neste terreno dos critérios usados para distinguir se um particípio encontra-se numa forma nominal ou verbal, Mateus et als. (2003) são da opinião de que seriam indícios de nominalidade a presença de marcas de gênero e número, a possibilidade de substituição pelo clítico demonstrativo “o” em frases predicativas: (“Ele é fiel à sua mulher” seria, para os autores, intercambiável com “Ele o é”), ou de ser antecedido por “lhe” indicativo de um beneficiário, objeto indireto (tal qual em “Ela deu-lhe o recado”), a admissão do diminutivo e a denotação de um sentido restritivo e apositivo (como em “Os garotos, traquinas, partiram a janela” (MATEUS ET ALS, 2003, p. 375). Contudo, frisam os autores, o acompanhamento de advérbios temporais/aspectuais aos particípios ou a impossibilidade de antecederem o nome faria com que as formas participiais em análise fossem categorizadas como verbais. Essa questão de advérbios também é trazida por Torres Moraes (1988), conforme indica Joaquim (2003), para diferenciar as orações com sentido passivo:

Em casos de ser possível a prefixação de “i-/in-” aos particípios, há a passiva adjetival. Isso porque “i-/in-” são prefixos negativos que, quando prefixados a um adjetivo A, formam um adjetivo que significa não-A (por exemplo, “feliz/infeliz”). Tais prefixos não são utilizados em verbos, não existindo no léxico português verbos como “inesperar, inabitar”. Esses particípios passivos com o prefixo negativo “i-/in-” são adjetivos estativos, não possuindo uma contraparte ativa (do que se observa a agramaticalidade de “\*alguém inalterou a tese” - p. 122). Torres Moraes ainda afirma que um número de verbos em português seleciona complemento adjetival e não verbal, e entre eles estão “ser, estar, ficar, julgar-se, considerar-se”. A passiva adjetival ocorre, nesse caso, por aparecer em posição atributiva, ou seja, após o nome, como ocorre em adjetivos comuns. Por exemplo, em “Carolina era uma velhinha animada” (p. 123), a passiva aparece em posição atributiva, assim como o adjetivo em “Carolina era uma velhinha moderna” (p. 123). [...] Ao contrário da passiva adjetival, a passiva verbal não ocorre como complemento de verbos que indicam mudança de estado. Também ao contrário da passiva adjetival, os contextos sintáticos e morfológicos que contêm particípios passivos verbais, não permitem a afixação do negativo “i-/in-”, como em “\*O campeonato de vôlei foi indisputado pela Seleção Brasileira” (p. 124) ou ainda em “\*Os problemas foram irrefletidos pelos alunos” (p. 124). A passiva verbal não pode ser precedida pelos modificadores de grau como “muito, pouco, bom, bastante”, uma vez que eles somente podem ocorrer após verbos e antes de adjetivos (“O trabalho do grupo foi considerado muito bom pelos críticos teatrais” - p. 125 - e “O grupo da Nitis foi bastante considerado bom pelos críticos teatrais” - p. 125). (TORRES MORAES, 1988 apud Joaquim, 2003, p. 22-23)

Pelo que tem sido exposto até o momento, percebe-se que a totalidade dos autores tenta estabelecer classificações entre verbos e adjetivos. Castilho (2012) não difere dessa tendência ao se embasar em critérios sintáticos para dividir dicotomicamente os particípios em [+verbais] e [-verbais]. Em sua ótica, estes funcionariam ou adjuntos adnominais (como em “Tinha uma bela figura, os cabelos penteados, o ar sério” (CASTILHO, 2012, p. 409)) ou o que ele denomina de “núcleo de minissentença” como em “O teatro resplandecia,

completamente lotado<sup>8</sup> e “Achei-o abatido.” (idem, ibidem). Já aqueles seriam ou núcleo de uma sentença simples (como em construções que metaforicamente equivalem ao imperativo: “Polícia, parado!” ou núcleos de sentenças subordinadas (“Passado o perigo, saíram do esconderijo.”, “Apoiado num bordão, comecei minha viagem.”).

Como se verá a seguir, nossa análise vai se relacionar, de certo modo, a essa tendência geral.

## OS PARTICÍPIOS ENCONTRADOS NA PÁGINA CRUNCHYROLL

A postagem digital em questão apresenta uma divulgação dos 10 mais acessados blogs on-line de animes, contando, também, com alguns comentários de internautas interessados no assunto.

Ela foi inteiramente lida por nós e os 26 participios passados encontrados<sup>9</sup>, transferidos (juntamente com o contexto sintático de ocorrência) para um arquivo de extensão .doc para receberem posterior análise. Cada um dos períodos nos quais se manifestavam participios foi sequencialmente numerado.

Tal coleta de dados não se configurou como tarefa das mais fáceis, haja vista que foi necessário um cuidado para não incluir no corpus dados que se assemelhavam formalmente a participios, mas não o eram. Este é o caso de adjetivos terminados em -ado/-ido que não vêm de verbos, como por exemplo, *malvado* (até porque inexistente o verbo \**malvar*) e de formas substantivas não-deverbais como *achocolatado* (formado a partir da adjunção simultânea do prefixo *a-* e do sufixo formador de nomes substantivos -*ado* à base *chocolate*). É por questões como esta que não entraram para o corpus final itens como *obrigado* (equivalendo a ‘agradecido’), *engraçado* (no sentido de ‘provido de graça’, ‘risível’, ‘estranho’) e *temporada*. Este último item – até por não existir a forma verbal \**temporar* – configura-se como um substantivo formado com *tempor* (alomorfe de *tempo*) que serve de raiz à qual se junta o sufixo formador de substantivos -*ada*, como ocorre *semanada* (de semana), *mesada* (de mês). Já o adjetivo *engraçado* não pode ser considerado elemento participial, uma vez que não tem proximidade semântica com o verbo *engraçar-se*. Trata-se, na verdade, de uma parassíntese (en+graça+ado). *Obrigado*, por fim, não tem sincronicamente relação com o verbo *obrigar* e, por equivaler semanticamente a ‘estar agradecido’, adquire uma leitura estativa que o aproxima do conjunto dos adjetivos.

Posterior à coleta de dados foi a análise das funções sintáticas, dos papéis de modificação, das características semânticas e morfológicas desempenhadas pelos itens coletados nas frases em que ocorriam.

A fim de tornar nossa categorização mais palpável, revisamos o que referências sobre a área morfológica diziam sobre o as classes de palavras e, assim, percebemos que os participios portugueses descritos por esses autores ocorriam normalmente em certas construções: como conectivos (próximos ao já comentado *Comi bolo feito um louco*), em predicados verbo-nominais nos quais adquiriam caráter intermediário entre adjetivos

8 Cremos que, neste caso, o item lexical *lotado* já teria se movido para uma região intermediária com advérbios, pois não é requerido pela estrutura argumental de *requerer* e na frase em questão pode ser interpretado como explicitador de uma causa, resplandecia por estar lotado.

9 Eles estão pormenorizados em apêndice.

e advérbios<sup>10</sup>, em construções perifrásticas passivas, não passivas e/ ou indicadoras de aspecto iterativo, em posição predicativa com o verbo *ser*, em posição atributiva, modificando diretamente outro elemento nominal, com substantivo oculto/ inexistente, sendo modificado por elementos como artigos e, por isso mesmo, passando a exercer função de núcleo do sintagma nominal (o que o transfere, num continuum entre adjetivos e substantivos, para uma posição substantiva não nuclear e próxima à área de intersecção com adjetivos).

Estabelecemos, posteriormente, um conjunto de 24 traços que possibilitaria distinguir os elementos encontrados nestas classes. Os traços que os aproximavam a verbos, receberam a coloração azul nas nossas tabelas, bem como os que aproximavam a nomes, uma vermelha. Eles se dividiam em traços efetivos (e, por isso mesmo, colocados entre os símbolos “[ ]”) e traços potenciais (listados entre “{ }”).

Entre os primeiros estavam:

- [VSIMPLES]: averiguava se o verbo principal da oração a qual o particípio estava ligado era simples. Os casos negativos normalmente se relacionavam a construções perifrásticas passivas e, portanto, mais próximas a verbos.
- [PASSIVA]: a marcação positiva indicava que o verbo da frase do particípio encontrava-se numa voz passiva – o que aproximava o elemento de análise a verbos.
- [FNG]: a marcação positiva indicava que o elemento participial apresentava marcação nominal de gênero (-a para o feminino ou -Ø para o masculino) – o que o distanciava de verbos prototípicos.
- [FNN]: a marcação positiva indicava que o elemento participial apresentava marcação nominal de número (-s para o plural ou -Ø para o singular) – o que o distanciava de verbos prototípicos.
- [LE]: a notação “+” era indicativa de que a frase de ocorrência do particípio tinha uma leitura estativa, não-acional e que este, portanto, aproximava-se mais a nomes.
- [CT]: analisava se a forma participial comporta, em seu contexto de ocorrência, em si mesmo ideia de temporalidade.
- [VAL]: o “+” indicava que o particípio tem a mesma valência que o verbo pleno – o que o aproxima de uma forma verbal prototípica.
- [PREDSUJ]: questionava se o elemento em análise cumpria, no contexto, o papel de predicativo do sujeito e a marcação positiva indicava proximidade com elementos nominais.

---

<sup>10</sup> Em *O menino chegou cansado*, por exemplo, *cansado* pode ser interpretado como elemento que está em vias de se adverbializar, na medida em que já estaria passando a indicar mais a maneira pela qual se deu essa chegada. Contudo, as marcações flexionais de número e gênero (no caso, masculino, singular) o mantém no conjunto dos adjetivos (numa região periférica e de interface com advérbios) e o aproximam a um predicativo do sujeito – até porque advérbios prototípicos são invariáveis.

- [PREDOBJ]: questionava se o elemento em análise cumpria, no contexto, o papel de predicativo do objeto e a marcação positiva indicava proximidade com elementos nominais.
- [OBJ]: a marca + era indicativa de que o particípio ocorria dentro do objeto direto do verbo principal – o que dificultava uma leitura de perífrase verbal e o aproximava de um caráter nominal.
- [ADJADN]: o elemento positivo para esse traço cumpria função de adjunto adnominal, distanciando-se de verbos prototípicos.
- [NSENT]: a marca positiva indicava que o particípio funcionava como núcleo sentencial, tal qual um verbo.
- [NSN]: recebiam “+” os elementos inseridos em sintagmas nominais dos quais eram núcleo. É justamente esta questão que possibilitava uma leitura substantiva ao particípio em questão.
- [MODNOM]: eram positivos os elementos que modificavam adjetivamente algum nome num sintagma nominal.
- [ORED]: recebiam negativo para esse traço os particípios que não compunham orações reduzidas (fossem elas adverbiais ou adjetivas).
- [IPAS]: recebiam positivo para esse traço, os termos participiais nos quais havia uma ideia de voz passiva.
- [FREL]: a marcação negativa indicava que elemento participial não exercia função conectiva (não relacionava orações nem sintagmas), o que descartava a possibilidade de ser alocado nas classes de preposição e conjunção.
- [MODNSUBST]: testamos esse traço em virtude de que particípios em predicados verbo-nominais podem, como já foi dito, ter uma leitura adverbial. Caso o elemento em questão fosse modificador de qualquer elemento que não um substantivo (de um advérbio, adjetivo ou verbo), recebia o traço positivo – o que possibilitaria sua categorização em algum ponto do contínuo do conjunto dos advérbios.

Já nos segundos, estavam:

- {ADV}: a marca “+” era aplicada para particípios que poderiam, no contexto frasal em que se encontravam, ser modificados por advérbios de tempo/ aspecto como *atualmente, recentemente, reiteradamente*.
- {COMADJ}: caso o contexto frasal permitisse a comutação do particípio por algum adjetivo (o que o aproximaria de um nome), esse elemento participial recebia a marca “+”
- {MODGRAU}: elementos positivos para esse traço eram passíveis de sofrerem

a modificação de itens lexicais como advérbios de intensidade (como  *muito e pouco*) antepostos. Como Torres Moraes (1988 apud JOAQUIM, 2003) afirma que a passiva verbal é negativa para esse traço, uma marcação “-” na nossa tabela aproximava o particípio de um elemento verbal.

- {IN-}: de acordo com a autora anteriormente citada, os afixos i-/ in- seriam possíveis de adjuntar-se a adjetivos e não a verbos. Portanto não poder sofre esta prefixação, aproximava o item participial de um verbo.
- {SUPER}: averiguava se o particípio podia, no contexto em que aparecia, receber desinências de superlativo. Como elas são mais prototípicas de nomes, um valor negativo caracterizava uma aproximação com verbos.
- {DIM}: averiguava se o particípio podia, no contexto em que aparecia, receber desinências de diminutivo. Como elas são mais prototípicas de nomes, um valor negativo caracterizava uma aproximação com verbos.

Para efetuar nossa proposta de classificação, contamos com uma tabela do Excel, na qual distribuimos as informações por meio de uma coluna CRITÉRIOS e de outra nomeada OCORRÊNCIA que recebia a numeração referente ao período no qual o item em estudo se encontrava no arquivo .doc. Caso o mesmo período abarcasse mais de uma ocorrência participial, elas eram discriminadas por meio de uma notação sequencial numérica entre parêntesis que se acrescentava à notação primária. Por exemplo, se no período 5 houvesse dois elementos relevantes para nosso estudo, o primeiro receberia a marcação 5 (1) e o segundo, 5 (2). Cabe dizer também que a coluna CRITÉRIOS englobava as marcações positivas ou negativas para os traços.

Por meio de tal metodologia, chegamos à tabela final, mostrada em apêndice e ao seguinte esquema indicativo dos contextos de ocorrências, das funções e papéis sintáticos desempenhados pelos elementos analisados. Como todas as orações e frases em que localizamos participios aparecem transcritas em apêndice, a seguir, elas são apenas referenciadas por sua numeração:

a-) Particípio não aceita marcas flexionais de gênero/ número e ocorre numa perífrase verbal de tempo equivalente a ‘algo que vem ocorrendo’ (com rede argumental trazida exclusivamente pela forma participial) da qual é núcleo. Tal perífrase funciona com uma unidade, já que o escopo da negação não pode incidir no auxiliar ou no particípio separadamente, sendo que eles também não podem ser invertidos e nem entre eles nada colocado. O elemento participial localiza-se, portanto, numa das regiões centrais (mais prototípicas) do conjunto de verbos: Construção número 2.

b-) Particípio ocorre em contexto de voz passiva, o que o aloca no conjunto dos verbos (haja vista que a voz é uma questão verbal), mas em região menos central e mais próxima da intersecção com os adjetivos, uma vez que ele é provido de marcas flexionais nominais: Construções 16, 17 e 20.

c) Elemento em questão ocorre, como núcleo sentencial, numa perífrase verbal estativa ficar + particípio, sendo que neste há flexão de gênero/ número – o que o torna um verbo mais distante dos centrais e mais próximo aos elementos

intermediários com adjetivos: Construção 10 (1).

d) Elemento participial, também provido de marcações de gênero e número (demonstrando uma posição de verbos não-prototípicos próximos aos adjetivos), ocorre (com ou sem estrutura de cópula) modificado por um advérbio de aspecto iterativo que dá uma leitura não-estativa, acional (e, portanto, próxima de uma voz passiva) e desloca esse particípio para uma região + verbal no continuum, mas ainda não prototípica e ainda não tão afastada aos adjetivos: Construções 8 e 9.

e) Forma participial caracteriza predicativamente o sujeito (o que ocorre normalmente em vozes passivas – o que seria uma aproximação como verbos). Contudo, ele contém leitura estativa (traço - verbal), e ocorre numa falsa passiva, com marcas flexionais nominais, sendo, assim, um adjetivo não tão prototípico: Construção número 3.

f) Particípio ocorre modificado por um artigo, sem um substantivo, o que o torna [+NSN] e [-MODNOM], deslocando-o para uma região periférica do conjunto dos substantivos (de certa forma próxima a dos adjetivos): Construções 4, 7, 18, 19 (2) e 19 (3).

g) Particípio (sem cópula) modifica atributivamente um substantivo com o qual concorda em gênero e número, mas, apesar desses traços + adjetivais, é dotado de uma ideia de voz passiva e antepõe-se a esse substantivo – o que o coloca numa posição verbal periférica – quase limiar com os adjetivos: Construções 14 e 15.

h) O particípio ocorre sem verbo auxiliar modificando atributivamente um substantivo (o que seria um traço + adjetivo), mas, a presença de advérbio de aspecto e/ ou do agente da passiva materializado dão-lhe uma ideia acional que o desloca para uma área da periferia dos conjuntos de verbos em interface com o dos adjetivos: Construções 13 e 21.

i) Particípio ocorre em posição predicativa, modificado por um advérbio de intensidade e apresenta marcas flexionais número-pessoais de acordo com o termo nominal com o qual concorda – o que o coloca muito próximo aos adjetivos prototípicos: 19 (1).

j) Modificador de um substantivo ou de outro núcleo de um SN: adjetivos quase prototípicos: Construções 1, 5 (1), 5 (2), 6, 10 (2), 11, 12, 22.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto anteriormente, propomos que os elementos do corpus sejam dispostos, não em gavetas, mas conforme se vê na imagem a seguir, que se aproxima da Figura 3 trazida nas partes iniciais deste trabalho:

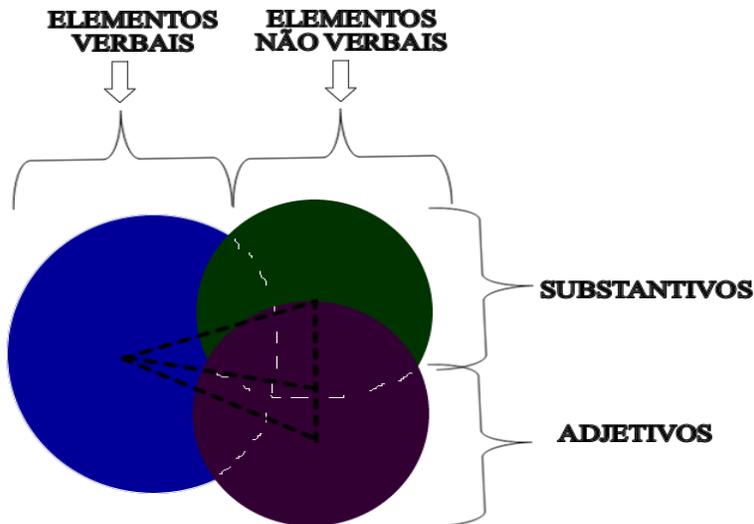


Figura 4: proposta de classificação para os participios encontrados

Fonte: Elaboração própria

Traduzindo em outras palavras: levando-se em consideração que nenhum dos participios analisados funcionava nem como elemento conectivo e nem como adverbial, cremos ser possível afirmar que os participios encontrados na página online mencionada podem ser alocados no decorrer de um continuum disposto dentro de dois grandes grupos interseccionados: um verbal e outro não-verbal. A análise dos traços também indicou que, para os elementos não verbais, ocorreu ainda uma oposição interna entre itens mais próximos de adjetivos prototípicos (os participios marcados como [+MODNOM] e [-NSN]) e os mais aproximados a substantivos ([+NSN], [-MODNOM]).

## REFERÊNCIAS

ABREU, A. S. *Linguística cognitiva: uma visão geral e aplicada*. Cotia: Ateliê Editorial, 2010. 119 p.

ACÁCIO, M. S. J. A questão da universalidade na distinção da classe de palavras: nomes. *Ribanceira – Revista do Curso de Letras da UEPA*. Belém. Vol. 1. n. 1. Jul-Dez. 2013. p. 6-22.

ARRUDA, V. M. B. *As passivas de estado e de mudança de estado em português contemporâneo*. Dissertação (Mestrado). Brasília: UNB, 1978.

BECHARA, E. Adjetivo. In: *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. p. 142-152.

CAMACHO, R. G.; DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. & GONÇALVES, S. C. L. O Substantivo. In: CASTILHO, A. T. de. (Coord.). ILARI, R. & MOURA NEVES, M. H. de (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. P. 21-84.

CASTILHO, A. T. de. O sintagma adjetival. In: *Nova Gramática do Português Brasileiro*. 1. ed., 2ª

reimpressão – São Paulo: Contexto, 2012. p.511-538.

CASTILHO, A. T. et. als. O advérbio. In: CASTILHO, A. T. de. (Coord.). ILARI, R. & MOURA NEVES, M. H. de (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. P. 403-499.

COSTA, D. S. da. *Classes de palavras; Flexão Nominal; Flexão Verbal*. Faculdade de Ciências e Letras – Unesp: Araraquara, SP. Mar. a jun. 2017. Aulas ministradas aos pós-graduandos, ouvintes e alunos especiais matriculados na disciplina “Morfologia do Português”.

CRUNCHYROLL - Top 10 blogs de animes e mangás do Brasil. Blog de divulgação sobre animes. Disponível em: < <http://www.crunchyroll.com/anime-feature/2015/02/08/top-10-blogs-de-animes-e-mangs-do-brasil> >. Acesso em 25 jun. 2017.

FERRARI, L. Categorização. In: \_\_\_\_\_. *Introdução à Linguística Cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2011.

ILARI, R. & BASSO, R. M. O Verbo. In: CASTILHO, A. T. de. (Coord.). ILARI, R. & MOURA NEVES, M. H. de (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. P. 163-370.

JOAQUIM, E. D. *Um estudo sobre o participio verbal e nominal*. Monografia de Conclusão de curso, UNB, 2013.

LOBATO, L. M. P. Participios rizotônicos de primeira conjugação e deverbais não afixais no português. *Palavra*. n.º 5. Rio de Janeiro: Grypho, 1999. p. 29-68.

MACHADO ESTEVAM, A. Expressando conceitos de qualidade em Xavante: adjetivos ou verbos?. *Revista Moara* – Edição 43, vol. 2 – jul - dez 2015, Estudos Linguísticos. p.141.

MATEUS, I. D. *Entre concertos e desconcertos: dicionários de línguas indígenas brasileiras em (des) compasso com o campo lexical da música*. Monografia de Graduação (em Letras), Araraquara: UNESP, 2017.

MATEUS, M. et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. 5a ed. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.

MATTOS, S. E. R. A categoria gramatical das forma v-do no português do Brasil. In: *Educação e Mudança*, Anápolis, 2001. V. 7-8. p. 47-57.

MONTEIRO, J. L. *Morfologia portuguesa*. 4 ed. revista e ampliada. Campinas: Pontes, 2002.

PERINI et al. Sobre a classificação das palavras. In: Delta. Vol. 14. São Paulo, 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010244501998000300014](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010244501998000300014)> Acesso em 03 de jun. de 2017.

PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português*. 4 ed. 4 impressão. São Paulo: Ática, 2001.

\_\_\_\_\_. *Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

PIKE, K.L. *Language in relation to a unified theory of the structure of human behavior*. Hague: Mouton, 1966.

\_\_\_\_\_. (1971). *Phonemics: a technique for reducing languages to writing*, Ann Arbor: The University of

Michigan Press(1ª ed. 1947).

PIMENTA-BUENO, M. do N. S. As formas [v+do] em português: um estudo de classes de palavras. In: *Delta*, vol. 2. 1986. p. 207-229.

RIO-TORTO, G. 2006. Para uma Gramática do Adjectivo. In: *Alfa – Revista de linguística*, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 103-129.

RODRIGUES, A. T. do C. *Morfologia*. Faculdade de Ciências e Letras – Unesp: Araraquara, SP. fev. a jun. 2013. Aulas ministradas aos graduandos matriculados na disciplina “Gramática da Língua Portuguesa”.

SANDMAN, A. J. *Morfologia geral*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1993.

SCHMITZ, J. R. Os participios passados em -do em português. In: *Estudo linguísticos: anais de seminários do GEL*. Lorena, Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo. 1989. p. 594-603.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolingüística*. 7a. ed. São Paulo: Ática, 2005. 96 p.

VILLALVA, A. & SILVESTRE, J. P. *Introdução ao estudo do léxico: descrição e análise do Português*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

WEINRICH, U; LABOV, W & HERZOG, M.I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. Tradução: BAGNO, M. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 87-126.

## APÊNDICES

### Apêndice A – Frases e construções nas quais ocorrem participios no blog em questão

- 1-) Listamos alguns blogs **especializados** na cultura otaku para você.
- 2-) A blogosfera do mundo dos animes e mangás é bem densa e **tem reunido** muitos seguidores no Brasil.
- 3-) Mas apesar da grande quantidade, poucos são realmente **conhecidos**.
- 4-) Talvez o mais **acessado** da lista, o Chuva de Nanquim (ou apenas ChuNan) conta com diversos tipos de postagens [...]
- 5-) Apesar de falar bastante de obras mais **conhecidas**, há também a coluna Otakismo, que fala da cultura japonesa de uma maneira bem **detalhada**.
  - 5 (1) [Apesar de falar bastante de obras mais **conhecidas**, ]
  - 5 (2)[há também a coluna Otakismo, que fala da cultura japonesa de uma maneira bem **detalhada**.]
- 6-) Postagens longas e bem **trabalhadas** marcam presença.
- 7-) Presente desde 2006, o blog possui foco em animes, com podcasts sobre músicas dos mesmos, além do **recém-criado** Kyoudai Podcast, em parceria com

mais dois blogs, que comenta sobre o mundo otaku em geral.

8-) O blog é **atualizado** diariamente.

9-) **Atualizado** todos os dias, possui postagens não muito longas, mas que vão direto ao ponto.

10-) Esse é o foco do blog, que possui o podcast semanal Mangá, que não **fica limitado** a comentários de obras, mas também faz diversas reflexões sobre cotidiano, hábitos e acontecimentos **relacionados** aos quadrinhos japoneses.

10 (1) [Esse é o foco do blog, que possui o podcast semanal Mangá, que não **fica limitado** a comentários de obras]

10 (2) [mas também faz diversas reflexões sobre cotidiano, hábitos e acontecimentos **relacionados** aos quadrinhos japoneses.]

11-) O jeito **descontraído** do design que se une com textos interessantes e profundos sobre certos pontos de animes é um dos grandes destaques do blog.

12-) o blog faz resenhas, recomendações, primeiras impressões e até conta experiências de compras (e de comidas até), tudo **relacionado** ao mundo dos animes e mangás.

13-) Talvez a maior parte das pessoas conheça o vlog, maioria das vezes **apresentado** por Leonardo Kitsune, mas não o blog.

14-) **Lançado** novo vídeo promocional de Arslan Senki

15-) **Anunciada** segunda temporada de Diabolik Lovers.

16-) Novo longa de animação “Sayonara no Asa ni Yakusoku no Hana wo Kazarou” é **anunciado** pelo estúdio P.A.

17-) Também sou usuário Crunchyroll, então é uma alegria ver o VQ **sendo citado** aqui.

18-) Todos os **citados** são ótimos blogs .

19-) Vendo esta lista vi que **sou bem desatualizado** dos blogs de cultura japonesa, tirando ChuNan, acho que nunca entrei em nenhum **dos comentados** acima. Acredito que **os citados** são os que não incentivam a pirataria.

19 (1) [Vendo esta lista vi que **sou bem desatualizado** dos blogs de cultura japonesa]

19 (2) [acho que nunca entrei em nenhum **dos comentados** acima.]

19 (3) [Acredito que **os citados** são os que não incentivam a pirataria.]

20-) Opa, muito **obrigado** pela lembrança do Gekkou Gear no rank! Ficamos muito felizes por **sermos citados** aqui. Valeu mesmo, pessoal!!! o/

21-) Ambos são blogs bem populares (principalmente entre o público feminino), regularmente **atualizados** e com excelente conteúdo

22-) Exposição Tokyo Danger, - super heróis japoneses. 46 ilustradores **convidados**.  
 entrada gratuita.

## Itens semelhantes a participípios, mas não incluídos no corpus dada a sua natureza não participial

\*) Olha só... O NETOIN! presente entre os melhores. Muito **obrigado** por isso, de coração! Feliz aqui, e bastante.

\*) **Engraçado**...acompanho todos!!!! Achei que faltou um que a galera é bem chata..  
 kkk o EMD, enchi must die...Tem o redisu tbem!!

\*pessoal tipo assisti muitos animes dessa **temporada** ai acabo tud

## APÊNDICE B – TABELAS COM OS RESULTADOS DAS MARCAÇÕES DE TRAÇOS

Ocorrência	Critérios																	Não V	V	Subst	ADV	Conectivo							
	VSIMPLES	PASSIVA	ING	INNI	IPAS	ILE	ICTI	IVALI	ADV	PRESUJ	PREDOBJ	OBJ	ADJADN	NSENTI	NSSN	MODNOMI	MODNSUBST						COMADJ	MODGRAU	IN-	SUPER	DIM	PRELI	ORED
1	+	-	+	+	-	+	-	-	-	-	-	+	+	-	+	-	-	+	+	-	+	+	-	-	17	2	-	-	-
2	-	-	-	-	-	-	+	+	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	17	-	-	-
3	+	-	+	+	+	-	+	-	-	-	-	-	-	-	-	+	-	-	+	+	-	+	+	-	16	4	-	-	-
4	+	-	+	+	+	-	+	-	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	+	+	-	+	+	-	12	7	+	-	-
5 (1)	+	-	+	+	-	+	-	-	+	-	-	-	+	+	-	+	-	-	+	+	-	+	+	-	17	3	-	-	-
5 (2)	+	-	+	+	-	+	-	-	-	-	-	-	+	-	-	+	-	-	+	+	-	+	+	-	16	3	-	-	-
6	+	-	+	+	-	+	-	-	+	-	-	-	+	-	-	+	-	-	+	+	-	+	+	-	15	4	-	-	-
7	+	-	+	+	-	+	+	-	+	-	-	+	-	-	+	-	-	-	+	-	-	-	-	-	11	8	+	-	-
8	-	+	+	+	+	-	+	+	+	-	-	-	-	+	-	-	-	-	+	-	-	-	-	-	3	16	-	-	-
9	+	+	+	+	+	-	+	+	+	+	-	-	-	-	+	-	-	-	+	+	-	+	+	-	9	11	-	-	-
10 (1)	-	-	+	+	-	+	+	+	+	-	-	-	-	-	+	-	-	-	+	+	-	+	+	-	9	10	-	-	-
10 (2)	+	-	+	+	-	+	-	-	+	-	-	+	+	-	+	-	-	-	+	+	-	+	+	-	16	3	-	-	-
11	+	-	+	+	-	+	-	-	+	-	-	-	+	-	-	+	-	-	+	+	-	+	+	-	15	4	-	-	-
12	+	-	+	+	-	+	-	+	+	-	-	-	+	-	-	-	-	-	+	-	-	-	-	-	11	8	-	-	-
13	+	-	+	+	+	-	+	-	+	-	-	-	+	-	-	+	-	-	+	-	-	-	-	-	9	10	-	-	-
14	+	-	+	+	+	-	+	-	-	-	-	-	-	-	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	13	-	-	-
15	+	-	+	+	+	-	+	-	-	-	-	-	-	-	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	13	-	-	-
16	-	+	+	+	+	-	+	+	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	17	-	-	-
17	-	+	+	+	+	-	+	+	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	+	-	-	-	-	-	3	16	-	-	-
18	+	-	+	+	+	-	+	-	+	-	-	-	-	-	+	-	-	-	+	-	-	-	-	-	10	9	+	-	-
19 (1)	+	-	+	+	-	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-	-	-	-	+	+	-	+	+	-	15	4	-	-	-
19 (2)	+	-	+	+	-	+	-	-	+	-	-	-	+	-	-	-	-	-	+	+	-	+	-	-	14	5	+	-	-
19 (3)	+	-	+	+	-	+	-	-	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	-	12	7	+	-	-
20	-	+	+	+	+	-	+	+	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	+	4	16	-	-	-
21	+	-	+	+	+	-	+	-	+	-	-	-	+	-	-	+	-	-	+	-	-	-	-	-	10	9	-	-	-
22	-	-	+	+	-	+	-	-	+	-	-	-	+	-	-	+	-	-	+	+	-	-	-	-	12	7	-	-	-

# DA MERA ETIQUETAGEM À EXPLICITAÇÃO DE QUESTÕES DISCURSIVO-INTERACIONAIS DOS E NOS TEXTOS: POR AULAS DE GRAMÁTICA SOBRE O USO LINGUÍSTICO

**RESUMO:** O objetivo deste trabalho é tecer considerações acerca das limitações da concepção e do ensino tradicionais de português como língua materna, sobretudo na disciplina do componente curricular público conhecida como Gramática. Entre outros fatores, esta acaba concebendo erroneamente a língua como algo “unitário”, “ideal” e “puro” que deveria ser protegido contra os usos “corrompidos”. Todas essas noções não têm sustentação científica, mas continuam imperando no meio conservador docente, de modo que as aulas de Português – a nosso ver infelizmente- se restringem à etiquetagem de orações, sendo que as discussões vão quando muito somente até questões sintáticas, de modo que fatores relativos ao uso linguístico nos textos efetivamente produzidos nas situações de interação acabam sendo desprezados. Para realizar tal problematização, estruturamos este texto da seguinte maneira: primeiramente trazemos noções linguísticas que auxiliam a explicar a inadequação de preconceitos linguísticos disseminados por esse viés tradicional e, em seguida, tratamos de questões que deixam de ser abordadas nas aulas tradicionais de português para posteriormente trazeremos a opinião de alguns autores acerca de como tal quadro problemático poderia ser alterado. Como uma dessas propostas é analisar os itens por meio de comparações contrastivas e não mera segmentação e nem estabelecimento de classes-gaveta não relacionadas entre si, discorreremos sobre a natureza dos adjetivos frente a outras classes como substantivos e também quais são as reais formas que utilizamos para combinar orações em Português, tentando comparar essas formas entre si para aí, diferencialmente, encontrar seus reais valores.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Gramática; interação; discurso; uso; texto.*

## 1 | INTRODUÇÃO

*Todo sujeito é livre para conjugar o verbo que quiser  
Todo verbo é livre para ser direto ou indireto  
Nenhum predicado será prejudicado  
Nem tampouco a vírgula, nem a crase, nem a frase e ponto final!  
Afinal, a má gramática da vida nos põe entre pausas, entre vírgulas  
E estar entre vírgulas pode ser aposto  
E eu aposto o oposto: que vou cativar a todos  
Sendo apenas um sujeito simples  
Um sujeito e sua oração  
Sua pressa, e sua verdade, sua fé  
Que a regência da paz sirva a todos nós  
Cegos ou não  
Que enxerguemos o fato  
De termos acessórios para nossa oração*

*Separados ou adjuntos, nominais ou não  
Façamos parte do contexto da crônica  
E de todas as capas de edição especial  
Sejamos também o anúncio da contracapa  
Pois ser a capa e ser contra a capa  
É a beleza da contradição.*

(*TEATRO MÁGICO, Sintaxe à vontade*).

A parte inicial da epígrafe que inicia este trabalho dá a impressão de uma certa onipotência e total liberdade do sujeito poemático que fala, como se as formas linguísticas estivessem à livre escolha do falante.

Contudo, ela não encontra validade na realidade empírica (pelo menos não completamente), pois – como demonstram muito acertadamente as pesquisas de Freud (apud KUPFER, 2000), Marx (apud Gregolin (2016)) e de Saussure (2012) - este homem que se quer todo-poderoso, se sente (ou quer ser) um ente uno e dono de si mesmo, na verdade, vive constantemente em guerra (seja quando suas vontades internas entram em conflito com o social, seja por suas próprias pulsões divergentes), já que psiquicamente ele é um *ego* cindido que media os atritos entre os desejos de seu *id* e as convenções e regras sociais internalizadas numa instância psíquica vigilante e punidora, o *super ego*.

Além disso, como atesta Gregolin (2016), esse mesmo homem encontra-se inserido (e, de certo modo, submetido) à superestrutura (convenções culturais, ritualísticas, tabus, instituições produtoras e veiculadoras de *ideologias*, organização da estrutura política) e à infraestrutura (modo de produção dominante, relações de produção e grupos sociais envolvidos) de seu contexto social, pois mesmo que queira e tente reagir a elas tem que aceitar que elas existem anteriormente a ele.

Assim, seus pensamentos, opiniões e mesmo suas verbalizações não seriam completamente opiniões puramente pessoais, na medida em que – tal qual afirmaria Althusser (segundo o que nos diz Gregolin (2016)) – nos discursos efetivos poderiam se verificar marcas históricas de lutas sociais e esses mesmos discursos só fariam sentido porque estariam inseridos numa *formação ideológica* que abarcaria o que pode (e deve ser dito) em determinada época, as impressões construídas sócio-historicamente a partir de uma *ideologia* dominante (“a relação imaginária do homem com as suas condições materiais de existência, que, ao se transformar em práticas, reproduz as relações de produção vigentes em uma sociedade de classes” (idem, *ibidem*)).

Neste ponto, é necessário deixar claro que nosso intuito não é verbalizar um ponto de vista determinista acerca da condição humana, mas trazer luz a condicionamentos aos quais somos submetidos.

Nesse sentido, vale comentar ainda que – de acordo com Saussure (2012) - nossas produções linguísticas - para ele, particulares, concretas e instáveis (*parole*) - estariam submetidas a um sistema linguístico abstrato e coletivo de regras estáveis que as ordenaria (*langue*). Essa é a primeira das famosas dicotomias do referido mestre genebrino, que depois foi re-significada no que pesquisas gerativo-chomskyanas chamam de *competência* (regras internalizadas, conhecimento linguístico implícito dos falantes e a capacidade

humana inata para linguagem que é ativada quando há um *input social*) *X desempenho ou performance* (como esse conhecimento vai ser efetivamente colocado em prática).

Ou seja, existiria- para esta ótica- uma *gramática* (no sentido gerativo das regras internalizadas do próprio idioma para a construção de enunciados que *gramaticalmente* façam sentido) que o falante tem que seguir. Nenhum falante nativo de português, por exemplo, diria espontaneamente e numa situação não-afásica algo como “Meninos foram os para casa” porque esta não é a colocação de nossa língua, haja vista que em nosso sistema artigos habitualmente antecedem substantivos e as preposições sucedem os verbos, mas antecedem os objetos indiretos a que estão relacionadas.

Ademais, pesquisas linguísticas posteriores ao estruturalismo saussuriano, sobretudo às ligadas à Sociolinguística (como WEIRICH; LABOV & HERZOG, 2006), já demonstraram (analogamente ao que estamos afirmando) que nenhum uso seria arbitrário, caótico, pois as formas linguísticas não estariam à livre escolha do falante. Na verdade, haveria – de acordo com elas- fatores linguísticos (posição do elemento na cadeia sintática, saliência fônica entre as formas de singular e plural, natureza do verbo da oração, classe de palavra) e extralinguísticos (escolarização, formalidade da interação, gênero, idade, classe social, papéis sociais dentro de um domínio social!) que condicionam os usos. Por exemplo, um falante letrado, que vive na zona urbana, pertence a uma classe social elevada tende a falar de maneiras diferentes em situações que exigem maior ou menor formalidade e em outras que representam maior coloquialidade. Esse mesmo falante também tende a fazer construções diferentes de um outro falante que pertença a uma classe social menos elevada, vive numa comunidade rural e é menos escolarizado, porque os dois têm um histórico sociocultural diferente, pertencem a comunidades de fala (grupo de falantes que têm traços linguísticos comuns que os distinguem de outro grupo, que tendem a conversar mais entre si do que com outros e compartilham normas e julgamentos diante de uma dada forma linguística) distintas. (BORTONI-RICARDO, 2004; RODRIGUES, 2013).

Isso não significa, no entanto, que um falante “culto” fala “tudo certo” porque ele não utiliza somente variantes padrão, e as não-padrão não se limitam àqueles com menor escolaridade. Aliás, o estudo da frequência de uso relativa aos usos de variantes padrão/não-padrão oferece subsídios para a desconstrução desse falso pressuposto. Em contextos menos formais e de menor monitoração linguística, a tendência de ambos os falantes fazerem o uso de variantes padrão (as consideradas “*corretas*” pelos manuais gramaticais) costuma cair, ou seja, é menos frequente.

Em telejornais, por exemplo, a fala do âncora, quando na bancada, evidencia uma frequência menor do apagamento do [r] final. Porém, a fala do mesmo âncora, numa entrevista de sofá, que demanda maior informalidade, tem uma frequência maior de tal apagamento. (RODRIGUES, 2013).

Esses mesmos estudos sociolinguísticos já demonstraram que todas as línguas humanas possuem variedades, não existindo nenhuma língua que seja una ou imutável – a menos línguas que deixaram de ser faladas e permanecem apenas em registro escrito e que os idiomas, ao longo do tempo, não vão de um estágio menos para um mais evoluído

1 Segundo Bortoni-Ricardo (2004, p. 23), trata-se de “um espaço físico onde pessoas interagem assumindo certos papéis sociais”. Por exemplo, no diálogo entre mãe e filho haveria diferenças de usos entre os dois porque no domínio do lar há características linguísticas que marcariam ambos os papéis.

(e nem o contrário), mas simplesmente mudam.

Além disso, quando há duas formas variáveis para expressar o mesmo referente na realidade e a alteração no significante não altera o significado, estamos diante de uma variação, sendo que o conceito de “variável” reporta ao fenômeno em variação enquanto “variante”, para usar os termos de Tarallo (1986, p. 08), são “duas ou mais formas de se dizer o que se quer no mesmo contexto com o mesmo valor de verdade”.

Também é sabido entre os linguistas que existe uma relação entre variação e mudança linguística, pois – como atestam Weinrich; Labov, & Herzog (2006) - toda mudança pressupõe variação (é necessário que, num momento inicial, uma forma inovadora concorra com uma tradicional, até que uma delas seja suplantada), mas nem toda variação leva à mudança (primeiro porque o social pode avaliar negativamente a forma inovadora e depois porque as formas (tradicional e inovadora) que inicialmente estavam em concorrência, podem especializar-se, passando a ocorrer em contextos distintos).

Acresce que, de acordo com Massini-Cagliri (2001, p.18), haveria variações acima e abaixo do nível da palavra. Para usar outros termos, seria possível falar em variação lexical (as formas variantes “mandioca” (em São Paulo), “aipim” (no Rio de Janeiro) e “macaxeira” (no norte-nordeste) para a mesma planta/tubérculo), fonética (as diferentes pronúncias possíveis da rótica em <porta> e também da sílaba final de <POTE> dependendo da região brasileira) e sintática (exemplar disso é a variação na colocação dos pronomes oblíquos entre Brasil (Me dá a caneta) e Portugal (Dê-me a caneta)).

Outro ponto importante a comentar se refere ao fato de que, quando há uma força do próprio sistema linguístico para o uso de uma variante, é muito difícil que um falante, mesmo “culto”, resista a ela. É esse o caso de sujeitos pospostos que desfavorecem a presença de marcação explícita de concordância no verbo. Neste caso, construções não-padrão como “Aumentou os preços” são mais frequentes que “Aumentaram os preços”, independente do nível cultural do falante.

Essas considerações são relevantes na medida em que cremos que os alunos têm o direito de compreender a real natureza das complexidades dos nossos idiomas. Por falar nisso, vale a pena trazer à baila as considerações de Deleuze (1988, p. 30 apud TEIXEIRA, 2019, p. 88).

Ao discorrer sobre linguagem, o referido autor afirma que do advento de estágios de cristalização, normatização, em vez de creditar quem a utiliza, a linguagem transforma-se em espécies de correias de obediência. Quando se cria um cânone literário, por exemplo, ele por vezes e para alguns, acaba virando uma prescrição que deve ser seguida. Tal fenômeno é análogo ao que se verifica em Gramáticas Normativo-prescritivas que, em vez de descreverem como as línguas humanas naturais realmente são, abordam “como elas deveriam ser”, quais os padrões e regras deveriam ser seguidos para, segundo esses manuais, não se falar “errado”. Claro que essa noção de “erro”, como demonstraremos a seguir, não tem sustentação científica, uma vez que para a Linguística só se pode falar em “erro”, quando se trata de uma construção que – em termos gerativo-chomyskianos-seria agramatical, por não pertencer à gramática internalizada de nenhuma variedade de nenhum falante desse mesmo idioma.

De qualquer modo, ao eleger certos usos como “corretos” e taxar injustificadamente

outros (que são sim sistemáticos e servem à comunicação dos falantes que os utilizam) como “errados”, as prescrições normativas adotam atitudes – a nosso ver – não muito adequadas.

Infelizmente, é esse tipo de ensino que ainda predomina em nosso país, um ensino que prega, em prol de uma língua que seria “elevada”, “única” e “pura”, a substituição, por parte dos alunos, de usos linguísticos considerados preconceituosa e injustificadamente como “errados”, “deturpados”, “corrompidos” e, portanto, “inaceitáveis” pelos que seriam “corretos”, “elevados”. A ele, atrela-se – segundo Travaglia (2004; 2009) - uma concepção de linguagem como maneira de exteriorizar, por meio de uma tradução, o pensamento que se constrói dentro da mente. O problema é que, para esta concepção, o pensamento teria uma única organização lógica e um uso “inadequado” significaria um problema cognitivo do falante que o produziu, pois, ainda para esta concepção, existiria apenas uma língua (única e una) que seria “boa”, “eficiente” para todas as situações – o que equivale a dizer que, sob esta ótica, não haveria dependência entre o modo de constituição de determinado texto e o destinatário, a finalidade e a situação de fala. Claro que tudo isso, como já disse anteriormente, não tem nenhum respaldo no real status complexo das línguas humanas naturais.

Preconceitos como este, na verdade tem relação com algo que já havíamos comentado em outro texto. Em Mateus (2017), já havíamos tratado da capacidade humana de relacionar elementos por meio de analogias, de semelhanças e de agrupá-los nas mesmas categorias, processo que Abreu (2010) nomeia como categorização. Também comentávamos, nesse mesmo texto, que infelizmente essa nossa habilidade, por vezes, acaba desembocando numa tendência de tentar dividir o mundo em categorias estanques e não-relacionadas (espécies de gavetas completamente independentes entre si) que passam com o decorrer dos séculos a ser vistas como “corretas” e “imutáveis” - embora estas tenham sido construídas sócio-histórico-ideologicamente e, muitas vezes, não dêem conta da total complexidade dos fatos naturais; isso com relação a diversas variações (linguísticas, de gênero, de fisionomia dos corpos humanos e/ou étnicas). O que não se encaixa nessas categorias por ser diferente - ou seja, um “outro” - infelizmente passa a ser tido como “estranho”, “problemático”, “incorreto” e a gerar medo, hostilidade, aversão.

Tal panorama de aversão e até de agressividade à diferença (frente a algo visto como “exemplar”, “modelar” ou “ideal”) tem ressonâncias no ensino-aprendizagem de português como língua materna, pois o conjunto de padrões dogmáticos denominado por Faraco (2008) como “norma curta” estreita a real natureza da língua portuguesa e baseia-se num padrão que não é propriamente uma variedade linguística para classificar erroneamente tanto as construções normais e frequentes dos falantes com maior escolaridade em suas produções orais e/ ou escritas mais monitoradas como das variedades populares como “erros”, usos “inadequados”, “corrompidos” e “inferiores”. Ou seja,

[...] essas noções equivocadas de “deturpações”, “corrupções” de algo que seria “adequado”, “puro” refletem-se [...] nas classificações normativas que consideram usos padrões como “língua ideal”, “pura”, em detrimento das outras variedades linguísticas existentes.

Para Soares (1986, apud VALADARES, 2010, p. 36), a democratização do

ensino teria feito com que camadas mais populares adentrassem na escola. Obviamente, os novos alunos levaram consigo suas variedades linguísticas, que acabaram sendo tachadas de “erradas”, pois eram menos próximas à norma purista (à língua “pura”) das gramáticas tradicionais normativas que as variedades linguísticas dos alunos mais abastados. Por meio de atitudes como esta, a escola então disseminava e perpetuava (e, infelizmente, ainda o faz) as desigualdades e diferenças entre as classes que já estavam na ordem social, porque, como os alunos menos abastados têm variedades linguísticas mais distantes da norma (no sentido de normatização) pregada pelos puristas, terão provavelmente mais dificuldades nas aulas de Língua Portuguesa. É exatamente sobre isso que fala Gnerre (1998, apud SANTOS SOBRINHA & MESQUITA FILHO, 2011, p. 6) quando considera o ensino gramatical prescritivo como “um jogo já marcado”, no qual “ganham aqueles que de saída dispõem dos instrumentos para ganhar”. (MATEUS, 2017, p. 16).

Como consequência, muitos de nós acabam internalizando e disseminando a noção de que não “dominamos” ou “não sabemos nosso próprio idioma”, até porque as aulas tradicionais de português acabam sendo enfadonhas, em consequência do idioma passar a ser visto como um amontoado de rótulos a decorar, o que o tornaria “muito difícil”. Tal noção, contudo, não tem a menor validade. Ora, como um falante nativo de português poderia não saber a própria língua se ele é capaz de receber enunciados em português, processá-los, interpretá-los, elaborar pensamentos e externalizá-los neste mesmo idioma? Ele pode até não dominar todas as variedades, principalmente as variedades cultas da língua, mas isso não equivale a uma completa falta de proficiência.

Em outros termos, tem sido pouco eficiente este tipo de ensino pela:

[...] simples rotulação de entidades (classes e funções superficiais). À pouca eficiência se liga o descrédito tanto dos que “ensinam” como dos que “aprendem”; realmente [...] muitos dos professores entrevistados disseram que tanto eles como os alunos consideram que o ensino da gramática “não serve para nada”. Para esse descrédito colabora, e muito, o fato de que, se o que se faz nas escolas é simplesmente rotular entidades, essa atividade praticamente se esgota em muito pouco tempo (já na 5ª ou 6ª série), restando para todas as séries seguintes uma repetição longa e enfadonha, e sem nenhuma aplicação, dos mesmos exercícios de atribuição de rótulos a entidades.” (MOURA NEVES, 1993, p. 97).

Como apontam Travaglia (2009) e Moura Neves (1993), por não chegar a desenvolver uma reflexão discente sobre o real funcionamento de sua língua, nosso ensino tradicional de “Gramática” consegue – quando muito - apenas cumprir com os objetivos de ensino de Língua Materna como meio para aproximar o estudante do domínio do que se chama de norma culta/ padrão e como meio de ensino da variedade escrita da língua, aos padrões linguísticos que são sócio-culturalmente avaliados positivamente; mas isso já é tema para a próxima seção.

## **2 | O QUE O ENSINO TRADICIONAL DE GRAMÁTICA PERDE DE VISTA**

Nesta seção, pretendemos problematizar e explicitar um pouco mais concretamente

o porquê consideramos negativa a metodologia de simplesmente etiquetar as partes da língua e obrigar que os estudantes decorem essas nomenclaturas, sem refletir sobre elas.

Como afirma Moura Neves (1993; 2018), é problemático e limitador pensar que *gramática* se refere unicamente a carimbar, rotular e saber identificar elementos em frases, até porque – em sua ótica – a oração não é a unidade da linguagem, mas sim o discurso, o texto, na medida que seria relevante analisar quais os papéis que os elementos tradicionalmente apenas classificados como *substantivos*, *adjuntos* desempenham no texto (visto não como uma soma de orações, mas como uma produção social discursiva).

Não se pode definir apenas pelo rótulo e nem focar apenas em induções circulares porque, na esteira da argumentação da autora mencionada acima, só para se dar um exemplo, o que se chama de *pronome possessivo* nem sempre indica posse. Em enunciados como “*Sua roupa é bonita*”, o falante não explicita uma relação de posse entre o interlocutor e a roupa que ele aponta e predica como ‘ser bonita’, até porque não se sabe se ela é ou não emprestada. Na verdade, o *seu* (e suas flexões) equivale a uma relação entre dois elementos (nem sempre entre *possuidor e possuído*) marcada por *de*, tanto que *sua blusa* pode ser correspondente à *blusa dele (a)*.

Há frases, como “*Pensando nesta doença, devemos tomar todas as medidas para evitar sua propagação*” nas quais:

[...] o elemento fórico *sua* deve ter a mesma análise que teria o sintagma da doença recuperado na porção anterior do texto (anáfora): “sua propagação = propagação da doença” O sintagma nominal a doença é, pois, aí, argumento de propagação (como a doença seria argumento de propagar, em “propagar a doença”), relação que a preposição *de* (sem nenhuma indicação de posse) marca. Toda a ampla gama de empregos desses elementos periféricos nominiais tradicionalmente denominados possessivos requer exame que não atomize a análise e mantenha em vista o sistema.” (MOURA NEVES, 1993, p. 95-96).

Além disso, há ainda a possibilidade do elemento tachado como *possessivo* marcar outras questões semânticas. Em “*Ele já ia pela sua quarta xícara de café*” existe muito mais uma questão de “tomar, beber”, do que de ser possuidor de algo. (MOURA NEVES, 2018).

Acresce que, ao imputar uma dicotomia entre orações subordinadas (considerando-as como “dependentes”) e coordenadas (consideradas, de modo errôneo, como se fossem completamente “independentes”<sup>2</sup>) e estabelecer seus subtipos mediante a presença ou ausência de determinadas conjunções, a Gramática Normativa perde de vista nuances de valores lógico-semânticos que emergem da própria relação entre essas orações.

Tomemos as seguintes frases como exemplos:

- (1) *Escreveu, não leu, o pau comeu.*
- (2) *Naquela época, meu marido ou ficava quieto ou não falava a verdade.*
- (3) *Não sei se vou ao mercado.*

---

2 Essa independência é apenas sintática porque nenhuma complementa argumental e nem sintaticamente a outra, mas a questão é que o rótulo sem a decorrente explicação de que é algo somente sintático pode gerar a noção de que não há nenhuma relação entre as orações e perder de vista alguns valores, como explicitamos na seção.

(4) Avisarei se for ao mercado.

(5) *Estela foi às praias de Florianópolis, mas não viu o mar.*

No período (1), por exemplo, a ausência de conectivos já seria suficiente, ou melhor, determinante (ainda do ponto de vista tradicional) para classificar as três orações simplesmente como coordenadas assindéticas.

Elas realmente não são termos sintáticos umas das outras e poderiam figurar isoladamente, mas pela sua inter-relação podemos inferir – segundo atesta Rodrigues (2013) -que “o pau comer” é uma **conseqüência** de “escrever e não ler”, ou “o pau come” **quando** ou **se** “alguém escreve e não lê o que escreveu”.

Em (2), ocorre algo muito semelhante. O termo “ou” determinaria a classificação das duas orações como coordenadas sindéticas alternativas. Parar em tal classificação é uma postura simplista porque despreza os conteúdos lógico-temporal (“Quando o marido não mentia, estava quieto”), lógico-condicional de disjunção exclusiva por trás do enunciado (“Se ele não faltava com a verdade, era porque estava quieto” - o que equivale a dizer que se tratava de um exímio mentiroso).

Já os exemplos (3) e (4) deixam claro que não se pode analisar orações pautando-se exclusivamente nos elementos conectivos que as introduzem. Um posicionamento normativo diria que em ambos os casos temos orações subordinadas adverbiais condicionais dado o fato de serem introduzidas por uma conjunção subordinativa condicional *se*, mas isso não passa de uma etiqueta (na verdade uma definição circular) que não explica o real funcionamento de tais orações e também incorre em erro, na medida em que o grau de integração entre os matrizes e as introduzidas pelo *se* não é o mesmo. Ora, [se vou ao mercado], além de ser semanticamente dependente de [não sei], funciona como objeto direto do verbo saber e, por isso, não pode figurar isoladamente como construção gramatical simples (no sentido gerativo do termo). Por outro lado, [Avisarei] já se encontra sintaticamente completo, sendo que [se for ao mercado] é apenas um adjunto (no sentido de não ter sido requerido argumentalmente pela estrutura argumental do verbo), não se integrando à sua matriz de maneira tão intensa quanto ocorre em (3).

Claro que, ao escolher entre o paradigma de possibilidades o *se* em vez da conjunção integrante prototípica *que*, o falante provavelmente quis enfatizar o grau de dúvida já marcado na construção verbal modificada pelo advérbio de negação, mas é inegável que o grau de integração entre as orações com valor condicional *se* distingue em (3) e em (4), e nada disso passa para o estudante se focarmos apenas na identificação dos nomes da oração.

Além disso, em (5), a primeira oração seria tradicionalmente classificada como coordenada assindética e a segunda, que é introduzida pelo “**mas**” e que representa a negação de uma expectativa, como coordenada sindética adversativa. Infelizmente, não se costuma sair dessa rotulação em sala de aula, sendo que muitas reflexões metalinguísticas acabam sendo deixadas de lado. Seria relevante, por exemplo, levar os alunos a refletir que as funções do **mas** (normalmente relacionado à coordenação) são muito semelhantes às de **embora** (normalmente relacionado à subordinação), diferindo no fato de que no primeiro caso o interlocutor forma uma expectativa que é posteriormente quebrada e no segundo, essa expectativa já é quebrada antecipadamente (“Embora tenha ido às praias



Além disso, o enunciado total (de “Mesmo envolvendo todos os professores no processo de avaliação, muitas vezes ficamos frustrados com os resultados”), como se pode compreender, é a favor de que o desempenho dos discentes não tenha sido satisfatório.

Em suma, o operador argumentativo “Mesmo” não apenas opõe argumentos que levam a conclusões contrárias, mas também acompanha, introduz um argumento que vai ser abandonado por ser mais fraco à tese “Os alunos não tiveram um bom desempenho”:

- ↓
- i. Todos os professores se envolveram no processo de avaliação. + fraco
  - ii. Os professores ficaram frustrados. + forte

Os alunos não tiveram um bom desempenho

Um pouco diferente disso, ocorre com o *mas* e seria relevante problematizar com os alunos enunciados como “*Maria estudou, mas foi mal na prova*” e “*Maria foi mal na prova, mas ela estudou*”, levando em consideração aspectos da Semântica Argumentativa e da Pragmática, fazendo-os refletir e concluir que o primeiro é menos favorável à Maria que o segundo. Tomando a primeira oração, vemos que ele encerra algumas vozes, gerando o que se chama de polifonia. Há um locutor que se responsabiliza por todo o dizer (Maria estudou, mas foi mal na prova), mas há dois enunciadores que enunciam valores diferentes, trazendo argumentos opostos e orientados para conclusões contrárias:



Explicando melhor, o fato de Maria ter estudado, poderia a priori ser um argumento forte à tese de que “ela é compromissada com seus deveres escolares”. Contudo, o fato dela ter ido mal na prova opõe-se à primeira tese e é um argumento forte à tese de que ela “não é compromissada com seus deveres escolares”.

Além disso, o enunciado total de “Maria estudou, mas foi mal na prova” é a favor de que ela não seja compromissada com seus deveres.

Neste caso, então, o *mas* não apenas opõe argumentos que levam a conclusões contrárias, como também acompanha, introduz o único argumento que vai ser mantido por ser mais forte à tese “não é compromissada com seus deveres escolares”.

No segundo enunciado, vai se dar justamente o contrário. Assim, o professor poderia propor discussões que levassem os alunos a considerar o primeiro enunciado como mais adequado a alguém que quisesse desprestigiar Maria e o segundo à mãe dela que tentasse defender o mal desempenho da filha para o pai excessivamente severo da menina.

Claro que não estamos propondo que os professores deveriam simplesmente despejar os conceitos linguísticos sem explicações porque isso apenas aumentaria a lista de rótulos a serem decorados pelos alunos. O importante (bem mais que as nomenclaturas linguísticas) seria demonstrar o real funcionamento e explicitar essas questões pragmático-discursivas, até porque:

O professor de ensino médio tem necessidade de conhecimentos de Lingüística para bem equacionar o tratamento que dará ao ensino da gramática; esse conhecimento abrange a compreensão de que não se transferirão, meramente, aos alunos lições de Lingüística aprendidas nas universidades.

Nenhum tratamento dado à gramática pode perder de vista o sistema. Não se trata, porém, de se oferecer aos alunos o sistema, arrumado em esquemas e paradigmas; um contacto desse tipo alcança, no máximo, que os alunos atuem como repetidores. Só pela reflexão sobre a língua se chega clarivamente ao sistema que a regula.

A reflexão sobre a língua, no nível médio, só pode partir do uso diretamente observável, da observação da língua em função, com compreensão de que existe um amálgama de componentes, desde o pragmático até o fonológico. Afinal, se, como dizem os professores, a finalidade do ensino é o bom uso da língua, parece evidente que se deva refletir sobre a língua em uso. [...] embora as palavras sejam unidades intuitivamente evidentes a qualquer observador da língua, seu valor só se determina com a configuração do fazer do texto. (MOURA NEVES, 1993, p. 97).

Afinal, como estamos afirmando, posturas de simplesmente enfiar os itens lingüísticos em caixas pré-estabelecidas (sejam classes de palavras ou etiquetas para orações), sem problematizações do seu real funcionamento textual<sup>3</sup> e discursivo, acarretam na omissão de questões relevantes como o que está por trás do que é dito, nos níveis do não-dito – o que contribui negativamente para levar a um conhecimento metalingüístico e estimula pouco a competência comunicativa dos estudantes. Nessa esteira de pensamento, podemos alocar questões como o *pressuposto*. Cagliari (2015, p. 2) contrapõe esta idéia ao “pensamento imaginativo que é processado na mente do falante ou ouvinte, acrescentando uma informação não literal” e que antecede ou sucede o momento da enunciação, chamado por ele de *expectativa*:

(6) Minha expectativa é que neve no final de semana.

(7) Acredito que o banco consegue se recuperar.

Em (7), mesmo que o verbo esteja morfologicamente flexionado no presente do indicativo, ele equivale semanticamente a um futuro, pois o falante tem a expectativa, a crença em que o banco se recupere.

Para Cagliari (2015), *expectativas* aproximam-se em certa medida da noção de *frame* e de *espaços mentais*, mas diferem tanto de *script* quanto de *pressuposto*.

Um *script* seria, segundo Abreu (2010), um modelo de desenrolar linear e cronológico de uma série de ações. Na cultura brasileira não é a noiva a primeira a chegar ao casamento da mesma forma que ninguém se senta no sofá da sala de estar de sua casa sem antes

---

3 Talvez o leitor se pergunte por que propomos a abordagem de textos (e não simples orações) nas aulas e damos exemplos nas seções anteriores deste texto com orações. Contudo, essa questão não se deve a uma incoerência de nossa parte, mas sim de uma escolha consciente tomada por duas razões. A primeira delas se refere ao fato de que prezamos pela economia porque exemplificar todas as questões aqui comentadas com textos diferentes faria com que este trabalho tivesse uma quantidade desnecessariamente volumosa de páginas. Já a segunda deve-se a termos considerado que seria mais eficiente, argumentativamente falando, justificar o porquê da metodologia tradicional ser limitada utilizando justamente as frases que são para ela o objeto de análise e delas demonstrar questões que essa análise tradicional não abarca.

entrar na casa. Há uma ordem lógica de passos, um roteiro que – segundo convenções sociais- deve ser seguido.

O mesmo autor define *frame* como “o domínio semântico vinculado a uma palavra, formado tanto por um conjunto de elementos prototípicos, que podem ser considerado uma espécie de “núcleo duro”, como também por outros elementos vinculados à imaginação” (ABREU, 2010, p. 37). À palavra Páscoa, por exemplo, associamos várias ideias vinculadas ao seu significado como a ressurreição de Jesus Cristo (para os católicos) ou a saída do Egito (no caso dos hebreus), o Coelho da Páscoa e ovos de chocolate. Tudo isso comporia o *frame* “Páscoa”.

A Teoria dos Espaços mentais, por sua vez, postula que todo e qualquer texto/frase/oração é uma proposta de construção de sentido e não um conglomerado com todos os sentidos imutáveis já definidos. Prova disso é a história da professora que pediu para os alunos escrevessem uma pequena narrativa sobre o Dia das Mães que terminasse pela frase “Mãe só tem uma”. Acontece que um deles acabou escrevendo:

“Estava em casa no sábado sem fazer nada quando minha mãe pediu que eu pegasse duas cervejas para meu pai e os amigos dele. Mas, ao abrir a geladeira, exclamei:

- Mãe, só tem uma!”

A piada é velha e fraca, mas vale como exemplificação. O que aconteceu foi que o aluno em questão num primeiro momento ignorou completamente o *frame* do Dia das Mães no qual a proposta de redação se alocava. E até por isso, abriu um espaço mental em que atribuiu à frase acima o sentido de equivalência a um chamamento para indicar que há apenas uma unidade, uma porção de algo; bem diferente do provável sentido que a professora tentou construir: o de que as mães são insubstituíveis.

Outro exemplo seria a seguinte exclamação imaginária, dita – suponhamos – num contexto em que uma irmã maior cuidava do menor e este, num momento de descuido dela, rabiscou toda a parede do quarto com giz de cera:

(8) Se eu fosse a mamãe, te batia!

Muito mais relevante que apenas nomear [se eu fosse a mamãe] como oração “subordinada”<sup>4</sup> adverbial condicional e [te batia] como oração principal, seria, além disso, dizer aos discentes que, dependendo do espaço mental que construirmos, (8) terá um sentido diferente. Se abrímos o espaço mental de que, para aquela família, os pais deixam claro que a garota não pode castigar o irmão, pois esta é uma incumbência exclusiva deles, o sentido será que o garoto tem sorte porque à irmã resta apenas limpar a sujeira. O sentido não será de todo igual, se o espaço mental construído for o de que a mãe, ao contrário da menina, tem um temperamento ríspido, intolerante e agressivo. Portanto, nesse caso, a irmã quer dizer que, embora o irmão tenha feito algo reprovável, não pretende agredi-lo. Há ainda outras possibilidades como a menina - independente do comportamento da mãe ou de restrições dos pais - ter ficado tão brava com a atitude do outro que teve vontade de espancá-lo.

---

4 As aspas se devem ao fato de que, como exporemos a seguir, a Gramática Tradicional acaba colocando num mesmo rótulo orações que têm graus de integração distintos e, neste caso, essa nomeação “subordinada” não se justificaria se se observasse o uso, a dependência e o encaixamento da condicional em comparação, por exemplo, com as (realmente) subordinadas substantivas (as chamadas completivas).

Obviamente, o espaço mental aberto pelo ouvinte/leitor da declaração da garota para a interpretação de tal oração dependerá e muito, no caso específico, de questões relativas à situação de comunicação e do conhecimento do receptor do enunciado acerca da realidade daquela família. Infelizmente, nada disso é abordado quando, durante as aulas de português que aqui estamos criticando, apenas se etiquetam frases soltas, desprovidas de contexto e sem a indicação do texto do qual foram retiradas.

*Pressuposto*, por fim, é diferente de *acarretamento*, pois, segundo Ilari & Geraldi (1985, p. 61), “uma oração acarreta outra quando a verdade da primeira torna inescapável a verdade da segunda [...] Uma oração pressupõe outra quando a verdade e a falsidade da primeira tornam inescapável a verdade da segunda”. Observemos:

(9) Mariana certificou-se de que tinha fechado a porta da geladeira.

(9) a. Maria tinha fechado a porta da geladeira

(10) Felipe parou de espancar a própria sogra.

A oração (10) traz, na verdade, duas informações: “Felipe espancava a própria sogra” e “Felipe não espanca mais a própria sogra”. A primeira delas é uma pressuposição, uma informação velha, dada, um tema e a segunda, um rema, uma informação nova sobre a qual recairia o escopo da negação ou de uma questão. Se disséssemos: “É falso que Felipe parou de espancar a própria sogra”, não estaríamos negando o fato de que ele a espancava (pressuposto), mas sim que continua a fazê-lo; da mesma forma que ao dizer “Temer não foi eleito para permitir falcatruas em Brasília”, colocamos o foco da negação no verbo da hipotaxe final, pois não negamos que ele tenha sido eleito (pressuposto), mas sim que ele tenha sido eleito para permitir falcatruas. O mesmo não ocorre com as duas primeiras construções, até porque, como atestam Ilari & Geraldi (1985) – conquanto (9) ocasione a verdade de (9) a – uma situação em que (9) fosse negada, seria perfeitamente compatível com um cenário em que (9)a se apresentasse como falsa:

(9) b. Mariana não se certificou de ter fechado a porta da geladeira e ela realmente tinha ficado aberta.

Ou seja, a porta acabou ficando aberta porque Mariana não se certificou de a ter fechado. Trata-se, portanto, de um caso de *acarretamento*.

Dessa maneira, vê-se que “na linguagem há muitas informações ditas literalmente e muitas não ditas explicitamente”. (CAGLIARI, 2015, p. 1). Uma última prova disso é o diálogo fictício que vem a seguir:

A: - Senhora, o moço chegou.

B: - Ele trouxe a coisa, Marlene?

A: - Trouxe sim. Onde peço que ele a coloque?

B: - No mesmo lugar que as outras.

Embora para nós, meros espectadores, não sejam explicitados muitos elementos, as duas interlocutoras sabem muito bem do que estão falando. Sabem – e isso se comprova pelo uso dos pronomes definidos – o que é *a coisa*, quem é *ou*, ao menos, qual a função *do moço* e onde fica esse tal *lugar*. Apesar disso, essas informações não são ditas de

forma explícita provavelmente porque tanto A quanto B consideram isso pouco informativo e pouco relevante, na medida em que uma pressupõe –cognitiva e intuitivamente – que a outra tenha esses conhecimentos de antemão. Além disso, a pergunta de B sugere que tanto *o moço* (um carteiro, um entregador, um namorado?), quanto *a coisa* (um presente, um enfeite, um móvel?) já eram pelas duas esperados, tal qual a última fala sugere que não é a primeira vez que ações deste tipo acontecem, pois pode até não ter sido o mesmo moço o responsável pela entrega, mas *outras coisas* já haviam chegado.

Feitas essas ressalvas, passamos a propor – na seção seguinte- algumas atividades que poderiam fugir do quadro prescritivo-normativista.

### 3 I SUBSÍDIOS PARA MUDAR O QUADRO PRESCRITIVO EXPOSTO

Divergindo do ensino embasado na defesa do “como a língua deveria ser”, seguimos os postulados de Travaglia (2004; 2009), Moura Neve (1993; 2018) e Chaves Marinho & Costa Val (2006) para os quais – se deveria ir além até mesmo de um ensino *descritivo* calcado numa concepção de linguagem como um código (aglomerado de signos potencialmente combináveis de acordo com certas regras), um meio para transmitir informações que envolveria processos de codificação e decodificação entre um emissor e um receptor – tal qual postulam Jakobson (1995) e os demais estudos estruturalistas (de matriz saussuriana) e gerativo-transformacionais (remetendo aos pressupostos chomskyanos de língua como sistema com peças finitas, mas com um número de certo modo infinito de combinações possíveis). Tal perspectiva formalista separa o sistema abstrato do uso concreto, do processo de produção e de fatores sócio-histórico-ideológicos.

Para os linguistas mencionados no início desta seção, seria necessário conceber a linguagem como forma ou processo de interação sócio-pragmático-discursiva:

[...] como “um lugar de interação humana, de interação comunicativa pela produção de efeitos de sentido entre inter-locutores, em uma dada situação de comunicação e em um contexto sócio-histórico e ideológico. Os usuário da língua ou interlocutores interagem enquanto sujeitos que ocupam lugares sociais e “falam” e “ouvem” desses lugares de acordo com formações imaginárias (imagens) que a sociedade estabeleceu para tais lugares sociais” (TRAVAGLIA, 2009, p. 23).

Partindo dessa concepção, ainda de acordo com eles, seria preciso aumentar o repertório linguístico dos estudantes, por meio de um ensino descrito por Travaglia (2004; 2009) como *produtivo*, na medida em que este seria o responsável por desenvolver a *competência comunicativa* do falante, sua habilidade em adequar sua fala (o que e como falar) dependendo de seu interlocutor e da situação (se ela exige mais ou menos formalidade), em vez de substituir todos os usos normais (no sentido de frequentes) dos mais variados alunos exclusivamente pelo padrão purista – o que possibilitaria:

[...] ao falante utilizar cada vez um maior número de recursos da língua de forma adequada a cada situação de interação comunicativa... a) “ser adequado quanto à possibilidade de produzir os efeitos de sentido desejados de modo a atingir os objetivos pretendidos do dizer, ser adequado quanto ao

atendimento de normas sociais de usos da língua em termos de variedades da língua a serem usadas, c) ser adequado quanto ao direcionamento argumentativo; d) ser adequado quanto ao atendimento de exigências... como estética, polidez ” (TRAVAGLIA, 2004, p. 16-17).

É por ter um pensamento análogo ao comentado anteriormente que, para sair do ensino prescritivo reinante, Bortoni-Ricardo (2004, p. 42) propõe que os professores não apenas identifiquem nos enunciados dos alunos (sejam eles escritos ou orais) a presença de variantes não padrão, como também conscientizem seus educandos das diferenças entre esse uso e a variante padrão, para que eles passem a monitorar suas produções, verificando a adequação das formas linguísticas, no que diz respeito à formalidade ou informalidade da situação de comunicação. Mas ela ressalta que não se devem realizar intervenções que desrespeitem a variedade linguística do aluno (portanto, ela não prima por um ensino prescritivo que tentaria substituir essas características por usos considerados “bons”) e nem que o levem a se tornar inseguro, desinteressado ou mesmo revoltado, mas sim uma intervenção sistemática, como ocorre no exemplo hipotético dado pela autora:

(1) P – Reinaldo, por que você num veio ontem?

(2) A – Num deu tempo.

(3) P – Num deu tempo por quê?

(4) A – Tava trabaianu.

(5) P – O Reinaldo estava trabalhando ontem e por isso não veio à aula. Vejam esta palavrinha, “trabalhando”. Ela é uma daquelas palavrinhas que podemos usar de dois jeitos. Quando falamos com nossos amigos; podemos dizer “trabaianu”; quando falamos com pessoas que não conhecemos bem, empregamos a palavrinhas como a escrevemos, assim: “trabalhando”. Peguem seu caderno e vamos escrever uma frase que começa assim: “Ontem eu estava trabalhando...” (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 43).

Uma outra atividade interessante, adaptada das propostas de Câmara (2016), seria trabalhar num texto específico a natureza e constituição de um tipo de oração, como as adjetivas, por exemplo (no sentido de averiguar não só as características da oração com a aquisição de conhecimentos, como também sua função textual (como a característica da adjetiva contribui para se atingir o efeito desejado); e, a seguir, pedir que o aluno produzisse um texto (dentro de um gênero e de um tipo textuais delimitados) falando que tipo de qualidades ele busca ou valoriza num amigo utilizando estruturas semelhantes. Seria, possível, ainda, depois de analisar e comentar um texto-exemplo que contivesse uma estrutura específica que o professor toma como tema de discussão sintática, semântica e pragmática, escolher – como propõe Travaglia (2009, p. 126) - uma casa no entorno da escola que fosse do conhecimento de todos os estudantes e dividi-los em grupos, de modo que cada um desses grupos escreveria um texto descritivo sobre essa mesma casa, mas variando seus papéis discursivos, já que um enquanto um descreveria como se fosse um arquiteto descrevendo seu projeto a seu cliente, outro deveria reproduzir os argumentos que um ladrão utilizaria para convencer o comparsa a roubar o imóvel, um terceiro, se colocar como um dos integrantes de um casal que tenta convencer o cônjuge a comprar um novo imóvel para a família; um quarto se colocando como uma amiga que conta à outra

sobre sua nova moradia e um último, um corretor que tenta vender a casa.

A intenção desse exercício seriam não apenas gerar produções nas quais os alunos trabalhassem a estrutura e o tópico da aula, como também verificar como os enunciados variam a depender da formalidades, das variedades estilísticas, de quem fala, para quem, com que intenção comunicativa e em que situação; variação esta que toca a concepção de Moura Neves (2018) acerca de um dos sentidos do que vem a ser *gramática*: o cálculo de produção de sentido, um mecanismo, software metalinguístico que permite produção de significados, numa inter-relação entre pragmática, semântica e sintaxe, por meio de enunciados nos quais se deve levar em consideração quem fala, do que fala, para quem, em que época, com quais propósitos comunicativos (que nem sempre se restringem a convencer o interlocutor, sendo que se equivalem às vezes a um simples “jogar conversa fora”).

De acordo com ela, não existiria uma gramática para a língua falada e outra para a escrita; seria a mesma *gramática*, mas nos diferentes usos o que difere é o aproveitamento das possibilidades (MOURA NEVES, 1993, p. 94).

Além disso, é de sua opinião que os alunos estão na escola para entender e trabalhar a complexidade da linguagem tanto oral quanto escrita, sendo que ambas seriam fluidas, em razão de nem sempre as definições serem cabais e sintéticas, mas acabarem equivalendo a interfaces e não a grandezas discretas.

Nesse sentido, há, inclusive, um debate teórico sobre, por exemplo, se realmente existiria em Português distinções entre o que se denomina e se separa convencionalmente como classe dos *substantivos*, de um lado, e a dos *adjetivos* do outro.

Por um lado, há estudiosos que ou questionam se existem realmente duas classes de palavras ou os alocam como subtipos dentro de uma mesma classe, a dos *NOMES*.

Exemplos seriam Arnauld e Lancelot (*apud* SANTOS DE CARVALHO & KANTHACK, 2012) na Gramática de Port Royal, subdividiram a classe *nomes* em *substâncias* ou *nomes substantivos* (as coisas como terra, o sol, a água, a madeira que subsistem por si próprias, sem a necessidade de outro nome) e *acidentes* ou *nomes adjetivos* (maneiras das coisas, como ser gentil, ser redondo, que só existem pelas e por causa das substâncias).

Para eles, algumas palavras que, como *rei*, *pintor*, são designativas de profissão passariam por substantivos porque poderiam subsistir sozinhas no discurso em razão de terem o homem como sujeito implícitamente retomado.

Neste mesmo sentido, segue Monteiro (2002), ao afirmar que em vez de adjetivos e substantivos (rótulos sintáticos), seria conveniente se falar morfológicamente em nomes, em oposição a pronomes, uma vez que os primeiros seriam símbolos representativos de algo, enquanto os segundos teriam um caráter indicativo e, portanto, dêitico. Em suas palavras:

O sintagma **casa amarela** é formado de dois termos, ambos de natureza representativa. O primeiro expressa a ideia de um objeto (**casa**); o segundo simboliza uma cor atribuída a ele. Dentro do sintagma, entretanto, **casa** se apresenta como termo principal ou determinado (substantivo), ao passo que **amarela** funciona como determinante (adjetivo). Trata-se de uma aplicação sintática e, dessa forma, somente o contexto dirá se um nome é adjetivo

ou substantivo. Os pronomes, ao contrário, fixam o campo mostrativo da linguagem e valem sempre como sinais. Se ao sintagma **casa amarela**, antepusermos o vocábulo **esta**, percebemos de imediato que **esta** nada simboliza, servindo para situar o objeto nas coordenadas de espaço e tempo em relação ao falante. No sintagma, **esta** é termo dependente de **casa**, o que lhe confere o caráter de adjetivo (MONTEIRO, 2002, p. 228).

Além disso, ele também afirma que o que a NGB chama de “artigo” não passa de um pronome sempre em função adjetiva. O elemento “*um*”, por exemplo, seria, em sua ótica, sempre pronome porque sempre valeria a um indefinido passível de ser substituído por *algum*<sup>5</sup>.

Por outro lado, outros estudiosos mantêm essa distinção, utilizando-se de critérios morfológicos e sintáticos como o fato de, no Português, por exemplo, os substantivos ao contrário dos adjetivos, normalmente repelirem os sufixos {-*vel*}, responsável, por uma derivação de modo, como em amável (“que pode ser amado”); {-*íssimo*}; {-*mente*} – que acarreta a formação de advérbios – e {-*oso*, -*al*}. O Prefixo in- por exemplo, é repellido por substantivos (\*i**professor**,\*i**nhomem**), mas facilmente adicionado a muitos adjetivos: inimaginável, intragável, impensável. Além disso, os adjetivos num sintagma nominal teriam geralmente uma função atributiva (um carro *caro*) e predicativa num sintagma verbal

---

5 Outros autores não concordam com essa afirmação. Para Moura Neves (2018), por exemplo, nem sempre se pode “rotular” com total certeza se um elemento “um” que aparece num texto refere-se a um artigo ou ao primeiro numeral cardinal, dado o caráter vivo, mutável e complexo dos sistemas linguísticos humanos.

De qualquer modo, o que se denomina normalmente como *artigo indefinido* costuma vir – como argumenta a referida autora- ou em construções com teor superlativo (*Isso é uma lástima!*) ou num sintagma nominal de predicativo, que no fundo equivale a uma atribuição, ao ato de atribuir algo (ou uma determinada característica) a alguma coisa ou a alguém, pois dizer que “*O menino é bonito*” equivale a atribuir *ser bonito* (um predicado de beleza) a esse menino, da mesma forma que perguntar se alguém já viu *uma* faca é o mesmo que perguntar se o interlocutor já viu qualquer um dos elementos da categoria *faca*.

Acresce que a função de um artigo indefinido não se restringe ao sintagma, pois, além de um mero adjunto adnominal, em termos de constituição de sentido textual, ele tem um papel coesivo e relação com a introdução ou com a retomada de referentes.

Ora, além da *predicação* (falar algo de alguém), há participantes na cena enunciativa que preenchem casas referenciais (há elementos que remetem catafórica ou anaforicamente a eles) e, portanto, existem também, processos de *referenciação*. Obviamente nossa capacidade de simbolização também permite se referir a elementos que não estão presentes na cena enunciativa. É o que ocorre quando mencionamos para alguém uma outra pessoa ou quando damos exemplos gerais, fazemos afirmações generalizantes (como “*Sei onde pedir um táxi nessa cidade*”) sem nos referirmos a pessoas ou coisas específicas com ou das quais estamos falando.

Ainda no mesmo caminho de pensamento, a referida linguista discorda da nomenclatura tradicional “artigo indefinido plural”, pois, em seu ponto de vista,, a passagem de frases com artigos indefinidos no singular para o plural normalmente resulta na ausência de artigo (de construções como “*Cada festa exige uma roupa especial*” passamos para “*Cada festa exige O roupas especiais*”), sendo que os elementos lexicais *uns*, *umas* seriam mais pronomes indefinidos equivalentes a “*alguns*”. Prova disso é o papel de *uns* em orações como “*Temos umas coisas a te contar*”, nas quais equivale a “*certas*” “*uma certa quantidade de coisas*”, sendo, portanto, um pronome indefinido quantificador e não a direta pluralização do artigo singular cujo plural costuma ser um  $\square$ .

Aliás, o artigo indefinido (integrante de um sintagma nominal no qual a referência não é identificada para o ouvinte podendo ou não ser identificada para o falante) também pode ser posto em confronto com o definido (elemento de um sintagma nominal no qual a referência é identificada para o ouvinte e/ou para o falante) e com o numeral cardinal. Quanto ao último elemento comentado acima, pelo que se afirmou nos parágrafos anteriores, conclui-se que com um *artigo indefinido* o que fica afirmada é uma indeterminação (semanticamente equivalente a ‘pelo menos um’ ou ‘qualquer um’) e não uma singularidade (como em “Vi um homem chorando”: Vi pelo menos um exemplar qualquer (não específico) da categoria homem que estava chorando); enquanto no numeral *um* o que se tem é uma singularidade, uma qualidade do único (exatamente um único exemplar, não dois e nem nada a mais que isso, como em “Você não deveria ter comprado só *um* caderno”).

(o carro é *caro*), podendo ser, inclusive, intensificados (carro muito caro) e, ainda, assumir formas comparativas e superlativas (“um carro mais caro que uma casa” e “um carro caríssimo”). Acresce que o substantivo normalmente não pode ser graduado (o que torna agramaticais frases como “\* Ele é muito amigo de longa data”) e, quando o é, acaba se aproximando de um elemento adjetival. Há ainda uma distinção mórfica que, inclusive, tem relação com a diferença dos papéis sintáticos. Como afirma Sandmann (1993), o gênero do substantivo é imanente à língua, já o do adjetivo depende do gênero do substantivo de que é expansão, satélite ou complementador não nuclear (na denominação de Castilho (2012)).

Mas já dizia Scherre (1988 *apud* CASTILHO (2012)) que traços estilísticos (como a formalidade), semânticos e mórficos podem condicionar (ou desfavorecer) a marcação de pluralidade. Quando, por exemplo, um vocábulo tiver os traços [+informal], [+diminutivo] e [+humano], como em “aqueles cabelim branquim”, dificilmente será marcado em relação à pluralidade.

Silva & Dalla Pria (2001), por sua vez, em seu texto sobre os adjetivos em contextos jornalísticos do século XIX, retomam as reflexões de Moura Neves (2000), para quem tal categoria sofreria uma bifurcação interna entre os qualificadores e os classificadores. Os primeiros seriam os graduáveis e intensificáveis e expressariam valores semânticos de modalização (epistêmica e deontica) e de avaliação (intensificação, atenuação, definição). Para a autora, o adjetivo posposto (como ocorre em “noite *escura*” e “homem *gordo*”) possuiria valor de descrição objetiva; em oposição ao caráter subjetivo do anteposto em “*escura* noite” ou “*bela* paisagem”, vemos avaliações pessoais acerca dos substantivos *noite* e *paisagem*.

Passando agora a expor a ótica de Castilho (2012), pode-se dizer que, segundo ele, a propriedade básica de um substantivo é referenciar, designar, denominar seres e coisas. Ao lado do pronome, pode ser o núcleo de um sintagma nominal, sendo que este núcleo pode ter à sua esquerda especificadores (artigos, demonstrativos, possessivos, quantificadores e pronomes) e à sua direita sintagmas preposicionais ou adjetivais<sup>6</sup>.

Diferente disso, é a opinião de Castilho (2012) que os adjetivos num sintagma nominal têm geralmente uma função atributiva (um carro *caro*) e predicativa num sintagma verbal (o carro é *caro*), além de poderem ser intensificados (carro muito caro) e assumir formas comparativas e superlativas (“um carro mais caro que uma casa” e “um carro caríssimo”).

Castilho (2012), ainda trata da adjetivação de outras classes: como a dos substantivos por intensificação (“ele é muito homem”) ou recategorização (como vermelho que vem do substantivo diminutivo “*vermiculus*”) e dos verbos pela sufixação.

Versando sobre o mesmo assunto, Bechara (2009) argumenta que o inventário dos adjetivos seria aberto, podendo, desta forma, ser sempre aumentado. Tratar-se-ia, para ele, da classe constitutiva da delimitação do substantivo, que lhe denota uma parte ou um aspecto (“qualidade”).

Tal delimitação poderia ser expressa por instrumentos explicadores (destacando-se

---

6 Obviamente não vamos nos ater ao papel destes elementos na frase. A intenção de trazer estas informações é apresentar um dos quesitos de funções desempenhadas por tais classes de palavras, mas como a função sintática não é a única questão que um elemento linguístico desempenha, também serão apresentados, no transcórre deste texto, outros papéis e características destas classes.

uma característica inerente do denotado), especializadores (que marcam os limites para se considerar o termo determinado) ou por especificadores (que, por adicionar a um signo notas não inerentes a seu significado, restringe-lhes as possibilidades de referência).

Em Português, seria possível que dois ou mais termos equivalham a um adjetivo. Quando isso se dá, forma-se uma perífrase - cuja base é normalmente uma preposição + um substantivo – denominada locução adjetiva.

Além disso, esta classe também poderia ser “substantivada”, passando a exercer a função de um substantivo, como em “o bom da vida”.

Valeressaltar que, como lembram também Camacho; Dall’Aglio-Hattner, & Gonçalves (2008), se por um lado, há itens lexicais como *mesa* e *lápiz* que quase inequivocamente são categorizados como substantivos; por outro, alguns podem ser enquadrados, a depender do caso, como substantivos ou como adjetivos e sua definição categorial seria possível, entre outras coisas, por meio da averiguação da relação sintagmática que o elemento em análise estabelece com o resto da frase /oração/ sintagma no (a) qual está inserido. Seguindo essa linha de raciocínio, numa construção como “Contratou-se um operário americano”, o item *operário* é núcleo do sintagma nominal cujo sentido recebe restrição do adjetivo *americano* e a quantificação de *um* e, portanto, um substantivo; embora em frases como “O que está difícil de encontrar hoje em dia é um americano operário”, a forma *operário* esteja modificando adjetivamente o núcleo *americano*.

Além disso, eles atentam para o fato de que, às vezes, alguns substantivos são por contiguidade e economia reduzidos e omitidos e o elemento que antes o adjetivava passa a ser núcleo (e substantivo) do sintagma nominal. É esse o caso de construções como “Os japoneses lutaram na 2ª Guerra” (originária de *Os homens japoneses*, com resultante incorporação do traço [+humano a japoneses]), “Falamos do paleolítico superior” (advinda de “o período paleolítico superior” posteriormente à adjunção do traço [+periodização histórica]). Neste ínterim, também se comenta sobre a possibilidade de substantivação de outras classes como os infinitivos verbais (o passar dos anos), repetição de uma forma anteriormente verbal (o corre-corre), advérbios (o porquê da questão), numerais ordinais (os primeiros da sala) participios presentes (um concorrente) e passados (os concursados) e até mesmo de itens que originalmente eram conjunções, mas que, em contextos metalinguísticos passam a substantivos (este mas está mal empregado na sua redação).

Acresce que os substantivos são classificados, pelos últimos autores mencionados, como itens referenciais (elementos de referência), denominadores de seres, entidades, ações, qualidades, ações ou estados de algum mundo (seja ele o por nós habitado, seja um mundo imaginado ou um recorte mental de nosso mundo) que auxiliam os interlocutores de quem os utiliza a identificar algum elemento, conjunto de elementos ou todos os membros do conjunto de uma espécie já disponível em seus modelos mentais ou a construir, introduzir uma nova entidade/espécie nesses modelos mentais e que podem ou não ter uma estrutura valencial que rege e seleciona argumentos. Claro que, no universo textual, como elemento de referência, um substantivo pode estar num sintagma que retoma (anaforicamente) ou antecipa (cataforicamente) outro elemento textual e, inclusive, um sinônimo, um hipônimo ou hiperônimo e até mesmo um estado de coisas ou conjunto de ações (como em Matar, roubar e mentir... Todos esses atos são desprezíveis).

Já Rio-Torto (2008) considera que os valores mais representativos dos adjetivos seriam o qualificativo, o classificatório, o argumental e o predicativo. Tal classe seria, para ela, não homogênea, com natureza gregária por sempre estar vinculado, seja a um nome, seja a um verbo e, diferentemente de um substantivo, não passível ser determinante ou especificador, mas ocorrer como modificadores antepostos ou pospostos e como complementos (como *fácil de conseguir, ávido de poder, amigo dos outros, ansioso por partir*) prototipicamente pospostos.

Enquanto um substantivo teria prototipicamente uma função de denominação (como em *Mário é economista*), o adjetivo (como em *João é fascinante*) normalmente predica, ou seja, “normalmente atribui e/ou modifica determinada propriedade ao denotado pelo nome a que se encontra associado” (RIO-TORTO, 2006, p. 105).

Além disso, quando em posição adnominal (como *estrada municipal, estrada nacional*), o adjetivo restringe, delimita o subconjunto do SN; especificando a extensão do substantivo. Mas em alguns casos, adjetivos podem ser não-restritivos, principalmente quando, redundantemente, indicam questões que já estão presentes na natureza semântica de seu substantivo, como *neve branca*.

Aliás, esses termos *restritivo* e *não restritivo* lembram as nomenclaturas tradicionais dadas aos sub-tipos de orações adjetivas (tradicionalmente divididas entre as “restritivas” e as “explicativas”).

Nesse sentido, é válido fazer eco às considerações de Moura Neves (2018), segundo a qual, em vez de cortar a língua em prateleiras e conteúdos não relacionados e colocar “partes” em gavetas rotuladas, seria relevante, por exemplo, durante as aulas para alunos do ensino médio relacionar o período simples com o composto, explicando entre outras questões o porquê algumas orações são denominadas como “adjetivas” e demonstrando que a questão de “subordinação” não é exclusiva deste último, uma vez que ela existe mesmo no período simples, na questão de complementos, pois objetos e mesmo os sujeitos são elementos que dependem do verbo (são demandados por ele).

Assim, seria muito interessante, quando se falar sobre *substantivos*, distinguir os *próprios* dos *comuns*, não apenas dando tal definição e esperando que ela seja simplesmente decorada, mas sim dizendo que os primeiros em si não têm descrição semântica porque são rótulos para pessoas, enquanto os segundos seriam nomes de classes e não de coisas, mas ambos aludiriam a imagens mentais, mesmo que estas não sejam concretas. Nesse sentido, uma determinada *bolsa* não chama *bolsa*, mas é apenas um dos exemplares do conjunto denominado *bolsas*.

Aliás, em vez de projetar frases soltas e a elas atribuir etiquetas ou procurar nelas os substantivos, Moura Neves (2018) postula que se deveria apresentar os papéis textuais dos substantivos ao lado de orações substantivas (para que o período simples e o composto não passassem ao aluno como questões sem nenhuma ligação). É ainda a mesma autora que exemplifica como possibilidade de estratégia didática a adoção da leitura da crônica *Comunicação* de Luís Fernando Veríssimo (1982)- na qual um freguês chegava a uma loja procurando por um item que não sabia nomear- a fim de demonstrar o funcionamento textual do que se denomina *substantivo* quanto aos critérios distribucional, hiperonímico e semântico (do que se fala, nome referencial das coisas, a única classe que tem referente,

sendo uma referência mesmo que for à imagem mental de algo abstrato ou de uma criatura fantástica como *fantasma* da qual há uma imagem mental e mesmo traços característicos).

Por meio da leitura, ainda como propõe a referida linguista, seria papel do docente levar a classe a compreender que quando o personagem do freguês tentava explicitar ao vendedor o que queria comprar usava expressões como “quero um... um...”, “uma espécie de...”, “um daqueles...”, acabava explicitando que *substantivos* entram distribucionalmente num texto formando núcleos de sintagmas nominais ou então construções como “um... como é mesmo o nome?”, “a palavra me escapou por completo” que explicitavam o caráter semântico dos *substantivos*, da mesma forma que a frase que inicia o texto: “É precisa saber o nome das coisas”.

Seria possível, também, por meio do mesmo texto, trabalhar o aspecto hiperonímico desta classe, pois o referido personagem por não saber o nome específico, usava o conjunto genérico ou palavras- coringas como “é um tipo de instrumento”, “um trem, um negócio, uma coisa de segurança”.

Acresce que se poderia, inclusive, já introduzir o assunto *adjetivos* e também outras classes de palavras, demonstrando que, embora *adjetivos* também tenham traços, não possuem – como substantivos- referências e certas derivações impróprias como um item passar de *esporte* enquanto substantivo para *carro esporte* enquanto adjetivo, a despeito da manutenção dos traços característicos, implicam necessariamente na perda de referência (pois passo, no segundo caso, a falar de um *carro* e não mais de um *esporte*).

E essa questão tem- ainda de acordo com Moura Neves (2018) - relação com o contínuo entre o valor lexical e o gramatical dos elementos linguísticos, pois o verbo e o substantivos são os elementos mais lexicais (independentes) e os menos gramaticais. De *fantasma* para *navio fantasma*, o mesmo elemento sofre uma queda léxica, perde um pouco sua individualidade e de sua independência semântico-sintática (até porque passa a gravitar em torno de outro elemento), sofre um desbotamento semântico, passando a assumir mais propriedades gramaticais de ligação e menos lexicais (de referênciação).

Para a autora em questão, é esse tipo de processo que leva à gramaticalização. Obviamente há graus para isso e as mais gramaticais (e, portanto, menos independentes e menos lexicais) seriam as preposições e conjunções (cujo sentido é mais depende da construção/ locução/perífrase em que estão inseridas), embora umas sejam mais lexicais que outras.

Os itens *visto* (Visto eu saber disso, fiz como acordado) e *exceto* (Exceto você, todos saíram) estariam, para ela, na transição de verbo (de participios irregulares) para elementos conectivos, mas não são conectivos prototípicos porque ainda guardam uma carga semântica muito forte (de verificação pela visão e de exceção) e não regem os elementos a que se ligam como uma preposição faria, interferindo até mesmo na forma desses elementos. Se, por um lado, a adjunção de *de* ou *sem* à primeira pessoa do singular para formar uma perífrase obrigaria o uso da forma *mim* (haja vista que “*de eu*” ou “*sem eu*” sejam questões menos habituais, praticamente agramaticais e, portanto, marcadas, em oposição às habituais “*sem mim*” e “*de mim*”); por outro, o uso de *visto* ou *exceto* não gera a mesma conversão (“Todos fizeram a tarefa, exceto eu”; “visto eu ser menor, não pude ser detido”).

Ainda nesse sentido, seria útil problematizar com os discentes os rótulos tradicionais dados para os mecanismos de junção de orações em períodos compostos em Português. Sabe-se que normativamente haveria coordenadas (já problematizadas anteriormente neste texto) e subordinadas. Contudo, essa bipartição não analisaria suficientemente a complexidade linguística, para começar porque a Gramática normativa acaba incorrendo em incoerência quando diz, por exemplo, que advérbios seriam elementos acessórios a uma oração simples, mas – por outro lado- aloca as adverbiais no que chama de “subordinadas” que seriam “dependentes” de uma oração principal.

Além disso, uma visão tradicional acaba por juntar num único “balaio de gatos” períodos cujas orações têm integrações distintas.

Utilizando-se de um viés funcionalista, estudos científicos da linguagem como os de Rodrigues (2013), Moura Neves; Braga & Dall’Aglio-Hattner (2008) e Gonçalves; Sousa & Casseb-Galvão (2008), consideram ser possível postular um modelo não linear de análise (que versa sobre níveis e hierarquias entre as orações), propondo a existência, em português, de um *continuum* de orações menos integradas entre si, perpassando um estágio intermediário até um em que haveria mais integração. Para afirmar isso, os referidos linguistas baseiam-se em dois critérios: *dependência* (vinculação semântica que restringe a possibilidade de cada uma das orações envolvidas figurar isoladamente) e *encaixamento* (se uma oração está ou não dentro da outra, nela se encaixando, ocupando uma posição de complemento sintático-argumental) que acabam gerando três conjuntos: *paratáticas*, *hipotáticas* e *subordinadas*.

Mas, a despeito do que talvez se possa pensar, esse ponto de vista não se restringe a novas denominações, mas sim em realmente tentar analisar os fatos linguísticos, sendo que os dois primeiros são formados de elementos gregos: *táxis* (τάξις) significa ‘colocação’, *para* (παρά) é uma preposição ou advérbio grego equivalente a ‘ao lado de’ (sobretudo quando rege complementos no dativo) e *hypó* (ὕπό), normalmente equivalente a ‘sob, embaixo’. Nesse sentido, o fenômeno de parataxe abarcaria orações que estariam umas ao lado das outras porque nenhuma exerceria nenhum papel sintático na outra ([-encaixadas]). Portanto, não haveria diferença de nível entre elas; nenhuma estaria abaixo da outra, por isso poderiam figurar como construções em períodos simples isolados umas em relação às outras (sendo assim [-dependentes]). É esse o caso das convencionalmente chamadas *coordenadas* (como “*João chegou, mas Maria saiu*”).

Por outro lado, *hipotaxe* - ainda seguindo esta ótica- seria um fenômeno englobador de construções nas quais existe uma diferença de nível, pois haveria uma matriz da qual semanticamente depende outra oração (portanto [+dependente] dessa principal), mas esta oração que figura abaixo não exerce nenhum papel sintático na que está acima. Exemplar desse conjunto seriam as tradicionalmente denominadas adverbiais. Num exemplo como “*Estaria feliz se você não fizesse parte da minha vida*” há a matriz [Estaria feliz] já sintaticamente completa (com sujeito recuperável pela desinência verbal e também pela escolha e flexão do pronome “possessivo” *meu* e predicativo do sujeito) e dela, num nível abaixo, dependeria a hipotaxe condicional [se você não fizesse parte da minha vida] – que seria [+dependente] e [-encaixada] na principal.

E é exatamente neste ponto que a Gramática Normativa junta coisas que, na

realidade, são distintas, pois as cláusulas adverbiais se distinguem das funcionalmente denominadas *subordinadas* porque, embora haja hierarquia entre os níveis das orações componentes de ambas, as subordinadas representariam – de um ponto de vista linguístico e não normativista- o grau máximo de integração, já que corresponderiam a períodos em que há no mínimo uma principal, embaixo da qual figura ao menos uma outra oração [+dependente] (uma vez que não poderia compor um período simples isolada da matriz), e – por exercer papel de algum complemento- [+encaixada] em relação a que está acima. É esse o caso prototípico das completivas (também chamadas de substantivas). Ora, em períodos como “*Ela não quer que eu faça malcriações*”, há não somente um nível primeiro no qual poderia se alocar a matriz (no caso [*Ela não quer*]), mas também um inferior, no qual está [*que eu faça malcriações*] uma oração subordinada que distribucionalmente ocupa uma posição que poderia ter sido ocupada por um substantivo (por isso substantiva) e que funciona como objeto direto do verbo *querer*.

Falta falar sobre as adjetivas e sobre elas é necessário dizer que as *explicativas* aproximam-se mais do que estamos denominando de *hipotaxes*, uma vez que não complementam sintaticamente a matriz ([-encaixadas]), mas estariam abaixo de um núcleo nominal do qual dependeriam semanticamente. Contudo, as restritivas seriam mais próximas de *subordinadas*, pois embora não sejam uma requisição do nome ao qual se relacionam (e isso seria uma diferença com relação às completivas), sua retirada geraria períodos agramaticais, o que prova que estão mais integradas ao nome a que se referem que as explicativas. Os exemplos abaixo talvez aclarem o que estamos tentando dizer:

(9) João, que é advogado, trabalha muito.

(10) O homem que veio dirigindo o carro é um ótimo motorista.

Vê-se que (10) traz orações muitos mais dependentes, integradas (e portanto mais subordinadas) entre si do que (9), na medida em que a retirada de [que é advogado] não geraria agramaticalidade (a adjetiva traz uma informação adicional por motivação provavelmente pragmático-interacional que não afeta o fato descrito pelo verbo tanto que o falante poderia ter dito “João trabalha muito”, mas provavelmente considerou que o trabalho de João não era conhecido de seu interlocutor, mas pelo menos a pessoa dele era, mesmo que minimamente), mas – diferente disso - a retirada de [que veio dirigindo o carro] implicaria em algo agramatical como \* O homem é um ótimo motorista. Claro que essa agramaticalidade não existiria caso a interpretação pretendida pelo emissor fosse a de uma generalização (até preconceituosa) de que ‘indivíduos do sexo masculino sabidamente dirigem bem’ ou mesmo que ‘os humanos sabem (ou ao menos podem aprender a) dirigir’. Mas não é este o sentido mobilizado em (10), já que no período em questão o pronome gera a noção de que se trata de um homem específico e, sem a adjetiva, essa expectativa de definição específica poderia ser quebrada e o ouvinte desse enunciado poderia perguntar: “Que homem?”, excetuando-se obviamente situações nas quais a referência fosse claramente recuperável na situação discursiva ou no texto produzido.

Ainda sobre esse tema, de acordo com Câmara (2016), as tradicionalmente chamadas de *restritivas* (literalmente restringem, diminuem semanticamente a extensão de seu elemento fundamental, identificando um elemento entre outros possíveis), enquanto as *explicativas* não fazem isso, mas acrescentariam questões pragmáticas e argumentalmente

relevantes para as intenções do discurso do emissor – e isso deveria ser passado para os alunos (e não apenas os fazer decorar esses rótulos).

Aliás, é preciso salientar primeiro que as adjetivas não se relacionam diretamente com a principal, mas sim a um núcleo nominal que normalmente está na principal, tal qual afirma a referida autora. Acresce que diferenciar esses dois sub-tipos simplesmente pela presença ou ausência de vírgula é limitador demais, pois na escrita, a vírgula vem para marcar que a restrição do substantivo foi barrada, assim como o acréscimo de informação, de propriedade que o adjetivo daria ao substantivo e normalmente essa mesma vírgula representa uma pausa na produção oral do enunciado.

Em outras palavras, como confirma Moura Neves (2018), a oração restritiva equivaleria a um adjetivo em um de seus sentidos prototípicos, na medida em que seu “objetivo é levar o leitor, por meio da formulação adequada do referente, a identificá-lo dentre um conjunto infinito de referentes possíveis” (CÂMARA, 2016, p. 330). Em *livro bonito*, a não separação do sintagma por vírgulas explicita que ocorre a atribuição de uma propriedade a *livro* e que restringe o conjunto *livros* a ‘*somente os que são bonitos*’, pois – como confirma Moura Neves (2018) - um adjetivo diminui a extensão, a quantidade de elementos do conjunto do substantivo que modifica, mas aumenta sua intensão, trazendo mais carga de significados, mais traços característicos, mais propriedades.

De maneira um pouco distinta, a vírgula de uma oração adjetiva explicativa como que quebraria o sintagma explicitando que a restrição do conjunto dos substantivos foi barrada, não ocorreu, ou seja, a extensão desse conjunto continua a mesma. É por isso que, ao dizer, “*Meus dois irmãos, que haviam acordado, são ruivos*” atribuo a mesma extensão a “meus irmãos ruivos” e a “meus irmãos que acordaram”, pois tenho apenas dois irmãos e todos eles seriam ruivos e todos teriam acordado. Mas dizer algo como “Meus três irmãos que haviam acordado são ruivos”, a extensão dos irmãos que acordaram é menor que a do total de irmãos que eu possuo.

Como atesta Câmara (2016), a adjetiva explicativa é “[...] pronunciada com status ilocucionário e contorno entoacional independentes do sintagma nominal” (*idem, ibidem*, 328-330) e, por isso, comporia um ato ilocucionário independente do da principal.

Num exemplo como “*Em comum com as supermães, [tenho] apenas o amor, que é sempre inesgotável?*”, a adjetiva explicativa acaba convertendo-se em argumento para a afirmação [Em comum com as supermães, [tenho] apenas o amor], pois não se questiona o fato do amor ser inesgotável, não é esse o escopo da questão, na medida em que:

Observa-se que a ilocução interrogativa atinge apenas o conteúdo do ato nuclear constituído pela oração principal (tenho apenas o amor em comum com as supermães?), enquanto a oração subordinada adjetiva contém ilocução declarativa (não se questiona o fato de o amor ser sempre inesgotável), o que comprova que são dois atos com diferentes ilocuições. Outro argumento que comprova que são atos distintos é dado por Câmara (2015), em que se defende que a adjetiva explicativa é pronunciada com tessitura mais baixa e velocidade mais rápida que o contexto linguístico em que se insere. Sendo formulada pragmaticamente, a adjetiva explicativa recebe a função retórica de aposição, de atribuir informação de fundo sobre o núcleo nominal. No exemplo, atribui-se ao amor a qualidade de ser inesgotável. Isso significa

que a adjetiva explicativa traz informação adicional, acessória, com relação às outras informações da sentença. Mas isso também quer dizer que contém uma função argumentativa fundamental. (CÂMARA, 2016, p. 328-330).

Vale mencionar por fim que em adjetivas com elementos no singular, não ocorreria a restrição de um conjunto sobre o outro, pois o foco não seria tanto uma questão quantitativa como no plural (explicitado nos parágrafos anteriores), mas sim uma questão de significado. A restritiva passa a ser uma especificação: “*O sobrado onde eu morava ficava em Osasco*”, não se refere a qualquer soldado, mas ao específico em que eu morava em Osasco.

Com o afã de encerrar nossas considerações, cabe aqui um exemplo concreto de como seria possível trabalhar os papéis textuais dos elementos linguísticos. Poderíamos durante as aulas utilizar, por exemplo, o poema *Estas Mãos* de Cora Coralina que aparece transcrito abaixo:

### **Estas Mãos**

Olha para estas mãos  
de mulher roceira,  
esforçadas mãos cavouqueiras.

Pesadas, de falanges curtas,  
sem trato e sem carinho.  
Ossudas e grosseiras.

Mãos que jamais calçaram luvas.  
Nunca para elas o brilho dos anéis.  
Minha pequenina aliança.  
Um dia o chamado heróico emocionante:  
- Dei Ouro para o Bem de São Paulo.

Mãos que varreram e cozinham.  
Lavaram e estenderam  
roupas nos varais.  
Poupavam e remendaram.  
Mãos domésticas e remendonas.

Íntimas da economia,  
do arroz e do feijão  
da sua casa.  
Do tacho de cobre.  
Da panela de barro.

Da acha de lenha.  
Da cinza da fornalha.  
Que encestavam o velho barreleiro  
e faziam sabão.

Minhas mãos docesiras...  
Jamais ociosas.  
Fecundas. Imensas e ocupadas.  
Mãos laboriosas.  
Abertas sempre para dar,  
ajudar, unir e abençoar.

Mãos de semeador...  
Afeitas à sementeira do trabalho.  
Minhas mãos raízes  
procurando a terra.  
Semeando sempre.  
Jamais para elas  
os júbilos da colheita.

Mãos tenazes e obtusas,  
feridas na remoção de pedras e tropeços,  
quebrando as arestas da vida.  
Mãos alavancas  
na escava de construções inconclusas.

Mãos pequenas e curtas de mulher  
que nunca encontrou nada na vida.  
Caminheira de uma longa estrada.  
Sempre a caminhar.  
Sozinha a procurar  
o ângulo prometido,  
a pedra rejeitada.

Cora Coralina (In: Meu livro de Cordel, 1987).

O professor poderia usar o referido poema não apenas para propor interpretações, com os alunos, como também para mostrar a função textual que nele desempenham as

quatro orações adjetivas, transcritas abaixo:

11-) Mãos que jamais calçaram luvas

12-) Mãos que varreram e cozinham. /Lavaram e estenderam roupas nos varais. /Pouparam e remendaram.

13-) [Mãos domésticas e remendonas. [...]/ Que encestavam o velho barreleiro/ e faziam sabão]

14-) Mãos pequenas e curtas de mulher que nunca encontrou nada na vida.

15-) Minhas mãos raízes/procurando a terra. / Semeando sempre.

16-) Mãos tenazes e obtusas, / feridas na remoção de pedras e tropeços, quebrando as arestas da vida.

Vê-se que praticamente todas as adjetivas aparecem como dependentes ao item lexical *mãos*, com exceção de (14), na qual a restritiva aparece como um atributo de *mulher* especificando o ser feminino de que se fala.

Vale ressaltar ainda que em (13) há ideias coordenadas aditiva e sindeticamente relativas às “mãos domésticas e remendonas”, haja vista que estas não só “encestavam o velho barreleiro”, como também “faziam sabão”.

Também é possível comentar que em (12) o ato de poupar é sindeticamente (por meio da conjunção *e*) ligado ao de remendar, assim como o de lavar roupas, ao de as estender no varal, embora ambos sejam coordenadas assindeticamente por justaposição ao varrer e cozinhar das mãos.

Acresce que nos dois últimos períodos acima há orações reduzidas (quase todas de gerúndio) que, ao mesmo tempo em que retomam qualitativamente um antecedente – o que as atribui um caráter adjetivo, também especificam nuances adverbiais: são – por um lado - mãos raízes por, quando (ou se) procuram a terra e quando (ou se) semeiam, mas também tenazes e obtusas, por outro, quando, se ou por terem sido feridas na remoção de pedras e tropeços, assim que quebraram as arestas da vida. De qualquer forma, mesmo que elas permaneçam numa zona um tanto intermediária entre adjetivas e adverbiais, é válido dizer que em (15) [procurando a terra] e [semeando sempre] são adjetivas coordenadas entre si por justaposição assindética e especificam ações feitas por estas mãos, contribuindo para aproximá-las, como tenciona a voz que fala, a raízes. Em (16), por fim, a depender da interpretação, temos ou duas adjetivas (uma reduzida de particípio e outra de gerúndio) coordenadas entre si por justaposição ou duas adverbiais, sendo que a segunda ([quebrando as arestas da vida]) parece estar dependente da primeira ([feridas na remoção de pedras e tropeços]).

Ainda sobre este mesmo assunto, cremos ser possível dividir os períodos acima em dois grandes grupos. O primeiro abrangeria as construções (11), (12) e (14) e o segundo, a (13), (15) e (16). Pensamos dessa maneira porque enquanto naquele há uma maior integração das adjetivas com os elementos nominais a que estão relacionadas sendo, portanto, mais próximas de subordinadas que restringem e especificam quais são esses elementos (haja vista que sua retirada poderia gerar questões como De que mãos e de que mulher se está falando?); este (o segundo grupo) traz orações menos integradas

aos sintagmas nominais [mãos domésticas e remendonas], [minhas mãos raízes] e [mãos tenazes e obtusas]. Como, nestes últimos casos, todos os sintagmas já se encontram especificados por adjetivos (não se questiona quais são as mãos porque é pressuposto que as referidas mãos são as domésticas e remendonas, as raízes e as tenazes e obtusas), não nos parece que as adjetivas, nestes casos, os restrinjam. Em vez disso, parece muito mais que o eu lírico esteja explicando porque qualifica essas mãos de raízes, tenazes, obtusas e domésticas remendonas. Ou seja, em nossa ótica, (13), (15) e (16) estariam mais para hipotaxes explicativas – até porque não têm contorno entoacional único com núcleo nominal a que se referem.

Ao lado disso, seria possível trabalhar os procedimentos de escansão para afirmar que a quantidade diferente de versos em cada estrofe e de sílabas métricas em cada verso pode querer metaforizar as várias atividades exercidas pelas mãos referidas pela voz poética do poema que podem ser as próprias desse sujeito lírico ou as mãos de um ser que lhe é muito querido (e, nessa segunda possibilidade de interpretação os pronomes tradicionalmente chamados possessivos como “minhas” indicam apenas afetividade e proximidade do sujeito com a dona dessas mãos).

O que se verifica é um uso metonímico das mãos (para as quais a injunção vocativa inicial chama a atenção do leitor) para contar a história da mulher que as possui. As marcas das mãos são, na verdade, as marcas que as experiências ruidosas deixaram nas mãos desse ente feminino.

Nesse sentido, seria possível dizer também que a predominância de fricativas e róticas contribui para a semântica de ruidosidade materializada nas mãos “cavouqueiras, ossudas e grosseiras” de uma mulher que trabalhou na roça, provavelmente com instrumentos que feriam (também ruidosamente) o solo. Ou seja, tais fonemas também metaforizam os sons feitos por esses instrumentos no preparo da terra para plantio e também nas demais atividades descritas.

Para além disso, há também uma predominância de adjetivos e de perífrases adjetivas para reforçar a caracterização dessas mãos, especificando-as. As orações adjetivas restritivas cumprem o mesmo papel de descrever, delimitar mais especificamente as características físicas e os atos passados dessa parte do corpo, sendo que para a dona delas também acaba ocorrendo – por metonímia- a adunção de traços característicos de labuta, luta e empenho que a descrevem como um ser sempre pronto a “ajudar, unir e abençoar”, de um ser que se doou para os outros (servindo-lhes de semeador de glórias na medida em que deu as próprias mãos para que eles pudessem terminar suas “obras inconclusas”), sendo-lhes alavanca, mas que se esqueceu de si mesmo, nunca colheu para si “os júbilos das colheitas” que semeava, nunca calçou luvas (símbolos de status social em certas épocas) nas próprias mãos, tendo-as sempre desprotegidas, uma figura maternal possivelmente de uma empregada, serva ou de uma simples doméstica que auxiliou na cura e na remoção das doenças e feridas alheias (dos filhos, do (a) cônjuge, de seus senhores), sempre ocupada, jamais ociosa, seja quando fazia doces, seja quando preparava os alimentos do dia a dia, varria, fazia sabão, lavava, branqueava e estendia a roupa.

Há, portanto, no poema uma dualidade básica entre doação X falta de cuidado

consigo mesmo, pois a mulher referida usou suas mãos como raízes para levar nutrientes aos outros, para que os demais brilhassem, enquanto as dela (e ela por completo) ficaram metaforicamente embaixo da terra, jamais viram o brilho do sol, caminharam sozinhas sem encontrar nada na vida e sem nunca terem recebido nem mesmo os adornos de anéis, sendo que a única aliança – como expõe a confissão do último verso da terceira estrofe- foi, num gesto de abnegação por um bem coletivo, doada em prol de São Paulo (uma referência à prática de alguns habitantes paulistas que, em 1932, doaram seus anéis e joias que eram fundidas ou vendidas para arrecadar fundos aos Revolucionários que lutavam contra as forças getulistas e a ausência de uma efetiva Constituição).

Aliás, seria possível ressaltar, por fim, que esse dado histórico permite, inclusive, que se interprete essa mulher como uma metáfora do estado de São Paulo como um todo e dos esforços paulistas feitos na referida Revolução em prol de todo o país.

## 4 | CONCLUSÃO

Pelo exposto nas seções anteriores, concluímos que a mera rotulação da língua sem a explicitação do real funcionamento de seus elementos nas situações interacional-discursivas peca porque encurta a real complexidade dos fatos linguísticos, deixando de abordar questões semânticas, pragmáticas e argumentais que seriam relevantes.

Além disso, essa metodologia tradicional de simples etiquetagem não alcança muito o corpo discente para além de um decorar de nomes cujo sentido acaba não ficando totalmente claro e que, por isso, são rápida e facilmente esquecidos.

Tal metodologia, aliás, vai de encontro ao sistema postulado por Saussure, pois, para ele:

[...] as línguas não são nomenclaturas, etiquetas para nomear algo pré-existente, já que não existem elementos anteriores a um sistema lingüístico. Para o mestre genebrino, qualquer entidade lingüística define-se diferencialmente de acordo com sua função no interior do sistema, por isso na língua só há diferenças. O valor de um signo provém da diferença com outros signos. (FIORIN, 2013). Cada um dos elementos lingüísticos tem seu valor na relação de oposição com os demais. O “a”, por exemplo, segundo Fiorin (2013, p. 104), é uma preposição quando se opõe, no sistema do português, a “em” e a “de”, mas é uma vogal temática quando executa relação opositiva em cantar com o “e” de verbos como beber e com o i de verbos como dormir. (MATEUS, 2017, p. 51).

E cremos que essa noção de *valor* também pode ser estendida dos signos para as outras entidades da língua (sejam tipos de orações, de classes de palavras, tipos de argumentos e de complementos semânticos e sintáticos, papéis discursivos) na medida em que, em português, uma hipotaxe não é uma parataxe que também se opõe a uma subordinação, da mesma forma que o falante – como aponta Benveniste (1989)- que assume a instância de emissor, inserindo-se num eu, quando fala ou escreve cria e distingue-se de um tu que é seu interlocutor e de um ele (o assunto tratado) e que uma entidade verbal como *comer* adquire esse status porque no sistema do português não é um elemento mais nominal como *cachorro*, ao qual se opõe distintivamente.

Daí a proposta, na esteira de Moura Neves (2018), de apresentar as partes da língua em comparação durante as aulas de Português; até porque o que pregamos não é a outorga de uma coletânea de nomes pelos nomes, mas sim uma verdadeira análise, sendo que esta, como já dizia Hjelmslev (2003), não se resume ao resultado da divisão de um texto em partes, mas contempla também a averiguação das dependências internas entre essas partes.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, A. S. *Linguística cognitiva: uma visão geral e aplicada*. Cotia: Ateliê Editorial, 2010. 119p.
- BECHARA, E. Adjetivo. In: *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. p. 142-152.
- BENVENISTE, E. A linguagem e a experiência humana. In: *Problemas de Linguística Geral II*; trad. Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1989. P. 68-90
- BORTONI-RICARDO, S. M. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004 (Col. Linguagem, nº. 4) 112 p.
- CAGLIARI, L. C. Expectativa e comunicação. In: *Gallaecia*, 2015. Comunicação oral.
- CAMACHO, R. G.; DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. & GONÇALVES, S. C. L. O Substantivo. In: CASTILHO, A. T. de. (Coord.). ILARI, R. & MOURA NEVES, M. H. de (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. P. 21-84.
- CÂMARA, A. L. A oração subordinada adjetiva na produção de sentidos no texto: a perspectiva dos livros didáticos de língua portuguesa do Ensino Médio. *Filologia Linguística Portuguesa*. São Paulo, v. 18, n. 2, p. 319-355, ago./dez. 2016.
- CASTILHO, A. T. de. O sintagma adjetival. In: *Nova Gramática do Português Brasileiro*. 1. ed., 2ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2012. p.511-538.
- CAVALCANTI, J. R. Professor, leitura e escrita. São Paulo: Contexto, . p. 40-47.
- CHAVES MARINHO, J. H. & Costa Val, M. da G. *Varição lingüística e ensino: caderno do professor I*. - Belo Horizonte: Ceale, 2006. 60 p.
- CORALINA, C. *Meu livro de Cordel*. São Paulo: Global, 1987. p. 57-58.
- FARACO, C. A. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.
- GONÇALVES, S. C. L.; SOUSA, G. C. de & CASSEB-GALVÃO, V. C. As construções subordinadas substantivas. In: ILARI, R. & MOURA NEVES, M. H. de. *Gramática do português culto falado*. Vol. II. Classes de palavras e processos de construção. Campinas, Editora da Unicamp, 2008. p. 1021-1075.
- GNERRE, M. Linguagem, poder e discriminação. *Linguagem, Escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 5-11.
- GREGOLIN, M. R. *Althusser; A obra de Michel Foucault*. Faculdade de Ciências e Letras – Unesp: Araraquara, SP. jan. - set. 2016. Aulas ministradas aos graduandos do turno diurno matriculados na disciplina “LNG1220 - Teorias do Discurso”.

HJELMSLEV, L. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. Trad. J. Teixeira Coelho Netto. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

ILARI, R. & GERALDI, J. W. *Semântica*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1985.

JAKOBSON, R. Linguística e poética. In: *Linguística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1995, 118-162.

KUPFER, M. C. *Freud e a educação: o mestre do impossível*. São Paulo: Scipione, 2000.

MATEUS, I. D. *Entre concertos e desconcertos: Dicionários de línguas indígenas brasileiras em (des) compasso com a música*. Monografia de Graduação. Araraquara: Universidade Estadual Paulista, 2017.

MASSINI-CAGLIARI, Gladis. *O texto na alfabetização: coesão e coerência*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

MENDONÇA, M. C. *Polifonia, operadores e escalas argumentativas*. Faculdade de Ciências e Letras – Unesp: Araraquara, SP. jan.-set. 2015. Aulas ministradas aos graduandos do turno diurno matriculados na disciplina “Pragmática”.

MONTEIRO, J. L. *Morfologia portuguesa*. 4 ed. revista e ampliada. Campinas: Pontes, 2002.

MOURA NEVES, M. H.. Reflexões sobre o estudo da gramática nas escolas de 1º e 2º graus. *Alfa* São Paulo. 1993; 91(37):91-8.

\_\_\_\_\_. *Substantivos; Adjetivos; orações adjetivas; Processos de predicação e referenciação*. Faculdade de Ciências e Letras – Unesp: Araraquara, SP. jun. 2018. Aulas ministradas aos pós-graduandos matriculados na disciplina “Gramática do Português”.

MOURA NEVES, M. H. de; BRAGA, M. L. & DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. As construções hipotáticas. In: ILARI, R. & MOURA NEVES, M. H. de. *Gramática do português culto falado*. Vol. II. Classes de palavras e processos de construção. Campinas, Editora da Unicamp, 2008.

RIO-TORTO, G. 2006. Para uma Gramática do Adjectivo. In: *Alfa – Revista de linguística*, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 103-129.

RODRIGUES, A. T. do C. *Classes Gramaticais; protótipos; Sintaxe*. Faculdade de Ciências e Letras – Unesp: Araraquara, SP. jan.-set. 2013. Aulas ministradas aos graduandos do turno diurno matriculados na disciplina “Gramática do Português”.

SANDMAN, A. J. *Morfologia geral*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1993.

SANTOS DE CARVALHO, R. & KANTHACK, G. S. Adjetivos: breves considerações diacrônicas. *Filologia linguística portuguesa*, n. 14(1), p. 157-176, 2012.

SANTOS SOBRINHA, C. S. & MESQUITA FILHO, O. P. de. A variação linguística no ensino de língua materna: o que o professor deve fazer na sala de aula? *Revista Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação*. Ano 4 - Edição 4. jun./ago.2011. p. 1-10.

SAUSSURE, F. de. *Curso de Linguística Geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 34a ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SILVA, A. & DALLA PRIA, A. A ordem variável do adjetivo em anúncios jornalísticos do século XIX: uma questão semântico-discursiva. *Alfa*, São Paulo, 45: 71-83, 2001.

SINTAXE à vontade. Intérprete: Teatro mágico. 1vídeo (4 min 36 seg), son., color., .mp4, v.o. português. Disponível em: < [https://www.youtube.com/watch?v=obGnfvtdA\\_g](https://www.youtube.com/watch?v=obGnfvtdA_g)>. Acesso 14 Jul. 2018.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolingüística*. 7a. ed. São Paulo: Ática, 2005. 96 p.

TEIXEIRA, Izabel Cristina dos Santos. “Das “altas” e das “baixas” literaturas: possibilidades de leituras críticas numa perspectiva interdisciplinar”. In: *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*. Florianópolis: Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, V.4, jul./dez. 2007, p. 83 - 100. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/631/10861>>. Último acesso em 24 Abr. 2016.

TRAVAGLIA, L. C. *Gramática: ensino plural*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática*. 14.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

VERÍSSIMO, L. F. Comunicação. In: *Para gostar de ler*, v.7. 3.ed. São Paulo: Ática, 1982. p. 35-37.

WEINRICH, U; LABOV, W & HERZOG, M.I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. Tradução: BAGNO, M. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 87-126.

# DITOS E NÃO-DITOS NOS TERMOS SOBRE INSETOS: O RETRATO TERMINOGRÁFICO SOBRE ESPÉCIMES ENTOMOLÓGICOS FEITO PELO *DICIONÁRIO DOS ANIMAIS DO BRASIL*

**RESUMO:** O objetivo deste trabalho é analisar de que maneira o *Dicionário de animais do Brasil* de Ilhering (2002) aborda o campo lexical dos insetos, no que se refere a questões macro e microestruturais como, por exemplo, como o leamário se organiza, quais são os componentes internos dos verbetes, se há elementos para ilustrar, aclarar e dar maior concretude às entradas (como imagens). Para tanto, nos valem do referencial teórico das Ciências do Léxico, sobretudo da Metalexigrafia (enquanto análise crítica de obras da área) e da Terminologia (especificamente da Terminologia Etnográfica proposta por Fargetti (2018)). Vale comentar por fim que, ansiando organizar melhor nossos argumentos, posições e explanações, estruturamos este texto da seguinte maneira: num primeiro momento tentamos justificar a relevância de estudos sobre insetos e sobre o léxico (geral e especializado) dos idiomas humanos naturais; para em seguida apresentarmos nosso embasamento teórico. As análises propriamente ditas aparecem numa terceira seção, antecedendo nossas conclusões e as referências, bem como a bibliografia.

**PALAVRAS- CHAVE:** *Insetos; Dicionário dos Animais do Brasil; Ciências do Léxico; Metalexigrafia; Terminologia.*

## INTRODUÇÃO

Este texto se propõe a elaborar uma análise crítica acerca de como o campo semântico específico dos insetos é reduzido e lematizado terminograficamente numa obra sobre o conhecimento especializado da zoologia. Mas, antes de apresentar nossas conclusões, cremos ser necessário justificar a escolha do escopo do trabalho, trazendo razões e justificativas para o estudo e documentação do léxico das línguas humanas, da Terminologia e ressaltando também a importância de averiguações de como os insetos são percebidos e utilizados pelas diferentes sociedades.

No que concerne a esse último ponto, como atestam Borror & DeLong (1988), Motta (1996) e Rafael (2012), os insetos compõem o maior grupo de animais da Terra, sendo que, inclusive, só no Brasil haveria provavelmente muitos espécimes ainda não catalogados, o que equivale a dizer que os estudar pode contribuir para a ampliação do conhecimento da biodiversidade do planeta.

Além disso, esses mesmos autores ainda reforçam que esses animais têm não apenas uma importância econômica como também ecológica, pois acabam influenciando o homem positiva e também negativamente. No que se refere às suas influências negativas, pode-se citar os fatos de muitos serem vetores e transmissores de doenças como dengue, elefantíase, febre amarela, chagas inclusive na pecuária (haja vista que muitas moscas botam ovos nas camadas cutâneas superficiais de mamíferos e de aves, ocasionando feridas e às vezes a morte do ser lesionado) e de muitas formas imaturas acabarem convertendo-se em pragas sobretudo por se alimentarem de plantas, ocasionando sua desfolhagem e devastação. Outras influências danosas seriam o ataque à cera de colméias e a roupas pelas lagartas, a irritação nos olhos, na pele e até uma conjuntivite em razão da reação alérgica às escamas nas asas de alguns espécimes adultos (sobretudo de lepidópteros

como borboletas); alergia esta que pode causar ainda uma vermelhidão local passageira ou lesões mais graves com formações de vesículas, náuseas, febre e até hemorragias quando do contato com as cerdas que estão ligadas a glândulas hipodérmicas produtoras de substâncias urticantes.

Já quanto a questões positivas, seria possível citar, para fazer eco às investigações de algumas pesquisas etnoentomológicas (como COSTA NETO, 2000; 2004), os fatos de tais seres poderem contribuir para a manutenção do equilíbrio das cadeias alimentares ao serem parasitados, servir como alimento ou suporte alimentar de outros insetos e de outros animais (até mesmo para o homem), poderem produzir seda e serem utilizados inteiros ou somente algumas partes em artesanatos (como quadros, bandejas e cinzeiros), convertendo-se em matérias-primas para adornos, fabricação de medicamentos e rituais a algumas populações, além de fornecerem mel, desempenharem grande papel na polinização e alguns deles, enquanto larvas, auxiliarem na decomposição de matéria orgânica e renovação dos solos.

Falando agora sobre os estudos terminológicos e a produção de obras de referência terminográficas, cabe retomar as asserções de Murakawa & Nadin (2013), para quem a globalização teria culminado em consideráveis e crescentes avanços nas áreas científico-tecnológicas como a Informática, bem como em possibilidades de abertura a mercados internacionais, colocando-nos a todo o momento – mesmo que indiretamente através das telas de aparelhos eletrônicos - em contato com discursos das mais variadas áreas de especialidade (tais como o Turismo, a Medicina, o Direito), de modo que:

[...] Não podemos mais dizer que não é de nosso interesse os termos usados na Economia, por exemplo, pois diariamente recebemos inúmeras informações nas quais pululam palavras como *inflação*, *déficit*, *PIB*, *cotação*, *Bolsas* que fecham em alta ou baixa... (MURAKAWA & NADIN, 2013, p. 8).

Nesse panorama, a Terminologia viria, ainda segundo a mesma autora, adquirindo uma relevância e consolidação cada vez mais crescente e evidente, na medida em que as referidas transformações sociais implicariam na criação de novos conceitos, novas unidades léxicas para os designar e também no alargamento semântico de itens já existentes que passariam a adquirir novos valores especializados.

Para finalizar, resta falar sobre o que justificaria se estudar cientificamente o léxico. Como já havíamos afirmado em Mateus (2017), na esteira das considerações de Seki (1999; 2000) e de Fargetti (2015), de certo modo, a área do léxico ainda carece de trabalhos embasados em um número considerável de dicionários e maiores que uma simples lista descontextualizada de palavras (do tipo entrada e equivalente ou entrada e sinônimo) que na verdade não passa de recortes ínfimos da realidade lexical da língua em questão sem descrições realmente científicas.

Acrescenta-se a isso a reinante confusão terminológica que leva as editoras a nomear qualquer tipo de obra que verse sobre o léxico (e aqui inseridas muitas dessas listas) como “Dicionário”, sem levar em conta as especificidades dos objetos de estudos e unidades mínimas das Ciências do Léxico (que são melhor detalhadas na seção de Aporte Teórico deste texto).

Uma outra questão relevante versa sobre o fato de que:

[...] as pesquisas que partem do estudo do léxico biológico permitem o conhecimento dos processos de criação de palavras a partir de aspectos fonológicos, gramaticais e lexicais já existentes na língua. Assim, é possível analisar alguns recursos fonológicos – como a utilização de onomatopeias (simbolismo sonoro imitativo) no processo de formação do léxico; morfológicos, utilização de afixos, reduplicação, entre outros; e morfossintáticos – por meio da discussão sobre os compostos. Por se tratar de pesquisa que se realiza na interface existente entre língua e cultura, o aspecto semântico também é relevante, uma vez que permite estudar as relações de sentido presentes nos nomes que compõem o léxico biológico. (BERTO, 2013, p. 1)

Além disso, o léxico pode ser uma grande ferramenta ou via de acesso para se chegar à cultura de um povo, não apenas no que se refere ao aprendizado de uma língua estrangeira. Vários autores (ABBADE (2006); BARBOSA (2008); GALISSON (1987); ISQUERDO, 2001; SILVA, R. (2012)) coadunam com essa opinião de que a documentação científica do universo lexical tem o potencial de registrar para a posteridade não apenas questões puramente linguísticas, mas também o olhar para o mundo, os valores, conhecimentos, práticas sociais, padrões éticos de conduta e crenças de uma sociedade, bem como os resultados dos processos de contato com outros grupos e também com inovações na cultura material, ritual e mesmo linguística. Tais questões, aliás, seriam transmitidas de geração para geração de modo um tanto quanto natural, aquisional, normalmente sem a necessidade de um ensino, nem de um aprendizado formal (como ocorre, por exemplo, com questões aprendidas por um estudo nas variadas disciplinas de colégios).

Nas palavras de Abbadé (2006):

Assim como Rousseau diz que “não se sabe de onde é o homem, antes de ele ter falado” (ROUSSEAU, 2003), pode-se concluir que o homem só existe histórico e socialmente quando houver linguagem para expressar essa história social. A linguagem faz parte da sua história. Essa linguagem é expressa por palavras e essas palavras irão constituir o sistema lexical de uma língua e, conseqüentemente, de um povo. Assim, estudar o léxico de uma língua, é estudar também a história do povo que a fala. Estudar o léxico de uma língua é enveredar pela história, costumes, hábitos e estrutura de um povo, partindo-se de suas lexias. É mergulhar na vida de um povo em um determinado período da história, através do seu léxico. Apesar de pouco estudado até então, o estudo lexical das línguas é deveras importante e necessário para desvendar os inúmeros segredos da nossa história social e linguística, segredos estes que podem ser desvendados pelo estudo e análise do léxico existente nessas línguas em momentos específicos da história de cada povo. Língua, história e cultura caminham sempre de mãos dadas e para conhecermos cada um desses aspectos, faz-se necessário mergulhar nos outros, pois nenhum deles caminha sozinho e independente. Portanto, o estudo da língua de um povo, é conseqüentemente, um mergulho na história e cultura deste povo. No estudo do léxico de uma língua vários conhecimentos se relacionam: fonético-fonológicos, morfológicos, sintáticos, semânticos, pragmáticos, discursivos. (ABBADE, 2006, p. 716).

Aliás, é por acreditar que, por vezes, itens lexicais não apenas refletem, mas

“denunciam” questões culturais da comunidade linguística responsável por utilizar tal léxico que Galisson (1987) vai postular a existência de uma *lexicultura* que, infelizmente, nem sempre é retratada em obras lexicográficas. Para ele, o foco dos pesquisadores e mesmo dos lexicógrafos deveria ser:

[...] um averiguar dos aspectos culturais contidos no, sob e disseminados pelo léxico [...] A partir dessa composição, o conceito de lexicultura privilegia a consubstancialidade do léxico e da cultura e designa o valor que as palavras adquirem pelo uso que se faz delas. [...] ao invés de isolar a cultura do seu meio natural, o autor propõe sua preservação no interior da sua própria dinâmica. O ponto de partida será o discurso do cotidiano e, por conseguinte, a proposta é de uma abordagem discursiva que integra, associa então separa os componentes da comunicação, no interior de um processo de abertura e de complementaridade. [...] O léxico passa a ser, assim, abordado como um *locus* privilegiado não apenas para o conhecimento, mas para o reconhecimento de significados culturais presentes em unidades lexicais culturalmente compartilhadas entre locutores nativos, mas que nem sempre se mostram transparentes para falantes de outras línguas, pertencentes a outras culturas. [...] No nosso entendimento, esse instrumento ajuda-nos a perceber que a língua não pode ser vista como uma estrutura que independe dos seus usuários. Ela confunde-se com a cultura daqueles que a utilizam. Sob esse ponto de vista, as palavras funcionam como receptores de conteúdos culturais que nelas se aderem e a elas agregam outra dimensão para além daquelas apresentadas nos dicionários. (BARBOSA, 2008, p. 33-39).

Em outras palavras, segundo o mesmo autor, os signos e expressões linguísticos (alguns em construções metafóricas, usos mais conotativos, locuções mais ou menos cristalizadas e de idiomatismos) seriam em menor ou maior grau carregados de superstições, crenças, ideologias e até de preconceitos. Quando alguém diz, por exemplo, algo como “*Ele é mais burro que uma porta, uma verdadeira anta.*” estabelece não apenas uma comparação, mas carrega os itens *burro* e *anta* (e de certo modo *porta*) de um sentido de “imbecilidade”, “falta de tato para ouvir e lidar com o outro”. Nesse mesmo sentido, chamar alguém de *porco* não é apenas uma comparação com o animal, como também definição do sujeito assim denominado como ‘sujo’, ‘sem asseio e mínimas condições de higiene’ – o que também desvela uma valorização social por práticas de limpeza pessoal; de modo análogo ao que ocorre quando se usa o xingamento *galinha*. Embora para ambos os sexos isso se refira a indivíduos com hábitos de promiscuidade (vista negativamente em nossa sociedade), para um ente biologicamente masculino, a carga cultural não é tão negativa quanto seria para uma mulher, haja vista que preconceituosamente em alguns grupos de nossa sociedade existe uma valorização e um estímulo para que o homem hetero tenha um número considerável de parceiras afetivas.

Mas, por falar em preconceitos encontrados em itens lexicais, vale aqui comentar que, embora realmente isso represente uma porção dos conhecimentos do léxico que, portanto, deveria adentrar numa obra lexicográfica do português, deve-se também ter o cuidado de adicionar, para o caso de um dicionário bilingue e mesmo para monolíngues, marcas de uso concisas e transparentes para que um estrangeiro que entrasse em contato com uma acepção como essa visse claramente seu valor discriminatório e/ou chulo, pejorativo; até porque em muitos casos descrever como *familiar* (que deveria corresponder

apenas a usos menos monitorados em situações de menor formalidade como as que ocorrem no núcleo do convívio familiar) uma questão que é, na verdade, discriminatória só dissemina o preconceito.

Na verdade, isso vale não só para estrangeiros, como também para falantes nativos (daí nossa afirmação da necessidade de marcas de uso inclusive para dicionários monolíngues) porque, dado o caráter de renovação do léxico, como muito bem lembra Rey-Debove (1984), não se pode conhecer todas as palavras e nem todos os sentidos das palavras de nenhuma língua e “não conhecemos jamais todas as palavras nem de nossa própria língua”. (*idem, ibidem*, p. 57). Na visão da referida autora, do léxico total de uma língua existiria apenas uma parcela que seria o léxico comum utilizado por todos os usuários dessa língua, comum a todas as variedades linguísticas. Em suas palavras:

A maioria dos usuários duma língua dominam a gramática, isto é, sabem distinguir uma frase correta duma frase incorreta, e um gramático profissional pode atingir uma competência gramatical ótima.

Mas os usuários não dominam jamais o léxico, encontram em todo o decorrer de sua vida palavras desconhecidas, e nenhum lexicólogo ou lexicógrafo pode esperar adquirir uma competência lexical ótima. Deve-se isso, evidentemente, à ordem quantitativa: as regras da gramática são em número restrito, mas não as palavras que elas regem.

Além disso, é o léxico que, na língua, muda mais depressa [...] Cada um de nós tem um vocabulário, componente lexical do nosso idioleto; o vocabulário dum indivíduo é único, tanto pela quantidade de palavras conhecidas como pela natureza dessas palavras. É difícil recensear as palavras dum vocabulário. Por um lado, porque nem todas as palavras conhecidas pela pessoa são empregadas efetivamente na fala ou nos textos observados e, por outro lado, porque uma palavra pode ser conhecida ativamente ou passivamente: o vocabulário ativo é o que se tem o costume de empregar; o vocabulário passivo é o que compreendemos quando empregado por outras pessoas, mas que nós mesmos não temos o costume de empregar (assim certas palavras grosseiras muito conhecidas, para tomar um caso típico). (REY-DEBOVE, 1984, p. 57-58).

Acresce que, como todas as línguas humanas são providas de variedades, como comprovam trabalhos como os de Weirich, Labov & Herzog (2006), a carga cultural por trás de determinado item pode não ser compartilhada por toda a comunidade e nem por todas as variedades linguísticas da língua em cujo léxico aquele item se encontra, mas um tanto quanto opaca, de modo que o conhecimento tradicional imbuído por trás desse item léxico, inclusive, vira às vezes um termo, um conhecimento específico e comum apenas a alguns especialistas. Algo muito semelhante ocorre com o conteúdo por trás dos jargões e também das gírias que não se universalizam para o todo do sistema linguístico, ficando restrita a alguns grupos (sendo, portanto, opacas para os falantes mais velhos e fora do grupo que as utiliza).

Ou seja, o grau de opacidade de determinada carga cultural para os falantes de uma mesma língua toca a questão da existência de variação e também da distinção entre os objetos de estudo da lexicologia e da terminologia (objetos estes que serão especificados na seção de Aporte Teórico).

Para exemplificar de um outro modo, vale dizer que, a despeito dos conceitos etnoentomológicos serem conhecimentos característicos da nossa ciência biológica atual, eles não são compartilhados por toda a comunidade ocidental, pois qualquer falante de português ao visualizar um inseto lepidóptero provido de asas escamosas, antenas e uma estrutura espiralar para sugar néctar de plantas provavelmente os denominará muito provavelmente de “borboleta”, mas poucos de nós dominamos os nomes taxonômicos específicos de cada espécie e família, sendo essas, portanto, questões de uma área específica do conhecimento, ficando restritos aos especialistas em tais saberes. Acresce que numa mesma comunidade pode ter muitos micro-núcleos culturais que têm marcas identificadoras distintas entre si. Nesse sentido, a palatalização do [t] diante de [i] não é uma produção comum a todo o Brasil, mas específica de algumas variedades paulistas e sergipanas (sendo que, entre estas duas há distinções do contexto motivador, pois no primeiro caso, a consoante se palataliza quando antecede a referida vogal ([tʃi] e [tʃi]), enquanto, no segundo, quando a sucede [tʃi] e [tʃi]).

Ou seja, o fato de tal fenômeno fonético não ser comum ao sistema geral, não se pode dizer que ele não seja em nenhum nível característico de produções brasileiras, na medida em que ele é produtivo em certas variedades da língua.

Um outro exemplo possível é a carga cultural (os sabres, ritos e credences) por trás de *fitas-de-nosso-Senhor-do-Bonfim* ou *fitas-de-nossa-senhora*. Embora não seja um conhecimento compartilhado em todo o território nacional (sobretudo nas populações não cristãs e que não se inserem no sincretismo de religiões de matriz africana), uma parcela de nossa população amarra tais fitas no corpo, dando três nós sob a esperança de ter um desejo realizado pela entidade divina metaforizada no acessório.

De qualquer maneira, pelo exposto, uma das últimas justificativas de se estudar o léxico gira em torno do fato de que por meio dele é possível também falar sobre questões culturais, discursivo-sociais e extra-linguísticas de modo geral. Nesse sentido, concordamos com Biderman (1998) quando ela afirma que:

[...] a referência à realidade extralinguística nos discursos humanos faz-se através dos signos lingüísticos, ou unidades lexicais, que designam os elementos desse universo segundo o recorte feito pela língua e pela cultura correlatas. Assim, o léxico é o lugar da estocagem da significação e dos conteúdos significantes da linguagem humana. (BIDERMAN, 1998, p. 73).

Mas na referida citação, tocamos na questão de nomeação e isso já é assunto para as seções seguintes.

## APORTE TEÓRICO

Nesta seção, apresentamos questões teóricas que nortearam nossas análises descritas abaixo, no que se refere não só aos objetos e alguns conceitos de análise das Ciências do Léxico (dentre eles algumas teorias sobre definições), como também às características de obras sobre o léxico geral e especializado.

Mas, antes disso, um primeiro movimento necessário aqui é retornar ao último assunto tratado na seção anterior: a questão da nomeação e a relação entre o estabelecimento de

signos linguísticos e os referentes na realidade extralinguística de tais signos.

Aliás, com relação aos estímulos do mundo extralinguístico, Bertrand (2003) distingue *figuras* de *temas*. As primeiras (como *bule*, *caveira*, *dragão*), tautologicamente, figurariam nos enunciados, representando algo e sendo entidades, grandezas do mundo natural com uma existência tão concreta e sensorial num dado domínio real ou imaginário que possibilita sua visão, seu toque, sua experimentação, sua audição. Já os temas como *alegria*, *tristeza*, *satisfação*, seriam ideias, valores abstratos do mundo sócio-cultural que dependem de nossa inteligência para existir. E eles só existiriam porque podem se concretizar, ser representados por meio de figuras. Exemplificando, pode-se dizer que preto e branco seriam figuras que na nossa sociedade remeteriam respectivamente a luto e paz, da mesma forma que, para nós, caveira e ossos enquanto figuras remetem ao tema da morte. Claro que o valor das figuras também varia em cada grupo social. O já mencionado branco na Índia, por exemplo, simboliza o luto de uma viúva e, por isso, é a cor da vestimenta com a qual ela deve passar a se vestir depois que perde o marido.

Ainda nessa esteira de pensamento, cabe aqui trazer as concepções de Pierce (apud SANTAELLA, 1983) acerca de sua teoria da percepção e da concepção da experiência. De acordo com ele, haveria três etapas fenomenológicas para a percepção do mundo extralinguístico. Ela se daria, em sua ótica, em primeiridade, segundidade e terceiridade, sendo que cada uma delas produziria signos distintos: ícones, no primeiro caso; índices, no segundo e símbolos, no terceiro.

Em outras palavras, na visão do referido autor, a primeiridade versa sobre a primeiríssima impressão que temos sobre um estímulo advindo de um contato imediato quando um determinado elemento invade a nossa presença no mundo sem que cheguemos a reagir a isso. Esse movimento produziria ícones (qualissignos), signos que na verdade são qualidades (a cor branca num primeiro contato é parecida com ela mesma) que não apontam para nada a eles externo - o que já equivaleria a uma reação. Assim que essa reação ocorresse, já estaríamos num segundidade que produz índices ou sinsignos que têm uma relação intrínseca com o que representam como '*fumaça*' em relação a *fogo*. Esse segundo tipo de signo, ainda de acordo com as ideias peircianas, não se contentaria em ser ele mesmo, mas – em vez disso – tem razão de apontar para outra coisa num raciocínio quase implicativo: se há fumaça, há fogo; se há questionamento é porque houve ou está havendo o mínimo de aprendizado.

A terceiridade, por fim, geraria símbolos próximos aos signos saussurianos que nada teriam de intrínseco e necessário com o que representam. Nesse sentido, o barulho de uma sala é um índice de sala cheia, podendo ser um símbolo de ansiedade e/ ou felicidade dos alunos.

Sobre tal assunto, Biderman (1998) argumenta que:

Desde os primórdios de nossa história, tivemos a necessidade de nomear o mundo que nos circunda. Nomear significa dar nomes a tudo que está a nossa volta, como plantas, animais, instrumentos de trabalho, entre tantas outras coisas que compõem a realidade.

Evidentemente, esse homem histórico não tinha consciência de tal labor. Entretanto, dada a necessidade de sua sobrevivência, criavam-se os

instrumentos de trabalho, as formas de alimentação e de vestimenta, bem como tudo que se fazia necessário à sua convivência em grupo. Os grupos, por sua vez, estabeleciam relações sociais com outros grupos, o que proporcionava a necessidade de criar novas palavras para se comunicar e, certamente, palavras também com valor especializado. (BIDERMAN, 1998, p. 73).

Ainda quanto a inovações e elementos novos em uma dada cultura, é válido salientar que “ao receber um nome, o fato histórico, o novo produto ou uma descoberta científica cruza as barreiras do imaginário, do possível, do hipotético e torna-se um fato real e social. Denominar algo é, portanto, dar-lhe *status* de real [...]”. (MURAKAWA & NADIN, 2013, p. 7).

Ou seja, quando necessário, qualquer língua humana natural dispõe de mecanismos para adicionar um novo item ao seu léxico, seja por meio de seus processos próprios de formação de palavra, seja por meio de empréstimos (definidos por ALVES (1990) como elementos decorrentes do evento durante o qual uma fala A usa e integra- com adaptação total uma ou mais unidades ou um traço que existia antes numa fala B e que A não possuía) ou de estrangeirismos (empréstimos lexicais não totalmente adaptados, não integrados totalmente na língua, revelando-se estrangeiros nos fonemas, na flexão ou até na grafia, como *show* (ALVES, 1990)).

Aliás, vale ressaltar que esse olhar do homem para sua realidade empírica resultou não apenas numa nomeação, haja vista que concordamos – ao menos em parte- com os postulados de Saussure de que as línguas não são meras etiquetas, o que equivale a dizer que a nomeação passa a fazer sentido apenas quando se insere num sistema linguístico e se opõe distintivamente a outros elementos.

Em outras palavras, no que concerne à maneira pela qual o mundo é recortado e representado pelo homem, nos opomos diametralmente ao que Blikstein (2003) escreve em seu livro *Kaspar Hauser e a fabricação da realidade* (BLIKSTEIN, 2003), no qual se descreve um rapaz que conseguiria designar a realidade mesmo sem conhecer nenhum sistema linguístico. Ora, isso – em nossa ótica e na esteira das afirmações saussurianas – resultaria em uma mera etiquetagem que não teria nenhum *valor* e nem seria compartilhada por um núcleo social, na medida em que:

[...] as línguas não são nomenclaturas, etiquetas para nomear algo pré-existente, já que não existem elementos anteriores a um sistema linguístico. Para o mestre genebrino, qualquer entidade lingüística define-se diferencialmente de acordo com sua função no interior do sistema, por isso na língua só há diferenças. O valor de um signo provém da diferença com outros signos. (FIORIN, 2013). Cada um dos elementos lingüísticos tem seu valor na relação de oposição com os demais. O “a”, por exemplo, segundo Fiorin (2013, p. 104), é uma preposição quando se opõe, no sistema do português, a “em” e a “de”, mas é uma vogal temática quando executa relação opositiva em cantar com o “e” de verbos como beber e com o i de verbos como dormir. (MATEUS, 2017, p. 51).

Em nossa ótica, esse olhar humano para o mundo gera, acarreta primeiramente um processo cognitivo denominado como *categorização*.

Aliás, como expõe Abreu (2010), os resultados do processo de categorização não

são universais, pois mudam dependendo da cultura social e do momento histórico. Portanto, retomando uma dicotomia gerativa poderíamos dizer que todos os povos formam categorias (um princípio universal), embora cada um deles categorize o mundo à sua maneira (ou seja, os parâmetros para isso são diferentes), na medida em que a maneira pela qual recortamos o mundo ao nosso redor e o analisamos classificatoriamente depende e muito de nossos óculos ideológicos, históricos e culturais. A categoria ANIMAIS COMESTÍVEIS, por exemplo, não é a mesma em todos os países. Os franceses se alimentam de cavalos e rãs, os brasileiros não e os indianos, para os quais comer carne é uma abominação (o que culmina no fato da categoria em questão não ser, para eles, nem mesmo operacional), muito menos. (ABREU, 2010).

No decorrer dos tempos fomos, por exemplo, percebendo semelhanças entre as várias espécies de plantas, de cães, de insetos e nomeando categorias, classes e sub-classes para agrupá-los, formando os conceitos de PLANTA, CÃO, INSETO. Essas classes foram, em seguida, armazenadas em nossa memória de longo prazo e são acessadas assim que nos deparamos com algum de seus elementos para que possamos atribuir sentido a ele. (ABREU, 2010; MATEUS, 2017).

Mas, no que se refere a este complexo processo, é preciso, de saída deixar claro que tanto os animais são e não são anteriores aos nomes que eles recebem pelas diferentes sociedades, quanto as classes de palavra são e não são criadas pelos gramáticos. Ora, por um lado, as palavras não estão num “caos total” no léxico. Prova disso é que nenhum falante nativo colocaria uma conjunção no lugar em que se espera um adjetivo ou vice-versa, mesmo que não conheça os nomes dessas classes em decorrência de não ter passado por um processo de alfabetização e/ou escolarização. Ou seja, o que os analistas fazem é analisar semelhanças entre os comportamentos dos itens lexicais e nomear essas categorias de elementos próximos, que são pré-existentes à análise.

Portanto, de certo modo, as classes de palavras existem dentro das línguas antes mesmo de serem nomeadas pelos analistas e os animais estão no mundo mesmo antes de sofrerem uma nomeação e classificação, mas, ao mesmo tempo e por outro lado, esses nomes só fazem sentido quando dentro de sistemas linguísticos específicos e as línguas muitas vezes acabam sendo óculos para olhar para a realidade empírica e uma nomeação também acarreta uma (de) limitação, o estabelecimento de até que medida chega aquele ente nomeado, em oposição a outros do sistema linguístico no qual ele está inserido.

Nesse sentido, as ideias saussurianas relacionadas às do filósofo pré-socrático Heráclito talvez contribuam para aclarar o que estamos afirmando. Para este último, o mundo se deleitaria em ocultar sua real natureza (sua *phýsis* enquanto origem e enquanto dimensão e características do universo físico, “real”), mas poderia ser desvelado por meio do *lógos*.

Valendo-se do discurso escrito, tal filósofo originário da cidade de Éfeso vai versar não apenas sobre princípios originários universais que também estariam presentes na razão enquanto questão inteligível, como desenvolverá também as noções de conhecimento que se mostra como verdade (e, assim, epistêmico), em detrimento de uma simples opinião (*dóxa*) pautada nos sentidos. Assim, ele teria sido um dos precursores do pensamento epistemológico e metafísico:

[...] ao procurar plasmar a noção metafísica de *lógos* por meio de um elemento material: o fogo. Essa concepção deve ser entendida tanto literal quanto “analogicamente”, uma vez que o fogo/*lógos* heraclítico fora concebido tanto como um elemento fundamental, gerador de todas as coisas naturais – em um sentido que dava continuidade ao pensamento naturalista inaugurado pelos filósofos jônicos –, quanto como a instanciação da inteligibilidade da própria natureza. A alma humana (ou mais precisamente, sua faculdade racional), tendo sido concebida por Heráclito como afim ou semelhante ao fogo, seria naturalmente dotada do poder de compreender o universo, em virtude de sua potencial homogeneidade mútua.” [...] A harmonia do mundo como concebida pelos Pitagóricos era, em certo sentido uma harmonia estática, pois as relações matemáticas que a sustentavam tinham um caráter eterno, excluído ao tempo. Em nítido contraste com isso, e mais similantemente aos primeiros jônicos, Heráclito concebia uma harmonia dinâmica, que privilegiava o papel e a ubiquidade da mudança e da transformação, pelo jogo de tensões opostas. (POLITO & SILVA FILHO, 2013, p. 340).

Aliás, para o filósofo de Éfeso, “conhecer é decifrar e interpretar signos e [...] a verdade é a *alétheia* ou o que se desoculta por meio de sinais” (CHAUI, 2002, p. 80), sinais estes enviados pelo pensamento e pela palavra (*lógos*) não da figura pessoal de Heráclito, mas sim de uma linguagem racional universal, de um divino que estaria na natureza e no humano e que se oferece para ser decifrado e interpretado.

Acresce que o mundo, para ele, seria uma unidade racional cósmica sob a égide de um fogo primordial (a própria razão, ou seja, o *lógos* ele mesmo) que comporia a natureza e a origem desse mesmo mundo.

Explicando por outros termos, haveria, na ótica de Heráclito, uma natureza por trás de todas as coisas que gosta de se ocultar, uma unidade fundamental que subjaz à aparente multiplicidade e que se realiza por meio da harmonia de tensões que se opõem (o mel, por exemplo, teria, em sua ótica doçura e também amargor).

Aliás, é digno de menção que, conforme consta no *Dicionário Grego- Português*, a palavra harmonia vem do verbo grego ἀρμόζω, cujos significados ‘colocar junto’, ‘tensionar’, ‘ajustar’, ‘adaptar uma coisa a outra’ já refletem essas ideias heraclíticas.

Ou seja, as oposições que se mostram (aparentes) não apenas sugerem, como também ocultam, a unidade profunda que ele denomina *lógos*. Nessa perspectiva, não existiria uma dicotomia entre um Um e um Múltiplo. Na verdade, “o Um penetra o Múltiplo e a multiplicidade é apenas uma forma da unidade, ou melhor, a própria unidade.” (CAVALCANTE DE SOUZA, 1996, p. 31).

O *lógos* seria, assim, a unidade de um fluxo, de um processo contínuo, sendo a “realidade” um rio de águas sempre novas, o sistema unitário e unificador por trás das constantes mudanças, trocas substanciais, tensões, oposições e transformações, uma “harmonia oculta que garante a tensão intrínseca às coisas e aquilo mesmo que as sustenta”. (CHAUI, 2002, p. 82).

As línguas humanas naturais, como demonstram os estudos linguísticos atuais, também seguem o mesmo caminho, já que os povos vão relacionando-se entre si, aderindo novos elementos culturais, deixando de usar palavras para elementos que não têm mais utilidade prática nas atividades do dia-a-dia.

De qualquer modo, para o referido filósofo, os contrários são inseparáveis (haja vista que um nasce do outro e virá a se tornar o outro). Assim, um dado elemento X só adquire existência em virtude do seu oposto, e de fato, não haveria a noção de *justiça* sem a de *ofensa*, nem *fome* sem *saciedade* e muito menos *cansaço* sem *repouso*. E nesta questão de oposição entre signos, vemos uma das possíveis raízes das (ou ao menos um contato, um ponto em comum com) a noção de opostos que se harmonizam num sistema uno que subjaz ao conceito de valor que seria postulado por Saussure (2012).

Acresce que um dos significados do item lexical grego λόγος é ‘conta’, ‘medida’- o que faz alusão ao fato de que o *lógos* (a ‘palavra’), o nome que identifica determinado dado ou ente num sistema linguístico já é em si uma delimitação que só tem valor dentro dessa langue, desse sistema regulador dos variados e múltiplos usos (*parole*) na relação de oposição aos demais itens lexicais aos quais ele se opõe. Desse viés linguístico, um computador, por exemplo, só é ente depois de receber do fogo primordial do sistema linguístico do português o *lógos* ‘computador’, porque, assim, passa a não ser a mera ‘sucata’ inútil que se tornará assim que for usado por muito tempo; ele é um ‘computador’ porque ainda não é uma outra coisa que pode e virá a ser um dia. Por trás dessas questões, está o fato de que:

[...] o fogo primordial se distribui quantitativamente em todas as coisas em quantidades perfeitamente determinadas [...] e delimita todas as coisas para que nelas não haja excesso nem falta. A *phýsis* é *lógos* porque mede e modera as coisas, lhes dá um ser determinado e conforme a necessidade de cada uma delas, ele as faz racionais, proporcionais umas às outras, harmoniosas em suas oposições. [...] A cada medida que se apaga, uma outra se acende, eternamente. Quando a água se evapora, uma medida de úmido se evapora, uma medida de úmido se apaga e uma medida de quente se acende; quando a água evaporada se condensa em nuvens, uma medida de quente se apaga e uma medida de úmido se acende. E assim sempre e com todas as coisas. [...] Porque a medida é a moderação dos contrários [...] A natureza, sempre justa e moderadora, nunca leva ao excesso ou à carência; nela, os contrários em luta, se compensam uns aos outros (CHAUI, 2002, p. 84).

De qualquer modo, como dissemos anteriormente, as análises, nomeações e delimitações não se realizam somente na área linguística, haja vista que o ser humano parece apresentar certa aversão ao que não consegue controlar e, por isso, tende a “reduzir” a maior quantidade possível de elementos em tipos, grupos mais controláveis, chegando, muitas vezes, ao estabelecimento de caixinhas, moldes que nem sempre dão conta da realidade na qual estão dispostos os seres do mundo sensível. Isso se estende também para a língua porque às vezes os gramáticos (sobre os normativos preocupados em como a língua deveria ser e não como ela realmente é), acabam agrupando itens linguísticos distintos numa mesma classe que não corresponde realmente aos fatos concretos da língua em uso.

Sobre tais incorreções de classificação, Sandmann (1993, p. 31) diz que “[...] levadas por fatores superficiais, as pessoas tinham a baleia em conta de peixe. A análise de técnicos mudou esta concepção e a baleia foi classificada como mamífero”. Analogamente a isso, muitas pessoas classificam aranhas como “insetos” porque há características compartilhadas entre ambos, como o fato de terem patas articuladas (o

que, aliás, os aloca dentro do filo dos artrópodes). Contudo, aranhas são mais próximas de carrapatos e escorpiões quanto a questões morfológico-anatômicas como a quantidade de pares de patas, por exemplo. Enquanto elas são octópodes (tal qual os escorpiões e carrapatos) dotadas de 4 pares de patas, sem antenas; os insetos têm 3 pares de patas (hexápodes) e muitos são providos de antenas. Fatores como estes fazem com que as aranhas sejam classificadas pela nossa ciência biológica atual não como insetos, mas sim como aracnídeos.

Vale ressaltar que toda essa questão entre língua e nomeação das categorias realizadas pela comunidade autóctone não torna incoerente nossa concordância com a questão do *valor linguístico* (SAUSSURE, 2012) comentada anteriormente, na medida em que não estamos afirmando que elas viriam como meros rótulos para questões existentes no mundo concreto. O que estamos afirmando é que no decorrer dos séculos fomos olhando para os entes do mundo em que habitamos, relacionando-os e dividindo-os em grupos de semelhantes. E é de suma importância essa noção de *relação* para confirmar o que estamos tentando explicar, haja vista que da mesma forma que o estabelecimento desses conjuntos cognitivamente seria algo relacional entre ao menos três espécimes (embora uma coruja, uma galinha e um elefante não sejam exatamente iguais, se opondo num nível mais específico, há semelhanças entre os dois primeiros como a presença de penas e o caráter ovíparo que permitiram aloca-los em um conjunto que se opõe a um outro, formado, neste caso hipotético, apenas pelo elefante – um animal vivíparo e com pelos e não penas); os nomes desses conjuntos por designarem conceitos são *signos* (no sentido saussuriano do termo) providos de um significante e de significado ligados por uma relação de motivação não necessária, para não dizer – como faz o mestre genebrino- totalmente imotivados (até porque, embora alguns nomes de animais possam ser onomatopaicos, eles não são universais e se houvesse algo na sequência fônica [ele'fant♦i] que *per si* fosse relativo ao significado de 'animal mamífero paquidérmico quadrúpede e provido de tromba' ele seria o mesmo para todos os idiomas – e não é o que se verifica).

Além disso, cremos que essa noção de *valor* também pode ser estendida dos signos para as outras entidades da língua (sejam tipos de orações, de classes de palavras, tipos de argumentos e de complementos semânticos e sintáticos, papéis discursivos) na medida em que, em português, uma hipotaxe não é uma parataxe que também se opõe a uma subordinação, da mesma forma que o falante – como aponta Benveniste (1989)- que assume a instância de emissor, inserindo-se num eu, quando fala ou escreve cria e distingue-se de um tu que é seu interlocutor e de um ele (o assunto tratado) e que uma entidade verbal como *comer* adquire esse status porque no sistema do português não é um elemento mais nominal como *cachorro*, ao qual se opõe distintivamente.

Por outro lado, não se pode esquecer o poder criacional da linguagem, haja vista que, inclusive, certas construções que fazem sentido dentro de um sistema linguístico acabam configurando uma realidade distinta da opinião construída por uma área acerca da realidade material. Exemplos disso são, por exemplo, as construções *pôr do sol* e *nascer do sol* que fazem total sentido na língua do português, mas que na verdade são o resultado de uma construção metáfora a qual subjaz um olhar teocêntrico, na medida em que nossa ciência biológica ocidental atual acredita ser a Terra que gira em torno do sol (visto como estrela regente) e não o contrário. Seguem pelo mesmo caminho, produções

como “*Eu peso 30 quilos*” comuns à língua portuguesa no nível lexicológico de sistema, mas que não são corroboradas pela Física contemporânea, área de especialidade na qual, os trinta quilogramas do exemplo anterior se refeririam à *massa* do indivíduo, pois, para especialistas mais tradicionais deste setor, *peso* tem o sentido específico de termo de ‘força resultante da massa multiplicada pela aceleração da gravidade do planeta’.

Como salienta Rey-Debove (1984):

[...] Enfim, a palavra lexical [...] constitui o instrumento pelo qual as civilizações constroem para si uma visão do mundo; como diz Hegel, “a palavra, só o conceito da qual recebe seu estatuto de indivíduo no universo mental, essa palavra acrescenta sua realidade própria ao conceito; ao mesmo tempo, o conceito encontra na palavra uma fixação e limites”. Certamente tudo é dizível, se se admite com a maioria dos lingüistas a hipótese segundo a qual não existe pensamento independente das palavras que o exprimem e o estruturam; o “indizível” depende apenas da dificuldade de dizer (de linguagem, psicológica etc). Mas o dizível, notadamente aquilo que designamos pela primeira vez, nem sempre se pode exprimir por uma palavra única: é necessário um grande número de palavras diversamente combinadas. [...] Ora, é o substantivo comum que nos permite organizar o mundo construindo classes (de objetos, de fatos, de pessoas, etc), isto é, escolher quais traços comuns nos fazem encará-las da mesma maneira para opô-las a outra classe concebida do mesmo modo.

Pode-se notar, a título de exemplo, que o francês não tem palavra para “animal marinho”, e que as palavras *mammifère (mamífero)*, *poisson (peixe)*, *arthropode (artrópode)* etc, constituem classes no interior das quais só se poderá distinguir indivíduos marinhos, terrestres, etc O que aconteceu foi que o caráter marinho, que poderia parecer importante, não foi considerado como suficiente para construir uma classe, um conjunto de coerência satisfatória, oponível a outros conjuntos. Inversamente, certas classes suficientemente homogêneas são subdivididas segundo as necessidades da experiência humana. Na maioria das línguas, os animais domésticos têm mais de dois nomes por espécie (toew/, *taureau, vache, veau, génisse: boi, touro, vaca, bezerro, vitela*), enquanto que os outros têm geralmente dois ou um só (*grenouille, têtard; rhinocéros; boa etc; rã, girino; rinoceronte; boa*).

Nota-se que em francês as duas denominações mínimas retidas são as da oposição adulto-filhote e não as de macho-fêmea. Nenhum desses fatos de léxico deixa de ter importância, e até freqüentemente estes se encontram no nó duma crise ideológica: não devem os franceses admitir que quando se diz “os homens são mortais”, trata-se também das mulheres, mas que em “as mulheres são mortais” os machos estão excluídos? (REY-DEBOVE, 1984, p. 53-54).

Em resumo, acreditamos que tanto o estabelecimento de conjuntos de animais ou de itens linguísticos (classes de palavras) é algo relacional, opositivo, como os nomes desses conjuntos só fazem sentido quando estão se opondo a outros nomes de conjuntos no sistema linguístico da comunidade que recortou essas categorias.

De qualquer modo, quanto a essa nomeação, é necessário comentar que os dois últimos processos formadores de neologias citados parágrafos acima não descaracterizam de forma alguma a língua que os recebe e os aglutina e nem tomam o lugar de outras palavras.

Pensar ao contrário é ignorar o caráter mutável e variacionista dos idiomas humanos que já foi comprovado por pesquisas sociolinguísticas (como WEIRICH; LABOV & HERZOG, 2006). Como atestam os linguistas que discorrem em Faraco (2001), empréstimos e estrangeirismos costumam ser adaptados aos padrões fonológicos da língua de chegada e se realizam sintaticamente também de acordo com a ordem estabelecida para cada classe de palavras da mesma língua. O verbo escanear disposto numa frase como *Eu escaneei o livro*, por exemplo, provém do inglês *to scan* (“buscar”) e, no português, sofreu algumas alterações, dentre elas a adição do sufixo formador de verbos de primeira conjugação –ar e da mudança de uma para três sílabas, sendo que à primeira se adicionou um /e/ epentético em virtude de que a estrutura com ataque preenchido e núcleo vazio inexistia em português. Também é possível notar pela frase exemplificada que o item em questão passou a se realizar sintagmaticamente na posição que cabe, em português, a verbos.

Além disso, não se pode esquecer ainda da característica de variabilidade do próprio léxico, compreendido aqui não como um todo homogêneo “puro”, “elevado” e “imutável” que deve ser “defendido” das corrupções de usos populares – o que seria um conjunto de opiniões preconceituosas e sem respaldo científico, mas sim como um dia-sistema diacrônico (MURAKAWA, 2018) ou, para fazer ecos às opiniões de Silva, M. (2006), um conjunto dinâmico e aberto que, conforme as mudanças/variações naturais do idioma em questão, admite novos elementos e descarta outros que se tornam arcaísmos desusados ou pouco usados.

Acresce que, embora existam limites entre léxico e gramática (na medida em que, como postula VILELA (1997), o primeiro é aberto e pode ser renovado em virtude dos neologismos e da exclusão de arcaísmos e da segunda compor um sistema fechado com estruturas e regras que não variam), num viés diacrônico pode ocorrer a lexicalização de elementos gramaticais (como o uso de verbos suporte), bem como a gramaticalização de elementos lexicais (*mediante* é uma preposição que historicamente vem do verbo *mediar*, *durante* originalmente significava ‘que dura’ e *exceto* e *salvo* são hoje instrumentos gramaticais que vieram de participípios irregulares lexicais).

No que se refere a esses limites (e imbricações), Rey-Debove traz argumentações relevantes. Nas palavras da autora:

[...] não se vêem no dicionário indicações sobre o gênero das palavras, sua concordância e lugar na frase, verbetes como *preposição*, *advérbio* etc, quando tudo isso constitui objeto das gramáticas? Em qual dos dois livros procurar o sufixo *-agem*, a forma verbal *coubesse!* A imprecisão da situação reflete-se nas variações de conteúdo que se manifestam numa obra a outra, entre as gramáticas e entre os dicionários: uma gramática como *le Bon Usage*, de Grevisse, invade a descrição lexical e uma obra como o *Dictionnaire du français contemporain* (Larousse) estende-se largamente sobre a descrição gramatical. Poderia parecer que se trata dum mesmo objeto encarado de dois pontos de vista diferentes, do conjunto para o elemento na gramática, e do elemento para o conjunto no dicionário. Assim, numa gramática, o capítulo do possessivo enumera as formas *meu, teu, seu, nosso, vosso, seu*, ao passo que em cada forma distribuída no conjunto alfabético do dicionário — *meu, nosso, seu* (sing.), *seu* (pl.), *teu, vosso*— explicita-se que se trata dum possessivo. (REY-DEBOVE, 1984, p. 46).

Por outro lado, é a mesma autora que, em seguida, lembra que: “Mas percebe-se rapidamente que as palavras repertoriadas numa gramática são uma ínfima parte do léxico e que nem todas as regras da gramática são explicitadas no dicionário.” (*idem, ibidem*, p. 46).

Para ela, enquanto definição, Gramática abarcaria as regras (no sentido gerativo e não normativista da palavra) sintáticas, morfológicas, fonológicas, morfofonológicas, fonéticas para combinar unidades menores que a frase em sintagmas efetivos, sendo que “[...] essa integração permite produzir um número incalculável de signos com um número restrito de unidades: os morfemas (unidades significativas mínimas) constroem palavras que entram nos constituintes de frase (grupo nominal/grupo verbal)”. (*idem, ibidem*, p. 47).

Sobre esse tema, aliás, autores como Moura Neves (2018) & Rey-Debove (1984) postulam a existência de um contínuo entre o valor lexical e o gramatical dos elementos linguísticos, pois o verbo e os substantivos seriam, para elas, os elementos mais lexicais (independentes) e os menos gramaticais. De *fantasma* para *navio fantasma*, o elemento *fantasma* sofre uma queda léxica, perde um pouco sua individualidade e de sua independência semântico-sintática (até porque passa a gravitar em torno de outro elemento), sofre um desbotamento semântico, passando a assumir mais propriedades gramaticais de ligação e menos lexicais (de referenciação).

Em outros termos, a despeito de *adjetivos* também terem traços, não possuem – como substantivos- tanta referência e certas derivações impróprias como um item passar de *esporte* enquanto substantivo para *carro esporte* enquanto adjetivo, a despeito da manutenção dos traços característicos, implicam necessariamente na perda de referência (pois passo, no segundo caso, a falar de um *carro* e não mais de um *esporte*).

Obviamente há graus para isso e os componentes lexicais mais gramaticais (e, portanto, menos independentes e menos lexicais) seriam- na ótica da referida linguista - as preposições e conjunções (cujo sentido é mais depende da construção/ locução/perífrase em que estão inseridas), embora umas sejam mais lexicais que outras.

Os itens *visto* (Visto eu saber disso, fiz como acordado) e *exceto* (Exceto você, todos saíram) estariam, para ela, na transição de verbo (de participios irregulares) para elementos conectivos, mas não seriam conectivos prototípicos porque ainda guardam uma carga semântica muito forte (de verificação pela visão e de exceção) e não regem os elementos a que se ligam como uma preposição faria interferindo até mesmo na forma desses elementos. Se, por um lado, a adjunção de *de* ou *sem* à primeira pessoa do singular para formar uma perífrase obrigaria o uso da forma *mim* (haja vista que “*de eu*” ou “*sem eu*” sejam questões menos habituais, praticamente agramaticais e, portanto, marcadas, em oposição às habituais “*sem mim*” e “*de mim*”); por outro, o uso de *visto* ou *exceto* não gera a mesma conversão (“Todos fizeram a tarefa, exceto **eu**”; “visto **eu** ser menor, não pude ser detido”).

Outra questão relevante quanto ao léxico, gira em torno de sua sinonímia sempre imperfeita, seja numa diferença objetiva ou de intensidade entre os sinônimos (*homicídio* e *balear* são mais técnicos e mais eruditos que *crime* e *dar um tiro*, que pertence mais ao léxico geral, e *miserável* tem um valor emotivo maior que *pobre*).

Se essas nuances já existem entre os sinônimos de uma mesma língua, quando se

fala em equivalentes de línguas diferentes essa questão sofre uma ampliação considerável. Ora, a entrada *peau* tem, em francês, o sema de ‘revestimento de vegetais ou de frutos’, mas esse traço inexistente no semema (conjunto de semas) de seu equivalente português *pele*. É por distinções como essa que Jakobson (1995), retomando Karcevski, compara a perda linguística em traduções sucessivas (por exemplo, do inglês para o russo e do russo para o grego) com a perda que ocorreria caso se convertesse sucessivamente várias moedas, pois o resultado final, no caso hipotético em grego, talvez deixasse de abarcar questões que estavam contidas no original inglês, talvez por influência da qualidade da tradução russa utilizada previamente.

Aliás, ainda no que se refere a signos e significações, cabe salientar que, para Saussure (2012), o signo uniria não uma coisa a um nome, mas, em vez disso, seria uma entidade psicolinguística de dupla face: um significante (imagem acústica) unido, em sua opinião, a um significado (conceito) por uma relação arbitrária.

Vê-se aqui um paralelo com o triângulo semiótico de Ogden & Richards (1972) que postula uma relação recíproca e reversível entre significante e significado, sendo que ambos se ligariam por uma linha cheia, mas a outra ponta da figura, o referente (objeto no mundo extralinguístico) se ligaria ao significado por meio de uma linha cheia, mas se ligaria ao significante por uma relação que não é direta (em razão do nome evocar não a coisa material empírica, mas a ideia que se tem dela) e, por isso, marcada por uma linha tracejada, como demonstrado a seguir:

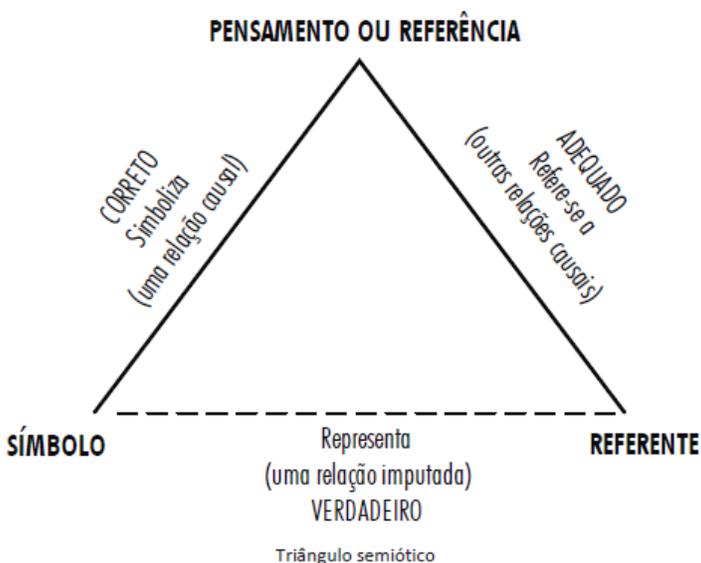


Figura 1: triângulo semiótico  
 Fonte: Ogden-Richards (1972)

Para cada signo, nestes dois últimos vieses haveria um significante e um significado. Mas nossas considerações anteriores já demonstram que não concordamos com essa univocidade. Como atestam Murakawa (2018) e Muñoz Nuñez (1999), alguns estudos – com os quais concordamos – afirmam que um mesmo signo pode ter várias funções e uma mesma significação pode compor o semema de mais de um signo, não havendo coincidência em todos os pontos do signo e da significação, pois ambos não se recobrem mutuamente, haja vista a existência de fenômenos como a polissemia e a homonímia. Ou seja, não haveria uma relação bi-unívoca entre significante e significado, pois, de acordo com esses pensadores, para cada expressão poderia haver mais de um conteúdo e um determinado conteúdo sêmico poderia ser veiculado por mais de uma expressão.

É nesse caminho que segue Abbade (2006) quando, ao comentar a distinção e a relação entre o *conteúdo lingüístico* e a *realidade extralingüística*, entre *palavra* e a *coisa* a que ela se refere, acaba se questionando:

- Como se designa árvore em alemão? E a resposta seria simplesmente *baum*. Dessa maneira, o léxico passa a ser um sistema de nomenclatura com palavras que nomeiam coisas. Mas nem sempre existe uma única palavra para cada coisa, e se a mesma pergunta fosse feita para a língua romena, a resposta não seria tão simples porque *copac* é o genérico, mas uma árvore frutífera chama-se *pom*. Em certos contextos, é necessário usar o termo *arbore* porque não existe *copac genealogica* ou *pom genealogica*, apenas *arbore genealogica*. Na estruturação do léxico de cozinha em campos lexicais, observa-se isso muito bem, uma vez que poderíamos perguntar: que lexia utilizamos para indicar o peso dos alimentos sólidos? Nos dias atuais poder-se-ia responder com uma única lexia: O *quilograma*, ou apenas *quilo*. Mas, no período quinhentista, não teríamos apenas uma lexia para tal resposta, pois, para o peso dos alimentos sólidos utilizava-se o *arrátel*, mas as carnes eram pesadas em *arrobas* e os pós em *alqueires*. E ainda poderíamos pesar esses alimentos em *omças* ou *salamys*. (ABBADE, 2006, 718-719).

Nessa ótica, faria sentido pensar em dois conceitos que são em certa medida próximos, mas que tem suas especificidades: homonímia e polissemia. Como afirmam Murakawa (2018), Welker (2004), Mateus (2017); Maciel de Carvalho (2012); Martins & Zavaglia (2013); Villalva & Silvestre (2014); Xatara, Bevilacqua & Humblé (2011) e Zavaglia (2003), as distinções entre elementos homonímicos e polissêmicos passa por vários critérios: coincidência formal, semântica, etimologia, classe de palavras na qual os itens em questão podem ser alocados. Explicitando um pouco melhor: enquanto *homônimos* seriam itens lexicais distintos (mais de um componente no léxico) com origens *e/* ou pertencentes a classes morfológicas diferentes, com alguma igualdade na realização concreta (seja na escrita ou na sua produção oral), mas sem traços sêmicos compartilhados; a *polissemia* se restringiria a uma única entrada no léxico com sentidos que se relacionam entre si.

A distinção entre esses dois elementos, embora nem sempre seja fácil, é relevante também na medida em que, como afirma Porto-Dapena (2002), o autor de uma obra lexicográfica, entre outras coisas, terá que necessariamente se preocupar com que porção do léxico (se geral, se especial (para dicionários de partes específicas da língua como conjugação verbal, expressões de baixo calão), se especializado) e quais entradas serão selecionadas, como essas entradas serão lematizadas e como serão organizadas (se por

ordem semasiológica e alfabética, de modo que o consulente consiga encontrar o conteúdo de um significado que ele conhece enquanto expressão, mas cujo conteúdo não lhe é caro; ou por campos semânticos e de modo onomasiológico – o que possibilitaria encontrar significantes para um determinado campo de significação).

Aliás, cabe ressaltar que a lematização, tal qual a define Biderman (1984), compreende o processo pelo qual de todas as realizações morfoflexionais de uma entrada, se escolhe uma única como destaque, como representante paradigmática de todo esse conjunto, chamada de *lema*, *palavra-entrada* ou *entrada*. Acresce que todo esse paradigma virtual de possibilidades (que funcionaria como um compartimento para variações flexionais e sêmicas) seria denominado de *lexema*.

Quando uma dentre essas várias opções se realizaria, se concretizaria empiricamente em sintagmas estaríamos diante de *lexias* (concretização efetiva de um *lexema*).

E isso é relevante sobretudo por dois motivos. O primeiro deles gira em torno do fato do autor de uma obra sobre o léxico precisar decidir se elementos polissêmicos e homônimos serão reduzidos em um único ou em vários verbetes. Como atesta Porto-Dapena (2002), a tradição de línguas neo-latinas tem separado homônimos em verbetes distintos identificados com números sobrescritos e alocado os múltiplos sentidos de um item polissêmico numa única entrada, sendo que cada acepção costuma ser numerada e ter frases-exemplo distintas.

O segundo dos motivos se refere à questão de que tais obras não abarcam apenas *lexias simples* (caso sejam formadas por um única sequência gráfica), podendo abarcar também as *compostas* (itens como guarda-roupa e bem-te-vi que se formam por meio de mais de uma sequência gráfica geralmente com hífen) ou *complexas* (mais de uma unidade, mas não separadas por hífen), além dos *fraseologismo* (frases feitas, ditados, locuções, modismos, idiotismos, provérbios, refrões) – o que leva à necessidade de se pensar se elas serão tratadas em verbetes distintos ou como *sub-entradas* ao lema principal com o qual estabelecem relações morfológicas. Cabe ressaltar que:

[...] segundo Welker (2002, p. 93) sub-entrada é “[...] item lexical – geralmente lexema composto ou complexo – que é tratado dentro do mesmo verbete do lema”. É utilizada, por exemplo, quando o dicionarista adiciona no mesmo verbete a explicitação de relações morfológicas ou, mais especificamente, se um dicionário traz cesta-básica dentro do lema *cesta*, trata-se geralmente de uma sub-entrada a esse lema principal. (MATEUS, 2017, P. 40).

Embora alguns teóricos vejam o “dicionário” (hiperônimo para obras sobre o léxico geral ou especializado) como um gênero textual único e específico, outros o veem como um conglomerado, como suporte para vários gêneros individuais (como introdução, verbetes). Por isso, de acordo com Nadin da Silva (2018), costuma-se dividir estruturalmente tais obras em uma *hiperestrutura* que abrange um *front matter* (introduções e listas explicativas de abreviaturas antes dos lemas) e um *back matter* (informações como bibliografia, apêndices, tabelas com conjugações que estão pospostas aos lemas em si) entre as quais há a macro-estrutura (definida por WELKER (2004), SILVA, M. (2006), como estrutura vertical que indica a maneira pela qual a porção do léxico selecionada formando uma word list ou nomenclatura está organizada, lematizada e ordenada) e a micro-estrutura (estrutura

horizontal, referente à maneira pela qual um verbete é organizado internamente, se há apenas a definição e/ ou equivalentes ou se há informações adicionais à definição dos verbetes como transcrição fonética, etimologia, acentuação, classe gramatical, imagens ou explicitação de questões sintáticas, se constam símbolos de ordenamento, ilustrações, se há tratamento para sinonímia, antonímia, hiperonímia e/ou hiponímia), sendo que a *macroestrutura* às vezes pode ser interrompida por elementos como caixas de textos com informações culturais que compõem o que se chama de *middle structure*, ou pela *medio estrutura* de remissivas ou informações cruzadas (com instruções como como “ver tabela 10”, veja *caderno*).

Aliás, para falar agora dos elementos característicos de uma obra que aborde o léxico, para além da condensação, todas as obras sobre léxico têm em maior ou menor grau certa *redundância*, *formas* que exercem *funções* (já que uma forma como *sf*, num verbete de uma obra bilíngue espanhol-português “*euforia sf euforia*”, têm a função de organizar o verbete dizendo que isto é uma referência a *euforia* e que o que for anterior à abreviatura pertence a esta classe de palavras) e um *direcionamento*.

Quanto ao último elemento, pode-se dizer que ele versa sobre o fato de que cada informação micro-estrutural está relacionada, direcionada, orientada a algo e isso deve estar muito claro. Em verbetes polissêmicos que contenham sinônimos e/ exemplos, deve estar claro se eles se referem ao lema geral ou a uma acepção específica, sendo, neste caso, também transparente qual acepção é esta.

Já o primeiro dos elementos comentados anteriormente também deveria ser aproveitado de modo a produzir obras que não fossem prolixas de tão redundantes, mas que também não considerassem como compartilhadas informações que o usuário não possui. É óbvio para um falante de espanhol que a maioria das palavras de sua língua terminadas em *-a* são femininas. Marcar isso por meio de *sf*, portanto, esconde um grau de redundância. Mas isso não seria tão redundante para um aprendiz de espanhol cuja língua materna não distinguisse morfologicamente masculino de feminino e é por isso que a informação de gênero para substantivos é muito mais relevante (e menos redundante) neste segundo caso.

Vale comentar também que, como atesta Nadin da Silva (2018), enquanto obras monolíngues têm definições metalexográficas para definir as entradas, as bilíngues normalmente se utilizam de equivalentes e as semibíngues mesclam ambos os elementos.

Por falar nisso, cabe dizer que, ao comentar sobre enunciados definitórios, Krieger & Finatto (2004) postulam a existência de alguns sub-tipos, a saber: a definição terminológica, a lexicográfica, a lógica e a explicativa ou enciclopédica. A primeira seria a restrita a termos técnico-científicos. Já a segunda, seria a responsável pelas palavras de modo geral. Na terceira, haveria a proposição de um valor de verdade e, na última, várias informações sobre determinado item.

Vale ressaltar que, como expõem os referidos linguistas, a definição tradicional (também chamada de *lógica*) remonta a Aristóteles e às categorias de *gênero próximo* (“porção da definição que expressa a categoria ou classe geral a que pertence o ente definido” (KRIEGER & FINATTO, 2004, P. 93)) e *diferença específica* (“[...] é a indicação da(s) particularidade(s) que distingue(m) esse ente em relação aos outros de uma

mesma classe”). Um liquidificador, por exemplo, estaria dentro do *gênero próximo* dos eletrodomésticos, mas difere de uma geladeira na função de liquidificar alimentos.

Além dessas, Abreu (2009) fala das expressivas e das etimológicas. Enquanto estas últimas seriam embasadas na origem dos itens lexicais (como definir átomo como aquilo que vem de *a+tomo*, *equivalendo a* ‘o que não se pode definir’), as primeiras seriam relativas a opiniões subjetivas (como, por exemplo, definir chuva como ‘um estado que espelha meu vazio interior e minha melancolia’), próximas ao que Pierce denomina como *símbolos em terceiridade*. O linguista brasileiro referido anteriormente ainda nomeia como *normativas* o que Krieger & Finatto (2004) chamam de *definições terminológicas* que:

[...] indicam o sentido que se quer dar a uma palavra em um determinado discurso e dependem de um acordo feito com o auditório. Um médico poderá dizer, por exemplo: - *Para efeito legal de transplante de órgãos, vamos considerar a morte do paciente como desaparecimento completo da atividade elétrica cerebral*. (ABREU, 2009, p. 57).

Ainda nesse intuito de estabelecer tipologias de definições, Borges (1982) alerta que há sobretudo dois critérios nos quais um autor pode se basear para fazer definições: por um lado, a natureza da metalinguagem empregada e, por outro, a natureza do que é definido, bem como qual informação é veiculada na definição.

Dentro do primeiro critério, ele distingue as definições parafrásticas ou propriamente ditas e as metalinguísticas. Entre as segundas, são alocadas as “definições” de itens mais gramaticais como conjunções e artigos que, na verdade, em vez de veicularem significados, não passam de explicações, especificações do comportamento morfo-sintático da classe; além daquelas em que se utilizam fórmulas como “se diz de...”, “referente ou pertencente a...”, “aplica-se a...” e das que na verdade são exemplos (é este o caso de uma definição de *quadrado* como ‘um quadrado tem quatro lados e quatro ângulos’). Já entre as primeiras, estariam as hiperonímicas (as aristotélicas comentadas anteriormente ou ainda aquelas em que metonimicamente se define a entrada como “uma das partes de um conjunto x”), as sinonímicas, antonímicas (dentre as quais ocorre uma bipartição interna entre as negativas que representam conceitos como “carência”, “defeito” ou “ausência” de algum elemento e as estabelecidas em conjuntos de contrários como definir *solteiro* como ‘aquele que não está casado’).

Ainda no grupo das parafrásticas, também existiriam – segundo Borges (1982)- a definição serial (estabelecidora de uma escala na qual se distribui o lema, sejam elas ciclos como *manhã-tarde-noite*, *segunda-terça-quarta*; cadeias como *chefe-empregado* ou redes como os termos de parentesco), a mesonímica (na qual se defini uma entrada colocando-a numa posição intermediária ou exclusiva entre duas outras coisas como definir *casado* como ‘aquele que não está nem casado e nem comprometido de nenhuma outra forma amorosa com outrem) ou ostensiva (quando se define a entrada fazendo alusão a algum elemento material possuidor de uma propriedade que lhe é característica como ocorre em *azul* é ‘a cor do céu limpo’).

Já no segundo grupo, o autor aloca as enciclopédicas (com muitas informações além do sistema da língua, com aportes do mundo extra-linguístico referentes a aspectos culturais, históricos, geográficos das entradas que não se restringiriam à significação

lexicográfica do lema).

Nesta questão, ele salienta que nem sempre é fácil dizer até que ponto uma definição é ou não “excessivamente” enciclopédica (no sentido de ter informações demais que sobriariam ao consulente, tornando-se um empecilho à busca desejada):

[...] se a suposta brevidade da definição lexicográfica se opõe por razões práticas à complexidade da definição enciclopédica, não teríamos nenhuma base teórica para diferenciá-las, o que nos levará a considerar as definições lexicográficas como simples definições enciclopédicas abreviadas arbitrariamente. É impossível [...] diferenciar o que um dicionário deveria dizer da palavra *cavalo* [...] do que deve dizer uma enciclopédia sobre o objeto *cavalo*. Ainda que as descrições dos significados das unidades léxicas devam utilizar conceitos semânticos (sinonímia, hiperonímia, inversão, etc.) e não propriamente descrições do mundo extralinguístico, na prática, estes conceitos não equivalem [...] a mais que uma parte mínima da informação que se proporciona. [...] Se disséssemos que o dicionário proporcionará uma definição não-enciclopédica da palavra *cavalo* [...] ou seja, se quiséssemos que a informação reportada fosse estritamente lexicográfica, deveríamos limitar-nos [...] a uma definição tão vazia como esta: “*Cavalo*: animal chamado “cavalo””. (BORGES, 1982, p. 114).

Aqui vale ressaltar que concordamos com a opinião veiculada na citação anterior, pois, como já se expôs anteriormente, sobretudo quando fizemos eco às considerações de Galisson (1987), existem itens lexicais mais e menos carregados quanto a questões culturais do povo que fala a língua que está sendo recortada na obra lexicográfica.

Acresce que a referida “brevidade” da definição lexicográfica relaciona-se com o caráter de condensação que é (em maior e menor grau) característico de obras chamadas de “dicionários”, haja vista que, por exemplo, num verbete como “*um.bi.go sm* cicatriz resultante do corte efetuado no nascimento do cordão umbilical” estão condensadas e codificadas as informações de que o lema *umbigo* está em português, tem nesse idioma, três sílabas, é, ainda nessa língua, um substantivo masculino, cujo significado é ‘cicatriz resultante do corte efetuado no nascimento do cordão umbilical’.

Assim, o “excesso” ou “falta” de carga cultural num verbete vai ser definido pelo objetivo a que a obra se destina segundo quem a idealizou e à dúvida que motiva o consulente a folheá-la, sendo, nesse sentido, mesmo que minimamente, relacional, na medida em que para um estudante de biologia que necessita realizar um trabalho da área, uma definição de girassol como “tipo de flor” será muito pobre ao passo que definir a mesma planta como ‘angiosperma ornamental de sementes oleaginosas, cujas flores se voltam para o Sol; normalmente localizada em tais e tais regiões, com florescência em tais e tais épocas do ano’ traz informações extralinguísticas (e terminológicas específicas) demais para alguém como um estrangeiro que queria apenas saber o referente e para o qual uma imagem ilustrativa talvez fosse mais útil.

Fechado esse parêntese, cabe voltar às asserções de Borges (1982), para quem existiriam ainda nesse segundo grupo de definições propriamente ditas, as explicativas (usadas em termos como *correr*, *afán* e *sencillo* que “[...] delimitam os conceitos ou refletem a essência de uma determinada categoria que o falante pode conhecer ainda que não saiba

definir” (BORGES, 1982, p. 116)) e as construtivas (responsáveis pela criação de um termo e de um conceito a partir de um significado complexo como ocorre na alteração ou criação de termos linguísticos como *morfema*, *paradigma*).

Falando agora do nosso segundo embasamento teórico, as ciências do léxico, pode-se dizer, baseando-se nas asserções de Krieger & Finatto (2004 e Welker (2004)), que, haveria duas primeiras dicotomias que giram em torno das oposições Estudo Teórico e Prática, de um lado; e sistema geral da língua e área de especialidade, de outro.

Nesse sentido, segundo os referidos autores, a face teórica das averiguações científicas dos componentes gerais e não-especializados do léxico de determinada língua (conhecida como Lexicologia) teria como contraponto prático a Lexicografia (confecção ou análise crítica de obras lexicográficas, sendo que essa análise também seria conhecida como metalexicografia), da maneira análoga ao fato de a Terminologia (parte reflexiva de investigação teórica sobre os componentes lexicais especializados, de áreas específicas do conhecimento) ter sua concretização prática nos produtos de estudos da Terminografia (dicionários técnicos, enquanto produtos empíricos, vocabulários enquanto obras impressas e/ou digitais).

Vale ressaltar que usamos anteriormente “obras lexicográficas” porque – a despeito do que se pensa no senso comum (no qual se usa *dicionário* para nomear toda e qualquer obra sobre léxico)- nem todas as obras lexicográficas são “dicionários”, para a área específica das ciências do léxico, pois – na esteira das afirmações de Barbosa (2001, apud MATEUS, 2017):

[...] um “dicionário” estaria no nível do *sistema*, trabalhando (sob uma perspectiva diacrônica, diatópica, diafásica e diastrática) não só com o léxico disponível, como também com o virtual, tendo uma unidade com significado abrangente e frequência regular (o lexema), apresentando assim, ao menos teoricamente, todas as acepções possíveis de um mesmo verbete. Já um “vocabulário” apresentaria (sob uma perspectiva sincrônica e sinfásica) todas as acepções de um verbete inserido numa dada área de especialidade, trabalhando, portanto, no nível da *norma*, com conjuntos que se manifestam nessa área de especialidade, com uma unidade com significado restrito, embora com alta frequência (o vocábulo ou termo). E, por fim, trabalhando com conjuntos presentes em um único texto específico, um “glossário” estaria mais no nível da *fala*, por adotar uma perspectiva sincrônica, sintópica, sinstrática e sinfásica e apresentar uma única acepção do verbete (inserido dentro de um contexto específico), uma vez que trabalha o léxico de uma obra ou de um texto específico, com uma unidade com significado também específico e uma única aparição (a palavra ou glossa). (MATEUS, 2017, p. 32).

E já que estamos discorrendo sobre léxico, passamos a discorrer sobre a Ciência que estuda os itens léxicos enquanto termos de áreas de especialidade, sob diferentes recortes, explicitando em qual deles nos alocamos.

Embora não seja o intuito desta seção realizar uma descrição exaustiva de todas as vertentes da área da Terminologia (até porque isso seria inviável e excederia o escopo deste trabalho e, para uma visão panorâmica mais abrangente das correntes históricas da Terminologia, o leitor pode ver Silva (2008)), pretendemos explicitar as concepções por trás da vertente com a qual concordamos (a Terminologia Etnográfica elaborada por Fargetti

(2018)), com que conceitos e afirmações de outras teorias ela se relaciona ou diverge.

Para tanto, fazemos uma retomada das considerações de Pereira (2018) que, em sua dissertação de mestrado, aborda as múltiplas correntes da Terminologia ao longo dos séculos.

Ela inicia suas explanações discorrendo sobre a Escola Russa, representada pelos estudos, na então União Soviética, encabeçados e iniciados por Dimitrii Lotte e Serguei Chapliguin de sistematização e classificação de conceitos técnico-científicos (em prol de facilitar a comunicação entre os mais variados técnicos e especialistas), bem como o estabelecimento de princípios norteadores da seleção de termos a serem adicionados em definições.

Apesar de nesse sentido haver certa proximidade com os postulados de Wuster (que serão comentados a seguir), há – ao mesmo tempo- um notório afastamento, pois, de maneira diferente da TGT, os estudiosos dessa Escola concebiam os termos como integrantes (inseridos dentro) da língua que estariam, portanto, sob a égide dos mesmos processos transformacionais pelos qual ela passaria, chegando a reconhecer até mesmo sinônimos e elementos polissemicos. O próprio Lotte, como afirma Pereira (2018) – ainda defenderia ideias que desabrochariam na Teoria Comunicativa da Terminologia, como a possibilidade de variação nos termos, sua atuação em contextos distintos e os processos de banalização, pelos quais eles seriam inseridos à língua comum.

Uma segunda Escola mencionada pela mesma pesquisadora é a Checoslovaca, com destaque para a Teoria da Terminologia de Lubomir Drozd para a qual os objetos de estudos são concebidos como questões exteriores à língua geral, concernentes a alguma língua profissional especializada (vista quase que semelhante a um estilo ou a algo artificial no sentido de formalizado, trabalhado, não natural), cujos significados emergiriam apenas na relação de oposição com outros elementos.

Seguindo suas exposições, Pereira (2018) traz ainda questões relativas à chamada “Escola Austríaca” e à Teoria Geral da Terminologia do engenheiro eletrônico Wüster.

Com um intuito prescritivo de normalização (fazer com que qualquer pessoas em qualquer região do globo soubesse o que é determinado termo após seu sentido especializado ser estabelecido), a TGT surge da necessidade de se descrever os termos específicos das ciências e, assim, em sua ótica, o termo teria um equivalente único, não sendo admitidos nem a sinonímia, nem a homonímia, polissemia para termos, pois estes seriam independentes de outros elementos e estariam à margem de fenômenos atuantes na língua geral, já dela não participariam.

Em outros termos:

A TGT caracteriza-se, portanto, por ser uma proposta teórica de ordem prescritiva. Entre suas características principais, destaca-se a monorreferencialidade do termo, ou seja, cada termo designa um único conceito e vice-versa. Para o autor, não se pode admitir em Terminologia qualquer ambigüidade. Fenômenos como a sinonímia e a polissemia são inaceitáveis.

Os defensores da TGT acreditam, também, que um dos aspectos mais relevantes para os estudos terminológicos é o conceito. O trabalho

terminológico parte, então, do conceito para a designação, isto é, trabalho de ordem onomasiológico. Acredita-se, ainda, que a Terminologia, enquanto disciplina, é autônoma e auto-suficiente, ou seja, com fundamentos próprios, não dependendo de outras disciplinas.

Assim, a TGT entende a Terminologia como uma disciplina autônoma cujo objeto é os termos técnico-científicos. Estes são entendidos como unidades específicas de um âmbito de especialidade e são definidos como unidades semióticas compostas de um conceito e de uma denominação. Trata-se do princípio da univocidade, um dos aspectos mais relevantes para a TGT. [...] O princípio fundamental do termo era, portanto, o da invariância conceitual, da monossemia e da monorreferencialidade. Um termo podia nomear apenas um conceito. Para cada conceito dado estabelecia-se e se padronizava um dado termo, não se permitindo variações. Estas características diferenciavam, explicitamente, termo de palavra, pois, enquanto a palavra estava aberta a todo tipo de influência (social, histórica, ideológica, etc), o termo se fechava, para os defensores da TGT, em um domínio do conhecimento e se tornava isento de tais influências. (SILVA, 2008, p. 67-69).

Exemplificando essas questões, pode-se dizer que enquanto *sangue* no uso comum (nível do sistema, não-especializado) teria muitas possibilidades semânticas de uso (*faltou sangue, dar o sangue, doar sangue*); para uma obra Terminográfica da área da Hematologia, haveria – ainda de acordo com a TGT (para a qual, como atesta Silva (2008), os termos não seriam mais que etiquetas ou rótulos de denominação à parte das variabilidades de sentido do léxico geral)- todos os múltiplos sentidos do uso comum cederiam lugar ao único sentido específico para esta área, na medida em que “[...] supõe-se que um termo somente pertence a um campo especializado, e que cada especialidade tem seus próprios termos, que não compartilha com outra especialidade.” (CABRÉ, 1999, p. 115).

Ainda dentro da TGT, é necessário explicitar também a distinção entre *normalizar* e *normatizar*. O primeiro dos elementos refere-se ao processo de tornar normal algo que nos era “estranho”, no sentido de trazer para nossa cultura um dado conhecimento de outro povo que até então ignorávamos, normalmente por um neologismo, empréstimo. Já o segundo é o resultado do processo por meio do qual uma descrição de um termo vira norma, prescrição, como quando, numa situação hipotética em que há muita variação entre as definições dos especialistas do que seria *cardiopatía*, há uma reunião para decidir e postular qual será o sentido desse termo dentre os que estão circulando.

Embora sejam inegáveis as contribuições de tal Teoria para os estudos da área, com o tempo ela se mostrou limitada, justamente por conceber o saber científico como algo homogêneo, estável e universal, dividido entre Terminologias (Biologia, Física, Química, Astronomia...) universais estanques e não-relacionadas entre si. Tal fator problemático:

[...] dá à teoria uma postura reducionista frente aos fenômenos inerentes à comunicação especializada. Entende-se por postura reducionista o fato de os defensores da TGT reduzirem o termo à condição puramente denominativa, ou seja, para eles os aspectos sintáticos, comunicativos e a variação formal e conceitual do termo não são relevantes, pois o termo é um rótulo que serve para identificar um conceito previamente existente. Desse modo, fenômenos como a percepção que cada povo possui da realidade, contextos socioculturais, áreas geográficas e as diferentes realidades não interfeririam

nos conceitos. (SILVA, 2008, p. 69).

Mas para além dessas visões tradicionais, o panorama atual tem levado à Terminologia para outros rumos que tencionam superar as limitações comentadas anteriormente.

Um deles, como expõe ainda a mesma autora comentada anteriormente fazendo eco às considerações de Gaudin (2005), é o da Socioterminologia que se preocupa com os significados e conceptualizações subjacentes aos termos, em como eles circulam socialmente (quais os sinônimos, os semas, os homônimos, as condições de circulação e de apropriação no uso especializado ou na banalização destes elementos que são considerados elementos linguísticos).

Outra vertente atual é a Etnoterminologia que centra seu escopo em esferas culturais específicas e nos discursos nelas produzidos, estudando, por exemplo, a literatura ou:

[...] a norma relativa ao estatuto semântico, sintático e funcional do conjunto das unidades lexicais que caracterizam o universo dos discursos etno-literários, no âmbito da cultura brasileira. Essas unidades têm sememas muito especializados, construídos com semas específicos do universo de discurso em causa, provenientes das narrativas, cristalizados, tornando-se verdadeiros símbolos dos temas envolvidos. (BARBOSA, 2007, p.434 apud PEREIRA, 2018, p. 28).

Podem-se citar ainda a Teoria Sociocognitiva da Terminologia de Temmerman (2000) que se apóia nas considerações de Lakoff (1987) sobre metáforas e metonímias e demais relações cognitivas que estariam presentes nos termos e a Terminologia Cultural de Diki-Kidiri (2007) que “[...] afasta-se do modelo proposto pela TGT justamente por focalizar a cultura, o que é considerado empecilho à univocidade e à exatidão referencial dos termos” (PEREIRA, 2018, p. 29), pretendendo entender como uma sociedade se apropria de novos saberes.

Ademais, outra Teoria de extrema relevância foi a cunhada pelo grupo liderado por Cabré que afirma serem os *termos* também *palavras* (da língua comum, não-especializada), itens lexicais com distintas funções; embora nem todas as palavras sejam termos; trazendo, assim, a Terminologia para dentro da Linguística.

Mas mesmo a criadora da TCT acreditava na existência de “uma ciência universal”, pois falava em uma Hematologia, uma Biologia e não em saberes múltiplos a depender dos vários povos humanos.

De qualquer modo, vale ressaltar que:

[...] Um dos pontos importantes da TCT é a ênfase na análise das unidades terminológicas em seu uso real. Trata-se de uma abordagem descritiva, que se opõe à análise wüsteriana, visto que esta partia de uma idealização dos conceitos para a prescrição de termos. Nesse tipo de análise descritiva, conforme Cabré, observa-se que “os dados terminológicos (...) são menos sistemáticos, menos unívocos e menos universais que os observados por Wüster em seu corpus normalizado” (CABRÉ, 2006). Na TCT, existe uma valorização do componente linguístico, uma vez que a Terminologia é integrada ao estudo do léxico. As unidades terminológicas são, agora, consideradas como signos linguísticos e como pertencentes às línguas naturais. Dessa

forma, as unidades terminológicas fazem parte da gramática de uma língua e têm, assim, propriedades de unidades linguísticas. Além disso, as unidades terminológicas não são concebidas como unidades essencialmente distintas das palavras; elas são tratadas como valores especializados das unidades lexicais de uma língua, ou seja, uma unidade lexical não é em si nem terminológica nem não terminológica: ela pode adquirir valor terminológico (CABRÉ, 2006). (MELO DE OLIVERIA, 2011, p. 311).

Ou seja, como expõe Pereira (2018), não existiria na ótica da TCT, pelo menos não de saída, uma oposição entre *termo* e *palavra* (até porque ambos estariam sob a égide de um único sistema linguístico, o português, no nosso caso), mas – em vez disso - haveria signos linguísticos que – a depender da situação de comunicação- se realizariam como termos ou como palavras, sendo que os primeiros estariam sob a égide de um contexto temático, de um mapa conceitual específico, dentro do qual ocupariam um lugar preciso que determinaria seu significado.

Além disso, para a TCT, os *termos* – em virtude de seu caráter de *poliedricidade* (na medida em que abrangem questões denominativas, cognitivas e funcionais)- teriam não apenas uma função representativa, como também comunicativa, na medida em que fariam parte de uma linguagem real, de características pragmáticas relacionadas a uma atividade que – como postula Cabré (1999)-, em vez de ser unívoca, estática, apartada da língua real *in vitro* é viva, mutável (*in vivo*). Em certa medida, nosso posicionamento se aproxima com o explicitado nesse parágrafo. Uma das poucas distinções se refere ao fato de que não consideramos que haja uma única Biologia Universal e nem que nossos saberes sejam a Ciência, mas sim que haja várias “ciências” a depender do povo em estudo.

De todo o modo, feitas essas considerações, pode-se entender porque Fargetti (2018), após muitos anos de reflexão sobre metodologias adequadas para o estudo de línguas minoritárias como línguas indígenas, denominou os estudos por ela encabeçados e propostos de “Terminologia” Etnográfica. O substantivo vem do fato das pesquisas abordarem campos de saber juruna (tribo indígena do Xingu) específicos e o adjetivo *etnográfica* advém dos passos para tentar se entender o outro. Para a autora, em pesquisas da área, seriam necessárias a gravação do conhecimento tradicional (seja em áudio ou vídeo) e posterior transcrição, num verdadeiro diálogo entre especialistas: entre um linguista e alguém da comunidade em questão conhecedor do tema em estudo e que seja indicado e autorizado pela própria comunidade a falar sobre esse assunto. (FARGETTI, 2018).

Aliás, cabe ressaltar que, na ótica da referida linguista, seria possível falar em Terminologias para o estudo do léxico das línguas indígenas brasileiras, pois:

Apesar de reconhecer esse caráter um tanto holístico dos conhecimentos indígenas, a autora não concorda com o posicionamento de que esses saberes sejam “não-científicos” e completamente indivisíveis, primeiro porque nossa orientadora questiona a existência de uma Ciência Universal (em vez disso, ela fala em “ciências”) e segundo porque, em sua opinião, haveria línguas de especificidade entre esses saberes indígenas (tão relevantes quanto os nossos), pois há pessoas nessas comunidades que são especialistas em plantas medicinais, outros são profundos conhecedores dos mitos e danças, outros das aves, plantas comestíveis, outros da música e assim sucessivamente. E é exatamente por isso que a pesquisadora

considera que o estudo de âmbitos temáticos específicos dessas “ciências” indígenas torna possível se pensar numa subárea da Terminologia por ela denominada “Terminologia Etnográfica” [...] Mas diferente da posição da Teoria Geral da Terminologia de Wüster, que postula a monossemicidade do termo, alocando-o assim fora das línguas naturais, Fargetti (2015) [...] aproxima-se mais da Teoria Comunicativa da Terminologia de Cabret, no que concerne à “polissemia constitutiva” do termo, segundo a qual os termos seriam sim integrantes da língua geral, embora possam adquirir um sentido distinto das palavras, quando inseridos em dado contexto específico. [...] Para estudos sobre o léxico que culminem em propostas lexicográficas, a TE não verá outra possibilidade senão descrições culturais detalhadas das entradas, até porque entre línguas diferentes não há sinônimos perfeitos [...] (MATEUS, 2017, p. 27-28).

Em resumos, são esses os principais conceitos e teorias que embasarão nossa análise crítica e metalinguística a um campo semântico específico e especializado da obra terminográfica de Ilhering (2002): os estudos sobre os insetos.

Antes de apresentar tal análise, tratamos, a seguir, dos métodos adotados para coleta e interpretação analítica dos verbetes sobre tais animais hexápodes.

## **METODOLOGIA DE TRABALHO**

Nesta seção, objetivamos discorrer sobre quais foram os materiais e métodos desta pesquisa.

Com relação às etapas da pesquisa em questão, pode-se dizer que a primeira delas girou em torno da leitura e da elaboração de fichamentos, resenhas e resumos de bibliografia (exposta anteriormente) referente às áreas com as quais nossas investigações estabeleciam interfaces e/ou das quais retirávamos contribuições de natureza teórica.

Concomitantemente a isso, pelas justificativas exploradas na primeira seção deste texto, escolhemos investigar o campo semântico dos insetos e, para tanto, tomamos como corpus o *Dicionário dos Animais do Brasil* de Ilhering (2002).

Partimos, assim, para a leitura da referida obra terminográfica, tentando averiguar de que maneira ela se estruturava, se havia elementos anteriores e posteriores ao corpo propriamente dito de verbetes. Um desses elementos é uma seção em que se especificam por filios os itens lexicais registrados terminograficamente. Baseando-nos na parte *insetos* de tal seção (exposta na Figura 2 abaixo), retornamos ao corpo do “dicionário” e escaneamos – com o auxílio do aplicativo para smartphones CamScan – cada uma das páginas em que aparecia um verbete sobre insetos, além das partes que compunham o *front* e o *back matter*.

O resultado desse escaneamento gerou um arquivo .pdf do qual foram recortados os verbetes da área lexical entomológica. Cada um deles passou a compor uma imagem de extensão .jpg. Cabe ressaltar que verbetes que abrangiam mais de uma página foram editados de modo a figurarem em uma única imagem – o que facilitaria nossa análise.

Todo o processo de recorte e edição das imagens foi realizado com auxílio do software computacional Macromedia Fireworks 8.0.

Para organizar estas imagens, foram criadas três pastas, “Back Matter”, “Front Matter” e “Obra em si”. Nesta última, havia ainda duas sub-pastas: “Animais em geral” e “Insetos”. Na primeira delas, foram alocados os verbetes que apareciam para definir os filios de modo geral. Já na segunda, além do cerne do nosso material de análise, houve necessidade de criar uma outra pasta denominada “Homo-Itens”, uma vez que a leitura inicial da obra mostrou que havia verbetes diferentes que tinham os mesmos significantes, mas com significados mais ou menos distintos. Como nem sempre a distinção entre homonímia e polissemia é tão clara (e não está especificada a concepção do autor frente a esses elementos), preferimos a nomeação “homo-itens” a fim de não estabelecer uma categorização errônea.

Além disso, como uma fase final, passamos à leitura e análise das imagens e o resultado de tal processo encontra-se descrito a seguir.

## OS INSETOS NO DICIONÁRIO DE ANIMAIS DO BRASIL

Nesta seção, apresentamos as análises propriamente ditas dos dados colhidos. Embora nosso enfoque seja como os integrantes da classe *Insecta* são transformados em verbetes, consideramos que nossas asserções ficariam muito rasas caso não falássemos nada acerca do conglomerado textual chamado por seu autor de “Dicionário” no qual os insetos enquanto termos e entradas se inserem.

Por isso, iniciamos dizendo que, por meio da metodologia explicitada anteriormente, pudemos coletar mais de 430 imagens referentes a entradas sobre insetos, sendo que em 23 dessas há questões de identidade formal entre dois ou mais verbetes para denominar animais distintos. São esses os casos de *arlequim* (comentado abaixo), *barbeiro* (para um ‘percevejo’ e um ‘peixe’), *boca-torta* (designativo de uma sardinha e de uma vespa), *borboleta* (usado tanto para o inseto lepidóptero quanto para um peixe pequeno da Bahia e um tipo de arraia), *borrachudo* (tipo de mosquito ou larva do percevejo conhecido como barbeiro), *cabeçote* (forma usada no nordeste para designar certos cupins e, em outros contextos sociolinguísticos, para nomear girinos), *caga-fogo* (vaga-lume, formiga-lava-pés ou a abelha *Trigona caga-fogo* da família *Meliponidae*), *casculo* (peixe de água doce e, em Portugal, um besouro), *cigana* (a popularmente conhecida como ‘formiga-açucareira’ ou uma ave da família *Opisthocomidae*) *cigarra* (uma certa ave, epíteto de *louva-a-deus* em Portugal, certo crustáceo isópode e também o inseto em questão cujo canto é bem característico), *coró* (nome de larvas de alguns besouros e de um peixe marítimo), *frade* (grilo-toupeira ou paru-da-pedra), *joaninha* (peixe de água doce ou um pequeno besouro coccinelídeo), *lagarta-de-fogo* (equivalente de taturana e das larvas e fêmeas sem asas de certos besouros fosforescentes), *macaco* (peixe marítimo, grilo-toupeira, símio primata antropoide), *mutuca* (mututuca, espécie de moscas), *perereca* (para o anfíbio anuro aparentado dos sapos, também usado no Rio Grande do Norte e no Ceará para se referir a muriçocas), *rola* (broca da raiz do algodoeiro ou pomba), *soldado* (peixe de água doce também conhecido como tambuatá, peixe marítimo aparentado do paru-das-pedras, certos gafanhotos (na Bahia e em Minas Gerais) ou o pássaro também chamado de melro), *suçuarana* (onça-parda ou lagarta urticante conhecida como taturana), *taoca* (um tipo de formiga ou peixe marítimo da família *Ostracionidae*), *trem-treme* (arraia-elétrica também



Como se pode notar pelas imagens trazidas acima, Ilhering (2002) trata não apenas de unidades simples, mas também das complexas e das compostas.

Antes de falar sobre tais questões, cabe dizer que a referida obra – para o próprio autor na página 14- fica num meio termo, pois há uma explicitação de curiosidades acerca de animais em alguns verbetes nos quais apenas comenta questões de variação fonética regional de nomeação da entrada com pequenos comentários e, em outros – na verdade a maioria-, são trazidas mais especificações científicas.

Mas, a nosso ver, embora falte mesmo uma unicidade inclusive nesse intuito, tal produção estaria mais próxima de uma Terminografia (ou de um vocabulário) na medida em que, apesar de apresentar os nomes não técnicos (os “vulgares” no sentido de comuns dos animais) como entrada, a fim de que falantes não especialistas consigam ter um léxico compartilhado por onde entrar na pesquisa, acaba trazendo para eles algumas descrições que anseiam abarcar descrições científicas no que se refere à anatomia, ciclo de vida e também hábitos dos espécimes.

Ademais, os verbetes que enfocamos nesta seção, configuram uma área de especialidade de estudos, já que há uma matriz específica da Zoologia (a Entomologia) que é responsável por estudar e documentar insetos, sendo a própria Zoologia outra grande área de especialidade. Justamente por tal fato, acabamos falando de Terminologia na seção de Embasamento Teórico.

Além disso, é uma obra monolíngue com entradas e suas respectivas descrições somente em português. Vale esclarecer que a presença de elementos em latim para se referir às famílias e demais sub-especificações taxonômicas não configura uma terminografia bilíngue porque eles não aparecem para todos os verbetes e não se trata de equivalentes da nossa língua para a dos romanos e nem o contrário. Essa outra nomenclatura taxonômica pertence à tradição da área de especialidade da Biologia (que, inclusive, não se restringe ao Português), até porque – lembrando a imbricação entre língua e cultura da sociedade que a fala- talvez alguns dos espécimes presentes aqui não tivessem como habitat o solo romano na Antiguidade e, mesmo que tivessem, muito provavelmente, esses mesmos romanos, frente a animais de mesma espécie e de taxonomia próxima ou até mesmo idêntica, não utilizassem os mesmos elementos linguísticos que os nossos especialistas para os designar.

Na página 9, se afirma que essa obra de consulta foi feita para “servir tanto a leigos quanto para doutores” em Zoologia (ILHERING, 2002, p. 9). Apesar de explicitar para qual público ela idealmente foi endereçada, não há nenhuma menção de qual seria especificamente a função para a qual ela foi produzida e pensada para auxiliar, e, pelo que já se comentou nas seções anteriores, nenhuma obra pode servir ao mesmo tempo e de maneira equivalente para especialistas e não-especialistas, haja vista que, inclusive, o que os levará a consultá-la são necessidades distintas, além do que são utilizadas expressões muito especializadas para as definições das entradas (para as quais não aparece nenhuma explicação), como “ortóptero”, “díptero muscideo”, “élitros”, que são desconhecidas do público geral. Para que realmente a obra conseguisse atingir de modo satisfatório um público leigo seria relevante controlar o vocabulário inclusive das definições e até mesmo acrescentar uma seção pré ou pós textual, por assim dizer, colocando no *back* ou no *front*

*matter* uma lista explicativa de itens como os referenciados anteriormente, mas isso não está presente no nosso objeto de pesquisa.

Além disso, afirmar que qualquer obra sobre léxico possa ser útil a qualquer público, em nossa ótica, é tão problemático quanto postular que um determinado “dicionário” bilíngue foi elaborado para servir tanto para a produção quanto para a compreensão nas duas línguas neles trazidas - o que é praticamente inimaginável, haja vista que, como afirma Nadin da Silva (2018), ou sobrarão ou faltarão informações.

Ora, como confirma Duran (2008), a direção L1- L2 a priori e idealmente poderia servir ou ativamente para o falante de língua L1 escrever na L2 ou, passivamente, para que o falante de L2 compreenda um texto em L1; da mesma forma que a direção L2-L1 deveria ser pensada ou para um falante de L1 compreender a L2 (sendo, assim, uma obra passiva) ou para ser usada de maneira ativa com o falante de L2 pensado como um consulente que precisa realizar uma produção escrita em português. Contudo, tal qual corrobora Nadin da Silva (2018), em vez de em um, isso deveria resultar em quatro dicionários diferentes, na medida em que as necessidades de uso são distintas. Se estivéssemos diante de um dicionário bilíngue de alguma língua indígena brasileira e de português, por exemplo, um indígena da etnia cuja língua está na obra para entender um texto em português precisaria de menos informação microestrutural que um brasileiro que fosse escrever na língua indígena, pois o primeiro já tem as colocações dos itens na frase, as flexões de gênero, número (para nomes) e tempo, modo, aspecto, número e pessoa (para verbos) já no texto que precisa interpretar; e o segundo precisa pensar em todas essas questões que, para ele, não estão dadas.

Mas voltando aos nossos comentários sobre a seção de apresentação da obra de Ilhering (2002), nela é dito que certas alterações nos nomes de gêneros e da família de alguns dos animais não constam na obra, mas que isso não seria um “problema” porque eles seriam “desnecessários” para o leigo e “completamente conhecidos” dos especialistas.

A nosso ver, essa última declaração é um tanto quanto descabida e, na verdade, só traz argumentos para o que afirmamos dois parágrafos acima, pois se esses nomes taxonômicos são desnecessários para leigos, eles são uma informação que para esses não-especialistas sobra por ser irrelevante e, caso fosse um produto realmente adequado às suas necessidades, tal informação não constaria de modo algum.

Além disso, como já dissemos, há sub-especialidades dentro da Biologia e um botânico não conhece necessariamente todas as inovações na nomenclatura taxonômica da ictiologia e nem um entomólogo conhece todas as novas propostas de chaves dicotômicas para classificar os aracnídeos, ficando mais interessados em se atualizar constantemente em seu campo de atuação e não em todas as vertentes da Grande área a que seu trabalho pertence. Para fazer um símile com a área da Linguística, seria o mesmo que pensar que um sintaxista necessariamente sabe de todas as novas teorias na área do discurso. Isso pode acontecer, mas não é uma relação de implicação necessária.

De qualquer modo, no que concerne à (hiper)estrutura da produção de Ilhering (2002), para retomar Nadin da Silva (2018), a obra em questão apresenta uma parte inicial (*front matter*) na qual se faz uma breve apresentação do autor (que foi escritor, pesquisador, zoólogo e servidor público). Em seguida, há um prefácio (p. 9-12), uma introdução (p. 13-

26) e um quadro sinótico com especificações dos grupos de animais encontrados em solo brasileiro.

Seguem ilustrações de cada um dos filios (p. 30-59). O corpo propriamente dito (a “terminografia” de consulta em si) inicia-se na página 61 indo até a 538. Nele, há ilustrações para alguns verbetes, mas não para todos. Quanto à macroestrutura, as entradas são organizadas alfabeticamente, mas não em campos semânticos e, embora não exista uma seção intitulada bibliografia, se faz referência ao corpus de onde foram tiradas as informações para compor os verbetes, é dito que, na verdade, elas vieram de muitos anos de levantamento de materiais por parte do autor e da leitura de várias produções da área (para as quais não aparecem as datas de produção) como a análise de *Nomes de aves em língua tupi* de Garcia (2013), *a Pesca na Amazônia* de Veríssimo (1970) e *o Catálogo das aves de Portugal* de Seabra (1911), e às modificações feitas ao dicionário *Candido de Figueiredo* feitas por Taunay (1926).

Acresce que no meio do corpo da obra entre as páginas 288 e 289 há pranchas ilustrativas com imagens dos animais (antas, felinos (onça ou onça-pintada, suçuarana ou onça-parda, jaguatirica ou gato-do-mato-grande), primatas (mico, macaco-da-noite ou miriquiná, mono ou buriqui, macaco-de-cheiro, uacari), guará, lagarto ou teiú, aves de rapina (cancã ou gavião-caipira, urubu-rei jovem, gavião-de-uruá ou caramujeiro, apacanim, harpia), aves aquáticas (socó, arapapá, guará, garça-branca-pequena), psitacídeos (papagaio, guarajuba, araracanga, canindé), pássaros (tangará, cancã, cardela, terê, uirapuru), peixes de água doce (tralhoto, tucunaré, acará-bandeira, lambari, ximburé, piranha, cascudo, apaiari), borboletas e peixes de água salgada (salema, soldado, baiacumirim, jaguareçá, linguado, borboleta)) para as quais há um índice especificativo na página 6. Não existe muita justificativa para a localização e nem para a organização dessas pranchas, pois elas, inclusive, acabam cortando o verbete *jiquitaia* que começa na página 287, mas que só volta a ser complementado na 290.

Além disso, há também – na p. 539, que inicia o *back matter* – uma seção denominada “Indução da desova dos peixes” e, da p. 541 até a 573, um glossário com os nomes científicos e os populares dos animais referenciados.

Por fim, o conjunto textual de Ilhering (2002) contempla, ainda no *back matter*, um “índice das famílias e sub-famílias citadas no texto” (p.575-580) e uma relação de nomes vulgares organizadas por classes.

Analisando agora a estruturação semasiológica da obra, verificamos casos em que ocorrem formas ortograficamente iguais para designar animais distintos. Embora o próprio autor chegue a falar sobre as identidades de significantes para animais distintos (às vezes para animais de filios completamente diferentes), significantes distintos para o léxico geral e para o taxonômico, tal estruturação parece se aliar mais ou ao menos apontar para as concepções da Teoria Geral da Terminologia e parece não considerar ser possível falar em *homônimos* nesses casos, pois não há nenhum tratamento para especificar essa identidade formal (as formas são apenas adicionadas em verbetes distintos uns abaixo dos outros).

Portanto, há uma certa incoerência dessas afirmações com essa estruturação, na medida em que Ilhering na introdução diz que:

Tanto no Rio Grande do Sul como em São Paulo usa-se o mesmo vocábulo para designar certo passarinho; porém o zoólogo verifica que se trata, de fato, de duas espécies distintas do mesmo gênero e que diferem apenas por ligeiras nuances de colorido. Para o povo, trata-se da mesma ave e, portanto, é justo que também o nome seja o mesmo; mas o nome científico difere na designação específica. [...] Acontece, porém, que na Amazônia o mesmo nome usado no Sul é aplicado a um passarinho muito diverso e que não compartilha com aquele nem mesmo afinidades genéticas. (ILHERING, 2002, p. 14).

Mas, apesar de tal declaração, ele concebe uma estrutura que parece não se atentar para os fatos que ele mesmo descreve.

Ao longo de toda a obra, ele vai fazendo declarações como “trata-se de uma pronúncia corrompida”, ou como “[...] o nome dado pelo povo não muda; no entanto, são eles a causa de muitos enganos e a origem de controvérsias pseudo-científicas” (ILHERING, 2002, p. 14). Essa parece ser a concepção por trás de definições como a que se vê abaixo, utilizada para descrever um outro termo usado para se referir a saúvas:

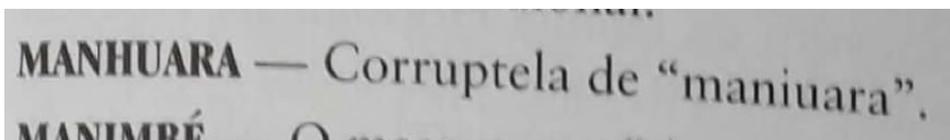


Figura 3: exemplo de definição não muito adequada

Fonte: Ilhering (2002, p. 103-104)

Também se diz que os falantes não especialistas na área da Zoologia seriam responsáveis “por um número considerável de erros e de confusões” (ILHERING, 2002, p. 14). E aqui, o autor não fala somente do estabelecimento de categorias que, com o tempo e o desenvolvimento de pesquisas e/ ou com as mudanças sócio-linguísticas na comunidade de falantes em questão, se mostram problemáticas, porque, como dissemos, há ocasiões em que esse social (seja alguma especialidade científica, sejam os usuários gerais) acaba refazendo-as por elas acabarem se mostrando limitadas, não conseguindo dar conta da realidade concreta. Na verdade, como comprovam verbetes como o que foi apresentado na página anterior (Figura 3), ele também – e parece que sobretudo – está falando de questões de variedades linguísticas não-padrão, aliando-as injustificamente a “erros”, “deturpações”. Ora, nenhuma língua humana é uma e desprovida de variedades e num sentido gerativo, seria *erro* – para uma perspectiva Linguística – apenas uma produção que um falante nativo jamais faria por estar fora da gramática internalizada que ele tem do seu próprio idioma. Se há falantes que articulam as expressões que Ilhering (2002) denomina como “corruptelas”, “corrupções”, essas designações dadas por ele não se sustentam.

Em outros termos, por meio de tais declarações, o autor não só coloca o léxico do sistema geral da língua utilizado por não especialistas como inferior ao referente a áreas de especialidade, como também ignora o caráter mutável e variacionista das línguas

naturais, como também contribuí, mesmo que indiretamente para disseminar preconceitos infundados, pois acaba a todo momento dessa introdução usando itens como “capira” e “selvagens”. Como já afirmamos, há itens mais e menos carregados de aspectos culturais e, infelizmente, os dois itens mencionados anteriormente já foram muito utilizados para desmerecer comunidades. No primeiro caso, para desmerecer produções de várias comunidades linguísticas que, de um viés científico e linguístico, são completamente acertáveis de variedades; dentre elas estariam as paulistas que articulam coisas como um elemento rótico final retroflexo (como em [ˈporta]), mas que acabam sendo vistas como uma “corrupção” de uma língua que seria “superior”. Já no segundo, para desmerecer povos indígenas que etnocentricamente eram vistos como “inferiores” ou “menos evoluídos” em relação à nossa sociedade não-indígena.

Nessa mesma esteira, em alguns verbetes, se diz que os termos da entrada são “denominação indígenas para determinado inseto”, mas não se especifica de qual etnia indígena de qual localidade brasileira se está falando, como se fosse possível reduzir a gama considerável de povos indígenas brasileiros distintos entre si (por questões linguístico-culturais) à uma única imagem, que na verdade, é um personagem que inexistente na realidade empírica, personagem que, aliás, como havíamos discutido em Mateus (2017), já foi muito descrito preconceituosa, injusta e injustificadamente como “violento”, “preguiçoso”, “selvagem”, “primitivo” e que “deveria se civilizar em prol do desenvolvimento de nosso país”.

Há também casos como o de *samborá* (na página 450), nos quais ele afirma que a palavra-entrada seria uma pronúncia do “dialeto caipira” e remete o usuário a “ver também *saburá* e *samora*”. Não só não ficam claros quais os semas por trás da entrada, e qual a variedade de português ele está designando como “caipira”, como também – na esteira do que afirma Rodrigues (2015)- o uso de “dialeto” não é muito adequado, na medida em que isso já foi uma taxação para menosprezar variedades linguísticas ou línguas minoritárias e não-oficiais nos períodos de colonização, sobretudo em países africanos e tirar delas o status de língua, de sistema linguístico eficiente, como se fosse algo completamente assistemático e, por isso, “inferior” ao idioma do colonizador.

Além disso, em vez de tomar apenas um desses três itens como entrada de um único verbete, deixando os outros dois como especificações de variedades a frente da entrada desse verbete (algo como “**samborá** var. *saburá*; *samora*”) nele já colocando as informações que aparecem na figura abaixo, o que o autor faz é relativamente problemático na medida em que a ausência de informações microestruturais leva o consulente a uma busca circular, pois de *samborá* ele terá que ir até *saburá* no qual se lê apenas “Na Amazônia, significa o mesmo que samorá no Brasil Meridional” (ILHERING, 2002, p. 443) e depois até *samora* para entender o significado de *samborá*:

**SAMORA** ou “samorá” — Na Amazônia a pronúncia é “saborá” e em tupi puro “saborá” (ou também *teborá* ou *heborá* em guarani). É a mistura de pólen com mel, que as abelhas indígenas (*Meliponídeos*) armazenam em potes especiais. Antes que a rainha ponha o ovo na célula, as obreiras aí colocam certa quantidade dessa samora, que será a ração suficiente para que a larva se alimente até transformar-se em ninfa. Em estando a célula provida de samora e ovo, as obreiras fecham-na com a tampa de cera, que só o inseto desenvolvido irá abrir, quando, depois de ter completado toda a metamorfose, tiver de abandonar a célula em que se criou.

Figura 4: verbete samora

Fonte: Ilhering (2002, p. 450)

Por um lado, pelo exposto na seção de Aporte Teórico, não concordamos com a inexistência de *homônimos* mesmo para a área Terminológica, até em razão de acreditarmos que a Zoologia – apesar de ser um setor da Biologia (grande área de estudos dos seres vivos)- é sim uma área específica, mas, ao mesmo tempo, enquanto ciência mais geral de estudo dos animais abrangeria sub-especificações como a Entomologia (estudo de insetos), a Ornitologia (estudo de aves) e a Ictiologia (averiguação científica dos hábitos, características morfo-anatômicas, ecológicas dos peixes) e, por vezes, itens que designam objetos de estudo de uma dessas sub-especificações acabam tendo o mesmo nome de outros espécimes de outros filios, reinos, espécies e que são estudados por outras áreas.

Aliás, a própria organização alfabética dos lemas trazida por Ilhering (2002), possivelmente foi pensada para idealmente facilitar a consulta de um usuário que conheça determinada realização linguística, mas que não saiba a que campo semântico ela pertença. Obviamente, não será tão útil assim ao consulente que conheça o significado do verbete (no caso, saiba a que tipo de animal se refere (se um anfíbio, um réptil)), e necessite de especificações quanto aos hábitos ou à morfologia do referido animal. Talvez para esse, fosse mais adequado um viés onomasiológico e, mesmo assim, a lista final de animais divididos por classes que pospõe o cerne da nomenclatura (conjunto de lemas) já facilitaria sua pesquisa.

Contudo, cremos que, sobretudo para casos em que dois ou mais termos referentes a animais de classes distintas têm o mesmo nome, seria relevante principalmente para o segundo usuário que detém o significado básico do termo, mas quer mais informações sobre ele, organizar cada um desses elementos com números sequenciados e sobrescritos e, na frente da entrada, adicionar em que sub-área zoológica tal elemento poderia ser alocado, pois isso otimizaria a consulta, na medida em que o consulente focaria sua atenção apenas ao animal específico para o qual está buscando especificações.

Exemplificando, por meio da página 89 da obra em questão, ficamos sabendo que tanto um dado besouro quanto um canário podem ser denominados de *arlequim*. Provavelmente, essa realização formal faça referência à personagem das comédias que usava roupas coloridas normalmente em forma de losangos, sendo que alguns deles eram vermelho-alaranjados. Essa significação está – em certa medida- presente para ambos os animais, pois o corpo do primeiro é preto com desenhos prateados e, em algumas regiões, avermelhados; e, para o segundo, há uma coloração híbrida (mas quase sempre com um laranja ou vermelho predominante) em virtude de ele ser o resultado do cruzamento de duas

espécies distintas de aves, o canário-da-terra e o canário-do-reino. Em razão disso, esse é um dos casos em que não conseguimos chegar a uma definição cabal se estaríamos diante de dois integrantes distintos ou se há um único item do léxico especializado com mais de uma acepção, pois há argumentos possíveis para os dois posicionamentos – o que os deixa numa posição um tanto não-prototípica e intermediária entre os extremos prototípicos de *polissemia* e *homonímia*, apesar de acreditarmos que esse caso representaria um elemento muito mais homonímico que polissêmico, pois, a despeito de os dois verbetes encontrados terem semas em comum (essa questão de coloração híbrida), *arlequim* em cada caso aponta para referentes extra-linguísticos distintos.

De qualquer modo, seria, em nosso ver, pelo exposto acima, muito relevante marcar tais itens como “**ARLEQUIM**<sup>1</sup> *entomologia* besouro coleóptero da família *Cerambycidae*, *Acrocinus longimanus* cujo corpo tem a coloração fundamentalmente preta, mas com mosaicos irregulares, cinzento-prateadas e em parte recobertos por uma coloração vermelho-tijolo, cuja larva vive em jaqueiras e figueiras” e “**ARLEQUIM**<sup>2</sup> *ornitologia* ave canária híbrida originada do cruzamento do canário-da-terra com o canário-do-reino”.

Ainda nesse intuito de otimização, seria positivo ilustrar casos com os descritos no parágrafo anterior com imagens e direcioná-las adequadamente (e infelizmente muitos deles não o são no *Dicionário de animais do Brasil*), pois, assim, o usuário já num primeiro contato visual identificaria qual o referente da entrada. Claro que isso implicaria numa certa redundância (caso a descrição fosse clara, apesar de sucinta), mas – como explicitado acima- a *redundância* também é uma característica da maioria dos materiais que reduzem o léxico a verbetes e tal procedimento seria muito menos redundante e muito mais produtivo que ilustrar termos que designam animais largamente conhecidos em nossa sociedade pelos falantes nativos de português, como faz o autor aqui analisado, ao apresentar uma imagem para barata:

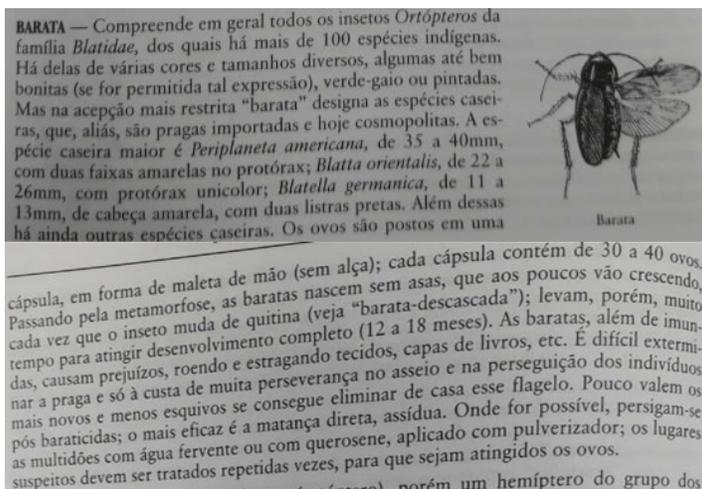


Figura 5: Verboete barata

Fonte: Ilhering (2002, p. 103-104)

Claro que para um estrangeiro, talvez fosse interessante apresentar a imagem de todas as entradas, mas isso iria contra um outro elemento de obras como as descritas aqui: a condensação, sendo que existe um espaço delimitado para alocar as informações em cada verbete e, às vezes, um número limite de páginas para o livro enquanto projeto textual em sua totalidade.

De qualquer forma, nossas propostas anteriores se justificam inclusive porque há verbetes que se resumem – de maneira pouco condensadora e um tanto quanto desnecessariamente redundante- a instruções remissivas ou a comentários indicativos de que se trata de uma pronúncia variante de uma outra entrada (e isso poderia estar contido dentro de um único verbete):

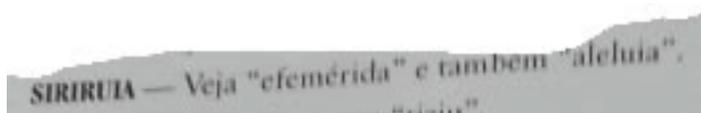


Figura 6: exemplificação de verbete restrito a remissiva e comentário de formas variantes

Fonte: Ilhering (2002, p. 466)

Acresce que essa característica micro-estrutural, às vezes, acaba levando a problemas de referência para os casos em que há identidade formal para mais de uma entrada.

Em “tesoureiro”, por exemplo, é possível ler apenas “Veja tesoura”, mas para o consulente, ao ir procurar o referido item, pelo menos num primeiro momento, fica a dúvida de a qual *tesoura* essa indicação se refere porque há três (uma delas referente ao inseto também conhecido como *tesourinha*). Isso poderia ser evitado caso todos fossem numerados porque, assim, a própria remissiva já viria com tal numeração. Mas não é essa a realidade da obra porque, ao recorrer a ela, esse mesmo consulente teria que ler todos os três verbetes até perceber, pela indicação presente na frente da entrada do terceiro deles, que é este que também é chamado de “tesoureiro”, caso ele já soubesse o animal assim chamado. Caso contrário, sua busca não retornaria nenhum resultado efetivo:

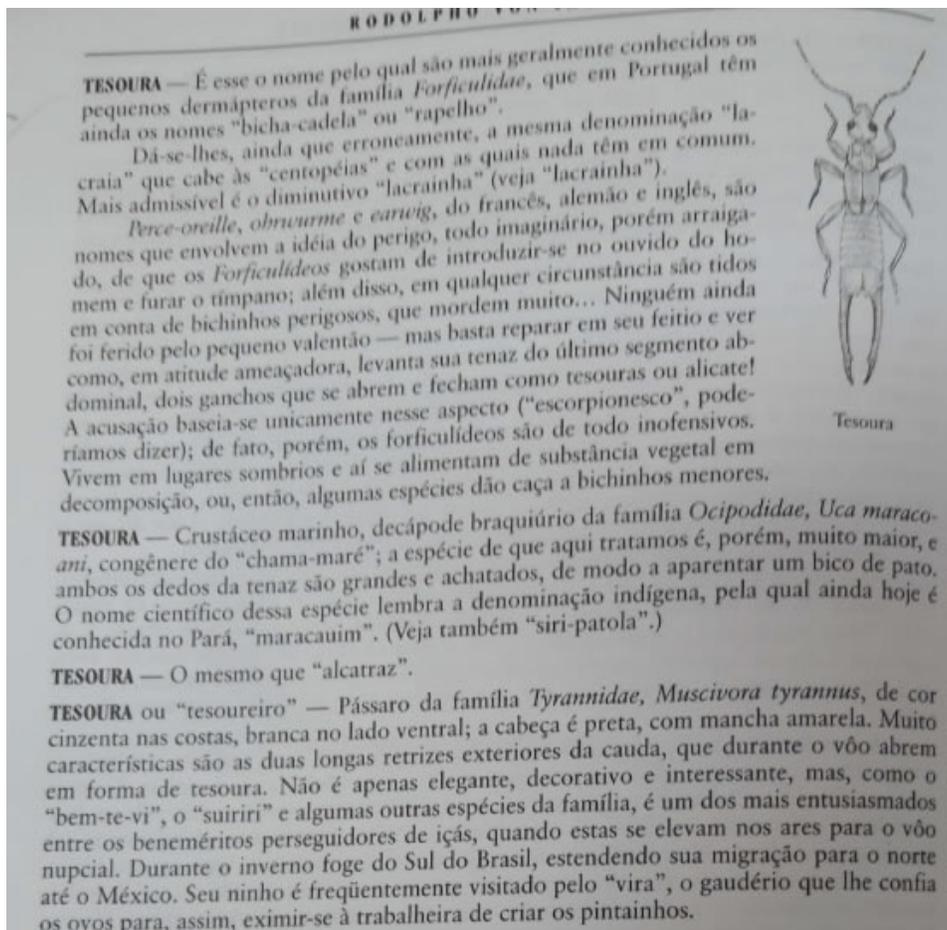


Figura 7: exemplo de dubiedade quanto ao direcionamento da indicação dada por remissiva

Fonte: Ilhering (2002, p. 494)

Aliás, ainda no quesito ilustrações, há um ponto deficitário na composição que por nós está sendo analisada, haja vista que – embora todas sejam legendadas - existe um problema de direcionamento (mesmo com essa legenda), já que muitas invadem o espaço de outros verbetes, como ocorre respectivamente nas páginas 151 e 505 para os elementos *cantárida* e *traça-dos-livros*. Ou seja, as legendas abaixo das imagens até amenizam essa questão, mas, de qualquer modo, os limites dos verbetes deveriam estar melhor delimitados como se pode notar pelas figuras que seguem:

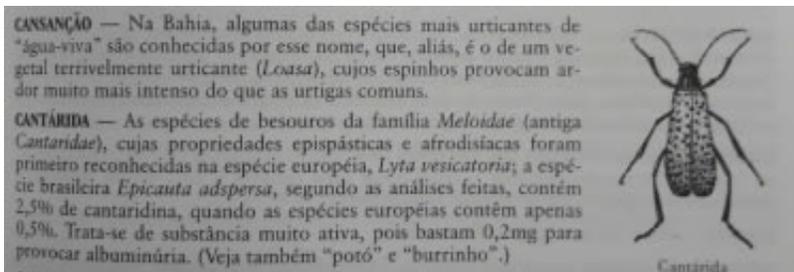


Figura 8: exemplo de dubiedade quanto ao direcionamento de imagem ilustrativa

Fonte: Ilhering (2002, p. 151)

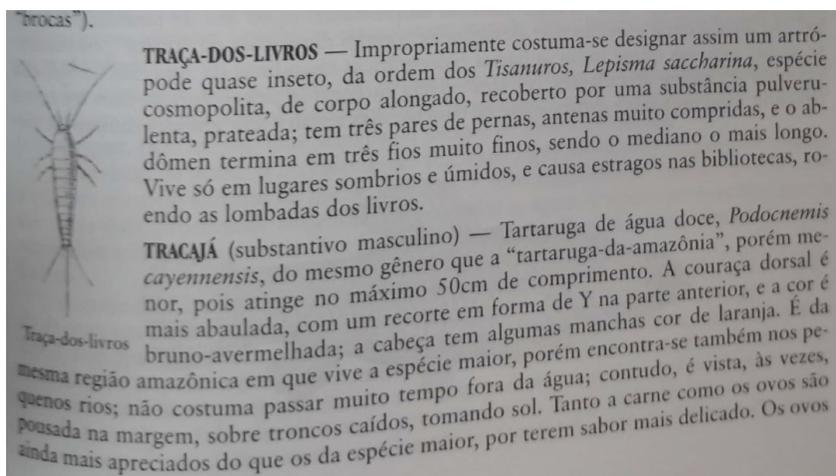


Figura 9: exemplo de dubiedade quanto ao direcionamento de imagem ilustrativa

Fonte: Ilhering (2002, p. 505)

Vale ressaltar aqui que a marcação de classe gramatical e gênero em TRACAJÁ é um exemplo esporádico que praticamente inexistente na obra.

Além disso, embora, como já afirmamos, a lista de termos encabeçados pelos nomes populares de insetos não seja diminuta, não existe uniformidade nos componentes microestruturais de cada verbete, haja vista que alguns são muito limitados (pois nos quais constam apenas as já mencionadas remissivas ou expressões como “pronúncia distinta de...”), enquanto outros se iniciam pelo verbo ser, por hiperônimos como “espécie de abelha” (sejam por aqueles que tradicionalmente configuram gêneros próximos que serão limitados por posteriores diferenças específicas ou não) e/ ou são altamente detalhados e extensos (partindo, inclusive, para algo mais enciclopédico), com descrições de hábitos, ciclo de vida e também habitats do espécime da entrada, tal qual ocorre com o verbete a seguir:

**BICHO-DAS-FRUTAS** — Larvas das moscas da família *Tripaneidae*; *Ceratitis capitata*, *Anastrepha fraterculus*, *A. obliqua grandis* e várias outras deste último gênero. A fêmea põe os ovos na fruta ainda em desenvolvimento (pêssego, goiaba, laranja, ameixa, etc.) e as larvas, à medida que se desenvolvem, vão carcomendo toda a polpa. Quando a fruta cai ao chão, as larvas enterram-se em pequena profundidade e formam seu casulo, que é pardacento-avermelhado. As espécies de moscas acima mencionadas assemelham-se um tanto; do-avermelhado. As espécies de moscas acima mencionadas assemelham-se um tanto; do-avermelhado. As espécies de moscas acima mencionadas assemelham-se um tanto; do-avermelhado. As espécies de moscas acima mencionadas assemelham-se um tanto; do-avermelhado.

ponto, a excessiva proliferação da praga. Contudo, não é eficaz a atuação desses nossos auxiliares, devido à sua pouca difusão, e tanto é assim que hoje, por todo o Brasil, é raro o pêssego ou a goiaba sem bichos. Quem quiser cuidar de seu pomar deve juntar diariamente as frutas caídas, para não deixar as larvas completarem sua metamorfose. E, em vez de destruir essas frutas (com o que se matam a larva da mosca e a do parasita útil também), deve colocar tudo em caixas com tela, cujos fios distem apenas 2mm um do outro, para que os parasitas que se desenvolvem possam fugir pelas malhas e as moscas, muito maiores, morram na prisão. Também na cereja do café o “bicho-das-frutas” se desenvolve bem; aí, porém, não causa dano à semente, pois a larva só se alimenta da polpa; ainda assim, o fazendeiro é lesado, pois que em geral várias larvas vivem na mesma cereja, carcomendo a polpa e desvalorizando assim a palha, que chega a perder metade do peso. A praga, que tende a intensificar-se cada vez mais, deve, pois, ser combatida, para valorizar a palha como adubo.

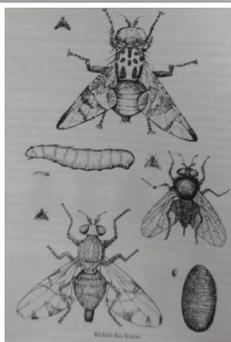


Figura 10: exemplo de definição que se inicia por hiperônimo com descrições do animal

Fonte: Ilhering (2002, p. 115-116)

O próprio verbete Inseto tem mais de quatro páginas. Claro que nenhuma definição aqui não fala de conectores linguísticos e sim de substantivos, elementos altamente referenciais. Apesar disso, há algumas definições um tanto quanto mistas que se iniciam metalinguisticamente, na nomenclatura de Borges (1982), porque apresentam fórmulas como “essa denominação abrange tais e tais insetos”, ou elementos como “dá-se esse nome a”, “é palavra de origem indígena”, mas que depois acabam apresentando espécies de séries e/ou detalhes enciclopédicos, como exemplificam as duas figuras que seguem:

**CABA** — É palavra indígena, que designa as vespas em geral. Com o acréscimo de vários qualificativos a esse radical, formaram-se as denominações de determinadas espécies: cabuçu ou "capuxu", cabacininga ou "caçununga"; cabamoati ou "camoatim"; cabapiranga ou cibapitã, que deu "cavapitã". Nos estados do Sul o qualificativo é anteposto: beijucaba, taticaba, taticava, tapiu-caua (repare-se nas variantes *b*, *i*, *u*, na palavra "caba"), ao passo que nos brasileirismos do Norte "caba" funciona como palavra brasileira, equivalente a vespa ou marimbondo: caba (ou vespa) tatu, caba-cega, etc.

A mais rica coleção de nomes específicos de vespas em tupi encontramos na lenda relatada por Barbosa Rodrigues (*Miryakitan*, vol. I, p. 36, e *Poranduba Amazonense*, p. 308): tapiucaua, tambatiacaua, taconhacaua, meiucaua, taticaua, urubucaua, aturacaua, taurocaua, mbeiucaua (beijucaba), iaticaua. Na mesma lista figura, e em primeiro lugar, a "mamangau" (ou será maman-caua?), étimo interessante para documentar a origem da palavra "mamangaba" (veja "mamangaba").

Figura 11: exemplo de definição que se inicia de modo metalinguístico

Fonte: Ilhering (2002, p. 133)

**BURRINHO** — No Sul do Brasil dá-se esse nome às "vaquinhas" (veja "vaquinha") da família *Meloidae*, da qual fazem parte as "cantáridas", gênero *Epicauta spp* (*Coleoptera*, *Meloidae*), *Epicauta montei* (burrinho da pimenteira) e *Epicauta atomaria* (burrinho das solanáceas), que atacam a folhagem das solanáceas (batata-inglesa e pimenteira).

Figura 12: exemplo de definição que se inicia de modo metalinguístico e que também apresenta uma seriação

Fonte: Ilhering (2002, p. 133)

Aliás, sem muita justificativa, não existem verbetes para descrever todos os grupos de animais. Não existe verbete para mamífero, nem para anfíbios, equinodermos, aracnídeos (nem o que ele chama de arcnóides), celentéreos, crustáceos, vermes. Mas existe um verbete aves (na verdade aves e pássaros), outro para peixes e suas (sub-especificações), moluscos, insetos (que aliás é enorme, abrangendo mais de quatro páginas), miriápodes e protozoários.

Cabe ressaltar ainda que Ilhering (2002), a nosso ver pecando novamente contra a condensação, acaba se distanciando da tradição lexicográfica ocidental que reduzia a uma única forma todas as realizações flexionais de um paradigma (no caso de nomes costuma-se escolher o masculino singular e no de verbos, o infinitivo impessoal), em casos em que coloca em verbetes distintos e separados sub-denominações do mesmo animal, aos quais aparece posposto ou anteposto um outro verbete com o nome do hiperônimo desses animais no plural. É isso que ocorre na página 133, na qual aparecem os verbetes *caba*, *caba-cabaceira*, *caba-camaleão*, *caba-cega*, *caba-mutuca* e *cabapiranga*, sendo que os cinco últimos poderiam ser condensados e organizados como sub-entradas do lema principal *caba*.

Um tanto quanto analogamente a isso, na página 124, consta o verbete *borboleta-de-bando*, para se referir não a animal específico, mas sim ao fenômeno de migração de

certos lepidópteros, ao qual segue um outro cuja entrada está no plural *borboletas*, sendo que este último poderia muito bem ser um verbete principal dentro do qual *borboleta-de-bando* entrasse como sub-entrada:

**BORBOLETA-DE-BANDO** — Interessante fenômeno de migração de *Lepidópteros*, conhecida na Amazônia pela expressão indígena “panapaná” (veja “panapaná”).

**BORBOLETAS** — Denominação vulgar dos lepidópteros ropalóceros, isto é, de hábitos diurnos e com antena clavada (terminada em bolinha oval); na posição de repouso juntam as asas, de modo que só se vê a face inferior das mesmas; as lagartas não tecem casulos de fios de seda, porém ficam abrigadas em uma casquinha que, por ser em algumas espécies reluzente e dourada, teve o nome de origem grega “crisálida” (de ouro). É característico, para cada grupo, o modo como fica suspensa essa crisálida: com a cabeça para cima (*Papilionídeos*) ou para baixo (*Ninfalídeos*) e amarrada por um fio pela cintura (*Pierídeos*). É impossível dizer qualqueres apenas, ao acaso, algumas formas típicas. Bastante comuns são algumas espécies de *Papilio*, nome genérico geralmente conhecido (devido à fantasia do Visconde de Taunay, que no romance *Inocência* fez o naturalista batizar *Papilio innocencieae* a uma espécie imaginária). Caracteriza-se esse gênero por ter as asas anteriores alongadas em ponta oval no ângulo anterior, ao passo que o bordo posterior do segundo par é recortado, de modo a formar várias pontas arredondadas, uma das quais, porém, é estirada, formando às vezes longa fita ou “rabo”. O colorido predominante é preto, com manchas amarelas ou vermelhas, havendo outro grupo de *Papilios* de cor clara, amarela ou mesmo branca, com pouco desenho.

As conhecidas “borboletas azuis”, grandes, belíssimas, que voam vagarosamente pelas clareiras da mata, pertencem ao gênero *Morpho*; algumas são de intensa cor azul, com reflexo de seda e bordos pretos; outras são de um branco amilado, com pontos pretos sub-

Figura 13: exemplo de mais de um verbete que poderia ser reduzido a uma sub-entrada

Fonte: Ilhering (2002, p. 124)

**BORBOLETAS** — Denominação vulgar dos lepidópteros ropalóceros, isto é, de hábitos diurnos e com antena clavada (terminada em bolinha oval); na posição de repouso juntam as asas, de modo que só se vê a face inferior das mesmas; as lagartas não tecem casulos de fios de seda, porém ficam abrigadas em uma casquinha que, por ser em algumas espécies reluzente e dourada, teve o nome de origem grega “crisálida” (de ouro). É característico, para cada grupo, o modo como fica suspensa essa crisálida: com a cabeça para cima (*Papilionídeos*) ou para baixo (*Ninfalídeos*) e amarrada por um fio pela cintura (*Pierídeos*). É impossível dizer qualqueres apenas, ao acaso, algumas formas típicas. Bastante comuns são algumas espécies de *Papilio*, nome genérico geralmente conhecido (devido à fantasia do Visconde de Taunay, que no romance *Inocência* fez o naturalista batizar *Papilio innocencieae* a uma espécie imaginária). Caracteriza-se esse gênero por ter as asas anteriores alongadas em ponta oval no ângulo anterior, ao passo que o bordo posterior do segundo par é recortado, de modo a formar várias pontas arredondadas, uma das quais, porém, é estirada, formando às vezes longa fita ou “rabo”. O colorido predominante é preto, com manchas amarelas ou vermelhas, havendo outro grupo de *Papilios* de cor clara, amarela ou mesmo branca, com pouco desenho.

As conhecidas “borboletas azuis”, grandes, belíssimas, que voam vagarosamente pelas clareiras da mata, pertencem ao gênero *Morpho*; algumas são de intensa cor azul, com reflexo de seda e bordos pretos; outras são de um branco amilado, com pontos pretos sub-



marginais. As borboletas mais comuns, brancas ou amarelas, de dimensões médias, em geral com a parte apical anterior preta, pertencem ao gênero *Pieris* (veja “panapaná”). Os *Ninfalídeos* encerram uma enorme variedade de espécies e das mais bizarras quanto à forma e ao colorido. Entre elas mencionaremos as conhecidas borboletinhas que no lado inferior da asa posterior têm um desenho semelhante a dois algarismos: 80 ou 88 (*Calicore* e *Catagramma*); certas *Ageronias* produzem um estalido quando batem as asas e justamente essas espécies, constituindo exceção à regra geral, mantêm as asas distendidas ao pousar, quando todos os outros ropalóceros, na posição de repouso, juntam as asas a prumo sobre o dorso. Essa exceção tem sua razão de ser: a face superior das asas das borboletas em geral mostra colorido brilhante, que o inseto esconde quando pousa; ao contrário, nas *Ageronias*, essa face das asas imita bem o colorido das cascas das árvores e dos líquens, e, assim, pousando com as asas distendidas, confunde-se com o ambiente (mimetismo).

Poucas são as lagartas de borboletas que constituem praga propriamente dita; as de certos *Pierídeos*, às vezes, danificam as hortaliças; as de *Papilio* preferem as folhas das laranjeiras, sem, contudo, prejudicar grandemente a lavoura. As lagartas mais daninhas são as dos lepidópteros heteróceros (veja “mariposas”).

Figura 14: verbete BOBOLETAS cuja forma de entrada traz a marca morfológica de plural

Fonte: Ilhering (2002, p. 124-125)

Uma última questão a comentar antes de passarmos às conclusões é que seria possível e até recomendável um maior esforço de uniformização dos constituintes

internos de cada verbete. Acreditamos até mesmo que, após a adoção de um único e específico público alvo, como a comunidade especializada, por exemplo, seria positivo que a maior parte possível desses verbetes tivesse uma mesma certa quantidade de informações acerca do comportamento e da anatomia do espécime. E isso não tornaria a obra fastidiosa porque o que popularmente se denomina *dicionário* (sendo que esse item também às vezes é usado pela população em geral como um hiperônimo para qualquer produção que aborde o léxico especializado, especial ou geral) não é um livro tradicional porque não se costuma ler suas páginas em sua totalidade e nem sequencialmente, a menos em casos de situações em que são tomados como objetos de pesquisa. Mas, salvo esses casos excepcionais, quando alguém vai a um dicionário, normalmente não o faz como leitor que foleia e absorve toda a informação de cada página, mas sim como um consultante que precisa sanar alguma dúvida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, inicialmente justificamos a necessidade de pesquisas que abordem o léxico das línguas humanas naturais, bem como o estudo de insetos e apresentamos a referida área das Ciências do Léxico, para, a seguir, partir para a análise da obra de Ilhering (2002).

Foi possível perceber que, embora o material analisado tenha pontos positivos, certas questões um tanto quanto problemáticas são visíveis.

Por um lado, vê-se que há um número considerável de entradas e que algumas de suas definições partem para algo um tanto quanto enciclopédico.

Mas, por outro e mais abundantemente, há pontos deficitários como: problemas quanto à falta de uniformidade dos elementos microestruturais, já que não há uniformidade nos modelos de definição empregadas e, ao mesmo tempo, que alguns verbetes são enormes e apresentam o ciclo de vida do animal e características anatômicas, outros – negativamente – se limitam a remissivas (cujas indicações nem sempre são claras dada a questão da não marcação numérica sobre verbetes diferentes com entradas formalmente iguais) ou indicações de variedades linguísticas preconceituosamente chamadas de “corrupções”.

Além disso, o autor afirma na introdução que pretende auxiliar a um público-alvo grande demais (por abranger tanto os usuários da língua portuguesa no âmbito geral como técnicos e especialistas na área do saber conhecida como Zoologia).

Por tais questões, a nosso ver, a obra não cumpre totalmente seus objetivos.

A despeito disso, é necessário deixar claro que não estamos de modo algum tentando desprestigiar a figura de Ilhering enquanto ser empírico e nem enquanto pesquisador, pois avaliamos sua obra e não sua pessoa.

Ou seja, sem fechar os olhos para o fato de que ter desenvolvido um “Dicionário” sobre os animais do Brasil certamente tenha sido, para o autor, um trabalho árduo que se converteu numa contribuição geral para os estudos vindouros, nosso intuito é estabelecer pontes com as produções sobre léxico já existentes, de modo a que cada vez mais lacunas sejam preenchidas e ponto deficitários melhorados.

## REFERÊNCIAS

- ABBADE, C. M. de S. Filologia e o estudo do léxico. In: *Anais do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL)*. Universidade Federal de Uberlândia, 2006. p. 716-721.
- ABREU, A. S. *Linguística cognitiva: uma visão geral e aplicada*. Cotia: Ateliê Editorial, 2010. 119p.
- \_\_\_\_\_. *A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção*. Cotia: Ateliê, 2009.
- ALVES, I. M. Neologismos. *A criação lexical*. São Paulo, Ática: 1990.
- BARBOSA, L. M. de A. O conceito de lexicultura e suas implicações para o ensino-aprendizagem de português língua estrangeira. *Filol. linguíst. port.*, n. 10-11, p. 31-41, 2008/2009.
- BENVENISTE, E. A linguagem e a experiência humana. In: *Problemas de Linguística Geral II*; trad. Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1989. P. 68-90
- BERTO, F. de F. *Kania ipewapewa: estudo do léxico juruna sobre a avifauna*. Dissertação (mestrado), Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2013.p. 53-56.
- BERTRAND, D. *Caminhos da semiótica literária*. Trad. Grupo CASA. Baruru, SP: EDUSC, 2003.
- BIDERMAN, M. T. C. O vocabulário fundamental no ensino do Português como segunda língua. In: SILVEIRA, R. C. P. da. *Português Língua Estrangeira: perspectivas*. São Paulo: Cortez. 1998. p. 73-91.
- BLIKSTEIN, I. *Kaspar Hauser, ou a fabricação da realidade*. São Paulo: Cultrix, 2003.
- BORGES, I. Sobre la teoría de la definición lexicográfica. *Verba*, n ° 9. (1982). p. 105-123.
- BORROR; D. J. & DELONG, D. M. *Introdução ao estudo dos insetos*. São Paulo: Editora Edgard Buchter Ltda. 1ª Reimpressão, 1988.
- CABRÉ, M.T. *La Terminología: Representación y comunicación: Elementos para uma teoria de base comunicativa y otros artículos*. Barcelona: Institut Universitari de Linguística aplicada, 1999.
- CAVALCANTE DE SOUZA, J. (Org.). *Os pensadores pré-socráticos*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.
- CHAUÍ, M. *Introdução à história da Filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*. vol. I. 2a. ed. 10 a. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- COSTA NETO, E. M. A Etnozootologia no Brasil: um panorama biográfico. *Bioikos*, PUC-Campinas, 14 (2), 2000, p. 31-45.
- \_\_\_\_\_. Estudos etnoentomológicos no estado da Bahia, Brasil: uma homenagem aos 50 anos do campo de pesquisa. *Bioternas*, 17 (1), 2004, p. 117-149.
- DIKI-KIDIRI, M. Éléments de terminologie culturelle, *Cahiers du Rifal*, n.26, p.14-25, Quebec, 2007.
- DURAN, M. S. Métodos na Pesquisa de uso de dicionários. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, 37 (1): 33, jan.-abr. 2008.

FARACO, C. A. *Estrangeirismos – guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

FARGETTI, C. M. Qual pode ser o alcance de uma metáfora? *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*. Volume 7, Número 1, Julho de 2015. p. 101-111.

\_\_\_\_\_. Faculdade de Ciências e Letras – Unesp: Araraquara, SP. jul.- dez. 2016. Aulas ministradas aos pós-graduando matriculados na disciplina “Terminologia Etnográfica”.

\_\_\_\_\_. Estudos del léxico de lenguas indígenas: ¿Terminología?. In: Manuel González González; Maria-Dolores Sánchez-Palomno; Inês Veiga Mateos. (Org.). *Terminología: a necesidad da colaboración*. 1 ed. Madrid: Vervuert, 2018, v. 1. p. 343-368.

GALISSON, R. (1987) Accéder à la culture partagée par l’entremise des mots à CCP. *Études de Linguistique Appliquée*, 67, p. 109-151.

GARCIA, R. *Nomes de aves em língua tupi*. (Contribuição para a lexicographia portuguesa Collectanea de milheiro e meio de palavras e sua participação na lexicografia da lín- sa). Rio de Janeiro, Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio. 1929.

GAUDIN F. La socioterminologie. In: *Langages*, n.157, ano 39, La terminologie: nature et enjeux. p. 80-92, 2005.

HJELMSLEV, L. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. Trad. J. Teixeira Coelho Netto. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

ILHERING, R. V. *Dicionário dos animais do Brasil*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002. 588 p.

ISQUERDO, A. N. Vocabulário do seringueiro: campo léxico da seringa. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pires Pinto de; ISQUERDO, Aparecida Negri (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2 ed. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2001. p.91-100.

JAKOBSON, R. Linguística e poética. In: *Linguística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1995, 118-162.

KRIEGER, M da G. & FINATTO, M. J. B. *Introdução à Terminologia: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2004.

LARA, L. F. Término y cultura. Hacia uma teoría del término. In: Cabré, M. T. (Org.). *Terminología y modelos culturales*. Barcelona, 1999. p. 39-58.

LAKOFF, G. *Women, fire, and dangerous things*. What categories reveal about the mind. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

MACIEL DE CARVALHO, M. C. Análise metalexigráfica do dicionário da língua Baniwa. In: FARGETTI, C. M. (Org.). *Abordagens sobre o léxico em línguas indígenas*. Campinas, SP: Editora Curt Nimuendajú, 2012. p. 353-366.

MALHADAS, D; DEZOTTI, M. C. C & MOURA NEVES, M. H. de (Coords.). *Dicionário grego-português (DGP)*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2006.

MARTINS, S. de C. & ZAVAGLIA, C. As cores da fauna e da flora: um dicionário especial composto por cromônimos. *ESTUDOS LINGÜÍSTICOS*, São Paulo, 42 (1): p. 245-256, jan-abr 2013.

MATEUS, I. D. *Entre concertos e desconcertos: Dicionários de línguas indígenas brasileiras em (des) compasso com o campo lexical da música*. Monografia de Graduação. Araraquara: Universidade Estadual Paulista, 2017.

MOTTA, C. da S. *Noções gerais sobre insetos: borboletas e mariposas (Lepidóptera)*. Manaus: INPA, 1996.

MOURA NEVES, M. H. de. *Substantivos; Adjetivos; orações adjetivas; Processos de predicação e referenciação*. Faculdade de Ciências e Letras – Unesp: Araraquara, SP. jun. 2018. Aulas ministradas aos pós-graduandos matriculados na disciplina “Gramática do Português”.

MUÑOZ NUÑEZ, M<sup>a</sup> D. *La polesemia léxica*. Cádiz: Universidad de Cádiz – Servicio de Publicaciones, 1999.

MURAKAWA, C. de A. A. Tradição lexicográfica portuguesa: Bluteau, Morais e Vieira. In: Oliveira, A. M. P. P. de & Isquierdo, A. N. (Orgs.), *As Ciências do Léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2ed. Campo Grande: UFMS, 2001. p. 153-170.

\_\_\_\_\_. *Signo linguístico, homonímia e polissemia; delimitando unidades lexicais; considerações sobre as definições lexicográficas*. Faculdade de Ciências e Letras – Unesp: Araraquara, SP. mar. - jun. 2018. Aulas ministradas aos pós-graduandos matriculados na disciplina “Lexicografia e Lexicologia”.

MURAKAWA, C. de A. A. & NADIN, O. L. (Orgs.). *Terminologia: uma ciência interdisciplinar*. Série trilhas linguística, vol. 22. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

NADIN DA SILVA, O. *Breve panorama histórico da Lexicografia Pedagógica: história, definição e conceitos; Dicionários Pedagógicos: estruturas, funções e línguas*. Faculdade de Ciências e Letras – Unesp: Araraquara, SP. Mar. a mai. 2018. Aulas ministradas aos pós-graduandos, ouvintes e alunos especiais matriculados na disciplina “Lexicografia Pedagógica”.

NADIN, O. L. & ZAVAGLIA, C. Temos a palavra. In: \_\_\_\_\_. (Orgs.). *Estudos do léxico em contextos bilíngues*. Campinas: Mercado das Letras, 2016. p. 7-13.

OGDEN; C. K. & RICHARDS, I. A. *O significado de significado: um estudo da influência da linguagem sobre o pensamento e sobre a ciência do simbolismo*. São Paulo: Zahar, 1972.

PEREIRA, A. H. *Terminologia do Direito do Consumidor: Análise das motivações da variação terminológica*. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras: Araraquara, 2018. 108 f.

PORTO-DAPENA. *Manual de Técnica Lexicográfica*. Madrid: Arco/libros S.I., 2002.

POLITO, A. M. & SILVA FILHO, O. L. A Filosofia da Natureza dos pré-socráticos. In: *Cad. Bras. Ens. Fís.*, v. 30, n. 2: p. 323-361, ago. 2013.

RAFAEL, J. A. (ed.). *Insetos no Brasil: diversidade e taxonomia*. Ribeirão Preto: Holos Editora, 2012.

REY-DEBOVE, J. — Léxico e dicionário Trad. de Clóvis Barleta de Morais *Alfa*, São Paulo, 28(supl.):45-69, 1984.

RODRIGUES, A. T. do C. Faculdade de Ciências e Letras – Unesp: Araraquara, SP. jan.-set. 2015. Aulas ministradas aos graduandos do turno diurno matriculados na disciplina “Variação e Mudança Linguísticas”.

- SANDMAN, A. J. *Morfologia geral*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1993.
- SANTAELLA, L. *O que é semiótica*. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- SAUSSURE, F. de. *Curso de Linguística Geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 34a ed. São Paulo: Cultrix, 2012.
- SEKI, L. A Linguística indígena no Brasil. *Delta*, vol. 15, n.º especial, 1999.
- \_\_\_\_\_. Línguas indígenas do Brasil no limiar do século xxi, *Revista Impulso*, v. 1, nº 27, Piracicaba, 2000. p. 233-256.
- SILVA, M. C. P. da. Lexicografia bilíngüe: uma verificação dos substantivos mais freqüentes em dicionários bilíngües francês-português e português-francês. In: LONGO, B. N. de O. & SILVA, B. C. da. (org.) *A construção de dicionários e de bases de conhecimento lexical*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2006.
- SILVA, O. L. da. *Das ciências do léxico ao léxico nas ciências: uma proposta de dicionário português-espanhol de Economia Monetária / Odair Luiz da Silva*. -- Araraquara : [s.n.], 2008. 334 f.
- SILVA, R. de S. P. T. A importância do estudo lexicocultural no ensino médio. *Anais do SIELP*. Volume 2, Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2012.
- TAUNAY, A. d'E. *Reparos ao Novo Dicionário de Cândido de Figueiredo*. Tours, Arrault lo/USP e Cie. 111 p. 1926.
- TEMMERMAN, R. *Towards new ways of Terminology description: the sociocognitive approach*. Amsterdam/Philadelphia: J Benjamins Pub. Co, 2000.
- VERÍSSIMO, *A pesca na Amazônia*. Rio de Janeiro: UFP, 1970.
- VILLALVA, A. & SILVESTRE, J. P. *Introdução ao estudo do léxico: descrição e análise do Português*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.
- ZAVAGLIA, C. A homonímia no Português: Tratamento semântico segundo a estrutura *Qualia* de Pustejovsky com vistas a implementações computacionais. *Alfa*, São Paulo, 47 (2): 77-99, 2003.
- VILELA, M. *Estruturas léxicas do português*. Coimbra: Livraria Almedina, 1997.
- XATARA, C.; BEVILACQUA, C. R. & HUMBLÉ, P. R. M. (Orgs.). *Dicionários na teoria e na prática: como e para quem são feitos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- WEINRICH, U; LABOV, W & HERZOG, M.I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. Tradução: BAGNO, M. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 87-126.
- WELKER, H. A. *Dicionários: uma pequena introdução à lexicografia*. 2. ed. revista. Brasília: Thesaurus, 2004. p. 106-248.
- BIDERMAN, M. T. C. Aurélio: Sinônimo de dicionário? *Alfa*, São Paulo, 44: 27-55, 2000.
- VERDELHO, T. O dicionário de Moraes da Silva e o início da lexicografia moderna. In: *História da língua e história da gramática – actas do encontro*. Braga, Universidade do Minho/ILCH, 2003, p. 473-490.
- WEINRICH, H. *A verdade dos dicionários*. p. 314-337. Trad. e introd. de Mário Vilela. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1979.

# EM DEFESA DE ANOUILH: POR UMA ABORDAGEM “VARIACIONISTA” DA LITERATURA

**RESUMO:** É nosso objetivo neste texto mostrar o quanto a obra *Antigone* do escritor francês Anouilh foi importante na sincronia em que foi escrita e apresentada, bem como de que maneira teve relevância diacrônica, na medida em que atualizou uma obra clássica. Para tanto, teremos que abordar o quão preconceituosas são posturas críticas que erroneamente classificam obras e autores em dicotomias sectárias como “Altas” e “Baixas” literaturas. Tais posturas acabam, por um lado, selecionando e avaliando positivamente alguns textos – notadamente aqueles considerados “clássicos”- como “bons” e modelares, mas, por outro, deixando de lado produções, que têm sim valores artísticos, porque elas seriam “menores” ou “corrupções” desses “modelos”. É nossa opinião que essas produções são injustificadamente avaliadas de maneira negativa, em decorrência de um fenômeno maior de preconceito que atua em várias instâncias, dentre elas a linguística – fenômeno este que se realiza em declarações que avaliam certas variedades linguísticas como “corrupções”, “erros” de uma norma “pura” que na realidade não existe. Por isso, para desmistificar tais abordagens errôneas nos utilizaremos do referencial teórico da Sociolinguística, de teorias literárias e também das considerações de Hall & Harrop (2010) acerca da “Recepção da Performance” a fim de – especificamente no texto de Anouilh- demonstrar de que maneira questões e histórias míticas gregas são revisitadas e renovadas para comprovar que obras diferentes que atualizam um mesmo tema podem ser sim vistas positivamente, se adotarmos uma postura crítica “variacionista”.

**PALAVRAS-CHAVE:** Literatura, cânone, variação, Recepção, Performance.

## 1 | INTRODUÇÃO

Ao discorrer sobre linguagem, Deleuze (1988, p. 30 apud TEIXEIRA, 2019, p. 88), afirma que do advento de estágios de cristalização, normatização, em vez de creditar quem a utiliza, essa mesma linguagem transforma-se em espécies de correias de obediência. Quando se cria um cânone literário, por exemplo, ele por vezes e para alguns acaba virando uma prescrição que deve ser seguida. Tal fenômeno é análogo ao que se verifica em Gramáticas Normativo-prescritivas que, em vez de descreverem como as línguas humanas naturais realmente são, abordam “como elas deveriam ser”, quais os padrões e regras deveriam ser seguidos para, segundo esses manuais, não se falar “errado”. Claro que essa noção de “erro”, como demonstraremos a seguir, não tem sustentação científica, uma vez que para a Linguística só se pode falar em “erro”, quando se trata de uma construção que – em termos gerativo-chomyskianos- seria *agramatical*, por não pertencer à gramática internalizada de nenhuma variedade de nenhum falante desse mesmo idioma. De qualquer modo, ao eleger certos usos como “corretos” e taxar injustificadamente outros (que são sim sistemáticos e servem à comunicação dos falantes que os utilizam) como “errados”, as prescrições normativas adotam atitudes muito semelhantes às de críticos que excluem certas produções literárias – notadamente as atuais – do que seria o conjunto de textos “literários”. Nessa ótica bem pouco científica, muitas produções acabam sendo avaliadas como “erradas”, “não-literárias” ou corruptelas de um ideal que deveria ser seguido.

É esse o pensamento de autores como Kury (1999) e Perrone-Moisés (1988), sendo que esta última estabelece o que seriam livros representantes do que ela chama de “Boa” ou “Alta” Literatura. Ora, essa postura é, como afirma Teixeira (2007), “[...] sectária e restritiva

por circular, apenas, entre membros de uma elite, além de constantemente ser usada como arma de dominação.” (TEIXEIRA, 2007, p. 90). É restritiva porque, como afirmava Heráclito (apud CHAUÍ, 2002), os contrários são inseparáveis (haja vista que um nasce do outro). Assim, um dado elemento Y só adquire existência em virtude do seu oposto, e de fato, não haveria a noção de justiça sem a de ofensa, nem fome sem saciedade e muito menos cansaço sem repouso. E nesta questão de oposição entre signos, vemos uma das possíveis raízes das (ou ao menos um contato, um ponto em comum com) a noção de opostos que se harmonizam num sistema uno que subjaz ao conceito de valor que seria postulado por Saussure no século XIX, pois:

Para Saussure (2012), as línguas não são nomenclaturas, etiquetas para nomear algo pré-existente, já que não existem elementos anteriores a um sistema lingüístico. Para o mestre genebrino, qualquer entidade lingüística define-se diferencialmente de acordo com sua função no interior do sistema, por isso na língua só há diferenças. O valor de um signo provém da diferença com outros signos. (FIORIN, 2013). Cada um dos elementos lingüísticos tem seu valor na relação de oposição com os demais. O “a”, por exemplo, segundo Fiorin (2013, p. 104), é uma preposição quando se opõe, no sistema do português, a “em” e a “de”, mas é uma vogal temática quando executa relação opositiva em cantar com o “-e” de verbos como beber e com o “i” de verbos como dormir. (MATEUS, 2017, p. 51, grifos nossos).

Em outros termos, o “bom”, como afirmava Heráclito (apud CHAUÍ, 2002), pressupõe imediatamente algo que seria “ruim” e o “alto” só faz sentido ao se opõe ao “baixo”. Obviamente esses conceitos negativos restariam aos livros que não comporiam esse cânone de autores “exemplares”, pois Perrone-Moisés (coma qual discordamos de maneira veemente) vê de forma negativa a ascensão da literatura de expressão feminina, gay, como se isso fosse um movimento em “detrimento dos valores literários”, como se essas tendências contemporâneas configurassem algo de expressão “menor” frente ao que os manuais de ensino de literatura vêem como “canônico”.

Infelizmente, declarações como as comentadas no parágrafo anterior e também como as de Kury (1999) –que traremos a seguir – podem ser inseridas num panorama maior de aversão à diferença – e é justamente este o objetivo desta seção introdutória: mostrar esse panorama até para entender melhor porque a postura desses autores não corresponde à realidade empírica.

Em Mateus (2017), já havíamos tratado da capacidade humana de relacionar elementos por meio de analogias, de semelhanças e de agrupá-los nas mesmas categorias, processo que Abreu (2010) nomeia de *categorização*. Também comentávamos, nesse mesmo texto, que infelizmente essa nossa habilidade, por vezes, acaba desembocando numa tendência de tentar dividir o mundo em categorias estanques e não-relacionadas (espécies de gavetas completamente independentes entre si) que passam com o decorrer dos séculos a ser vistas como “corretas” e “imutáveis” - embora estas tenham sido construídas sócio-histórico-ideologicamente e não dêem conta da total complexidade dos fatos naturais; isso com relação a diversas variações (lingüísticas, de gênero, de fisionomia dos corpos humanos e/ou étnicas). O que não se encaixa nessas categorias por ser diferente - ou seja, um “outro”- infelizmente passa a ser tido como “estranho”, “problemático”, “incorreto”

e a gerar medo, hostilidade, aversão. Muitas vezes, ao entrarmos em contato com um povo distinto do nosso e descrevê-lo, seguimos essa tendência tomando nosso grupo como centro e pensamos, sentimos e avaliamos o outro povo como “engraçado”, “ininteligível”, “anormal”, “absurdo”, enquanto para nós a nossa própria forma de ver o mundo seria “a mais adequada”, “a única possível”, a “normal” ou – o que é pior- a “superior” – uma postura lamentável, definida por Guimarães Rocha (1984) como *etnocêntrica*.

Tal panorama de aversão e até de agressividade à diferença (frente a algo visto como “exemplar”, “modelar” ou “ideal”) tem ressonâncias no ensino-aprendizagem de português como língua materna, pois o conjunto de padrões dogmáticos denominado por Faraco (2008) como “*norma curta*” estreita a real natureza da língua portuguesa e baseia-se num padrão que não é propriamente uma variedade linguística para classificar erroneamente tanto as construções normais e frequentes dos falantes com maior escolaridade em suas produções orais e/ ou escritas mais monitoradas como das variedades populares como “erros”, usos “inadequados”, “corrompidos” e “inferiores”. Ou seja,

[...] essas noções equivocadas de “deturpações”, “corrupções” de algo que seria “adequado”, “puro” refletem-se [...] nas classificações normativas que consideram usos padrões como “língua ideal”, “pura”, em detrimento das outras variedades linguísticas existentes. (MATEUS, 2017, p. 16).

Como consequência, muitos de nós acabam internalizando e disseminando a noção de que não “dominamos” ou “não sabemos nosso próprio idioma”, até porque este seria “muito difícil”. Tal noção, contudo, não tem a menor validade. Ora, como um falante nativo de português poderia não saber a própria língua se ele é capaz de receber enunciados em português, processá-los, interpretá-los, elaborar pensamentos e externalizá-los neste mesmo idioma? Ele pode até não dominar todas as variedades, principalmente as variedades cultas da língua, mas isso não equivale a uma completa falta de proficiência.

Vale ressaltar que os estudos sociolinguísticos já demonstraram que todas as línguas humanas possuem variedades, não existindo nenhuma língua que seja una ou imutável – a menos línguas que deixaram de ser faladas e permanecem apenas em registro escrito e que os idiomas, ao longo do tempo, não vão de um estágio menos para um mais evoluído (e nem o contrário), mas simplesmente mudam. Nossa própria língua poderia ser usada como prova disso, pois, assim como as demais neolatinas, originou-se do latim, que, no período em que existia como vernáculo, também era provido de variações como o latim clássico (restrito normalmente a situações mais formais e à escrita) e o latim vulgar (situações vernaculares menos formais). Assim, dizer que formas inovadoras são corrupções seria tão inadequado quanto afirmar que o português, o italiano, o romeno, o espanhol e o francês são corrupções diferentes do latim vulgar.

À luz dessa mesma esteira de pensamento, as formas variantes “praca” e “pranta”, em vez de “placa” e “planta”, seriam não “erros” grosseiros, mas sim usos de troca da líquida lateral pelas róticas que são perfeitamente explicáveis. Por trás desses usos, se encontra o mesmo fenômeno que ocasionou a mudança da forma latina *blancum* para a portuguesa *branco*, pois como já dissemos, a língua portuguesa originou-se do latim vulgar falado, sobretudo, pelos antigos romanos, e este possuía casos (formas diferentes de uma mesma palavra a depender da função sintática exercida por ela) em sua modalidade

clássica. Esses casos já estavam se perdendo no latim vulgar. Na variedade falada do latim, sons finais também estavam tendo um obscurecimento, o que fez com que da forma *blancum*, passássemos para *blancu* e em seguida para *branco*.

Seguindo nossas intenções de desmistificar o preconceito linguístico, é necessário deixar claro que quando há duas formas variáveis para expressar o mesmo referente na realidade e a alteração no significante não altera o significado, estamos diante de uma variação, sendo que o conceito de “variável” reporta ao fenômeno em variação enquanto “variante”, para usar os termos de Tarallo (1986, p. 08), são “duas ou mais formas de se dizer o que se quer no mesmo contexto com o mesmo valor de verdade”.

Além disso, é sabido entre os linguistas que existe uma relação entre variação e mudança linguística, pois – como atestam Weinrich; Labov, & Herzog (2006) - toda mudança pressupõe variação (é necessário que, num momento inicial, uma forma inovadora concorra com uma tradicional, até que uma delas seja suplantada), mas nem toda variação leva à mudança (primeiro porque o social pode avaliar negativamente a forma inovadora e depois porque as formas (tradicional e inovadora) que inicialmente estavam em concorrência, podem especializar-se, passando a ocorrer em contextos distintos).

Acresce que, de acordo com Massini-Cagliri (2001, p.18), haveria variações acima e abaixo do nível da palavra. Para usar outros termos, seria possível falar em variação lexical (as formas variantes “mandioca” (em São Paulo), “aipim” (no Rio de Janeiro) e “macaxeira” (no norte-nordeste) para a mesma planta/tubérculo), fonética (as diferentes pronúncias possíveis da rótica em porta e também da sílaba final de POTE dependendo da região brasileira) e sintática (exemplar disso é a variação na colocação dos pronomes oblíquos entre Brasil (Me dá a caneta) e Portugal (Dê-me a caneta)).

Outro ponto importante a comentar se refere ao fato de que nenhum uso seria arbitrário, caótico, pois as formas linguísticas não estão à livre escolha do falante. Na verdade, há fatores linguísticos (posição do elemento na cadeia sintática, saliência fônica entre as formas de singular e plural, natureza do verbo da oração, classe de palavra) e extralinguísticos (escolarização, formalidade da interação, gênero, idade, classe social, papéis sociais dentro de um domínio social) que condicionam os usos. Por exemplo, um falante letrado, que vive na zona urbana, pertence a uma classe social elevada tende a falar de maneiras diferentes em situações que exigem maior ou menor formalidade e em outras que representam maior coloquialidade. Esse mesmo falante também tende a fazer construções diferentes de um outro falante que pertença a uma classe social menos elevada, vive numa comunidade rural e é menos escolarizado, porque os dois têm um histórico sócio-cultural diferente, pertencem a comunidades de fala (grupo de falantes que têm traços linguísticos comuns que os distinguem de outro grupo, que tendem a conversar mais entre si do que com outros e compartilham normas e julgamentos diante de uma dada forma linguística) distintas.

Isso não significa, no entanto, que o falante “culto” fala “tudo certo” porque ele não utiliza somente variantes padrão, e as não-padrão não se limitam àqueles com menor escolaridade. Aliás, o estudo da frequência de uso relativa aos usos de variantes padrão/não-padrão oferece subsídios para a desconstrução desse falso pressuposto. Em contextos menos formais e de menor monitoração linguística, a tendência de ambos os falantes

fazerem o uso de variantes padrão costuma cair, ou seja, é menos frequente.

Em telejornais, por exemplo, a fala do âncora, quando na bancada, evidencia uma frequência menor do apagamento do [r] final. Porém, a fala do mesmo âncora, numa entrevista de sofá, que demanda maior informalidade, tem uma frequência maior de tal apagamento.

Além disso, quando há uma força do próprio sistema linguístico para o uso de uma variante, é muito difícil que um falante, mesmo “culto”, resista a ela. É esse o caso de sujeitos pospostos que desfavorecem a presença de marcação explícita de concordância no verbo. Neste caso, construções não-padrão como “Aumentou os preços” são mais frequentes que “Aumentaram os preços”, independente do nível cultural do falante.

Essas considerações são relevantes na medida em que cremos ter o direito de compreender a real natureza das complexidades dos nossos idiomas, da mesma forma que – como afirma Candido (2004)- temos a direito a fruir as mais diversas formas de Literatura. E por falar no referido autor, há necessidade de tecer breves considerações sobre o artigo mencionado. Sendo o etnocentrismo definido por Guimarães Rocha (1984) como uma avaliação negativa de quaisquer diferenças, “[...] uma visão de mundo em que nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através de nossos valores” (GUIMARÃES ROCHA, 1984, p.9), pode-se dizer que o primeiro capítulo do texto *Direito à literatura* de Candido (2004) é perpassado por um pensamento etnocêntrico e evolucionista, pois há várias passagens que aludem a “eras” (progressivas) da História, a um suposto progresso, de uma etapa inicial até o suposto estágio atual “melhor”, em que o homem “não considera mais natural o mal”. Fica, portanto, pressuposto que o homem (em estágios “ultrapassados”?) já teria atribuído naturalidade ao mal. O autor, na página 169, chega a afirmar que, diferente do nosso tempo, a Grécia Antiga não permitiria “uma distribuição equitativa de bens materiais, já que a técnica grega, segundo ele, não superava a exploração do homem” - como se os bens materiais em nossa sociedade fossem bem distribuídos e como se não houvesse mais exploração no mundo.

De qualquer modo, seguindo seu raciocínio, na página 174, o autor, a despeito de apresentar uma definição ampla de Literatura, retoma, de certo modo, a dicotomia “Altas” e “Baixas” Literaturas, pois ao escrever “de...até”, o crítico cria uma escala na qual dispõe em um polo inferior o folclore, lenda e chiste (seriam eles portanto, Literatura, mas uma “Literatura inferior”) e no superior o que ele chama de “formas complexas e difíceis”:

Chamarei de literatura, da maneira mais ampla possível, todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações.

Mas na página seguinte, o autor afirma muito acertadamente que a Literatura muda de uma sociedade à outra e que tanto as formas sancionadas quanto as que negam o cânone são indispensáveis.

No decorrer de seu artigo, ele realiza uma crítica ao fato do “homem do povo” ficar privado da leitura de obras como as de Machado de Assis, postulando que a fruição da obra literária é direito universal de todos em qualquer sociedade, mas volta a dar uma definição

problemática, já que opõe o ser indígena ao “mais requintado erudito” ao postular que a fruição literária:

“[...] é um direito das pessoas de qualquer sociedade, desde o índio que canta as suas proezas de caça ou evoca dançando a lua cheia, até o mais requintado erudito que procura captar com sábias redes os sentidos flutuantes de um poema hermético”. (CANDIDO, 2004, p. 180).

Ora, mesmo que não seja intenção do autor dizer que o índio é menos requintado, a construção escalar argumentativa utilizada retoma discursos que têm tal opinião e possibilita, num nível do não dito, a interpretação problemática de que o indígena seria “menos requintado” – opinião com a qual obviamente não concordamos.

Apesar de todas essas questões problemáticas, o texto de Candido (2004) apresenta considerações relevantes, principalmente no que tange à importância de assegurar aos indivíduos a possibilidade de transitar entre as diferentes formas de Literatura, numa proposta que se aproxima de nossa proposta de abordagem “variacionista” das produções literárias que trabalhe no leitor uma competência próxima à *competência discursiva* (conceito abordado por autores como (TRAVAGLIA, 2004; TRAVAGLIA, 2009; CHAVES MARINHO & COSTA VAL, 2006) do falante em transitar entre as variedades linguísticas de sua língua materna e adequar seus discursos dependendo de seu interlocutor/receptor e dos graus de informalidade ou formalidade das situações, circunstâncias comunicativas às quais ele estiver submetido.

Nessa mesma esteira de tentar desvelar as concepções infundadas que, muitas vezes, circulam pelos mais diversos meios, cremos ser válido, por fim, retomar as considerações da escritora nigeriana de romances (ou da “contadora de histórias” – como ela gosta de se chamar) Chimamanda Ngozi Adichie. Em uma palestra proferida em 2009, a autora comenta sobre como somos impressionáveis e vulneráveis a uma história. Segundo ela, quando era criança, lia livros americanos e ingleses e, por isso, acabou acreditando, no início, que um livro deveria trazer personagens sempre estrangeiros. Demorou muito até que ela descobrisse livros africanos e percebesse que pessoas como ela também poderiam constar em produções literárias. Ou seja, tal descoberta a salvou de ter o que ela chama de “*história única*” acerca do que os livros são.

Mas ela teria passado por muitos outros eventos como esse ao longo de sua vida. Segundo o que ela mesma nos conta, quando pequena, tinha um empregado chamado Fide sobre o qual sabia apenas provir de uma família muito pobre que quase não tinha o que comer. Essa era a *história única* que ela tinha sobre o empregado e foi por ter somente essa informação que ela se impressionou muito quando foi visita-lo um dia e descobriu que, além de pobre, a família dele era muito criativa e trabalhadora, pois fazia lindos cestos de ráfia seca para complementar a renda.

Anos mais tarde, Adichie teria feito intercâmbio nos EUA e se deparado com uma colega de quarto que não sabia que a Nigéria (de onde Chimamanda provinha) tinha o inglês como língua oficial, pois tinha uma *história única* de África, como se todos os africanos tivessem uma vida trágica, vivessem em lindas paisagens com belos animais selvagens, morressem de pobreza e AIDS, fossem incapazes de falar por si mesmos e estivessem esperando serem salvos por meigos estrangeiros brancos.

Ou seja, o que a autora quer transmitir é que ao se mostrar uma coisa, um animal, um povo como uma e exclusiva coisa por infindáveis vezes, se acaba criando uma imagem deformada e limitada do que seria essa coisa – e essa se torna sua história definitiva. Tal prática, em sua ótica, tem relação com poder, com a estrutura de poder do mundo ou, mais especificamente, com o substantivo “nkali” que pode ser traduzido como “ser maior que o outro”. Quem conta uma história única, quem pode contá-la (quem adquire o *poder de conta-la*), onde e quando o faz, normalmente acaba reiterando a lógica do *status quo* e quer se tornar ou manter-se maior do que o outro que está presente em sua história. Em suas palavras:

[...] eu tive uma infância muito feliz, cheia de riso e amor, numa família muito unida. Mas também tive avós que morreram em campos de refugiados. O meu primo Polle morreu porque não teve assistência médica adequada. Um dos meus amigos mais próximos, Okoloma, morreu num desastre de avião porque os camiões de bombeiros não tinham água. Cresci sobre governos militares repressivos que desvalorizam o ensino, ao ponto de, por vezes, os meus pais não receberem os salários. Por isso, quando criança, vi a geleia desaparecer da mesa do café da manhã, depois desapareceu a margarina, depois o pão ficou muito caro, depois foi o leite que teve de ser racionado. E acima de tudo, um medo político normalizado invadiu as nossas vidas.

Todas estas histórias fazem de mim quem eu sou. Mas insistir apenas nestas histórias negativas é minimizar a minha experiência, e esquecer tantas outras histórias que me formaram. A história única cria estereótipos. E o problema com os estereótipos não é eles serem mentira, é serem incompletos. Fazem com que uma história se torne na única história.

Claro que África é um continente cheio de catástrofes. Há as que são imensas, como as horripilantes violações no Congo. Há as deprimentes, como o fato de 5000 pessoas se candidatarem a uma única vaga de emprego na Nigéria. Mas há outras histórias que não são catástrofes. E é muito importante, é igualmente importante falar sobre elas. Sempre senti que é impossível relacionar-me adequadamente com um lugar ou uma pessoa sem me relacionar com todas as histórias desse lugar ou pessoa. A consequência da história única é isto: rouba a dignidade às pessoas. Torna difícil o reconhecimento da nossa humanidade partilhada. Realça aquilo em que somos diferentes em vez daquilo que somos semelhantes. (ADICHIE, 2009, grifos nossos).

Ou seja, é isso que fazem *histórias únicas*: elas limitam. Descrever um outro povo como “ultrapassado”, “místico” é limitá-lo, descrever uma variedade linguística como “inferior”, “errada” é limitar a natureza multifacetada e mutável das línguas humanas, e postular que literatura seria única e exclusivamente X ou identificar apenas algumas obras como “modelos que não deveriam ser corrompidos”, vai na contramão do que propõe Adichie (2009), pois com essa postura exclui-se tudo o que não seria X desse “rótulo” e, por isso, menospreza-se ou se ignora o que não foi abarcado por esse X, ignora-se que os homens mudam e que as obras que falam desse homens também mudam (em seus temas e/ ou nas suas formas estruturais) na mesma velocidade.

Infelizmente, é essa postura preconceituosa que nos parece ter Kury (1970), pois, ao comentar releituras e adaptações da *Antígona* de Sófocles, ele parece crer que estas seriam “menores” e “corrupções” do modelo sofocliano. Para o autor, Brecht teria, em 1948,

escrito uma Antígona como uma “peça de doutrinação” e “[...] quase sempre Brecht se deixa dominar pela grandiosidade do original [...] e sua Antígona volta a ser uma cópia digna do modelo”.

Parece que Kury (1970) considera que o modelo sofocliano de Antígona seria “perfeito”, “ideal” e até mesmo “intocável” até porque acaba sugerindo que Brecht teria, em sua quase “cópia” (essas são palavras avaliatórias de Kury (1970)), “pecado” menos que Anouilh porque este último, em sua opinião, teria esvaziado:

[...] deliberadamente a Antígona de grande parte de sua carga trágica e elevação poética, recorrendo à banalização da linguagem, das situações e das personagens, a ponto de apresentar-nos a heroína, antes de enfrentar as consequências de seu ato, fazendo recomendações à ama quanto a cuidados com uma cadela que criava. Outro recurso de Anouilh para esfriar o clima trágico é o anacronismo (à pág. 134 da edição de *La Table Ronde* em *Nouvelles Pièces Noires*, por exemplo, a Antígona fala à sua ama em “paisagem de cartão postal”; à pág. 138 pede à ama que faça um café, à pág. 182 Creon se refere aos primeiros cigarros que Polinices fumara e às primeiras calças compridas que usara). Evidentemente, este procedimento, no tocante ao anacronismo, decorria da intenção de Anouilh de dar atualidade ainda maior à sua adaptação, mas o efeito antitrágico é sensível. Os exemplos de coloquialização da linguagem ocorrem a cada parágrafo, como à pág. 136, onde a ama chama Antígona de *fanfarrone*, à pág. 137 onde Antígona chama a ama de *vieille bonne pomme rouge*; *pleuricher* à pág. 143, etc. Também recorre Anouilh a maiores detalhes na cena entre Antígona e Hemon, onde o tema amoroso é tratado de maneira convencionalmente moderna [...]

Na cena entre Creon e Antígona (págs. 170-171) Anouilh chega a ridicularizar a tragédia, dentro de seu propósito de coloquializá-la, pela boca de Creon, aludindo ao Édipo-Rei [...] Mas talvez Anouilh tenha exagerado em sua intenção de “destragicização” e o resultado, às vezes, é a frieza do diálogo, onde Creon e Antígone, ou Creon e Hemon, mais parecem *raisonneurs* que personagens vivendo cenas de alto conteúdo trágico. Enfim, a coloquialização e a banalização diluíram o *pathos*, como pretendia Anouilh, provocando até efeitos antitrágicos, que ele talvez não desejasse. (KURY, 1970, [s/ pág.]).

Em nossa opinião, o que Kury chama de “anacronismo” imperdoável, como ele mesmo acaba assumindo em suas declarações, está mais próximo de um recurso utilizado por Anouilh para tornar a peça temporalmente mais próxima do público francês que a receberia.

Acresce que a existência da Ama e as formas por ela utilizadas para se referir à Antígona anouilhana têm, como atesta Pascolatti (2009), a função de reiterar nesta o caráter infantil e frágil de alguém que ainda necessita de pequenos cuidados, como uma pequena corujinha, precisa ser coberta e alimentada - caráter este que contrasta com a força necessária para desobedecer um édito real e enterrar o próprio irmão.

Além disso, o fato das recomendações quanto à cadela de estimação, na verdade, têm uma função de aumentar o *pathos*, pois já demonstram que algo de ruim vai acontecer a Antígona, são prolepses do destino final de alguém que não vai poder mais cuidar da própria cadela, que não terá outro homem senão Hemon, com o qual não terá mais nenhuma noite, com o qual não terá nenhum filho e nem mesmo irá jamais se casar justamente porque

acabará morrendo ao final da dramatização.

Já na declaração de que Anouilh estaria “coloquializando” e até por isso “banalizando” a linguagem fica difícil saber se o que existe é um preconceito frente às variedades populares (“coloquiais”) do francês da época ou se Kury (1970) considera que o simples uso da língua francesa já seria uma “banalização” do original grego.

Vale dizer, por fim, que cremos que Anouilh não está ridicularizando a tragédia com sua obra, mas sim questionando seus limites estruturais, bem como questionando e negando a serventia da tragédia e do drama burguês para representar o homem do século XX que já não é o mesmo de outrora.

São essas as questões fundamentais que trabalharemos nas próximas seções desse texto, são essas as outras histórias sobre Anouilh e sua *Antigone* que contaremos aqui para impedir que se crie uma *história única* sobre este autor e sobre esta tão valiosa obra.

## 2 I AS FACES DO DADO ANOUILHANO QUE KURY (1970) OCULTOU

### 2.1 Reflexões sobre as mudanças ocorridas entre os séculos XIX e XX

Nesta seção, procuramos aclarar fatos que não foram abordados na crítica de Kury (1970), mas que acabam por si só desmistificando muitas questões que foram classificadas - injustificadamente- pelo referido autor como “problemáticas” na obra de Anouilh.

Para começar, fazemos eco às considerações de Bloch, J. R. (1930, p. 102-103 apud ALMEIDA PRADO, 1972), para quem, ao poeta dramático moderno se abriram dois caminhos : ou ele tentava copiar os gritos e onomatopeias do teatro clássico ou procuraria traduzir, estilizar esses gritos, tirando deles discursos mais próximos da realidade historicamente empírica na qual estava inserido. O segundo caminho teria sido seguido pelo teatro francês de matriz anouilhano através do “corte do diálogo, do ar de improvisação, do ritmo menos narrativo e mais oral das frases” (ALMEIDA PRADO, 1972, p. 99-100).

O que está referido nas declarações acima é o fato de que houve um período em que se acreditou num realismo artístico, pois se pensava que os códigos (a pintura, escultura, a língua concretizada no teatro, na narrativa e na poesia) eram capazes de atingir a representação, reprodução da realidade empírica, sensível que se apresentava diante do artista, por meio de uma espécie de “cópia” o mais próxima possível desses estímulos sensoriais. A narrativa realista, por exemplo, é composta essencialmente por um narrador heterodiegético, com focalização onisciente e personagens com totalidade. Contudo, de acordo com Rosenfeld (1996), na passagem entre os séculos XIX e XX, teria havido uma espécie de espírito de época, um *zeitgeist*, cuja influência teria levado a um processo de “desrealização”, na medida em que teria deslocado, de forma exponencial, as manifestações artísticas de tal momento histórico do polo da representação fiel do exterior para o interior do artista - seja ele o pintor, o escritor, o escultor.

Acresce que esse mesmo processo teria – de acordo com Santini (2014)- se tornado palpável nas vanguardas europeias. No Impressionismo, por exemplo, segundo a mesma autora, se inicia um desinteresse pelo objeto que é dissolvido nos suportes (como as telas

dos quadros) com a perda nos contornos e com a separação do campo visual e do campo da consciência. O que se representa, então, é o que está na retina do pintor e não aquilo que está diante dos olhos dele. É uma busca pela sensação visual em sua imediaticidade, através da experimentação do código, na pintura as cores, tintas e na literatura, a linguagem. Ambas passam a ser vistas como incapazes de representar o real em sua totalidade.

Já, a partir do Futurismo, a principal proposição é a abolição do passado, o enfoque no presente e a representação do caráter dinâmico do mundo moderno. Além disso, a cidade, cuja modernidade é apreendida de forma eufórica, progressista, aparece como elemento fundamental. Com relação ao verso, este deveria, segundo o *Manifesto técnico della letteratura futurista*, ser livre, as palavras postas em liberdade a partir da reestruturação da sintaxe, dada pela valorização do substantivo, pelo uso de verbos no infinitivo (que acarreta ausência de declinação no verbo, tornando-o impessoal), ausência de adjetivos (eliminação do sintagma) e analogias, construindo velocidade, flashes, instantâneos.

Na mesma época, o Cubismo traz uma realidade exposta a partir da superposição de planos que cria uma ideia ilusória de simultaneidade, como se quem observa girasse em torno do que é representado. Ou seja, mais uma vez não interessa a fidelidade ao real, mas sim a: “representação da realidade através de formas geométricas, desmontando os objetos para que, remontados pelo espectador, deixasse transparecer uma estrutura superior, a forma plástica essencial e verdadeira da beleza”. (TELLES, 2002, p. 115 apud SANTINI, 2014).

Uma outra prova de manifestação desse espírito de “desrealização” pode ser observada na corrente artística abstrata surrealista que trouxe como contribuição para a arte a teoria do irracional, visando trazer à superfície o que há de profundo no inconsciente. É também nessa corrente que surge a incorporação de métodos fotográficos e cinematográficos. Mas anterior ao Surrealismo, a corrente Dadaísta já trazia a contestação absoluta de todo e qualquer valor, a começar pela arte, já que propunha sua dissolução. Há, durante esse período, a chamada “crise da representação”, que foi a negação da lógica, a negação da linguagem como suficiente para dar conta do objeto; a estética do *nonsense*, e a discussão se tudo poderia ser convertido em obra de arte.

No âmbito do romance moderno, de um modo geral, esse processo de desrealização – como atesta Santini (2014)- não só desmonta a onisciência narrativa pelo monólogo interior e tira de primeiro plano o narrador de fatos objetivos, como acaba com a sucessão temporal e com a unicidade do personagem.

Além disso, cremos que se pode encontrar uma das evidências do mesmo espírito no que Szondi (2001), com relação ao teatro, denomina como “crise do drama” que se refere, de acordo com as palavras de Junqueira (2013):

A um drama que já não se sustenta mais pela ação e pelo diálogo. Estas duas foram as mais importantes categorias formais do drama que se produziu desde o Renascimento até o momento em que um vertiginoso processo de mecanização do mundo [...] começou a provocar uma espécie de falência das relações intersubjetivas que, em teatro, se expressou pelo isolamento das personagens e pela inserção progressiva do elemento épico no seio da forma dramática. (JUNQUEIRA, 2013, p. 47).

Ou seja, seguindo os pensamentos da referida autora (que faz eco às considerações de Peter Szondi (2011)), o drama – que sempre representa o homem- teria reassumido uma nova forma porque o homem da época teria sofrido mudanças. Neste sentido, como o zeitgeist postulado por Rosenfeld (1996) internalizou cada vez mais a arte nas impressões e sensações dos sujeitos, o teatro passou à representação do homem da época que já não era o mesmo de dantes e que também estava se distanciando cada vez mais das relações com outros sujeitos que eram exteriores a si. Temos, portanto, uma dupla internalização, uma vez que o homem da época estaria se isolando cada vez mais do social e que as representações artísticas estariam partindo cada vez mais para o interior dos sujeitos:

[...] a crise deflagra-se no momento em que a velha forma dramática, por definição baseada no diálogo e nas ações decorrentes de relações intersubjetivas, não dá mais conta de expressar suficientemente ou adequadamente os novos temas que, desde o final do século XIX, tendem a infiltrar-se no drama moderno. Esses novos temas refletem naturalmente a situação em que se encontra o sujeito, o homem comum, que aos poucos [...] se vai transformando em “coisa”, em peça da absorvente engrenagem da produção industrial que vai progressivamente moldando um novo mundo em que os homens já pouco ou quase nada dialogam entre si e onde a vontade de agir é frequentemente cercada por um sistema socioeconômico que afronta o sujeito, que o aliena e o priva de qualquer ação livre. Ora, num mundo em que o diálogo se torna tão rarefeito quanto as relações intersubjetivas, como poderia sobreviver o drama? Só mesmo *transformando-se*, é evidente. [...] Assim, a matéria que nos tempos modernos se oferece aos dramaturgos é a de uma “vida que não vive”, porque já não se relaciona com outras vidas senão enquanto componente funcional da mesma maquinaria – o sistema capitalista de produção – a que todas as vidas estão sujeitas. Daí que pululem no teatro moderno personagens introvertidas, autocentradas, já muito mais dadas ao monólogo que ao diálogo. (JUNQUEIRA, 2013, p. 9-10).

Mas todo esse panorama parece ter escapado a Kury (1970). Quando este afirma que Anouilh “teria esvaziado Antígona de tragicidade”, acaba por fazer uma crítica que ignora, como já dissemos acima, o fato de que “a tragédia em sua forma pura já não é possível no século XX, tampouco o drama [...]” (PASCOLATTI, 2009, p. 21-22).

Aliás, é válido comentar que as tragédias clássicas normalmente tentavam fazer com que o espectador/leitor sentisse terror e piedade pelo que vê/lê, alcançando a catarse. Elas refletiam um teor pedagógico, já que apresentavam um herói diante de um destino (muitas vezes decidido de antemão pelos deuses), perdendo a noção dos limites, cometendo um erro por orgulho desmedido (uma *hybris*), rompendo uma harmonia e passando de um estágio de fortuna para um de infortúnio. Ou seja, eram modelares quanto a comportamentos humanos e também quanto a quais comportamentos não deveriam ser seguidos, como matar o pai, casar-se e ter filhos com a própria mãe (como fizera Édipo, por exemplo). Portanto, as tragédias clássicas como realizações do drama traziam apenas figuras nobres e elevadas (JUNQUEIRA, 2016), não comportando vilões e nem maus-caracteres. Nisso, elas diferem do drama burguês que apresentava personagens de classes distintas dos monarcas e também vilões (que deveriam ser odiados pelos espectadores) e protagonistas (normalmente adorados pelo público).

Em outros termos, ao atacar a peça de Anouilh como se esta fosse uma espécie de corrupção do modelo grego e como se este não devesse nunca ter sido de modo algum alterado, Kury (1970) não só comete o preconceito em prol de um purismo e de um estereótipo formado de maneira análoga aos estigmas criados por “histórias únicas” (para fazer eco às declarações de ADICHIE (2009)), como infelizmente deixa de dizer que, na verdade, embora “[...] Anouilh imploda as bases da tragédia e, ao mesmo tempo, nega os convencionalismos do drama burguês” (PASCOLATTI, 2009, p. 21-22), o mesmo dramaturgo francês deixa uma luz resultante da negação de ambos os gêneros dramáticos, pois “[...] parece apontar o metateatro como possibilidade de resposta à crise do drama” (*idem, ibidem*).

Mas isto já são reflexões para a próxima seção.

## 2.2 Vida e obra de Anouilh

Anouilh foi um escritor e dramaturgo francês que nasceu em 23 de junho de 1910 em Bordeaux, filho de um alfaiate e de uma dançarina. Muda-se para Paris em 1921 para estudar no Colégio Chaptal. Depois, estuda Direito, chega a se lançar à publicidade, mas acaba escolhendo viver para o teatro. Assim, escreve - até a sua morte em 3 de outubro de 1987 em Lausanne (na Suíça) - mais de 20 peças.

Acresce que é possível notar em Anouilh influências do teatro do absurdo e também da obra de Pirandello. Como afirma Pascolatti (2009), do primeiro, o dramaturgo francês teria herdado “[...] a consciência do incompreensível da existência; a reflexão sobre a condição solitária do homem, relacionada à dificuldade de comunicação entre os indivíduos; certa ruptura com as formas tradicionais do teatro e a opção por um teatro de situações em oposição ao teatro psicológico [...]” (PASCOLATTI, 2009, p. 10). Já com Pirandello, Anouilh compartilha “[...] as inquietações sobre a natureza do teatro, dentre elas a relação entre a personagem e o ator que a representa; as fronteiras entre o real e o ficcional; o limite do controle do autor sobre as personagens e, principalmente, a consciência dramática [...]” (*idem, ibidem*).

Seus personagens estão sempre buscando alcançar uma comunicação efetiva (e há certa energia dialogal que estrutura suas peças), mas essa comunicação nem sempre se dá plenamente, pois muitas vezes há mal-entendidos, na medida em que um personagem deixa escapar muitos dos sentidos por trás dos discursos de seu interlocutor. É isso que acontece logo nas cenas iniciais de *Antigone* quando a protagonista, ao ser questionada pela ama sobre onde teria ido tão tarde, faz menção a um “encontro” que é interpretado como um encontro amoroso (que significaria uma traição a Hemon), quando, na verdade, não passava de um encontro com o corpo de seu irmão morto. Outra prova dessa mesma questão é a passagem em que Ismênia chama a irmã de louca, porque esta estaria falando de outra coisa que não tinha relação com o assunto principal da “conversa”. Contudo, apesar da aparente falta de sentido nas declarações de Antígona – que retoma a época em que era uma criança com inveja de Ismênia-, a passagem reflete a dualidade *infância X vida adulta* que está por trás da obra como um todo e que tem significativa importância num nível fundamental de entendimento do texto em questão:

Antigone, **sourit encore** : Il faut que tu dormes. Tu seras moins belles demain.

**Ismène** : Ne te moque pas.

**Antigone** : Je ne me moque pas. Cela me rassure ce matin, que tu sois belle. Quand j'étais petite, j'étais si malheureuse, tu te souviens ? Je te barbouillais de terre, je te mettais des vers dans le cou. Une fois je t'ai arraché à un arbre et je t'ai coupé tes cheveux... (*Elle caresse les cheveux d'Ismène*). Comme cela doit être facile de ne pas penser de bêtises avec toutes ces belles mèches lisses et bien ordonnées autour de la tête !

**Ismène, soudain** : Pourquoi parles-tu d'autre chose ? (ANOUILH, 1942, p. 23).

Nas obras anouilhanas, essa incomunicabilidade acarreta uma impossibilidade da realização amorosa, embora esta não se realize também porque -contraposta à pureza que frequentemente é buscada pelos protagonistas- está a corrupção da vida adulta e das conveniências do mundo burguês. Aliás, o tema da dualidade infância X vida adulta, relaciona-se com a questão do duplo e com a metateatralidade do autor francês, sobretudo no que concerne aos *papéis* sociais aos quais nos submetemos assim que crescemos e entramos na vida adulta, pois nos submetemos a regras de convivência e de comportamento, assim como os atores, ao atuarem, se submetem, de certo modo, ao papel que os autores e diretores da peça lhe deram. Em outros termos, utilizando-se do metateatro (pois suas personagens “[...] são sempre impregnadas da consciência de que representam papéis, de que a vida em sociedade nada mais é do que simulações e constrangimentos. [...] (PASCOLATTI, 2009, p. 17)), Anouilh questiona as máscaras sociais que a vida adulta nos obriga a colocar sobre nossas faces antes ingênuas e os papéis que somos obrigados a representar socialmente.

Como atesta Pascolatti (2009), o duplo em Anouilh se manifesta de diferentes formas: seja nos recorrentes gêmeos, nas personagens que aparecem com o mesmo nome e personalidade em mais de uma peça, seja nos personagens-tipo, na oposição jovens X velhos que simbolizam, de um lado, a rebeldia e, de outro, a corrupção. Acresce que, seguindo a opinião da mesma autora, esse tema representaria a dualidade da natureza do homem do século XX que anseia pela unidade, mas que está em guerra, de um homem que se sente (ou que quer ser) dono de si mesmo, mas que, na realidade, é cindido psicologicamente (entre id, ego e super ego), cujas produções linguísticas particulares concretas e instáveis (*parole*) estão submetidas a um *sistema* linguístico abstrato e coletivo de regras estáveis que as ordena e que é submetido também à super-estrutura do sistema de produção - como demonstram respectivamente as pesquisas de Freud (apud KUPFER, 2000), Marx (apud Gregolin (2016)) e de Saussure.

O tema do duplo é tão importante na dramaturgia de Anouilh que o dilema leis humanas X leis divinas que existia em Sófocles, cede espaço para o conflito entre os dois tipos de personagens que são recorrentes nas peças do autor francês, pois:

[...] suas criaturas podem ser divididas em dois grupos [...]. O primeiro é formado pelos que têm sede de infinito, os rebeldes, os que questionam a vida e exigem dela tudo a que têm direito. São, de modo geral, personagens que desejam a plenitude e recusam-se ao conformismo. O segundo grupo reúne aqueles que aceitam a vida, conformando-se a ela, moldando-se a suas exigências em nome da tranquilidade e do comodismo. [...] Creonte [- como Ismênia -] é o signo da permanência e enfrenta o desejo de transformação metaforizado no arroubo juvenil de Antígona.

[...] O [...] impulso em direção à pureza da infância é o que condiciona as ações de Antígona, pois, para ela, o mundo adulto a obriga a aceitar comportamentos reprováveis, que vão contra seus princípios. [...] recusar o mundo adulto equivale a recusar papéis sociais, negar a hipocrisia. O tema relaciona-se inevitavelmente à tendência metateatral da dramaturgia anouilhiana: a infância é um período em que não se tem muita consciência das representações sociais. Quando adulto, o homem vê-se mergulhado num emaranhado de regras que cerceiam sua liberdade de escolha e de ação. Ele assume papéis, representa algo que pode contrariar seus valores e objetivos, e isso o afasta para sempre de sua autenticidade. (PASCOLATTI, 2009, p. 10-17).

É por tudo isso que o Creonte de Anouilh entra em embate com Antígona e assume que – como um vilão dos dramas burgueses- não tem o “bom papel” (« J’ai le mauvais rôle, c’est entendu, et tu as le bon » (ANOUILH, 1946, p. 80)), pois aceitou passivamente as convenções sociais que o posto de rei lhe impigem; é para tentar manter a aparências e seguir as convenções burguesas que ele tenta – em vão- calar a garota que gritava do quarto que tinha sim enterrado o irmão e diz até que fingiria que ela nunca o tinha desobedecido se, a partir daquele momento, ela seguisse as ordens reais. E é por acreditar no mito rousseauiano de que o homem nasce bom, mas a sociedade o corrompe que Antígona anouilhiana nega-se a colocar a máscara da vida adulta, ao desobedecer a seu tio, jogar terra duas vezes sobre o irmão e ao se opor até mesmo à sua passiva irmã Ismênia.

### 2.3 Diferenças entre a *Antigone de Anouilh* e a *Antígona sofocliana*

Já afirmamos que, quando Kury (1970) declara que Anouilh teria, em sua ótica, quase que gratuitamente “banalizado” e “coloquializado” a linguagem de Sófocles, ele deixa de analisar várias questões. Nesta seção, vamos pormenorizar algumas delas. A primeira versa sobre o fato de que, na verdade, a presença de expressões coloquiais francesas e até expressões de baixo-calão na obra do dramaturgo francês têm – na mesma esteira de implodir os limites das tragédias tradicionais - a intenção de demonstrar a qualidade não-nobre (socialmente não elevada) de certos personagens como os guardas que – ao lado de serem falantes de uma variedade linguística não-padrão e socialmente estigmatizada- têm além de “[...] preocupações financeiras, prazeres físicos acima de qualquer outra inquietação” (PASCOLATTI, 2009, p. 9) e cheiram a alho e a vinho.

Além disso, esse mesmo crítico também perde de vista que nossa linguagem cotidiana, sobretudo a não monitorada, pode sim ter certa poeticidade e não é “inferior” à linguagem de poemas e a de outras obras literárias, mas simplesmente diferente, na medida em que essa linguagem cotidiana tenciona passar uma mensagem, veicular um conteúdo semântico, transmitir informações, preocupa-se, sobretudo, com o conteúdo, a forma não é sua preocupação *dominante*.

Por falar nisso, cabe ressaltar que, para Jakobson (1983; 1995), o *dominante* é o valor primeiro, primordial e, portanto, mais importante de uma hierarquia de valores que, ao se juntarem, formam um sistema (que pode ser tanto a obra de um autor, quanto os valores comuns e o dominante do que se chama de “escola literária” ou os valores – dentre eles o dominante- contidos na produção artística de toda uma época). O dominante dominaria

esses demais valores na hierarquia e exerceria influência sobre cada um deles.

É importante salientar que, para o referido autor, da mesma forma que:

“[...] o trabalho poético não se confina exclusivamente à função poética; contendo muitas outras funções além desta [...] as funções estéticas não se limitam ao trabalho poético; o discurso de um orador, a conversação corriqueira, os artigos de jornal, os anúncios, um livro científico - todos podem conter considerações estéticas, expressar uma função estética e frequentemente lidam com as palavras valorizando-as em si, para além de sua função referencial”. (JAKOBSON, 1983, p. 487).

Ou seja, é praticamente impossível haver um texto com um único valor, sendo que a quase totalidade das produções – sejam elas escritas ou orais – é, na verdade, um aglomerado do que ele chama de *funções da linguagem*. Ele chega a afirmar que “a linguagem deve ser estudada em toda a variedade de suas funções” (JAKOBSON, 1995, p. 121). Em sua ótica, a função poética não é exclusiva, mas o dominante da poesia porque ela também pode estar presente em produções cujas preocupações principais sejam não-estéticas. Uma propaganda com rimas, repetições, muitas assonâncias e aliterações, por exemplo, embora tenha a função poética, não tem como intuito principal o deleite e nem é centrada na mensagem (como seria se tivesse como dominante a função poética), mas pretende, em vez disso, atingir o destinatário da mensagem, interpelando-o a fim de que ele compre o produto que está sendo anunciado. Portanto, tal propaganda, teria como dominante uma função conativa (ou apelativa), embora também tivesse entre seus outros valores subordinados a função poética. Nas palavras do autor:

Qualquer tentativa de reduzir a esfera da função poética à poesia ou de confinar a poesia à função poética seria uma simplificação excessiva e enganadora. A função poética não é a única função da arte verbal, mas tão-somente a função dominante, determinante, ao passo que, em todas as outras atividades verbais ela funciona como um constituinte acessório, subsidiário (JAKOBSON, 1995, p. 127).

Aliás, as considerações acerca do *dominante* encontram ecos nas afirmações de autores que defendem a relevância em se abordar e considerar os mais variados formatos e expressões temáticas de textos literários, não reduzindo a Literatura a um cânone de poucos autores, até porque, na ótica desses autores (com os quais concordamos) “[...] em vez de um discurso homogêneo, a teoria da Literatura designa uma heterogeneidade, uma diversidade, uma variedade de discursos que competem por primazia”. (CULLER, 1997 apud TEIXEIRA, 2007, p. 92). É por isso que falamos em uma abordagem “variacionista”, pois ela varia, se torna diversa a uma postura sectária que trabalhe apenas alguns textos hegemônicos eleitos, abordando as mais variadas concretizações estelares dessa “diversidade e variedade de discursos” (*idem, ibidem*) a que se pode chamar de Literatura enquanto uma constelação maior que abrange textos orais, escritos, folclóricos, não folclóricos, lendas, produções ditas eruditas, produções de matriz *queer*, feminista, indigenista, de minorias étnicas.

Tal postura assemelha-se, inclusive, à de Campos (2011) na “questão da origem da Literatura Brasileira”- discussão na qual no outro polo está Candido (1997) e na qual está

presente o problema de base de quando nossa “Literatura” teria começado. Seria com a Carta de Pero Vaz de Caminha ou somente com o Arcadismo?

Em seu estudo “*Formação da Literatura Brasileira*”, Candido (1997) apresenta uma concepção diacrônica, histórica de literatura (uma espécie de linha evolutiva, um desenvolvimento contínuo de ruptura e tradição), vista como um **sistema** simbólico e dinâmico de representação que comunica a natureza do homem para outros homens e depende necessariamente de um “conjunto formado por produtores (autores) conscientes de seu papel” (e responsáveis por problematizar o que está sendo produzido e introduzir – ou não - algo novo); outro de “receptores (um público leitor)” e de um “mecanismo transmissor (linguagem traduzida em estilos)”.

Postula, portanto, um **cânone literário**, cujo início deu-se, para ele, apenas no século XVIII com os arcades. Antes disso, o que inclui o barroco e Gregório de Matos, haveria apenas “**manifestações literárias**” (textos sem um papel formativo, de autores esparsos, não-unidos por um projeto de literatura nacional e desprovidos de articulação de estilos e de um público leitor que, para Candido, não compõem um conjunto formativo de um ponto de vista histórico).

Já Haroldo de Campos (2011) questiona essa perspectiva histórica, afirmando que Candido (1997) teria “seqüestrado” Gregório de Matos, negando-lhe o lugar que lhe era devido no processo de “Formação da Literatura Brasileira” e que a argumentação deste teria como fecho sua própria proposição, o que a tornaria refutável.

Assim, Campos (2011) propõe um estudo sincrônico, um modelo que, em vez de uma tradição a partir de uma linha evolutiva com uma origem pontual, considerasse “constelações” e o que há de poético entre autores de diferentes épocas. Explicando melhor, Gregório de Matos e o Padre Anchieta teriam lugar nessa concepção porque seriam precursores de elementos estéticos que, sendo estrelas depositadas nessa constelação chamada Literatura brasileira, poderiam ser acessados e reutilizados (e realmente foram) por outros autores.

Acresce que o sistema constelar apresentado anteriormente pode ser visto como uma ressonância das propostas dos formalistas russos e dos representantes da Nova Crítica. Nesse sentido, é mister trazer à tona as considerações de autores como Eliot (1989). Em “*A tradição e o talento individual*”, esse autor se mostra em oposição à tendência de valorizar a individualidade do poeta desprendida de aspectos semelhantes às obras dos artistas precedentes, já que, para ele, o presente re-significa o passado, fazendo de toda literatura uma “presença simultânea”. Ou seja, seria a combinação do passado com o presente que dá ao texto uma dinâmica temporal (ou, por vezes, atemporal). Isso significa que um bom poeta é reconhecido pela relação com que ele estabelece com os poetas “imortais” que o precederam.

Já em “*A função da crítica*”, Eliot (1989) comenta algumas de suas concepções que já haviam sido transmitidas anteriormente em alguns de seus trabalhos, e com as quais ele ainda concordava. Entre elas estaria a idéia de que o aparecimento de uma nova obra altera e reajusta as relações e proporções da ordem ideal formada pelas obras anteriormente existentes. Assim, segundo ele, se, por um lado, o presente modifica o passado, é também, por outro, orientado por este último. Tal concepção conversa, ao menos de certa forma, com

a proposta formalista de revisão da história e sucessão literária não como linha evolutiva passiva, mas sim como uma relação dialógica entre obras, na qual uma forma justificaria a sua emergência pelo desgaste da forma que a antecedeu, numa verdadeira “tradição da ruptura” pelo surgimento de novos procedimentos ou procedimentos renovados. Os formalistas russos propunham, assim, agrupar textos que apresentassem procedimentos de singularização comuns entre si (EIKHENBAUM, 1978), o que acabou contribuindo até mesmo para a valorização de autores que haviam sido esquecidos por estudos anteriores.

Todas essas discussões são relevantes na medida em que tencionamos – para retomar conceitos de Eliot (1989)- demonstrar de que maneira Anouilh e sua *Antigone* dialogam com a tradição que remonta à Sófocles, ao mesmo tempo em que apresentam mecanismos que os singularizam frente a esse passado.

No que concerne às semelhanças, ambos os autores trabalham dramaticamente um mito e partem de um mesmo ponto da diegese mitológica em suas peças: a reação de Antígona à proibição de Creonte de enterrar um dos filhos de Édipo que passa a ser visto como traidor da própria pólis.

Ao perceber que havia matado o pai e desposado a própria mãe, com a qual teve quatro filhos (Antígona, Ismênia, Polinices e Etéocles), Édipo se exila de Tebas (onde reinava) e passa a vagar, na companhia de Antígona que só regressa à sua pátria com a morte do patricida incestuoso. Com isso, os dois filhos de Édipo deveriam se alternar no poder do território tebano, mas Etéocles recusa-se a passar o trono ao irmão – o que gera uma guerra na qual ambos acabam entrematando-se. Como Polinices morreu lutando contra Tebas, Creonte (irmão de Jocasta) –logo ao subir ao poder- determina que o rapaz fique insepulto, como punição pelo que considera “traição”, sendo que somente Etéocles – como pereceu como rei – teria direito a ritos funerários. Ismênia fica passiva a esse édito, mas Antígona, ao regressar ao lar, opõe-se a ele, mesmo sabendo que pagará, por isso, com a própria vida.

Mas, apesar dessa semelhança, o texto de Anouilh traz questões (algumas já por nós comentadas nas seções anteriores) que divergem da tragédia grega sofocliana. Ou seja, para espectadores que conhecessem o enredar trágico de Sófocles quanto ao mito de Antígona, esses procedimentos que singularizam Anouilh seriam processos não esperados que alteram a maneira do espectador conceber o espetáculo, na medida em que este esperava que o texto fosse por um caminho, mas ele acaba tomando outro. Ou seja, para espectadores que já conhecessem o tom da Antígona de Sófocles, a encenação de *Antigone* tinha elementos inseridos na trama que levavam a questionamentos, desvios de pressuposições, quebras de expectativas ou *contingências* se quisermos usar os termos de Hall (2010). Dentre essas contingências está a inserção da figura da Ama, justamente para endossar a fragilidade de Antígona, que, aliás, distingue-se da personagem sofocliana por ser descabeçada, menos bela que Ismênia, um pouco hipócrita e conjugar, ao mesmo tempo, fragilidade e força. O ponto alto da combinação dessas duas questões é o ato de transgressão da jovem, quando ela joga terra sobre o corpo do irmão usando a pá de areia com a qual eles brincavam. Nesse momento, tal objeto, como aponta Pascolatti (2009), vira símbolo de fragilidade (remontando à brincadeiras infantis ingênuas) e força (transgressora).

Além disso, como aponta Hunwick (1996), a oposição clássica entre as leis divinas não escritas e leis humanas híbridas ou das obrigações femininas da família (quanto a rituais fúnebres) e aos éditos do Estado cede espaço em Anouilh para o embate entre seus dois personagens modelares (um rei conformado a seu papel e às suas obrigações reais, de um lado, e a recusa de ceder a felicidades efêmeras e às conveniências do mundo burguês no qual a peça foi encenada, de outro).

Aliás, além da obra não ser em verso (como a de Sófocles), de haver na *Antigone* a introdução de personagens do povo (não-nobres) como os guardas com sua linguagem não correspondente às variedades linguísticas faladas pelos nobres, estes mesmo guardas fumam, usam chapéus e não elmos, jogam cartas ao lado de Eurídice, que tricota. Tais questões, além do fato de as ações se desenrolarem num cenário neutro com três portas semelhantes que não é a representação fiel de Tebas – o que dá aos espectadores como única indicação temporal para se orientarem o fato de tudo transcorrer desde a noite em que Antígona sai para jogar terra sobre o corpo do irmão até sua morte; contribuirão ainda mais para aproximar a peça da época na qual ela foi encenada.

Quando os atores emprestaram seus corpos para as figuras míticas e deram em fevereiro de 1944 mimética – ou melhor- metateatralmente vida aos personagens da peça anouilhiana no de l'Atelier em Paris, as *forças sociais condicionantes* (CANDIDO, 1976) de engajamento, a *potência política* (HALL, 2010) da obra saltaram aos olhos do público e, de acordo com Pascolatti (2009), fizeram com que ela fosse recebida como uma metáfora da Resistência francesa contra a invasão alemã:

À época de sua publicação (1942) e representação (fevereiro de 1944), *Antigona* deixa uma forte impressão no público francês. A França vivia sob domínio germânico e aguardaria ainda seis meses para sua libertação definitiva [...] Antígona foi vista à época como uma metáfora dos que resistiam à ocupação alemã, um símbolo dos que enfrentavam a morte em nome da liberdade. Ao desautorizar a lei de Creonte, Antígona legitima a desobediência, desde que em nome de princípios nobres. Sua conduta assemelha-se muito à dos resistentes franceses. É na calada da noite que ela sai de casa, às escondidas, para dar ao irmão um sepultamento digno, assim como a escuridão da noite, igualmente, favorecia as ações dos grupos de Resistência. (PASCOLATTI, 2009, p. 22).

Ou seja, os procedimentos e elementos cênicos (como ferramentas de tricô, baralhos e cigarros), ativaram nos espectadores da época um processo mnemônico com algo que eles estavam vivenciando, mas que hoje já se tornou histórico. Nesse sentido, aqui teríamos o que Hall (2010) chama de *memória*.

Além disso, bem ao gosto do *zeitgeist* do século XX abordado por Rosenfeld (1996), dois personagens são utilizados como recursos metateatrais cuja função é romper a ilusão dramática que haveria, por exemplo, num drama que ansiasse pela catarse e purgação dos sentimentos de uma plateia que se identificasse com os personagens, sofrendo tanto quanto eles. Logo no início da peça, lembrando à *psyché* (nos termos cunhados por HALL, 2010) particular das mãos que agora escrevem estas linhas os não tão antigos programas policiais televisivos nos quais o apresentador enquanto se dirige ao telespectador, narra e comenta as ações litigiosas que se pode assistir no televisor, o Prólogo de *Antigone* se

personifica e se distancia dos demais personagens (que já estão todos em cena), quebra a quarta parede do teatro clássico e se dirige diretamente ao público, apresentando os demais personagens, os caracterizando, dando ao espectador/ leitor informações sobre o mito edípiano e o de Antígona, além de dizer quais os personagens que vão morrer. Assim, o pacto mimético não é completamente firmado, pois ao público, de saída, é alertado para o fato de que se está diante de um espetáculo, que tem sim paralelos metafóricos com a situação sócio-político-beligerante pela qual a França passava, mas que não é a realidade.

Acresce que:

o papel do Coro ultrapassa a ruptura da ilusão, propondo uma reflexão sobre a natureza do drama e da tragédia. Além de aconselhar o rei e comentar alguns episódios [...] cabe ao coro romper novamente a ilusão provocada pelo espetáculo sobre o espectador e chama-lo a pensar sobre a essência da forma dramática que se desenrola aos seus olhos". (PASCOLATTI, 2009, p. 20).

Uma última questão contingente digna de nota remonta à passagem entre as páginas 119 e 125 da edição analisada da peça de Anouilh. O espectador francês que conhecia a tragédia de Sófocles e fosse assistir à – por assim dizer- releitura de Anouilh certamente se surpreenderia ao encontrar nessa passagem um evento um tanto quanto cômico, haja vista que enquanto Antígona espera a sentença fatal sendo vigiada por um guarda, pede a este que escreva uma carta. Enquanto o faz, o guarda comenta “com sua voz grossa” o que foi dito por uma donzela (as falas que saem da boca da moça – e, portanto, aqui também temos uma passagem que reflete sobre o próprio teatro). Ao fim, ambos avaliam a produção como “une drôle de lettre” (uma carta esquisita) e esse trecho desvela um jogo de palavras feito por Anouilh porque bastava que se invertesse uma posição no sintagma para que o “drôle” designasse realmente o que é toda a passagem, haja vista que se tivesse escrito “une lettre drôle” (seria uma carta engraçada):

**Antigone** : [...] Ecris : « Mon chéri... »

**Le garde, qui a pris son carnet et suce sa mine** : C’est pour votre bon ami ?

**Antigone** : Mon chéri, j’ai voulu mourir et tu ne vas peut-être plus m’aimer...

**Le garde, répète lentement de sa grosse voix, en écrivant** : « Mon chéri, j’ai voulu mourir et tu ne vas peut-être plus m’aimer...

**Antigone** : Et Créon avait raison, c’est terrible, maintenant, à côté de cet homme, je ne sais plus pourquoi je meurs. J’ai peur...

**Le garde, qui peine sur sa dictée** : « Créon avait raison, c’est terrible »

**Antigone** : Oh ! Hémon, notre petit garçon. Je le comprends seulement maintenant combien c’était simple de vivre...

**Le garde, s’arrête** : Eh! Dites, vous allez trop vite. Comment voulez-vous que j’écrive ? Il faut le temps tout de même...

**Antigone** : Où en étais-tu ?

**Le garde, se relit** : « c’est terrible, maintenant, à côté de cet homme ...»

**Antigone** : Je ne sais plus pourquoi je meurs.

**Le garde écrit, suçant sa mine** : « Je ne sais plus pourquoi je meurs... » On ne sait jamais pourquoi on meurt.

**Antigone, continue** : J'ai peur... (*Elle s'arrête. Elle se dresse soudain.*) Non. Raye tout cela. Il vaut mieux que jamais personne ne sache. C'est comme s'ils devaient me voir nue et me toucher quand je serai morte. Mets seulement : « Pardon. »

**Le garde** : Alors, je raye la fin et je mets pardon à la place ?

**Antigone** : Oui. Pardon, mon chéri. Sans la petite Antigone, vous auriez tous été bien tranquilles. Je t'aime...

**Le garde** : « Sans la petite Antigone, vous auriez tous été bien tranquilles. Je t'aime... ». c'est tout ?

**Antigone** : Oui, c'est tout.

**Le garde** : C'est une drôle de lettre.

**Antigone** : Oui, c'est une drôle de lettre.

(ANOUILH, 1946, p. 122-125).

### 3 | CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi comprovar que as críticas à obra *Antigone* de Anouilh feitas por Kury (1970) são preconceituosas e contam uma *história única* sobre o dramaturgo francês que – sem nem mesmo corresponder à verdade- limita muito do caráter estético do texto anouilhano.

Pelo exposto anteriormente, cremos ser possível afirmar, como o faz Ginestier (1969), que o teatro de Anouilh é um “[...] teatro de todos os tempos”. Sua *Antigone* é prova disso porque ela ainda fala a humanidade. E é de nosso parecer que continue havendo cada vez mais variedades de Antígonas e que elas continuem tentando falar contra Creontes despóticos.

Não estamos afirmando, entretanto, que a riqueza da obra está em dialogar com obras que “deveriam” constar em todos os autores modernos – como se o material clássico fosse um material indiscutivelmente “melhor”, e, por isso mesmo, que devesse estar necessariamente presente ou ser obrigatoriamente (simplesmente por ter sido denominado “clássico”) revisitado por todo e qualquer trabalho poético atual, mas sim que as obras clássicas que chegaram até nós falaram algo para seu povo que tem de universal (humano) e esse universal ficou e chegou até nós, permitindo que o mito de Antígona seja tão revisitado.

Afinal, a Literatura trata do que é humano e não se pode negar que o homem é um conjunto de complexidades em diálogo: desde semi-mutações dos códigos genéticos, a um aglomerado de células que formam tecidos diferentes, órgãos diversos e distintos em inter-relação, pulsões psíquicas, relações e tensões sociais com os outros seres das comunidades nas quais habitam, sendo que esses outros seres também são genética, somática e psiquicamente atualizados por meio da tensão entre várias complexidades. Ou seja, o homem é complexo demais para ser limitado a oposições binaristas simplistas como “certo” e “errado”, “macho” e “fêmea”. E a Literatura, ao falar do homem, pensamos que

segue o mesmo caminho.

Como muito acertadamente afirma Pascolatti (2009):

Em pleno reinado do culto à imagem, torna-se ainda mais significativo [...] um texto cuja personagem central reafirma a importância do ser em detrimento do parecer. [...] uma personagem que vira às costas para o poder e desdenha da incomensurável ambição humana justamente em tempo em que a disputa pelo poder e pelo ter se tornam a regra entre as potências e entre os homens. O homem do século XXI, tão acomodado às máscaras sociais e subjugado pelas regras do mercado e do consumo, muito tem a refletir, após a leitura da obra literária que tem em mãos. (PASCOLATTI, 2009, p. 23).

Aliás, a referida autora provavelmente não tinha ideia de como o alerta feito em 2009 se transformaria em tapa na cara de um atual descaramento manifesto no que concerne à realidade de nosso país. Oxalá a Antígona brasileira tivesse conseguido se manter no poder que lhe era legítimo e não o tivesse perdido para um déspota ilegítimo, para um τύπαννος (que atingiu o posto de governante por força (pois derrubou o anterior) ou por indicação popular, no nosso caso de uma massa que foi seduzida pela veiculação midiática que transformou esse Creonte de uma figura a qual antes devíamos *temer* para um falso salvador de uma pátria que nem precisava ser tão salva assim).

De qualquer modo, esperamos ter demonstrado com nossas asserções que o fato de haver muitas Antígonas não é sinal de uma pretensa “corrupção” de um modelo sofocliano que seria “ideal” e, portanto, “nunca deveria ter sido modificado”. Longe disso, todas essas atualizações – para citar novamente Adichie (2009) - estão indo contra a corrente de se contar uma *história única* sobre Antígona. Na verdade, elas estão mostrando diversos ângulos dessa figura complexa e que ainda diz tanto a nós, estão cada vez mais próximas da totalidade do que viria a ser o mito Antígona, ou pelo menos, o que ele tem de tão humano e de tão “universal”, por assim dizer: o feminino tentando rebelar-se contra um masculino que o oprime, uma lei divina que se impõe frente a uma humana, é a América se esta tivesse imposto resistência à colonização da Europa como uma Iracema que se rebelasse contra o Martim, é a França que se impõe à invasão germânica da segunda Guerra Mundial, é a figura prometeica que se rebela primeiro contra as forças de Cronos, apoiando os olimpianos e depois contra a privação do fogo aos humanos imposta por Zeus e é punida por desobedecê-la, todas essas são apenas algumas das múltiplas faces de Antígona. E esperamos que ainda conheçamos muitas outras histórias acerca dela.

## REFERÊNCIAS

ABREU, A. S. *Linguística cognitiva: uma visão geral e aplicada*. Cotia: Ateliê Editorial, 2010. 119 p.

ADICHIE, C. N. 2009. *O perigo de Histórias Únicas*. Disponível em: <chimamanda\_adichie\_the\_danger\_of\_a\_single\_story/transcript?language=pt>. Acesso em: 03 de Fev. 2018

ALMEIDA PRADO, D. A personagem no teatro. In: CANDIDO, A. et al. *A personagem de ficção*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

ANOUILH, J. *Antigone*. Paris : Table Ronde, 1946. 126 p.

\_\_\_\_\_. *Antígona*. Trad. de Sidney Barbosa. Brasília : Editora UNB, 2009.

CAMPOS, H. de. *O sequestro do barroco na formação da literatura brasileira: o caso Gregório de Matos*. São Paulo: Iluminuras, 2011.

CANDIDO, A. *Literatura e sociedade*. S. Paulo: Ed. Nacional, 1976.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: \_\_\_\_\_. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1997. v.1. p. 23-37.

\_\_\_\_\_. Direito à literatura. In: \_\_\_\_\_. *Vários Escritos*. 4ª. Ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Duas Cidades/Ouro sobre o Azul, 2004.

CHAUÍ, M. *Introdução à história da Filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*. vol. I. 2a. ed. 10 a. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CHAVES MARINHO, J. H. & Costa Val, M. da G. *Varição lingüística e ensino: caderno do professor I*. - Belo Horizonte: Ceale, 2006. 60 p.

EIKHENBAUM, B. A teoria do "Método formal". In: \_\_\_\_\_ et als. *Teoria da Literatura: formalistas russos*. Trad. Ana Mariza Ribeiro et alii. Porto Alegre: Globo, 1978, p. 3-38.

ELIOT, T.S. A tradição e o talento individual; A Função da Crítica. In: \_\_\_\_\_. *Ensaio*. Lisboa: Guimarães, 1989. p. 37-62.

FARACO, C. A. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

FIORIN, J. L. O projeto semiológico. In: FIORIN, J. L.; FLORES, V. do N. & BARBISAN, L. B. *Saussure: a invenção da lingüística*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 99-112.

GREGOLIN, M. R. *Althusser; A obra de Michel Foucault*. Faculdade de Ciências e Letras – Unesp: Araraquara, SP. jan.-set. 2016. Aulas ministradas aos graduandos do turno diurno matriculados na disciplina "LNG1220 - Teorias do Discurso".

GINESTIER, P. *Jean Anouilh : théâtre de tous les temps*. Éditions Seguers : Paris, 1969.

GUIMARÃES ROCHA, E. P. *O que é etnocentrismo?* Coleção Primeiros Passos, São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

HALL, E.; HARROP, S. (Orgs.). *Theorising Performance. Greek Drama, Cultural History and Critical Practice*. Great Britain: Duckworth, 2010.

HUNWICK, A. Tragedie et dramaturgie :les ambiguïtés dans l'antigone d'Anouilh. In : Publications de la Société d'Histoire littéraire de la France. *Revue d'histoire littéraire de la France : les problèmes du théâtre en France (1920-1960)*. mar.-avr. 1996. n° 2. Librairie Armand Colin : Paris, 1996. p. 945-953.

JAKOBSON, R. O Dominante. In: LIMA, L.C. *Teoria da Literatura em suas Fontes*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983, v. 1, p. 485-491.

\_\_\_\_\_. Linguística e poética. In: *Linguística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1995, 118-162.

JUNQUEIRA, R. S. Introdução; Metamorfoses do Castelo de Axel. In: \_\_\_\_\_. *Transfigurações de Axel: leituras do teatro moderno em Portugal*. São Paulo: Editora Unesp, 2013. p. 10-13; 31-59.

\_\_\_\_\_. *Antônio José ou O poeta e a Inquisição (1838)*, de Gonçalves de Magalhães e os sistemas dramáticos de Aristóteles e Diderot. Faculdade de Ciências e Letras – Unesp: Araraquara, SP. jan.-jul. 2016. Aula ministrada aos graduandos do curso de Letras, do turno diurno, matriculados na disciplina “Estudos de Teatro Brasileiro”.

KUPFER, M. C. *Freud e a educação: o mestre do impossível*. São Paulo: Scipione, 2000.

KURY, M. da G. Outras Antígonas. In: SÓFOCLES. *Antígona*. Trad., introdução e notas de Mário da Gama Kury. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1970.

MATEUS, I. D. *Entre concertos e desconcertos*: Dicionários de línguas indígenas brasileiras em (des) compasso com a música. Monografia de Graduação. Araraquara: Universidade Estadual Paulista, 2017.

MASSINI-CAGLIARI, Gladis. *O texto na alfabetização: coesão e coerência*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

PASCOLATTI, S. O mundo de Anouilh pelos olhos de Antígona. In: ANOUILH, J. *Antígona*. Trad. de Sidney Barbosa. Brasília : Editora UNB, 2009.

PERRONE-MOISÉS, L. *Altas Literaturas: escolha e valor na obra crítica de escritores modernos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ROSENFELD, A. O fenômeno teatral. In: \_\_\_\_\_. *Texto/Contexto*. São Paulo: Perspectiva, 1969. p. 19-41.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre o romance moderno. In: \_\_\_\_\_. *Texto/Contexto I*. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 1996. p.75-97.

SANTINI, J. *As vanguardas europeias*. Faculdade de Ciências e Letras – Unesp: Araraquara, SP. jan.-jul. 2014. Aula ministrada aos graduandos do curso de Letras, do turno diurno, matriculados na disciplina “Gêneros narrativos na literatura brasileira”.

SAUSSURE, F. de. *Curso de Linguística Geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 34a ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SÓFOCLES. *Antígona*. Trad., introdução e notas de Mário da Gama Kury. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1970.

SZONDI, Peter. *Teoria do drama moderno*. Tradução de Luiz Sérgio Repa. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. 7a. ed. São Paulo: Ática, 2005. 96 p.

TEIXEIRA, Izabel Cristina dos Santos. “Das “altas” e das “baixas” literaturas: possibilidades de leituras críticas numa perspectiva interdisciplinar”. In: *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*. Florianópolis: Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, V.4, jul./dez. 2007, p. 83 - 100. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/631/10861>>. Último acesso em 24 Abr. 2016.

TRAVAGLIA, L. C. *Gramática: ensino plural*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática*. 14.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

WEINRICH, U; LABOV, W & HERZOG, M.I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução: BAGNO, M. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 87-126.

## **SOBRE O AUTOR**

**IAGO DAVID MATEUS** - Mestre em Linguística e Língua Portuguesa (Unesp Fclar, 2019), foi membro do grupo Linbra (Grupo de estudos de línguas indígenas brasileiras) e possui pela Unesp de Araraquara - licenciatura e Bacharelado em Letras Português-Francês (2017) e Bacharelado em Grego antigo (2018). Já desenvolveu estágio departamental na área de línguas modernas (francês), iniciação científica na área de análise metalexigráfica de dicionários de variadas línguas indígenas brasileiras e, durante a graduação em Português-Grego Antigo, desenvolveu propostas de alinhamento de traduções de textos clássicos com a versão portuguesa, disponíveis nas plataformas Ugariti e Perseids.org. Além disso, também desenvolveu trabalhos comparando obras clássicas com séries televisivas atuais, tendo - por fim - como trabalho acadêmico mais recente um estudo terminológico da visão antropológica juruna dos animais por nós não-indígenas chamados de "borboletas" que culminou em propostas terminográficas de verbetes para um dicionário Juruna-Português. Atualmente ministra aulas, como professor PEB II de Língua portuguesa e Produção de texto nas EMEBs Coronel Vaz e Paulo Freire pela Prefeitura de Jaboticabal, é professor particular de francês e estuda Ciências Sociais (FclAr - Araraquara) com previsão de término em 2025.

# Letras em Prisma:

## A Variação como Fio Condutor de uma Viagem de Linguística à Literatura

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

 **Atena**  
Editora

Ano 2021

# Letras em Prisma:

## A Variação como Fio Condutor de uma Viagem de Linguística à Literatura

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

 **Atena**  
Editora

Ano 2021